REVISTA DO

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

REVISTA DO

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

n.6 – 2012 – ISSN 1983-6031
publicação anual

Expediente

Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro
Eduardo Paes

Vice-prefeito
Carlos Alberto Vieira Muniz

Secretário Municipal de Cultura
Emilio Kalil

Diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
Beatriz Kushnir

Gerência de Pesquisa
Sandra Horta

Editores
Beatriz Kushnir
Sandra Horta

Conselho Editorial
André Luiz Vieira de Campos (UFF e UERJ)
Ângela de Castro Gomes (CPDOC/FGV/ e UFF)
Ismênia de Lima Martins (UFF)
Ilmar R. de Mattos (PUC/RJ)
James N. Green (Brown University)
José Murilo de Carvalho (UFRJ)
Lená Medeiros de Menezes (UERJ)
Luciano Raposo de Almeida Figueiredo (UFF)
Maria Luiza Tucci Carneiro (USP)
Mary del Priori (USP)
Stella Bresciane (UNICAMP)
Paul Knauss (UFF e Arquivo Público do Estado do RJ)
Tania Bessone (UERJ)

Revisão
Claudia Boccia

Versão Inglês
Marcela Miller

Projeto Gráfico
www.ideiad.com.br

Foto de capa
Vista aérea do Estádio Maracanã: construção s/a - s/d AGCRJ

O conteúdo dos textos é de única responsabilidade de seus autores.

REVISTA DO

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

n.6, 2012

Ao longo dos últimos cinco anos, esta publicação anual, hoje no sexto número, vem acolhendo trabalhos elaborados sobre a cidade do Rio de Janeiro em diversas áreas do conhecimento, consolidando-se como um fórum importante para os debates e as discussões sobre o tema.

Voltada para a difusão de artigos acadêmicos, a intenção da Revista, além de divulgar novas pesquisas realizadas por estudiosos que se dedicam à análise e interpretação dos fatos ocorridos no passado e no presente da Cidade Maravilhosa, é ampliar o diálogo entre pesquisadores, estudantes e interessados nos assuntos referentes à urbe carioca.

Assim é que historiadores, geógrafos, arquitetos, antropólogos, linguistas, profissionais do Urbanismo, Comunicação Social e Letras têm colaborado com trabalhos de indiscutível qualidade para a compreensão e o desvendamento da complexa rede de inter-relações que articula as edificações, o espaço, o cotidiano da população, seus costumes, hábitos, cultura, comportamentos, intervenções do poder público no tecido físico e social da cidade, resultando em uma síntese na qual a singularidade de uma cidade – que foi capital do país por quase 200 anos -, se afirma.

A Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura do Rio de Janeiro parabeniza o Arquivo da Cidade pela iniciativa, desejando que continue a demonstrar a disposição e o fôlego que vêm impulsionando este periódico, e agradece aos articulistas que são, sem dúvida, os principais responsáveis pelo seu sucesso.

Emilio Kalil
Secretário Municipal de Cultura

O sexto número da *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro* traz uma série de artigos que, certamente, serão do interesse de pesquisadores e estudantes que se debruçam sobre o estudo de aspectos da cidade do Rio de Janeiro.

Um tema bastante atual, o funk, movimento que teve sua origem no hip-hop norte-americano e que criou raízes nos subúrbios e nas favelas cariocas, é analisado em dois textos. Inicialmente considerado "caso de polícia", hoje ganha visibilidade como gênero musical e torna-se objeto de estudo acadêmico.

Outro artigo reconstrói a trajetória d'*O Pasquim*, ressaltando o fato de que esse periódico combateu não apenas o autoritarismo militar, mas também a ditadura dos costumes, no cerne tradicionalista da sociedade carioca e brasileira. Com base na análise de dois fenômenos relacionados ao culto às almas e às festas religiosas católicas, empreende-se uma reflexão sobre as interfaces entre a Teoria da Dádiva e o texto sobre a Prece, de Marcel Mauss. Os fenômenos analisados sob essa perspectiva são a celebração da Festa da Glória do Outeiro, as preces no túmulo de Odetinha e as orações no Cruzeiro "alternativo" do Cemitério São João Batista. Um tema de relevância é a longa crise de carestia que o Rio de Janeiro enfrentou na década de 1850 colocando em debate o papel a ser desempenhado pelo Estado numa conjuntura na qual a população não tinha assegurado o acesso aos gêneros essenciais.

O monopólio que a Rio Light exerceu no Rio de Janeiro em relação aos transportes coletivos e as razões que a levaram a abandonar suas proposições de cunho monopolista; as histórias de artesãos das *irmandades de ofício* e valores relacionados ao catolicismo que presidiam o mundo dos ofícios no Rio de Janeiro do fim do século XVIII e início do XIX; os portugueses e as atividades econômicas em que se concentravam e as redes de imigração continuada que forjavam, principalmente nos bairros da Tijuca e de São Cristóvão; o caso do cinematographo e os modos pelos quais a projeção pública do debate sobre raça e a presença das novas tecnologias na cena urbana se entrecruzaram; a legislação sobre as bancas de jornais e o controle sobre a circulação de periódicos impressos no governo de Chagas Freitas, revelando que os dispositivos jurídicos que regem as bancas de jornais e revistas são capazes de influenciar na própria regulamentação da imprensa; uma análise sobre as revistas, ainda hoje insuficientemente exploradas como fonte, demonstrando seu significado para a história da cidade do Rio de Janeiro nas suas diversas dimensões, econômica, social e política, como também na saúde pública, nos serviços de infraestrutura, artística, científica e do cotidiano constituem temas abordados com pertinência e rigor científico.

Este número traz, ainda, quatro estudos que elegem como protagonistas bairros do Rio de Janeiro, analisados sob distintas perspectivas. As relações do Colégio Sion com o bairro de Laranjeiras foram estabelecidas tanto em seus momentos de prestígio quanto de declínio.

A importância do esporte, no caso o vôlei de praia, por meio de uma pesquisa etnográfica revela a relação dos idosos com o bairro de Copacabana, as redes de sociabilidade que se formam e o significado do envelhecimento. Baseando-se nos conceitos da Geografia, autores se dedicam a investigar a Praça Oito de Maio e a rua Sacadura Cabral. O primeiro, acentua a relação de significações e de topofilia, ressaltando a importância da Praça para a organização espacial do bairro de Rocha Miranda. O segundo vem no bojo das intervenções que estão sendo realizadas na Zona Portuária, periférica ao Centro do Rio de Janeiro, para os eventos que terão lugar em 2014 e 2016, iluminando os processos decorridos na rua Sacadura Cabral ao longo de sua trajetória geográfica e temporal, de maneira a compreender suas vicissitudes na geografia atual do município do Rio de Janeiro.

A revista de um arquivo não poderia deixar de contemplar artigos sobre Arquivologia. *Avaliação de documentos de arquivo:* atividade estratégica para a gestão apresenta o papel estratégico que essa atividade desempenha no controle do ciclo vital dos documentos. Traz, também, a entrevista realizada com José Mindlin, por Beatriz Kushnir, desvelando as impressões de um dos maiores bibliófilos do país e comentando a doação de sua rara biblioteca para a Universidade de São Paulo (USP).

Fechando este número, três resenhas enriquecem o periódico. A de Ismênia Martins, sobre os percalços vividos pela Arquivologia, relatados "Em Defesa da Crítica e da Pesquisa na Área Arquivística"*;* a de Paulo Knauss, "A valorização da memória institucional" que se concentra no livro *Memórias do Rio:* a trajetória republicana do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, de Beatriz Kushnir e Sandra Horta, acompanhada de uma carta da secretária de Educação de Carlos Lacerda e de Marcos Tamoyo, Terezinha Saraiva, em que ela relata sua emoção ao ler a obra na qual, sem dúvida, desempenha um papel de destaque; e, finalizando, "As outras faces dos presidentes: Darcy Vargas e Evita Perón" resenha da obra "*Darcy, a outra face de Vargas,* de Ana Arruda Callado, em que a autora do artigo compara a popularidade da primeira-dama brasileira com a de Evita Perón, esposa do presidente da Argentina.

Como se pode observar, a *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro* enfoca a cidade sob múltiplos ângulos e contempla inúmeras manifestações, acolhendo em suas páginas trabalhos de especialistas renomados ao lado dos que ainda estão iniciando sua vida acadêmica, mas cujo talento pode ser comprovado nestas páginas.

As editoras

Sumário

Artigos

Avaliação de documentos de arquivo: atividades estratégica para a gestão de documentos 13
Ana Celeste Indolfo

Vidas quase anônimas. Os oficiais mecânicos, as irmandades de ofício e o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro 39
Beatriz Catão Cruz Santos

Deveres do Estado em tempos de carestia (Rio de Janeiro, 1850-1860) 61
Juliana Teixeira Souza

Imigração Portuguesa: lembranças de terras distantes. Tijuca e São Cristóvão como estudo de caso 79
Lená Medeiros de Menezes

O bairro do Cosme Velho e o Colégio Sion 97
Angela Xavier de Brito

A Light e os transportes coletivos no Rio de Janeiro: roteiro de questões 115
Américo Freire

As revistas como fonte para a história da cidade do Rio de Janeiro 129
Sergio Lamarão

Ideário racial na "Belle Époque Tropical": o caso do cinematographo 145
Pedro Vinicius Asterito Lapera

A breve história e a caracterização d'*O Pasquim* 159
Bruno Brasil

Legislação sobre bancas de jornais e controle sobre a circulação de periódicos impressos: a capital fluminense, o capital político e o capital midiático de Chagas Freitas 177
Viktor Chagas

Cidade do funk: expressões da diáspora negra nas favelas carioca 193
Adriana Carvalho Lopes, Adriana Facina

Que isso, funkeiro? Que isso? 207
Rôssi Alves Gonçalves

Revisitando aproximações entre o dom e a prece em Mauss a partir de referenciais cariocas 215
Bartolomeu Tito Figueirôa de Medeiros, Marcos de Araújo Silva

Rua Sacadura Cabral e Zona Portuária: uma viagem no espaço e no tempo rumo à Maravilha 231
Paulo Mauricio Rangel Gonçalves

Notas etnográficas sobre o jogo de vôlei na praia de Copacabana 247
Mayara Gonzalez de Sá Lobato

Praça Oito de Maio – uma apreciação geográfica 263
Lucia Rodrigues de Almeida Dias

Entrevista

Entrevista com José Mindlin 279
Beatriz Kushnir

Resenhas

Em defesa da crítica e da pesquisa na área arquivística 289
Ismênia de Lima Martins
Resenha do livro: *Descrição e Pesquisa*. Reflexões em torno dos Arquivos Pessoais de Maria Lucia Oliveira Velloso

As outras faces dos presidentes: Darcy Vargas e Evita Perón 294
Marina Maria de Lira Rocha
Resenha do livro *Darcy, a outra face de Vargas* de Ana Arruda Callado

A valorização da memória intitucional 301
Paulo Knauss
Resenha do livro *Memórias do Rio: o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro em sua trajetória republicana*
de Beatriz Kushnir & Sandra Horta

Carta de Terezinha Saraiva 305

Artigos

Avaliação de documentos de arquivo: atividade estratégica para a gestão de documentos

Appraisal of archive documents: a strategic activity for the management of documents

Ana Celeste Indolfo
Historiadora, mestre em Ciência da Informação, professora adjunta da UNIRIO
e especialista de Nível Superior do Arquivo Nacional
indolfo@bol.com.br

RESUMO:

Contextualiza o surgimento do conceito de gestão de documentos e apresenta o papel estratégico que a atividade de avaliação dos documentos de arquivo desempenha no controle do ciclo vital. Aborda as implicações do processo de avaliação de documentos com relação às "escritas da história" e a preservação da memória. Destaca na produção do conhecimento arquivístico as correntes de pensamento acerca do processo de avaliação, desde os clássicos até os pós-modernos.

Palavras-chave: avaliação de documentos; gestão de documentos; Arquivologia;

SUMMARY:

This article contextualises the inception of the concept of document management and presents the strategic role that the activity of appraising archive documents has in controlling the essential cycle. It considers the implications of the document appraisal process in relation to "historical writing" and the preservation of memory. The concepts of the appraisal process are currently highly rated in the production of archivist knowledge, ranging from the classic to postmodernism.

Key words: *document appraisal; document management; archival science*

Introdução

> Avaliar é proceder a uma análise da situação e a uma apreciação das consequências prováveis do seu ato numa tal situação. A avaliação desenvolve-se no espaço aberto ***entre dúvida e certeza*** pela vontade de exercer uma influência sobre o curso das coisas, de "gerir" sistemas em evolução, constituindo o homem o primeiro desses sistemas. A avaliação é o instrumento da própria ambição do homem de "pesar" o presente para "pesar" o futuro. [...] A avaliação, poderia assim ser definida, num sentido geral, como a gestão do provável (HADJI, 1994, p. 22-23, grifo nosso)

A palavra *avaliação* é usada em várias situações cotidianas pois avaliam-se possibilidades, condições, coisas, atributos, trabalhos, pessoas, bens, mercadorias, desempenhos, investimentos, enfim quase tudo é avaliável, no sentido do que se pode conferir "*valores*" e com isso dirigir as escolhas, as ações, as preferências ou as prioridades.

Embora o ato de avaliar consista numa ação corriqueira e espontânea, realizada por qualquer indivíduo acerca de qualquer atividade humana, sendo assim considerada natural, instintiva e assistemática, pouco (ou quase nada) tem-se refletido sobre o sentido do processo de avaliação na gestão dos documentos de arquivos.

Não pretendendo antecipar o que será explicitado no desenvolvimento do artigo, apenas faz-se necessário, para tornar claro o que significa avaliar documentos de arquivos, abrir um rápido parêntese.

Avaliar para a teoria e a prática arquivísticas significa analisar o uso dos documentos de arquivo para poder se definir (ou estabelecer) os prazos de guarda nas fases corrente e intermediária dos arquivos[1]. Estes prazos, relativos ao valor primário, podem ser de curta, média ou longa duração, sempre expressos em anos, eventualmente, em meses. Findo o prazo de guarda, o documento de arquivo terá como destinação final a eliminação ou a guarda permanente, o que justifica essa destinação é a existência ou a atribuição do valor secundário.

Alguns documentos de arquivo, ao serem criados, já possuem explicitamente esse valor secundário, enquanto para outros essa atribuição só ocorre quando são verificados usos potenciais depois de esgotada ou prescrita a razão (ou a finalidade) de sua produção.

Um dos maiores problemas da avaliação reside na dificuldade de articular e organizar o que se tem escrito (o saber) e o que se tem feito (o fazer). Muitos possuem um grande interesse em aprender "como avaliar", assim quais são os saberes necessários para tornar segura a avaliação? Ou melhor, que saber/fazer tem que se dominar para poder avaliar?

Contudo, a avaliação envolve procedimentos, métodos de trabalho, critérios de valoração, possui fundamentos teóricos e princípios diretores, muitas vezes complementares

mas, às vezes, também, contraditórios ou divergentes, uma vez que muitos (de acordo com a corrente de pensamento que adotam) veem nela uma prática, um processo e, também, uma teoria.

Então, a questão fundamental parece ser "o que", "por que" e "para que" avaliar. Afirma-se que existem contextos diferenciados para a realização desse processo e que muitos são os pressupostos envolvidos, assim, a avaliação adquire significações diferentes para os que avaliam e isto pode provocar um emaranhado de efeitos sobre os quais há que se refletir para não se expor aos perigos ou as ciladas dessa "refinada arte da destruição".

Contudo, para falar das implicações do processo de avaliação faz-se necessário apresentar como essa prática se desenvolveu a partir do surgimento do conceito de gestão de documentos.

Gestão de Documentos: conceituação, difusão e enfoques

> O problema do controle e domínio dos fluxos documentais se inscreve no coração da Arquivística moderna (DUCHEIN, 1993, p. 10, tradução nossa).

Muitos teóricos já fizeram antes uma história dos arquivos, da Arquivologia e mesmo das teorias e práticas que se desenvolveram para a consolidação do saber arquivístico. Pretende-se aqui contextualizar as condições para que o conceito de gestão de documentos viesse a se impor como uma renovação epistemológica[2] no universo da Arquivologia.

Da Antiguidade Clássica à Revolução Francesa, os documentos desempenharam um papel de prova e demonstraram o exercício do poder por parte das administrações, consolidando a noção de arquivos de Estado e dos Arquivos Nacionais.

No século XIX, é que se atribuiu aos documentos um valor de testemunho para a reconstituição da História, criando-se a dicotomia que, para alguns, ainda persiste no papel, nas funções e no trabalho com os documentos de arquivo.

Mas, no decorrer do século XX, ocorreu um aumento significativo da produção documental com o incremento das atividades econômicas, socioculturais, governamentais, empresariais, entre outras, além da ampliação da produção, uso e difusão das informações registradas em novos suportes, como os magnéticos, os eletrônicos ou digitais.

Os Estados Unidos, entre outros países anglo-saxônicos, são considerados pioneiros, desde os anos 1940, na elaboração do conceito de gestão de documentos (*records management*) cuja visão, inicialmente, era nitidamente mais administrativa e econômica do que arquivística, uma vez que se tratava, essencialmente, de otimizar o funcionamento da administração, limitando a quantidade de documentos produzidos e o prazo de guarda, o que se confirma na própria definição do conceito na legislação americana:

> [gestão de documentos é] o planejamento, o controle, a direção, a organização, o treinamento, a promoção e outras atividades gerenciais relacionadas à criação, manutenção, uso, e eliminação de documentos, com a finalidade de obter registro adequado e apropriado das ações e transações do Governo Federal e efetiva e econômica gestão das operações das agências (44 U.S.C. Chapter 29 apud FONSECA, 2004, p. 73, tradução da autora).

O norte-americano Philip C. Brooks é identificado, na década de 1940, como o primeiro profissional a fazer referência ao ciclo de vida dos documentos, conceito que se materializou na criação de programas de gestão de documentos e na implantação de arquivos intermediários.

Ernst Posner e Theodore R. Schellenberg são considerados os responsáveis pela difusão do conceito e pela aplicação das práticas, nas décadas de 1950 a 1960, o que veio produzir uma "autêntica revolução na disciplina Arquivística".

Contudo, não se pode falar de gestão de documentos como um conceito único e de aplicação universal, uma vez que na sua elaboração e no seu desenvolvimento contribuíram diversos fatores, em que se destacam a tradição arquivística, e também a administrativa, e um contexto histórico e institucional. Não se pode falar, ainda, de um modelo de gestão de documentos, mas de diversidades que se produziram com as práticas em diferentes países.

Os elementos economia, eficácia e eficiência, sem esquecer o fator produtividade, são ressaltados, normalmente, em quase todas as conceituações em razão das mudanças pelas quais passaram as organizações, governamentais ou não. No início do século XX, tanto o processo de produção, como a organização racional do trabalho, passaram a exigir a adoção dos princípios da administração científica, preconizada pelo Taylorismo[3].

Tais princípios, como o planejamento, o controle e a supervisão da execução, a padronização dos procedimentos, a divisão e especialização do trabalho e a capacitação dos trabalhadores, visavam alcançar os benefícios e as vantagens propaladas por aqueles qualificativos na *modernização* do processo administrativo.

De acordo Malin (2003, p. 72-73), com o crescimento do capitalismo e dos mercados e com a difusão da ideia de otimização da produtividade, amadurecida na área industrial, "transpõe-se o conceito de linha de produção para o âmbito do trabalho com informação, decompondo-se as tarefas em atividades mais simples".

> Este modelo de gerenciamento, [...] foi estável durante mais de um século. Suportou vários ciclos de industrialização e urbanização, suportou a expansão contínua dos mercados e das modernas organizações baseadas na racionalidade, na adequação dos meios aos fins, nas normas estabelecidas previamente por escrito, na sistemática divisão do trabalho, definida através de hierarquias de cargos e não de pessoa, ou seja, na burocracia, privada ou pública, weberiana.

Michel Duchein ressaltou que foram as necessidades nascidas com a crise econômica dos anos 1930, e com a Segunda Guerra Mundial que forçaram governos e arquivistas a enfrentarem os problemas surgidos pelo aumento da produção documental cujas consequências, no plano arquivístico, não poderiam ser tratadas pelos métodos tradicionais.

> Na Europa, nesse mesmo período, o problema foi tratado especialmente sob o ângulo do interesse histórico dos documentos, com diversas formas de controle dos ***arquivistas-historiadores*** sobre a seleção dos documentos a conservar e sobre a destruição do resto, constituindo-se o que se tem denominado, "de maneira bastante imprecisa", às vezes, de pré-arquivamento (DUCHEIN, 1993, p. 13, grifo do autor, tradução nossa).

Segundo o autor, as respostas a estes problemas foram diferenciadas de acordo com os países, os governos, as tradições arquivísticas e os contextos históricos. Surgiram, a partir daí, vários modelos nacionais estreitamente ligados às condições culturais, econômicas, administrativas e históricas. Quando as motivações eram de ordem econômico-administrativa, implantava-se o modelo americano, sendo as razões de ordem histórico-arquivística, seguia-se o modelo europeu.

Entretanto, Duchein (1993, p. 13) colocava que nenhum país podia [na década de 1990] "escapar da necessidade de definir a sua própria doutrina neste terreno".

A diversidade de modelos existentes, em termos internacionais, havia levado, então, a UNESCO, por intermédio do RAMP[4], a apresentar uma definição do conceito de gestão de documentos como "área da administração geral com vistas a assegurar a economia e a eficácia das operações desde a criação, manutenção e utilização, até a destinação final dos documentos".

Por intermédio desse Programa, a comunidade arquivística internacional teve contato com o trabalho de James Rhoads (1983) sobre *A função da gestão de documentos e arquivos nos sistemas nacionais de informação*. Nele, o autor descreve as fases e os elementos que compõem um programa de gestão de documentos, que devem conduzir com economia e eficácia o ciclo vital dos documentos, bem como formula os níveis de implantação desse programa.

Rhoads (1983) afirma, ainda, que com a aplicação dos procedimentos preconizados por esses programas se poderá garantir que os documentos "de guarda permanente" possam vir a ser produzidos em materiais duráveis, organizados de modo a serem encontrados (localizados) facilmente, cuidados de forma adequada durante o período ativo de sua existência, e, finalmente, sejam registrados, avaliados e recolhidos aos arquivos.

Jardim (1987), em texto pioneiro sobre a gestão de documentos, na literatura arquivística nacional, já postulava a necessidade urgente de se desenvolver e produzir conhecimento específico para a implantação de programas de gestão de documentos na administração pública, a partir da reflexão e do referencial das experiências internacionais.

A década de 1980 foi promissora em termos de experiência de implantação de programas de modernização arquivística tanto no Brasil, com o fortalecimento institucional do Arquivo Nacional, como em outros países latino-americanos. Pode-se destacar o caso do México, onde o programa para o Governo Federal buscava no espírito e nos conceitos de gestão de documentos as bases metodológicas para planejar, dirigir e controlar a produção, circulação, conservação e uso da informação documental.

Fundamental fortalecimento da área ocorreu a partir do início do século XXI com a publicação da Norma ISO 15489:2001 *Information and Documentation–Records Management*. Esta é a primeira Norma ISO na área de documentação e informação e direciona sua atenção aos processos que garantem um sistemático controle da produção, uso, manutenção e eliminação de documentos.

Ela é aplicável a todo documento de arquivo, independentemente do suporte material e da entidade produtora e oferece um conjunto de elementos, requisitos e metodologia que faz com que os gestores das organizações e os profissionais responsáveis pela gestão da informação implantem e desenvolvam programas de gestão de documentos, que dêem suporte às decisões e à continuidade administrativa e proteção àqueles que precisam ser preservados e acessados a longo prazo.

Para alinhavar essa conceituação apresentam-se as definições propostas pelos instrumentos que normalizam a terminologia arquivística.

Pelas versões do *Dictionary of archival terminology*, DAT1 (1984), DAT2 (1988) e DAT3 (2002), editados pelo Conselho Internacional de Arquivos, a gestão de documentos refere-se, respectivamente: a área da administração geral que procura alcançar economia e eficiência na criação, manutenção, uso e eliminação de documentos, isto é, durante seu ciclo de vida; e, o campo da gestão responsável pelo controle eficiente e sistemático da criação, manutenção, uso e destinação dos documentos.

Pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística – DIBRATE (Arquivo Nacional, 2005, p. 100) a gestão de documentos se define como o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento. O conceito apresentado pelo DIBRATE é o disposto pelo art. 3° da Lei n° 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que ficou conhecida como Lei de Arquivos. Esse Dicionário acrescenta que o termo, também, pode ser chamado de administração de documentos e correlaciona com as expressões nos seguintes idiomas: inglês (*records management*), francês (*gestion des documents*), espanhol (*tratamiento archivístico*), italiano (*gestion dei documenti*) e alemão (*organisation der informationsträger / schiftgutverwaltung*).

Pelo *Glossary of Archival and Records Terminology* (PEARCE-MOSES, 2005, tradução nossa*),* gestão de documentos é o controle sistemático e administrativo dos documentos durante o ciclo de vida de forma que assegure eficiência e economia na sua criação,

uso, manuseio, controle, manutenção e destinação. Sendo um programa de gestão de documentos constituído por atividades, políticas e procedimentos com os quais a organização operacionaliza a gestão de documentos.

Ao consultar o *Glossary of Records and Information Management Terms* da ARMA International[5], este encaminha o termo *records management* para *records and information management,* assinalando que a fonte usada é a Norma ISO 15489:2001. A definição para gestão de documentos e informação é "o campo da gestão responsável pelo controle eficiente e sistemático da criação, recepção, manutenção, uso e destinação de documentos, incluindo processos para captura e manutenção da evidência de informação sobre atividades empresariais e transações na forma de registros documentais".

O Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (2008, p. 179), também, utiliza a definição contida na Lei de Arquivos. Faz a correlação, ainda, do termo à administração e à gerência de documentos e associa a diversas expressões em inglês, além de *records management*, *document management, paperwork management, records administration, records creation, records maintenance and use.*

O Dicionário de terminologia arquivística (2010, p.52), elaborado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo, e publicado em 1996, teve sua atualização coordenada pela profª dra. Ana Maria de Almeida Camargo, na presente versão, define gestão de documentos como o conjunto de medidas e rotinas visando à racionalização e eficiência na criação, tramitação, classificação, uso primário e avaliação de arquivos. Apresenta os termos equivalentes em inglês (*records management*), francês (*gestion des documents*) e espanhol (*tratamiento de documentos administrativos*).

Pode-se assinalar, de acordo com Duchein (2007, p. 15-18), que as dificuldades de tradução no domínio da terminologia arquivística provêm do "fato de a Arquivologia ser extremamente ligada aos sistemas jurídicos governamentais e administrativos de cada país". Isso, muitas vezes, reflete num "conjunto de conceitos que, por definição, dificilmente são transportáveis de um país a outro".

Para o autor, a "imprecisão dos usos nacionais" e "os usos nacionais diferentes dentro de uma mesma língua", também, revelam inúmeras armadilhas no momento das traduções, que são, particularmente, frequentes no caso dos "termos 'falsos amigos', típicos entre os idiomas francês e inglês", sendo necessário "o que ninguém poderia possuir", ou seja, um conhecimento profundo da literatura arquivística "de todos os países e de suas línguas".

Contudo, no fim do século XX, os conceitos de gestão de documentos e de ciclo vital encontravam-se consolidados, apesar das aplicações e das práticas diferenciadas. Porém, é possível afirmar que os avanços científicos e o impacto das novas tecnologias de comunicação e informação voltaram a desafiar a Arquivologia[6] a rever, ou melhor, a renovar, mais uma vez, os princípios e as práticas arquivísticas.

Se a explosão documental, nos anos de 1940 e de 1950, trouxe para Arquivologia uma redefinição da disciplina e dos profissionais que nela trabalhavam, constituindo para alguns uma ruptura mas para outros uma renovação, a constatação que se tem, na atual era da informação, é que a crescente automação do processo produtivo e o uso intensivo dos recursos tecnológicos produziram "fortes"' efeitos na geração, processamento, armazenamento, uso e acesso aos documentos arquivísticos. Pode-se, inclusive, afirmar que, agora, são maiores e mais complexos os desafios que vêm se impondo aos profissionais, aos arquivos e à Arquivologia.

Alguns teóricos discutem quebras e mudanças de paradigmas, uns procuram na perspectiva do pensamento contemporâneo as bases para as suas reflexões, voltando-se para as orientações pós-modernas, enquanto outros foram buscar na Diplomática[7] o sentido da validação e preservação do contexto de produção dos documentos eletrônicos.

Na perspectiva de uma renovação epistemológica da área, mais do que tentar romper com os modelos tradicionalmente aceitos, muitos autores têm procurado fundamentar seus estudos e pesquisas, para o controle do ciclo vital, no gerenciamento arquivístico dos documentos, independente do suporte, formato ou mídia em que estes se encontram produzidos, armazenados e que precisam ser "mantidos", para serem efetivamente e continuadamente acessados.

O crescente volume de documentos arquivísticos eletrônicos, ou digitais[8] como se têm chamado mais recentemente, presentes em sistemas informatizados, tem ampliado a preocupação sobre a sua gestão, preservação e acesso a longo prazo.

Para assegurar a longevidade, é essencial a inclusão de requisitos[9] de natureza arquivística desde o momento da concepção desses sistemas, tornando-se imprescindível o cuidadoso controle ao longo de todo o seu ciclo vital, de modo a garantir a autenticidade, a fidedignidade, a integridade e a acessibilidade.

O que para alguns teóricos parecia ser a desestruturação dos princípios e práticas arquivísticas tradicionais, hoje, pode-se afirmar que o papel da gestão de documentos para o controle do ciclo vital ganha uma revitalização incomparável. O gerenciamento arquivístico dos documentos[10] torna-se primordial para garantir cada vez mais eficiência, eficácia e qualidade nos negócios, nas decisões e na preservação da memória.

Avaliação de documentos de arquivos: uma atividade estratégica para a gestão de documentos

A literatura e a prática arquivísticas no plano internacional destacam, a partir da adoção do conceito de gestão de documentos, a importância da atividade de avaliação e seleção de documentos para a racionalização do ciclo de vida documental.

A avaliação é um processo de análise e seleção de documentos que visa estabelecer os prazos de guarda e a destinação final dos documentos, definindo quais serão preservados

para fins administrativos ou de pesquisa e, em que momento poderão ser eliminados ou recolhidos ao arquivo permanente, segundo o valor e o potencial de uso que apresentam para a administração que os gerou e para a sociedade.

A aplicação dos critérios de avaliação deve efetivar-se nos arquivos correntes, a fim de se distinguirem os documentos de valor eventual, de eliminação sumária, daqueles de valor probatório ou informativo.

A transferência de documentos para os arquivos intermediários não deve ocorrer sem que estes tenham sido, anteriormente, avaliados. O desenvolvimento do processo de avaliação e seleção nos arquivos intermediários tem se mostrado extremamente oneroso do ponto de vista técnico e gerencial, bem como tem levado a formação de massas documentais volumosas, descaracterizando a função primordial dos arquivos de apoio às atividades gerenciais.

> Os arquivos servem, em uma primeira instância, para apoiar o gerenciamento operacional. [...] Sem arquivos, nem as ações e transações que formam os processos e nem os processos de trabalho, eles mesmos, poderiam ser vinculados uns aos outros. [...] Arquivos devem não só assegurar que o trabalho seja feito de modo eficiente e efetivo, mas também possibilitar que terceiros chequem se, e como, foi executado. Arquivos também servem para garantir responsabilidade e evidência. Arquivos confiáveis contêm evidência confiável a respeito de decisões tomadas, direitos adquiridos e compromissos assumidos. [...] Arquivos confiáveis tornam pessoas e organizações responsáveis umas com as outras, com fornecedores e clientes, e com a sociedade em geral (THOMASSEM, 2006, p. 7).

Torna-se fundamental para o processo de avaliação que os documentos tenham sido classificados, pois só a classificação permite a compreensão do conteúdo dos documentos de arquivo dentro do processo integral de produção, uso e acesso à informação arquivística, mantendo os vínculos orgânicos específicos que possui com a entidade geradora.

> Sem a classificação, fica nebulosa a característica que torna os documentos de arquivo peculiares e diferenciados em relação aos demais documentos: a organicidade. ***Nenhum documento de arquivo pode ser plenamente compreendido isoladamente e fora dos quadros gerais de sua produção*** – ou, expresso de outra forma, sem o estabelecimento de seus vínculos orgânicos. (GONÇALVES, 1998, p. 13, grifo da autora)

Segundo Schellenberg, "a classificação é básica à eficiente administração de documentos correntes", com isso todos os outros elementos que compõem as ações que visem ao efetivo controle do ciclo de vida dos documentos "dependem da classificação".

> Se os documentos são adequadamente classificados, atenderão bem às necessidades das operações correntes. [...] Na avaliação de documentos públicos, o primeiro fator a ser levado em consideração é o testemunho ou prova que contêm da organização e da função. [...] Se a classificação dos documentos visa refletir a organização. [...] E se, além disso, são classificados pela função [...] então o método de classificação proporciona as bases para a preservação e destruição, seletivamente, dos documentos depois que hajam servido aos objetivos das atividades correntes (SCHELLENBERG, 1974, p. 61-62).

Então, a vinculação entre a classificação e a avaliação é primordial para garantir o controle do ciclo de vida e dos fluxos documentais e o acesso às informações. O processo de avaliação deve considerar a função pela qual foi criado o documento, identificando os valores [11] a ele atribuídos, primário ou secundário, segundo o seu potencial de uso.

O *valor primário* refere-se ao uso administrativo, razão primeira da criação do documento, o que pressupõe o estabelecimento de prazos de guarda ou retenção anteriores à eliminação ou ao recolhimento para guarda permanente. O valor primário relaciona-se, portanto, ao período de uso do documento para o cumprimento dos fins administrativos, legais ou fiscais.

O *valor secundário* refere-se ao uso dos documentos para outros fins que não aqueles para os quais os documentos foram, inicialmente, criados. Atribui-se (ou identifica-se, para alguns) o valor secundário aos documentos quando esses passam a ser considerados fontes de pesquisa e informação para terceiros e, também, para a própria administração, pois contêm informações essenciais sobre matérias com as quais a organização lida para fins de estudo.

O levantamento dos prazos de guarda deverá ocorrer após a identificação dos documentos pelo processo de classificação e vincula-se à frequência de uso das informações e à existência de prazos legais a serem cumpridos, os chamados prazos prescricionais.

A prática de promover a avaliação em outra idade, que não seja a corrente, é considerada totalmente inadequada, pois os acervos acumulados encontram-se descontextualizados, na maioria das vezes, não classificados, apresentando características que exigirão propostas de destinação acompanhadas de justificativas específicas.

A função da tabela de temporalidade e destinação dos documentos como instrumento arquivístico é singular, pela capacidade de orientar os técnicos na tarefa de seleção dos documentos a serem eliminados, após cumprirem os prazos de guarda nas fases corrente e intermediária, ou serem preservados como de guarda permanente.

A metodologia para a sua elaboração deve fundamentar-se nas funções e atividades desempenhadas pelo órgão produtor, tomando-se por base o plano de classificação estabelecido para os conjuntos documentais. Para que se contemple o controle sobre o ciclo de vida, é fundamental identificar os valores (primários e secundários) a eles atribuídos, definir prazos de guarda nas fases corrente e intermediária, determinando a destinação final (eliminação ou guarda permanente).

Não há dúvida de que as práticas arquivísticas da classificação e avaliação fundamentam as atividades de gestão de documentos. Só essas práticas permitem o compartilhamento das informações para a tomada de decisão segura e transparente, a preservação dos conjuntos documentais para a guarda permanente, e asseguram que a eliminação daqueles documentos destituídos de valor, a curto, médio ou longo prazo, seja realizada de forma criteriosa.

As implicações da avaliação de documentos de arquivo: as "escritas da História" e a preservação da memória

> Explicar a atualidade continua a ser uma pretensão. Quando muito, pode-se nutrir a ambição de compreendê-la melhor por este ou aquele caminho (BRAUDEL, 2004, p. 17).

Se não há dúvidas quanto ao papel da avaliação como tarefa essencial para a gestão dos documentos de arquivo, isso não quer dizer que essa atividade seja (ou tem sido, ou, ainda será) realizada, aceita e assumida sem qualquer tipo de inquietação (dúvida mesmo) ou, até uma certa preocupação.

Em posições contraditórias, muitas vezes, colocam-se os historiadores e os profissionais de informação, essencialmente os arquivistas, com relação ao processo de avaliação de documentos.

Os primeiros, ratificando as palavras de Pierre Nora (1984, p. XXVIII), desejam que se "arquivem tudo, arquivem tudo, disso sempre restará alguma coisa!". Em oposição clara a esse pensamento colocava-se o arquivista inglês, Hilary Jenkinson, (1922 apud GONZÁLEZ CICERO; MINA, 2003, p. 231) ao afirmar "se se quisesse conservar tudo, acabaria por não se ter a possibilidade prática de conservar nada: a imensa massa de papéis produziria sua autodestruição total".

Outros historiadores menos "radicais" aceitam a avaliação pela impossibilidade real de se conservar tudo, restando aos arquivistas "convencer" a todos da importância dessa atividade, "defendendo" um posicionamento de que esta não é uma prática mecânica e nem baseada em intuição ou suposições arbitrárias de valor.

Contudo, ainda resta muito a fazer. Para avançar as discussões no plano teórico (e, também, na prática) faz-se necessário questionar "a visão instrumentalizada" desse processo e a suposta neutralidade de sua lógica. De uma maneira geral, a avaliação dos documentos de arquivo reveste-se de uma racionalidade técnica que nem sempre expressa, explicitamente, uma função política de memória e de formação e preservação do patrimônio arquivístico por parte do Estado.

Para Jardim (1995), em seu artigo sobre *A invenção da memória nos arquivos públicos*, a avaliação de documentos, expressa na literatura [da época] sobre o tema, era "acionada como o recurso técnico mais eficaz (na verdade, o único legitimado pela Arquivologia) para a escolha de documentos "históricos" arquivísticos passíveis de integrar o patrimônio documental de uma sociedade".

O objetivo da História é *reconstituir, explicar e compreender* o seu objeto: *a história real*. Porém, Thompson (1981, p. 49-50) ressalta que o conhecimento histórico é pela sua natureza: provisório, incompleto, seletivo (mas não, por isso, inverídico), limitado e definido "pelas

perguntas feitas às evidências", bem como, também, pelos conceitos que informam essas perguntas e, portanto, só "verdadeiro" dentro de um campo assim definido.

O mesmo pode-se dizer da memória. A memória é instituída e existe um trabalho de consolidação que a sustenta. Contudo, a memória pode ser tanto "lembrada" como "apagada"", pode ser "esquecida", e, muitas vezes, tem sido vista apenas como resultado do acúmulo.

Jacques Le Goff, em seu clássico ensaio sobre a memória, apresenta os fundamentos teóricos desse conceito, destacando as diferenças entre sociedades de memória essencialmente oral e as sociedades de memória essencialmente escrita e as fases de transição da oralidade à escrita.

Para o autor, com a passagem da oralidade à escrita, a memória coletiva transforma-se profundamente, pois o *armazenamento das informações* permite ao homem comunicar no tempo e no espaço, proceder ao registro e à memorização, ou seja, à perpetuação da lembrança, assegurando nessa passagem da esfera auditiva à visual reexaminar, reordenar, retificar, ou seja, *intervir*.

Com a Revolução Francesa, assiste-se ao alargamento da memória coletiva e a uma "explosão" da memória com a apropriação dos novos suportes, bem como a criação dos arquivos nacionais, dos museus e das bibliotecas passa a fornecer ao movimento científico e à memória coletiva das nações os monumentos de lembrança.

À identidade dos Estados-Nação associa-se a própria invenção da nacionalidade. Passou-se, assim, "ao tempo dos lugares de memória", lugares onde se cristaliza e se refugia a memória, onde cresce a História, que por sua vez a alimenta, procurando "salvar" o passado para servir ao presente e ao futuro, tornando-se ainda um instrumento de poder.

Ao tratar da problemática dos "lugares de memória", Nora (1984) afirma que existem lugares de memória porque já não existem os "meios de memória".

> Os lugares de memória são, antes de mais nada, restos. [...] Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que já não existe uma memória espontânea que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, registrar atas, porque essas operações não são naturais. [...] São lugares resgatados de uma memória que não habitamos mais, meio oficiais e institucionais, meio afetivos e sentimentais (NORA, 1984, p. XXIV, grifo nosso).

Contudo, para Nora, "nenhuma época produziu voluntariamente tantos arquivos quanto a nossa" e a "obsessão pelo arquivo que marca o contemporâneo" passou a interferir na *totalização* tanto na conservação do presente como na preservação do passado, dando lugar ao que se tem chamado de uma "memória arquivística".

A produção indefinida de arquivos é, também, a consequência da nova consciência de uma memória historicizada, cuja construção "incompleta" requer pesquisa, análise e discurso crítico uma vez que *faz uso daquilo que já não existe*.

A noção de vestígios, relíquias, ruínas, "alegorias", objetos culturais, "silêncios", "ausências", "restos", presentes nos discursos e nas práticas de estruturação e legitimação do passado, vive da nostalgia, delegando aos arquivos o papel de lembrança.

Esse tipo de proposição colocada pelos historiadores sinaliza que a utilização de um arquivo só pode ser compreendida sob a luz da noção de *fontes*.

> Chamaremos de "fontes" todos os vestígios do passado que os homens e o tempo conservaram, ***voluntariamente ou não*** – sejam eles originais ou reconstituídos, minerais, escritos, sonoros, fotográficos, audiovisuais, ou até mesmo, daqui para frente, "virtuais" (contando, nesse caso, que tenham sido gravados em uma memória) - e que o historiador, de maneira consciente, deliberada e justificável, decide erigir em elementos ***comprobatórios*** da informação afim de reconstituir uma sequência particular do passado (ROUSSO, 1996, p. 2, grifo nosso).

Entretanto, esses vestígios do passado tornam-se "fontes históricas" a partir do momento em que um pesquisador decide por sua escolha, pois toda narrativa histórica é uma construção, não necessariamente verdadeira ou real, mas de uma maneira geral intrinsecamente coerente e contextualizada.

Apreendeu-se com Thompson (1981, p. 48) que cada reflexão metodológica leva a uma compreensão da história e que, dentro de um mesmo período, o mesmo tema pode gerar outros objetos de estudo; assim como a escolha das fontes "é guiada" pelas perguntas que se colocam ao objeto.

> Os modos de escrever a história são tão diversos, as técnicas empregadas pelos historiadores são tão variadas, os temas da investigação histórica são tão dispares e, acima de tudo, as conclusões são tão controversas e tão, veemente, contestadas dentro da profissão, que é difícil apresentar qualquer coerência disciplinar.

Thompson (2001, p. 250) afirma, ainda, que "aqueles que procederam ao registro das "evidências" [os documentos textuais, os depoimentos, as fontes orais etc.] que devemos empregar frequentemente, não conseguiam adentrar o significado do que anotavam". O documento foi produzido e registrado com um outro objetivo diferente da fonte, diferente da escolha do historiador que, também, tem (ou teve) intenções próprias.

Dessa forma, de acordo com Thompson (2001, p. 238) o significado de um documento, ou de uma evidência "só pode ser interpretado quando as fontes deixam de ser olhadas como fragmento, uma 'sobrevivência' e são reinseridas no seu contexto total".

Rousso (1996, p. 4-6) apresenta um posicionamento que dialoga com a problemática da avaliação dos documentos nos serviços arquivísticos.

> [...] o testemunho assim como o arquivo dito escrito revelam por sua própria existência uma falta. [...] O vestígio é, por definição, o indício daquilo que foi irremediavelmente perdido [...] todos os arquivistas sabem que perto de nove décimos dos documentos são destruídos para um décimo conservado.

Jardim (1995) afirma que "não raro, a avaliação de documentos é visualizada na literatura como um mal necessário à preservação da memória".

> [...] os estoques informacionais dos arquivos públicos [...] tendem a ser considerados como parte de uma memória coletiva tomada como produto, e não como processo. Essa memória arqueologizável é frequentemente identificada sob a noção de ***patrimônio documental arquivístico.*** Compostos por acervos, mediante critérios teóricos e políticos pouco explicitados, os arquivos públicos, geralmente, promovem a ***monumentalização*** dos seus documentos (JARDIM, 1995, grifo do autor).

Concorda-se com o autor que, de uma maneira geral, no Brasil, foi se propagando uma política de salvaguarda dos documentos, sem que tenham sido definidos parâmetros para recolhimento, tratamento e acesso, assim como vem se "nomeando" certos acervos documentais de "memórias".

As contribuições sobre o que se entende por memória são múltiplas assim como as visões que se tem dessa problemática. Optou-se por apresentar, apenas, algumas dessas percepções.

Vernant (1973, p. 78), preocupado em explicitar o conceito de memória, afirma que existem três formas de memória – individual, social, historiadora – além de uma história da memória.

> ***Reunimos sob esse termo atividades mentais múltiplas***, operações intelectuais diversas cujas finalidades e modos de funcionamento não são idênticos, posto se trate, em geral, de procedimentos que visam atualizar no pensamento informações que não estavam presentes no campo da consciência, que se trate de saberes impessoais [...], de textos conhecidos de cor [...], de acontecimentos do passado sobre os quais soube que tinham efetivamente acontecido, de lembranças de minha vida pessoal que eu evoco com sua singularidade. [...] ***As atividades memoriais*** que visam tornar presente o que não está ***são, portanto, construções ligadas a contextos históricos*** (VERNANT, 2009, p. 141, grifo nosso)

Bergson (2006, p. 87) procura compreender a memória à luz de uma relação psicofisiológica e dessa forma, afirma que a memória "constitui a principal contribuição da consciência individual para a percepção, o lado subjetivo de nosso conhecimento das coisas".

> A memória [...] não é uma faculdade de classificar recordações ou de inscrevê-las num registro. Não há registro, não há gaveta, não há aqui, propriamente falando, sequer uma faculdade, pois uma faculdade se exerce de forma intermitente, quando quer ou quando pode, ao passo que a acumulação do passado sobre o passado prossegue sem trégua. Na verdade, o passado se conserva por si mesmo automaticamente. Inteiro, sem dúvida, ele nos segue a todo instante [...] a questão consiste precisamente em saber se o passado deixou de existir ou se ele simplesmente deixou de ser útil (BERGSON, 2006, p. 47 e 90).

Em Halbwachs é que se pode distinguir a "memória individual", a "memória histórica" e a "memória coletiva". Para ele, a memória individual ou a "rememoração pessoal" existe

e situa-se no cruzamento das redes de solidariedades múltiplas em que nós, seres sociais, estamos envolvidos. Dessa forma, *evoca o depoimento da testemunha*, que para ela só tem sentido em relação ao grupo social do qual se faz parte.

> Recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual temos alguma informação, embora muitas circunstâncias a ele relativas permaneçam obscuras para nós. [...] Nossas lembranças permanecem coletiva e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos [...]. Isso acontece porque jamais estamos sós (HALBWACHS, 2006, p. 29-30).

Entretanto, é possível fazer uma distinção entre uma memória pessoal e uma outra memória, que se poderia chamar de histórica, uma vez que "nossa memória não se apoia na história aprendida, mas na história vivida". O autor coloca que a *expressão memória histórica não é muito feliz*, pois, segundo sua afirmação, associam-se dois termos que se opõem em mais de um ponto.

> Se a condição necessária para que exista a memória é que o sujeito [indivíduo ou grupo] que lembra tenha a sensação de que ela remonta a lembranças de um movimento contínuo, **como *poderia a história ser uma memória, se há uma interrupção entre a sociedade que lê essa história e os grupos de testemunhas ou atores, outrora, de acontecimentos que nela são relatados?*** (HALBWACHS, 2006 p. 101, grifo nosso).

Para Halbwachs, a história normalmente só começa quando termina a tradição, pois é nesse momento que se apaga ou se decompõe a memória social, enquanto uma lembrança subsistir, não se faz necessário fixá-la por escrito (registrar).

> Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, o próprio evento que nele esteve envolvido ou que dele teve consequências, que a ele assistiu ou dele recebeu uma descrição ao vivo de atores e espectadores de primeira mão [...], então o único meio de preservar essas lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa**, pois os escritos permanecem, enquanto as palavras e o pensamento morrem** (HALBWACHS, 2006 p. 101, grifo nosso).

Não querendo estender o diálogo com algumas entre as muitas e diferentes percepções que se tem sobre a memória e a História passa-se, então, a apresentar, a seguir, como os teóricos da área de Arquivologia dimensionam o processo de avaliação dos documentos de arquivo assim como também seguem princípios, propõem práticas e optam por correntes de pensamento.

As correntes de pensamento sobre avaliação de documentos de arquivo: dos clássicos aos pós-modernos

> Até bem pouco tempo, as tarefas do arquivista eram essencialmente as de um guardião ou custodiador.

> Encarregava-se dos documentos sobreviventes do passado e fazia o que podia para preservá-los e pô-los a salvo. Rara vez se perguntava se os documentos deveriam ser preservados ou se valia a pena conservá-los. Em contraste, destruir documentos ou autorizar ou estar de acordo com sua destruição se tem convertido agora em uma das responsabilidades do arquivista. Isto representa uma mudança fundamental em suas tarefas, cujas implicações não são de todo explícitas (LAMB, 1962, tradução nossa).

Pode-se considerar que a avaliação de documentos de arquivo como prática institucionalizada para determinar sua destinação final é um fenômeno recente pois durante séculos organizações e pessoas decidiram conservar alguns documentos que produziram pela razão óbvia que eram tanto testemunho de seus direitos como de seus privilégios.

De acordo com Eastwood (2003, p. 76, tradução nossa), muitos documentos que sobreviveram, e que foram considerados fontes sobre fatos passados, encontram-se nas instituições arquivísticas criadas, fundamentalmente pelo Estado, durante o século XIX[12], época considerada da construção de uma consciência de patrimônio local e nacional, tendo sido desenvolvidos alguns esforços para a salvaguarda de documentos.

Jenkinson (1922 apud EASTWOOD, 2003, p. 76) considerava a avaliação um risco e, inicialmente, opunha-se à participação dos arquivistas nesse processo, temendo que os seus "preconceitos" [pré-julgamentos] afetassem a qualidade dos documentos conservados e a integridade dos arquivos. Posteriormente, acaba cedendo ante a necessidade de reduzir o imenso volume de documentos "para torná-los manipuláveis".

Contudo, Eastwood ressalta que Jenkinson chegou a formular uma das questões mais complicadas sobre a avaliação documental: "quais são os fundamentos que se adotam como ponto de partida para a tomada de decisões sobre os documentos?"

Eastwood (idem, p. 77) vê nas palavras de Duranti e de Menne Haritz uma continuidade do pensamento de Jenkinson e uma defesa da "doutrina da integridade dos arquivos" pois essas duas autoras advogam que "a obrigação do arquivista é procurar todos os meios para que a avaliação não adicione e nem elimine nada que possa vir a 'desvirtuar' o significado dos documentos".

> Duranti (1994) argumenta que o principal objetivo da avaliação é obter-se um conjunto fidedigno de arquivos não 'corrompidos' por uma seleção cheia de preconceitos como os que temos herdado. [...] Menne-Haritz (1994) se opõe à opinião de que a aspiração do arquivista seja servir aos interesses da pesquisa histórica e afirma que os documentos devem ser selecionados para "revelar" como se tomaram decisões no passado, eliminando-se aqueles documentos 'irrelevantes' para este fim.

Schellenberg (1959, p. 11) sempre colocou em seus textos que o principal problema dos "arquivos modernos" é a avaliação "porque os documentos públicos modernos são muito volumosos", sendo uma redução na sua quantidade essencial tanto para o governo como para o "estudioso" [historiador, pesquisador, usuário]. Assinalava, ainda, que deveria haver um grande cuidado na questão da eliminação, "a fim de reterem-se aqueles que têm valor", não podendo, ainda, um governo "permitir-se guardar todos os documentos produzidos em consequência de suas múltiplas atividades".

Nos seus estudos encontram-se a distinção entre as duas espécies de valores inerentes aos documentos: os valores primários, estabelecidos pelos usos administrativos, fiscais, legais e operacionais e os valores secundários.

De acordo com Schellenberg (1959, p. 12-13), os valores secundários "podem ser determinados de modo fácil" levando-se em conta os valores probatórios e os valores informativos. Chamava, também, a atenção para a discussão acerca dessa distinção dos valores secundários, colocando que "os dois tipos de valores [probatórios e informativos] não se excluem mutuamente. Um documento pode ser útil por várias razões".

Ao tentar sintetizar as ideias (ou as recomendações) expostas por Schellenberg (1959, p.53-56; 1974, p. 195-198, grifo nosso) acerca da avaliação, verifica-se que muito daquilo que se diz e se faz ou, ainda, se contradiz e, também, não se faz, já havia sido por ele colocado.

- A análise é a essência da avaliação arquivística.
- O processo de avaliação deve considerar a função para a qual foi criado o documento, identificando os valores a ele atribuídos, segundo o seu potencial de uso.
- O arquivista deve levar em conta o conjunto da documentação do órgão que o produziu.
- A avaliação de documentos depende da profundidade da análise das outras fontes documentárias com que se relacionam os documentos.
- A avaliação não se reduz a um processo mecânico e nem deve ser aceita pela impossibilidade real de se conservar tudo.
- A avaliação não é um processo subjetivo, baseado em intuição ou em suposições arbitrárias de valor.
- Os critérios de valor devem ser consistentes, não podem ser exatos ou precisos e, nem os padrões podem ser absolutos ou finais. Na melhor das hipóteses servirão tão-somente como guias para orientar o arquivista através dos traiçoeiros caminhos da avaliação.

Uma corrente mais recente do pensamento arquivístico é aquela que se inclina ao pós-modernismo, essencialmente naquilo que ele traz de "heterodoxia, heterogeneidade, diversidade, múltiplas perspectivas e complexidade", e se opõe, essencialmente, "à alegação de Hilary Jenkinson de que os arquivos são imparciais e o que dizem é a verdade". (COOK; OLIVERA, 2007, p. 13, tradução nossa).

Jimerson (2007, p. 240-241, tradução nossa) coloca que o "ideal arquivístico de objetividade, neutralidade e passividade" já era questionado muito antes da chegada dos pós-modernistas, contudo eles vieram reforçar a consciência do problema, ampliando a compreensão das relações de poder e desafiando os arquivistas a aceitarem sua responsabilidade moral e ética.

Greene (2007, p. 206, tradução nossa) confirma esse posicionamento ao afirmar que as características da avaliação pragmática tem sido alvo de muitas críticas ao longo dos anos "por serem caóticas, subjetivas, não teóricas e demasiado extensas, específicas, pessoais, institucionais, artificiais, informacionais e, geralmente, inapropriadas". Porém, o autor argumenta que o pós-modernismo proporciona um "renascimento profissional" ao oferecer significados mais profundos aos arquivos, identificando-os como instituições sociais.

Brothaman (1991 apud EASTWOOD, 2003, p. 77, tradução nossa) aconselha "aos arquivistas a reconhecer que os documentos só têm o valor que lhes é atribuído" seja pelas pessoas que trabalham com eles, no sentido de produzirem e usarem os documentos, seja pelos próprios arquivistas quando os avaliam. Estimula, ainda, que os arquivistas reflitam e façam, inclusive, uma autocrítica sobre os pressupostos que introduzem na avaliação por que "não considera que seja possível preservar os documentos dos juízos de valor humanos".

Harris (1999 apud EASTWOOD, 2003, p. 77, tradução nossa) apoiando-se na questão da "manipulação dos documentos durante o *apartheid sulafricano*" "situa a avaliação dentro do campo, tão problemático, da política". Por essa razão, Harris afirma que "as decisões que tomam os arquivistas têm consequências políticas" pois "pensar que os arquivistas são imparciais e apolíticos em seu trabalho é o mesmo que não ter os pés na terra".

Cook (2003, p. 88, tradução nossa) afirma que a avaliação é uma atividade constante e sem fim, a essência dos arquivos, mas polêmica por requerer sensibilidade, além de ter um caráter filosófico e político. Para esse autor, "a avaliação supõe uma grande responsabilidade social para os arquivistas", uma vez que os arquivistas, no momento da avaliação dos documentos, estão dando forma ao futuro do patrimônio documental, "determinando aquilo que o futuro conhecerá do seu passado, que é frequentemente o nosso presente".

> Literalmente, estamos criando arquivos. Estamos decidindo o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, quem é visível na sociedade e quem é invisível, quem tem voz e quem não tem. [...] ao se destruir os documentos, estamos, de forma taxativa e irrevogável, os excluindo dos arquivos e apagando-os da memória.

Cook desenvolveu, na década de 1990, quando trabalhava no Arquivo Nacional do Canadá, uma proposta de avaliação que fazia uma combinação entre a teoria, a estratégia e a metodologia de avaliação que passou a ser identificada como "macro-avaliação". Essa teoria pressupõe que os valores sociais são aqueles que devem embasar a avaliação.

Algumas das características da macroavaliação, segundo Cook (idem, p. 87-88, grifo nosso):

- a avaliação deve ser um processo ativo e planejado para localizar documentos de valor arquivístico, não uma reação passiva a solicitações dos gestores de documentos para obter autorização para eliminar documentos;
- o arquivista deve sempre avaliar o universo funcional e estrutural em que o produtor do documento o cria e o utiliza; sem uma teoria ou conceito definido do que se entende por valor, nenhuma estratégia ou metodologia de avaliação poderá ser aplicada consequentemente, nem seus resultados serão defendidos diante de um público cada vez mais interessado;
- a avaliação é um processo inevitavelmente subjetivo e os valores que a expressam mudam com o tempo, o lugar e a cultura;
- devido a sua complexidade, os arquivistas e as instituições devem ser considerados responsáveis por suas decisões mediante um relato completo e claro do processo de avaliação seguido das conclusões obtidas.

Uma parte importante do processo é a análise funcional, sendo que esse enfoque de "cima para baixo" não só é, teoricamente, desejável como, também, uma necessidade prática. A macroavaliação muda o foco inicial: o mais importante na avaliação não é o documento (ou qualquer característica ou valores que possa ter) mas sim o contexto funcional no qual se cria o documento (sua origem contextual). Esse contexto é, na realidade, a complexa organização cultural na qual se insere a produção e conservação de documentos nas instituições modernas.

Esse modelo canadense de macroavaliação procura, conscientemente, documentar tanto a funcionalidade do governo como a interação dos cidadãos e de outros grupos com as políticas e procedimentos do Estado. Contudo, o autor não garante que as atividades desse programa de macroavaliação do arquivo canadense permaneçam em vigor uma vez que ele não está mais à sua frente, as ideias expressas no artigo, agora, refletem o que ele pensa como professor de arquivística.

Existiria assim uma tendência teórico-metodológica melhor que a outra ou, na realidade, o que importaria seriam as diferenças. Para Boles (2007), o que ora se apresentam são "falsas dicotomias". Para esse autor, não cabe afirmar se "os pós-modernos têm razão" ou "se o pensamento tradicional" que, alguns chamam de positivistas e outros de pragmáticos, "está equivocado", o fundamental é "o reconhecimento da diversidade arquivística".

> Os escritos budistas estabelecem que existem muitos caminhos até a iluminação, todos igualmente válidos. Do mesmo modo, ***existem muitos caminhos para avaliar os documentos de arquivo*.** Seria um equívoco insistir que somente uma posição teórica ou apenas um caminho metodológico conduz às decisões corretas no processo de avaliação. Igualmente é um erro não levar em consideração caminhos distintos daqueles escolhidos por uma instituição ou por um arquivista. (BOLES, 2003, p. 106, tradução e grifo nosso).

Se muitos são os caminhos para avaliar os documentos de arquivos muitas, também, são, ainda, as questões colocadas pelos teóricos. Se as perguntas auxiliam a refletir sobre os caminhos, as respostas poderão ajudar a estabelecer os critérios de certas escolhas.

Olivera (2003, p. 7-8, tradução nossa) afirma que a avaliação é essencial para o desenvolvimento dos arquivos porque dela "depende o futuro". Declara, também, que precisa continuar investigando, pois não obteve respostas definitivas e que as questões colocadas são essenciais para poder alcançar um conhecimento mais amplo do processo de avaliação.

- Optar por um único método de seleção ou considerar uma multiplicidade de práticas?
- É preciso colocar a avaliação em contextos mais amplos e considerar métodos e perspectivas, como a memória coletiva, ou continuar fechados no campo da disciplina?
- Deve-se tratar de documentar, como tem sido feito até agora, as atividades de governo e da administração? Ou, deve-se, também, dar testemunho do papel desenvolvido pelos cidadãos aceitando ou opondo-se às políticas e as decisões dos governantes e do lugar que eles ocupam dentro de sua comunidade?
- Como enfrentar os problemas que se colocam na realidade emergente dos documentos eletrônicos?

Couture (2003, p. 23-35, tradução nossa) considera "falta de originalidade" afirmar que a "função da avaliação constitui o núcleo duro da disciplina". Porém, para ele, todas as demais atividades do processamento técnico são "devedoras das decisões tomadas no momento da avaliação". Ressalta, ainda, que vários autores manifestam suas dúvidas sobre a existência de princípios e métodos de avaliação que possam ser aplicados com garantia, por isso a problemática se mantém, assim como a multiplicidade de considerações e a sinergia de sua complementaridade.

- Quais podem ser, por exemplo, as consequências de uma avaliação que nos leve a selecionar para eliminar mais do que para preservar?
- Deve-se avaliar pensando nos interesses do órgão produtor ou nos dos usuários?
- Deve-se avaliar para responder às necessidades da administração ou da pesquisa?
- Como podemos chegar a ter a máxima informação no mínimo de documentos?
- Que problemas específicos são colocados pela avaliação dos documentos eletrônicos?

Eastwood (2003, p. 80-84, tradução nossa) afirma ser "a favor de uma filosofia pragmática de avaliação" pois um arquivista pragmático "fundamenta suas teorias futuras com base na análise das decisões que foram tomadas no passado". Para o autor, o desafio é desenvolver uma metodologia que "permitirá uma análise compreensiva à luz da perene preocupação pela integridade dos arquivos". Assim, a verdadeira questão seria: como decidir quais são os

documentos, dos muitos produzidos na sociedade tecnológica dos dias de hoje, que servirão aos interesses enfrentados pelos cidadãos de uma democracia, uma vez que "as sociedades democráticas apoiam-se em consciências bem informadas"?

Enquanto os arquivistas debatem a natureza dos diferentes métodos de avaliação de documentos e refletem sobre o que significa realmente essa tarefa, Cox (2003, p. 51-52, tradução minha) propõe que os arquivistas ampliem seus conhecimentos num âmbito interdisciplinar para poderem refletir, reconsiderar e revisar seus estudos de avaliação no campo da gestão e preservação dos documentos de arquivo.

Uma outra preocupação constante são os desafios impostos pelos avanços tecnológicos com relação à gestão, preservação e acesso aos documentos e à informação a longo prazo.

Para Duranti (2003, p. 14-21, tradução minha), "a teoria da avaliação não mudou", sua finalidade continua sendo conservar os documentos essenciais do passado, mantendo "intactas as características arquivísticas de imparcialidade, inter-relação, singularidade e autenticidade, sem as quais os documentos não seriam confiáveis nem como prova e nem como fonte de informação". Entretanto, para a autora, "as mudanças metodológicas são bastante radicais" exigindo que os arquivistas trabalhem em conjunto, e de maneira continuada, com os produtores de documentos.

Para complementar suas colocações, Duranti afirma que "o difícil é encontrar um equilíbrio sobre a fina linha que separa a correta produção de documentos e os procedimentos de manutenção", isto quer dizer, em razão da facilidade de manipulação, vulnerabilidade e fragilidade dos documentos eletrônicos, "a sua autenticidade está em risco constante" seja no momento da transmissão através do espaço e do tempo, e, também, quando da transferência (ou migração) de um sistema obsoleto para outro novo.

Para sintetizar as correntes do pensamento arquivístico, a respeito do papel do arquivista e do que é considerado fundamental na realização desse processo, elaborou-se o **Quadro 1,** a partir da revisão de literatura e, também, dos subsídios fornecidos no material de um curso sobre avaliação documental realizado pelo Ministério de Cultura de Espanha, no ano de 2009.

Cabe relembrar que os instrumentos técnicos de gestão de documentos (plano de classificação e tabelas de temporalidade de documentos de arquivo), que são elementos facilitadores e "indutores" do controle do ciclo de vida documental, são, muitas vezes, elaborados e aplicados desprovidos de um profundo embasamento teórico-metodológico, o que vem propiciando que a função política do processo de avaliação nem sempre seja explicitada.

Quadro 1
Os 'pensadores' da avaliação na Arquivologia

Teóricos	A visão do papel do arquivista	O que é fundamental no processo da avaliação
Hilary Jenkinson, 1922	guardião	Competência exclusiva do produtor; considerava uma tarefa desagradável e um esforço equivocado
Philip C. Brooks, 1940	participação desde a criação	Definição do valor histórico
G. Philip Bauer, 1946	pragmático	Os custos como critério de decisão
A. Matilla Tascón, 1956	-	Não concordava com a avaliação na fase corrente, era favorável as eliminações massivas e partidário da microfilmagem.
T.R. Schellenberg, 1958	Intervencionista e não onisciente	Buscar a opinião dos pesquisadores sociais sobre o valor dos documentos
W. Kaye Lamb, 1962	político e paciente	Arte da destruição
Maria del Carmen Pescador del Hoyo y Carmen Crespo Nogueira,1970	-	Verificar a antiguidade, a caducidade, a duplicidade, o recapitulativo e o valor histórico
Hans Booms, 1972	social e político	Planejamento é a base da constituição do patrimônio arquivístico
Helen Samuels, 1984	cooperativo	Estabelecer uma estratégia para avaliar os documentos
Terry Cook, 1991	metódico	Considera processo subjetivo, defende a macroavaliação
Maria Luisa Conde Villaverde, 1991	-	Propõe a coordenação da avaliação com os distintos níveis da administração
Terry Eastwood, 1992	utilitarista	Análise objetiva da qualidade, da utilidade e uso dos arquivos
David Bearman, 1993	funcional	Considera inúteis os métodos tradicionais, defende a criação de novos métodos
Luciana Duranti, 1994	-	A autenticidade como valor necessário
Carol Couture, 1997	O compêndio como medida	Assegurar o equilíbrio entre finalidades administrativas e patrimoniais, entre o contexto de produção e a utilização

Notas

1- Teoria das três idades: teoria adotada a partir da segunda metade do século XX, segundo a qual os arquivos são considerados correntes, intermediários ou permanentes, de acordo com a frequência de uso por suas entidades produtoras e com a identificação de seus valores primário e secundário (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 160).

2 - Um estudo detalhado sobre essa questão foi desenvolvido por INDOLFO, A.C. Gestão de Documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. Arquivística.net., Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 28-60, jul./dez. 2007.

3 - Modelo de administração desenvolvido pelos americanos Frederick Winslow Taylor (1856-1915) e Frank Bunker Gilbreth (1868-1924).

4 - RAMP (Records and Archives Management Program): programa da UNESCO estabelecido em 1979 que buscou fazer com que o público em geral e os tomadores de decisão atentassem (despertassem) para a importância dos documentos e arquivos, bem como assessorar os governos no estabelecimento de infraestruturas eficientes para a gestão de documentos e arquivos, e participassem do debate internacional dos problemas enfrentados pelos arquivos.

5 - Originalmente, ARMA era a sigla para a Associação de Gerentes de Documentos e Administradores, tendo sido criada em 1955. Com a expansão da profissão e com o reconhecimento da gestão da informação como chave fundamental para negociar, o Conselho de Administração da Associação decidiu adotar ARMA International como um descritor geral da associação há quatro anos. Disponível em: <http://www.arma.org/help/index.cfm>, tradução minha. Cabe informar, ainda, que a consulta ao Glossário foi feita na versão eletrônica disponível em: <http://www.arma.org/standards/glossary/index.cfm?id_term=156>, que a versão impressa é de 2007 e se encontra na 3ª edição. Acesso em 8 de dezembro de 2011.

6 - Nos anos de 1990 começou a discussão acerca dos imperativos tecnológicos sobre os conceitos de proveniência e ordem original e as práticas de avaliação, arranjo e descrição e referência. Para um aprofundamento ver o artigo de: DOLLAR, Charles. O impacto das tecnologias de informação sobre princípios e práticas de arquivos: algumas considerações. Acervo, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1-2, p. 3-38, jan./dez. 1994.

7 - Os estudos da professora Luciana Duranti (1998) sobre a "Diplomática: os novos usos para uma velha ciência" são essenciais para essa "virada epistemológica". Diplomática é a disciplina que tem como objeto o estudo da estrutura formal e da autenticidade dos documentos (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.70).

8 - Documento digital: informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional. Documento eletrônico: informação registrada, codificada em forma analógica ou em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de equipamento eletrônico (CONARQ; CTDE, 2011, p. 128).

9 - Para o aprofundamento dessa questão, caso seja de interesse do leitor, recomenda-se consulta ao e-ARQ Brasil: modelo de requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), disponível em:<www.conarq.arquivonacional.gov.br/>. Recomenda-se, ainda, os documentos produzidos pelo International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems - INTERPARES Project, coordenado pela Universidade de British Columbia, no Canadá, que tem desenvolvido conhecimento teórico-metodológico essencial para a preservação de longo prazo de documentos arquivísticos digitais autênticos, disponíveis em: <http://www.interpares.org.>.

10 - Para melhor compreensão desse conceito, apresentam-se duas definições: Um sistema de gerenciamento arquivístico de documentos compreende um conjunto de regras internamente consistentes que governam a elaboração, o recebimento, a retenção e o manuseio de documentos arquivísticos correntes e intermediários, no curso usual e ordinário dos negócios do criador, e as ferramentas e mecanismos usados para implementá-las. (DURANTI; MACNEIL, 1996, p. 48-49 apud RONDINELLI, 2005, p. 63) Sistemas de gerenciamento arquivístico de documentos mantêm e apoiam a recuperação de documentos arquivísticos, enquanto sistemas de informação armazenam e fornecem acesso à informação. Sistemas de gerenciamento arquivístico de documentos são diferenciados de sistemas de informação, dentro das organizações, pelo papel que desempenham em fornecer às organizações prova de transações. (BEARMAN, 1993, p.17 apud RONDINELLI, 2005, p. 62).

11- Como o conceito de valor é central para a Arquivística contemporânea, alguns autores preferem reservar o uso do termo valor para os conceitos de valor primário e secundário, evitando algumas especificações que podem tornar equivocada essa noção, tais como: valor de prova, valor probatório, valor de informação, valor administrativo, valor legal, valor fiscal, valor financeiro, valor de testemunho, valor científico, valor cultural, valor histórico, valor patrimonial (COUTURE, 2003, p. 33, tradução minha).

12 - Cabe informar que existem exceções nessa colocação pois algumas instituições arquivísticas nacionais foram criadas no fim do século XVIII e outras vieram a ser criadas apenas no século XX.

Referências bibliográficas

ARMA International. *Glossary of Records and Information Management Terms* (3rd edition). Disponível em: <http://www.arma.org/standards/glossary/index.cfm?id_term=156> Acesso em: 8 dez. 2011.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. (Série Publicações Técnicas, n. 51).

BOLES, Frank. Hay muchos caminos hacia la iluminación: falsas dicotomías en selección de documentos. IN: *Tabula*: Revista de Archivos de Castilla y León / Asociación de Archiveros de Castilla y León. Salamanca, n. 6, p. 105-119, 2003.

BRAUDEL, Fernand. *Gramática das civilizações.* 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida et al. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Centro de Memória da Educação FEUSP/FAPESP, 2010.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS**.** *Dictionary of archival terminology*: English and French; with equivalents in Dutch, German, Italian, Russian and Spanish = Dictionaire de terminologie archivistique. Ed. By Peter Walne. 2nd, revised edition. – München, New York; London; Paris: K. G. Saur, 1988. (ICA handbooks series; vol. 7)

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS**.** *Dictionary of archival terminology or DAT III:* Draft. English, German, French and Russian lists. Disponível em: <http://www.staff.uni-marburg.de/~mennehar/datiii/> Acesso em 14 ago. 2007.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS**.** *Dictionnary of archival terminology.* English and French, with equivalents in Dutch, German, Italian, Russian and Spanish. = Dictionaire de terminologie archivistique. Comp. by Frank Evans, François J.Himly y Peter Walne. München, New York, Paris, Saur, 1984 (ICA handbooks, series v. 3)

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. *e-ARQ Brasil:* Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivísitca de Documentos.Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

COOK, Terry. Macrovaloración y análisis funcional: la preeminencia de la interacción político-social sobre el gobierno. IN: *Tabula*: Revista de Archivos de Castilla y León / Asociación de Archiveros de Castilla y León. Salamanca, n. 6, p.87-103, 2003.

COOK, Terry; OLIVERA, Luis Hernández. Introducción. IN: *Tabula:* Revista de Archivos de Castilla y León / Asociación de Archiveros de Castilla y León. Salamanca, n. 10, p. 11-17, 2007.

COUTURE, Carol. La función valoración en la Archivística contemporánea: una sinergia entre varias consideraciones complementarias. IN: *Tabula*: Revista de Archivos de Castilla y León / Asociación de Archiveros de Castilla y León. Salamanca, n. 6, p. 23-49, 2003.

COX, Richard. La valoración como un acto de memoria. IN: *Tabula:* Revista de Archivos de Castilla y León / Asociación de Archiveros de Castilla y León. Salamanca, n. 6, p. 51-73, 2003.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia.* Brasília, DF:Briquet de Lemos, 2008

DUCHEIN, Michel. Prologo. In: LLANSÓ I SANJUAN, Joaquim. *Gestión de documentos:* definición y analisis de modelos. Bergara: IRARGI, Centro de Patrimonio Documental de Euskadi, 1993.

DUCHEIN, Michel. Os Arquivos na Torre de Babel: problemas de terminologia arquivística internacional. *Acervo***,** Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 13-22, jan./dez., 2007.

DURANTI, Luciana. Autenticidad y valoración: la teoría de la valoración enfrentada a los documentos electrónicos. IN: *Tabula:* Revista de Archivos de Castilla y León / Asociación de Archiveros de Castilla y León. Salamanca, n. 6, p. 13-21, 2003.

EASTWOOD, Terry. La valoración archivistita en las sociedades democráticas. IN: *Tabula:* Revista de Archivos de Castilla y León / Asociación de Archiveros de Castilla y León. Salamanca, n. 6, p. 75-85, 2003.

FONSECA, Maria Odila Kahl. *Arquivologia e Ciência da Informação:* (re) construção de marcos interdisciplinares. 2004. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia / Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

GONÇALVES, Janice. *Como classificar e ordenar documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. 37p.: il.(Projeto como fazer; v.2)

GONZÁLEZ CÍCERO, Stella Maria; MINA, Jorge Nacif. La disposición documental en los archivos del gobierno federal: un proceso de valoración documental para dictaminar el destino final de la documentación en el Archivo general de la Nación de México. In: *Tabula*: Revista de Archivos de Castilla y León / Asociación de Archiveros de Castilla y León. Salamanca, n. 6, p. 229-242, 2003.

GREENE, Mark. A. la fuerza del signifcado: la misión de los archivos en la era posmoderna. In: *Tabula*: Revista de Archivos de Castilla y León / Asociación de Archiveros de Castilla y León. Salamanca, n. 10, p. 195-211, 2007.

HADJI, Charles. *A avaliação, as regras do jogo*: das intenções aos instrumentos. Porto: Porto Editora, 1994.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* São Paulo: Centauro, 2006.

INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de Documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. *Arquivística.net.,* Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 28-60, jul./dez. 2007.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*. Brasília, v. 25, n. 2, 1995. Disponível em: <http://www.ibict.br/cienciadainformação.> Acesso em: 02 set. 2006.

JARDIM, José Maria. O conceito e a prática de gestão de documentos. *Acervo,* Rio de Janeiro, v.2, n.2, p. 35-42, jul./dez. 1987.

JIMERSON, Randall C. Compreender el poder de los archivos. In: *Tabula:* Revista de Archivos de Castilla y León / Asociación de Archiveros de Castilla y León. Salamanca, n. 10, p. 237-253, 2007.

LAMB, William Kaye. *El refinado arte de la destrucción.* Disponível em: <http://www.mundoarchivistico.com/?menu=articulos&accion=ver&id=186> Acesso em: 16 ago.2011.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: *Enciclopédia Einaudi***.** Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2004. v. 1 (Memória-História.), p. 11-50.

MALIN, Ana Maria Barcellos. *Estado e sociedade da informação no Brasil:* uma investigação sobre o papel da informação na gestão pública. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Federal do Rio de Janeiro e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2003.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História:* a problemática dos lugares. [S.l., s.d.] [Tradução de Kenzo Paganelli do original Lês Lieux de Mémoire. La Republique. Paris, Gallimard, 1984, v. 1, p.XVII-XLII]

OLIVERA, Luis Hernández. Carta del editor. IN: *Tabula:* Revista de Archivos de Castilla y León / Asociación de Archiveros de Castilla y León. Salamanca, n. 6, p. 7-8, 2003.

PEARCE-MOSES, Richard. *A Glossary of Archival and Records Terminology. Chicago*: The Society of American Archivists, 2005. Disponível em: < http://www.archivists.org/glossary/index.asp> Acesso em: 21 jun.2007.

RONDINELLI, Rosely Curi. *Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos*. 4 ed. Rio de Janeiro, Editora: FGV, 2005.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, v. 8, n. 17, 1996. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista> Acesso em: 02 set. 2006.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos:* princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 1974. 345 p.

SCHELLENBERG. T.R. *A avaliação dos documentos públicos modernos.* Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1959.

THOMASSEM, Theo. Uma primeira introdução à Arquivologia. *Arquivo & Administração,* Rio de Janeiro, v. 5, n.1, jan/jun 2006, p.5-16.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social In**:** NEGRO, A.L.; SILVA, S. (org.) *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. (p.227 a 267)

VERNANT, Jean-Pierre. *A travessia das fronteiras.* São Paulo: EDUSP, 2009.

VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e pensamento entre os gregos*. São Paulo: DIFEL, EDUSP, 1973.

Enviado em 04/03/2012

Vidas quase anônimas. Os oficiais mecânicos, as irmandades de ofício e o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Almost anonymous lives. The craftsmen, the trade brotherhoods and the General Archive (Arquivo Geral) of the City of Rio de Janeiro

Beatriz Catão Cruz Santos
Professora de História - UFRJ

RESUMO:

Neste artigo, pretende-se recuperar algumas histórias de artesãos, das irmandades de ofício e valores relacionados ao catolicismo que presidiam o mundo dos ofícios no Rio de Janeiro no fim do século XVIII e início do século XIX. Com este intuito, parte-se da análise de documentos de caráter jurídico (petições, autos de processos, autos de achada e posturas municipais) localizados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, associando-os a fontes de outros acervos. As histórias aqui narradas apontam para mudanças e permanências no Rio de Janeiro do Antigo Regime e permitem discutir, ainda que brevemente, dois ou três temas: o escravismo, a concepção de trabalho que vigorava entre os artesãos e a ideia de que "cada um deve tratar do seu ofício".

Palavras-chave: ofícios mecânicos; irmandades de ofício; catolicismo

SUMMARY:

This article intends to recover some stories of the craftsmen, of the trade brotherhoods and the values related to Catholicism that governed the sphere of trade in Rio de Janeiro in the late 18th century and early 19th century. Therefore, based on an analysis of extant legal documents (petitions, judicial records of proceedings, judicial records of discoveries and municipal ordinances) from the General Archive of the City of Rio de Janeiro, and combining them with sources from other archives and collections. The stories recounted herein show the changes and permanent features of Rio de Janeiro during the Ancien Régime and advances the debate, albeit summarily, of two or three themes: slavery, the concept of work that guided the craftsmen and the notion of "each to his own trade".

Key words: *trades; trade brotherhoods; Catholicism*

A participação na revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro constitui uma oportunidade de revisitar uma série de códices que tem como tema os ofícios mecânicos da cidade do Rio de Janeiro, entre o fim do século XVIII e início do XIX. A riqueza destes documentos permite reconstruir alguns aspectos da vida dos artesãos da cidade: nome, idade, moradia, procedência, as associações das quais participavam e as suas relações com o Senado da Câmara[1]. Pequenos fragmentos permitem ao historiador desenhar quadros mais amplos, por vezes embaçados, da urbe daquele período. A partir daqueles documentos de caráter jurídico – petições, autos de processos, autos de achada e posturas registradas na Câmara – identificam-se os agentes que faziam os objetos belos e úteis, as *irmandades de ofício* e alguns valores que presidiam o mundo dos ofícios[2].

Frente aos documentos é possível se frustrar ante a inviabilidade de reconstruir a vida de inúmeros indivíduos que circulavam, trabalhavam, enfim, viviam e morriam na cidade. Contudo, a partir do cruzamento, apenas iniciado, com outras fontes – compromissos, registros paroquiais – é possível reduzir o anonimato da vida dos artesãos do Rio de Janeiro do fim do Antigo Regime.

Irmandades de ofício: devoção, caridade e trabalho

Neste artigo, dar-se-á prioridade aos oficiais que lidavam com ferro e fogo, a exemplo dos ferreiros e serralheiros, assim como aos pedreiros, carpinteiros e marceneiros e canteiros, os seja, aqueles que costumavam se vincular à *Irmandade do Glorioso São Jorge* e à *Irmandade do Patriarca de São José*[3]. A escolha diz respeito ao fato de ter dado prioridade aos artesãos com que tenho lidado há alguns anos, principalmente, os irmãos de São Jorge. No caso dos irmãos de São José, também considerei os ricos testemunhos colocados nos documentos sobre as edificações realizadas na cidade. Elas são reveladoras da forma como os homens da época experimentavam as mudanças e permanências na vida urbana, entre o fim do século XVIII e o início do XIX. No entanto, sempre que necessário à perspectiva comparativa, far-se-á referência a outros artesãos como os sapateiros, os alfaiates ou os ourives. Muitos sapateiros participavam da Irmandade de São Crispim e São Crispiniano. Os demais, provavelmente da Irmandade do Senhor Bom Homem e Santo Elói, respectivamente[4].

As *irmandades de ofício*, como outras irmandades, constituíam associações que tinham por finalidade a assistência espiritual e material de seus membros. No entanto, o que as particularizava era o fato de que elas congregavam os oficiais mecânicos e, dessa maneira, essas instituições não resultavam tão somente da reunião de fiéis em torno de um santo patrono. As *irmandades de ofício* existentes entre a segunda metade do século XVIII e início do século XIX na cidade do Rio de Janeiro eram instituições de caráter local e, como outras irmandades do mesmo tipo no Império Português, associavam funções devocionais e caritativas à regulamentação dos ofícios.

Nesse sentido, é interessante a perspectiva de Pedro Penteado, que aborda o caráter vário das confrarias em Portugal, quanto às finalidades e formas de organização, a grande reflexão historiográfica internacional sobre as tipologias das irmandades (com propostas diferenciadas) e a presença de tipos mistos de irmandades[5].

Os compromissos são fontes indispensáveis, se bem que insuficientes para termos acesso a essas formas de organização. No caso da Irmandade de São Jorge (c.1740), analisada anteriormente, há os compromissos de 1757 e 1790 e os documentos anexos à aprovação[6]. Segundo o primeiro compromisso, são "obrigados a ser irmãos nesta Irmandade todos os Mestres que tiverem loja aberta dos ofícios anexos a mesma Irmandade, ou seja, os de Serralheiro, Ferreiro, Cuteleiro, Espingardeiro, Latoeiro, Funileiro, Caldeireiro, Ferrador, Espadeiro, Dourador e Barbeiro e todos os mais ofícios que na corte costumam pagar para a confraria deste Glorioso Santo". Como na Irmandade Lisboeta, os membros eram oficiais do ferro e/ou do fogo, mas, à diferença daquela, estava aberta a mulheres, cativos e forros.

Como prescrevem os estatutos, havia um nexo compulsório entre o exercício dos ofícios do ferro e do fogo e a Irmandade de São Jorge. Para se tornar um oficial e/ou mestre e manter a posição, fazia-se necessário cumprir uma série de regras: ingressar na irmandade; obter licença para exercer o ofício e efetuar pagamentos (entradas, anuais, taxas de exame). No caso da Irmandade de São José, que data de c. 1608, não tivemos acesso ao compromisso na íntegra, que se encontra disperso. Considerado perdido na época da invasão francesa do Rio de Janeiro, recorremos a fragmentos seus anteriores a 1730, à demanda pelos irmãos de adotar o compromisso da associação congênere de Lisboa (1709), em 1744, e a modificações solicitadas em 1804.[7]

A vinculação entre o ofício e a irmandade é um ponto constante em diversos compromissos ou regimentos consultados – São Jorge (1757, 1790), São José (a.1730, c. 1744), Santa Cecília (1784) e São Crispim e São Crispiniano (1817)[8] –, mas a norma tem somente um caráter prescritivo, que escapa à regulamentação destas instituições corporativas. Neste sentido, é importante considerar a institucionalização das irmandades por meio da aprovação dos compromissos, assim como os conflitos entre os próprios artesãos e entre as irmandades e a Câmara ocorridos entre a segunda metade do século XVIII e início do século XIX. Estes dois últimos, que vêm à tona através da documentação do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, são de grande valia para a história dos artesãos da cidade do Rio de Janeiro.

Sergio Chahon, em sua análise das relações de poder entre a Coroa e as irmandades, entre 1808 e 1822, ou seja, depois da vinda da Corte para a cidade do Rio de Janeiro, mostra a consolidação de uma tendência anterior à maior ingerência por parte da primeira sobre as últimas. Isto se torna possível principalmente pela transferência simultânea dos tribunais régios do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, pelo Alvará de 22 de abril de 1808. O trabalho é muito informativo quanto ao histórico destes órgãos administrativos reinóis e suas variadas atribuições (Chahon 1996:1-31). Como recorda Chahon, o Tribunal ou Mesa

do Desembargo, criado por D. João II (1481-95) correspondia de início ao principal órgão da administração central, chegando a confundir sua competência com a própria competência do rei "nomeadamente e sobretudo a de dispensar leis, usando da *potestas extraordinária*". Posteriormente, ainda segundo esse autor, "o âmbito das atribuições do tribunal em apreço seria restringido, passando a dizer respeito sobretudo à parcela das matérias de justiça na qual intervinha a decisão graciosa do monarca, decisão essa que se sobrepunha à mera observância das leis" [9].

Segundo Chahon, considerando-se a multiplicidade de atribuições, importa reter na memória o princípio que regia a interferência da Mesa do Desembargo do Paço. Esta será instada a se pronunciar sobre as irmandades, principalmente naquelas pretensões que entram em choque com certas disposições legais vigentes, as quais, por conseguinte, reclamam a obtenção da "dispensa das leis", fruto da graciosa vontade do soberano.

O Tribunal ou Mesa de Consciência e Ordens, novamente fundada no Rio de Janeiro, ao mesmo tempo que o Desembargo, remonta em sua primeira versão a um período mais recente que este. Foi criada por D. João III em 1532, na esteira de um processo ocorrido ao longo dos séculos XVI e XVII de "anemia das estruturas régias de coordenação" que resultaria, segundo António Manuel Hespanha, em "contínua diminuição do âmbito de matéria em que o rei decide pessoalmente ou através de seus oficiais de confiança" (HESPANHA Apud. CHAHON 1996:13-15). Nesse sentido, pode-se dizer que a Mesa de Consciência irá especializar-se em matérias de "graça" que envolviam as relações com o poder eclesiástico. Como observa Guilherme Neves, em trabalho dedicado ao órgão no Brasil do século XIX, com a incorporação dos assuntos atinentes às ordens militares da época da Reconquista (século XIII), o órgão passa a denominar-se Mesa de Consciência e Ordens, em 1551[10].

Faz-se necessário atenuar a interpretação de Sergio Chahon, que aponta para uma crescente centralização do poder régio na governação pombalina (1750-1777) e, sobretudo, reconhecer que as conclusões mais gerais sobre os trâmites para aprovação dos compromissos das irmandades foram elaboradas com base na seleção de um conjunto delimitado de processos judiciais localizados no Arquivo Nacional. Ainda assim, vale mencionar que os processos indicados dirigiam-se preferencialmente à Mesa de Consciência e Ordens e, em menor medida, ao Desembargo do Paço. O autor menciona que algumas irmandades buscavam a aprovação do ordinário, mas há uma tendência pela aprovação régia, tornada exclusiva a partir de 1765, com o apoio do Monsenhor Pizarro [11]. O processo em si compreendia duas etapas: provisão de ereção e aprovação ou confirmação régia do compromisso.

Considerando-se a ausência de trabalhos sistemáticos sobre os processos de institucionalização das irmandades no chamado período colonial é *mister* evitar as conclusões gerais. Todavia, é possível indicar características do processo no caso da Irmandade de São Jorge, que se diferenciam do tempo da Corte no Rio de Janeiro abordado por Sergio Chahon.

Em 1758, os irmãos de São Jorge solicitam a "graça" da aprovação e a confirmação do compromisso da Irmandade erigida há anos pelos oficiais e mestres dos ofícios anexos a ela, situada numa capela própria na Igreja de Nossa Senhora do Parto[12]. O compromisso, cuja redação data de 1757, circularia pelo Tribunal da Relação, Câmara, Fazenda e pelo Conselho Ultramarino. O processo incluiu uma provável revisão das contas da irmandade pela Provedoria de Capelas. A documentação anexa ao compromisso, portanto, sugere uma pulverização dos agentes e órgãos envolvidos no processo, comum no Antigo Regime. A confirmação do compromisso desta *irmandade de ofício* significava a viabilidade de uma série de atos públicos para a associação: o regulamento ganhava uma forma pública, a ser obedecida pelos oficiais de ferro e fogo e reconhecida por outros corpos sociais, tornava-se possível a aquisição de bens (a exemplo de um templo particular), a exposição do culto e a participação em cerimônias públicas[13].

É interessante observar que durante o processo de aprovação do compromisso de 1757 a irmandade é instada a rever alguns itens do seu regulamento, sob pena de não obter a confirmação pretendida. As restrições são apresentadas pelo procurador da Coroa, pelo procurador da Fazenda e pelos membros do Conselho Ultramarino, sendo que estes últimos solicitam um número maior de alterações no compromisso inicial. As mudanças afetam as seguintes questões: a presença do capelão nas eleições e sua assistência, particularmente nos juramentos; a representação dos ofícios nos cargos de juiz e escrivão na Mesa da Irmandade; os critérios de pureza de sangue; o controle sobre o processo eleitoral da Mesa; e o controle sobre as despesas da irmandade[14].

Algumas dessas questões são centrais à sociedade escravista do Antigo Regime e, por que não dizer, deixaram marcas ainda presentes na sociedade brasileira. Por esta razão, dar-se-à prioridade às três primeiras questões, que colocavam em pauta as distinções entre clérigos e leigos, os estigmas de base religiosa e a noção de hierarquia. No parecer do Conselho Ultramarino, de 1762,

> se diz que o Capelão da Irmandade será obrigado a assistir a todas as eleições que se fizerem para dar o juramento necessário; e a todas as Mesas para que for chamado; e não convém que precisamente assista; porque com o seu Respeito não votarão os irmãos com aquela liberdade com que o devem fazer parece que neste capítulo se diga somente que se o Capelão for chamado a alguma Eleição, ou Mesa e que a Irmandade fizer será obrigado a ir a esta.[15]

O parecer preconiza simultaneamente uma *distinção* e uma *subordinação.* De acordo com o compromisso de 1757, o capelão seria do "hábito de São Pedro", ou seja, um padre secular. Eleito e nomeado pela Mesa, tinha várias obrigações, entre as quais: rezar a missa dominical pelos vivos e pelos defuntos, receber as confissões e comparecer às eleições ao lado

do juiz. Nesta ocasião, ajudava ao juiz a presidir a Mesa, instando os irmãos a não "invocar o santo nome de Deus em vão" [16] no momento do juramento, enfim, sacramentava a eleição.

Pela análise dos dois regulamentos (1757, 1790)[17] e pelo acompanhamento do processo de tramitação dos mesmos junto à Coroa, percebe-se que a posição do capelão não só está sujeita à polêmica, como viria a se tornar um agente a serviço da irmandade em 1790. Doravante, o capelão perde poder e a precedência na Mesa, que o compromisso de 1757 lhe atribui em diversas ocasiões de reunião da irmandade. A despeito de seu poder de *dar fé*, sugeria-se em um dos pareceres abolir todos os parágrafos que determinavam a presença contínua do capelão nas eleições, "pois é não escusada, mas ordinariamente prejudicial qualquer assistência de eclesiástico em confraria de leigos"[18], reforçando portanto a diferença entre leigos e eclesiásticos, assim como as prerrogativas dos primeiros em votar conforme as suas "consciências". Já discuti a polêmica sobre a posição do capelão na irmandade, apontando para a autonomia da irmandade num contexto de crescente subordinação das associações religiosas ao poder da Coroa e da Igreja (SANTOS, 2012). A polêmica do capelão nas *confrarias de leigos* aponta também para questões estruturais da Igreja e de nossa história.

Faz-se aqui referência ao papel do catolicismo na constituição de uma modalidade de público na sociedade colonial, um público-religioso que se baseava em instituições como o Padroado, mas que só irá se modificar claramente quando da separação entre o Estado e a Igreja Católica no Brasil no fim do século XIX e início do XX[19]. Nesse período, posterior ao contexto aqui analisado, como observa Pierre Sanchis, "a Igreja Católica, marginalizada do espaço público, tentava reconquistar o seu lugar nesta arena desenvolvendo uma ideologia a prolongar-se como construção difusa da identidade nacional". Ainda segundo este autor, na consciência dos homens da Igreja, forjava-se a ideia de que um dos traços definidores do Brasil era o catolicismo (SANCHIS, 1994). Entre as observações argutas de Pierre Sanchis, que apontam para a perda do papel da Igreja Católica de definidor hegemônico da verdade e da identidade institucional no campo religioso brasileiro diante do pentecostalismo nos anos 90 do século XX, quero sublinhar aquelas que dizem de um passado e de um passado que podemos reinterpretar: em primeiro lugar, a marca de cegueira institucional da Igreja Católica, que permitiu até a pouco a "sublimação de multiplicidades" ou a articulação das multiplicidades no plano da "cultura católico-brasileira". Em segundo lugar, a propensão sincrética do catolicismo, no interior do campo cristão. Para Sanchis, esta é uma dimensão estrutural que o qualifica – novidade "cristã" e "vetor universal" – que na própria história portuguesa, anterior à Expansão Marítima, foi negada pela historiografia. Na história da monarquia católica, que colonizou as regiões que viriam a ser o Brasil foram "eliminadas as chances de um sincretismo 'que pro-vém', para instaurar um sincretismo do 'ad-vém', na confluência de várias identidades" (SANCHIS, 1996:34-46). Apesar dos limites da categoria de sincretismo, cuja discussão não caberia levantar neste texto, vale sinalizar para as indicações que a historiografia tem feito sobre as irmandades como guarda-chuvas de

múltiplas identidades étnicas e religiosas identificadas na América portuguesa (REIS, 1998; SOARES, 2000).

Como já indicado, durante o processo de aprovação do compromisso de São Jorge (1757), os critérios de pureza de sangue foram questionados. Segundo o parecer do Conselho Ultramarino,

> os parágrafos primeiro e segundo do cap. décimo, se devem inteiramente ab-rogar, porque não convém que esta Irmandade tenha jurisdição para tirar inquirições e infamar famílias. Do parágrafo sexto do mesmo capítulo se devem tirar as palavras que dizem que seu Irmão de sangue impuro[...].[20]

O teor do parecer citado é repetido pelas autoridades locais e centrais consultadas, mas o conteúdo do compromisso não é incomum. Este, nos capítulos referidos no parecer, vedava o acesso a toda "pessoa que não seja de sangue puro; porque sendo Judeu, Mouro, negro ou mulato, ou de outra infecta nação não será de forma nenhuma a ela [irmandade] admitido", exceto se um destes "infectos" usar dos ofícios anexos a ela com loja aberta. Nesta situação, o compromisso cobrava um anual menor e concedia a sepultura na instituição, ou seja, uma forma de caridade na sociedade colonial. Os "infectos", sendo livres ou cativos, seriam qualificados como "oficiais jornaleiros" [21]. O compromisso prescrevia uma pequena investigação levada a cabo pelo juiz de forma a obter "informação" e "naturalidade [do candidato a irmão] para servir no conhecimento da sua pureza, ou mácula". No parágrafo sexto, a primeira razão arrolada a justificar a expulsão da instituição era a identificação de sangue impuro. Por todas essas passagens, fica evidenciada que esta instituição, como outras da sociedade colonial, atualizava os estatutos de pureza de sangue como elemento central de definição da pertença à associação.

Como discutido anteriormente (SANTOS in: JUCÁ & FRAGOSO, 2012), a Irmandade de São Jorge compartilhava estigmas de ascendência e "protorraciais" que garantiam uma ordem social hierárquica, em cujo topo se localizava a nobreza, formada por cristãos velhos, no mundo dos homens livres (MATTOS, 2000). A discussão gerada na tramitação do compromisso sobre a exclusão por *religião* e *cor*, assim como sobre a prevalência de ferreiros e serralheiros na Mesa da Irmandade é indicativa de que os critérios de pertencimento e hierarquia *estavam em movimento*. E, para seu entendimento, faz-se necessário lembrar que os dois compromissos de São Jorge (1757, 1790) situam-se no período pombalino, quando medidas legais introduziram descontinuidades em relação aos estatutos de sangue (VIANA, 2007:77-87).

Como sintetizou Larissa Viana, "a segunda metade do século XVIII assistiu, como parte de um novo projeto colonial, à incorporação de grupos antes estigmatizados como novos integrantes do corpo social. Juridicamente, a Coroa reconhecia como vassalos e súditos indivíduos que antes seriam alvo de distinções 'de sangue'" (VIANA, 2007:81). Neste sentido, a autora faz referência ao Alvará de 1755, ao Édito de 1761 e, sobretudo, ao Decreto de 1773,

que determina o fim da distinção entre cristãos velhos e novos, base principal dos estatutos de sangue do Império português. "Inicialmente se retirou a 'infâmia' ligada ao gentio da terra (...), seguida pelas determinações em relação aos súditos cristãos naturais da África Oriental e da Índia, aos quais não deviam ser imputadas distinções pela 'cor de seus vassalos' e, finalmente, foi abolida a distinção entre cristãos 'novos' e 'velhos'. Já o defeito associado ao 'sangue mulato', ao lado das notas discriminatórias relativas aos negros, manteve-se em princípio inalterado nessa fase de revogação dos critérios de 'limpeza de sangue'(...)" (VIANA, 2007:82-83). Em termos jurídicos essa alteração só viria a ocorrer na Constituição Imperial de 1824, que revogou o dispositivo da "mancha de sangue" ao reconhecer os direitos civis de todos os cidadãos brasileiros, diferenciando-os apenas pelos direitos políticos, em função de suas posses (MATTOS, 2000:20).

No que diz respeito à Irmandade de São Jorge, após a discussão pela confirmação régia, as referências à "limpeza de sangue" foram riscadas da letra do regulamento e as apurações com estes critérios proibidas[22], seguindo a tendência das instituições da época. Mas os estigmas sociorreligiosos atravessariam as disputas entre os artesãos, a Câmara e as irmandades do Rio de Janeiro, até o século XIX, na produção e no pequeno comércio.

As *irmandades de ofício* eram instituições do Antigo Regime e constituíam uma modalidade de irmandade da América portuguesa. É possível, nesse particular, estabelecer uma comparação entre as *irmandades de ofício* do Rio de Janeiro e as corporações de ofício de Estrasburgo, no século XVIII. Eram instituições corporativas que congregavam diferentes oficiais mecânicos, em cidades marcadas pela imigração em larga escala e por uma alteração brusca de *status* político-administrativo[23]. Nas corporações de ofício ou tribos de Estrasburgo a confissão religiosa pesava mais que a naturalidade, como critério de inclusão e exclusão (SONKAJAERVI, 2011). Nos ofícios tradicionais, os católicos e franceses enfrentavam dificuldades de ingresso nas instituições de caráter protestante ou assumiam posições marginais, para além do "exame de mestria" a que os artesãos eram submetidos, mediante a execução de uma "obra-prima". Quando se excluía um membro indesejável, ele era considerado "incompetente" na atividade.

Os paralelos são ainda mais fáceis de estabelecer, quando comparamos irmandades de mesteres no Império português, a exemplo da comparação já sugerida entre a Irmandade de São Jorge do Rio de Janeiro e a de Lisboa, no século XVIII. Contudo, o que se quer é demarcar que estas instituições, mesmo que comparáveis assumem peculiaridades locais que devem ser destacadas.

Em 1790, a Irmandade de São Jorge encaminha um novo compromisso para confirmação. Isso se deveu basicamente a duas razões: o reconhecimento de que nem todos os mestres dos ofícios da cidade anexos à irmandade estavam nela filiados e a incorporação de novos irmãos: os tanoeiros[24]. Solicitavam a confirmação régia de 10 novos capítulos para o conjunto dos irmãos de São Jorge e oito para economia particular dos tanoeiros,

em prol do aumento da irmandade e do *bem comum*. Mais do que discutir as razões para o encaminhamento de novo compromisso, interessa sublinhar que a vinculação de certo(s) ofício(s) à irmandade de determinado Santo, não encontra equivalência no conjunto do Império, ela resulta de especificidades locais.

Um santo também pode ser patrono de modalidades diversas de irmandades, a exemplo da *Irmandade do Glorioso Patriarca São José dos Bem Casados*, erigida no ano de 1730 pelos homens pardos da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Vila Rica, capital de Minas Gerais[25]. Esta irmandade não deve ser caracterizada como uma *irmandade de ofício,* como a Irmandade de São José do Rio de Janeiro e a de Recife, visto suas finalidades relacionarem-se à devoção e caridade dos pardos. Todavia, os irmãos pardos de Vila Rica explicitam a prioridade dos candidatos atribuída aos "Oficiais de Ofícios e Artes das qualidades que forem" para obras da sua capela, além dos clérigos, para as funções religiosas, quando do ingresso na associação.

Os pedidos de licença são um bom indício de como as *irmandades de ofício* aderem às localidades. Na documentação do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro há inúmeros pedidos deste tipo por pessoas egressas de outras vilas, que precisam da "carta de aprovação de exame e licença geral" para atuar na cidade do Rio de Janeiro, entre a segunda metade do século XVIII e início do século XIX. Este é o caso de Laudegário Joaquim Ferreira que solicita a carta à Câmara do Rio de Janeiro para exercer ofício de ferreiro na cidade, pois é egresso de Maricá[26]. Pelo teor da documentação, que inclui a carta concedida e o juramento do mestre de ofício na vila original, sabe-se apenas que Laudegário alcançara a liberdade de trabalhar no "ofício de Ferreiro, com Loja pública nesta Vila e seu Termo, tendo nela oficiais e aprendizes, como os mais Mestres examinados", em 1821. Nessa ocasião, fora examinado pelo juiz e escrivão do ofício. Três anos depois, o novo "morador" do Rio de Janeiro – cuja idade, naturalidade e cor se desconhece, mas que, por inferência, podemos concluir que era livre – necessita de licença local para sustentar a família numerosa e abrir a sua tenda. A situação, os argumentos e os documentos são recorrentes, portanto, segue o juramento de Laudegário como um exemplar:

> Ao primeiro dia do mês de Dezembro de mil oitocentos e vinte e um anos, nesta Vila de Santa Maria de Maricá e seu Termo, em Casas da Câmara, onde se achava presente o Juiz Presidente da Câmara, Jacinto Pereira de Faria, comigo escrivão de seu cargo abaixo declarado e sendo aí presente Laudegário Joaquim Ferreira foi, pelo dito Juiz Presidente, deferido o Juramento dos Santos Evangelhos em um livro deles em que pôs sua mão direita e prometeu cumprir tudo e, recebido por ele, sob cargo do qual lhe encarregou que sem dolo ou malícia, servisse bem ao ofício de Ferreiro, para o que tem sido examinado, guardando em tudo as Leis do Príncipe Regente, o direito dos portos e o segredo da Justiça e assinou como dito Juiz, Eu, Félix José da Silva, Escrivão da Câmara o escrevi.[27]

A execução deste rito, uma ação simbólica, que se reproduzia nas vilas da América portuguesa é reveladora do papel do catolicismo na constituição dos sujeitos, das instituições,

do espaço público-religioso da sociedade colonial e do Brasil do século XIX[28]. O juramento de Laudegário deu-se na presença das autoridades camarárias e, a julgar pelas informações fornecidas pelo documento, não há indicação de participação de irmandade em Maricá, apenas do juiz e do escrivão do ofício. No caso do Rio de Janeiro, uma licença de ofício requer a inclusão do artesão na irmandade e sua participação num ato de instituição[29]. Quando as irmandades são alijadas do processo, ou seja, se licenças são concedidas diretamente pela Câmara, há notícias de conflito [30].

A Irmandade de São Jorge, a julgar pelos seus compromissos (1757,1790), tinha papel ativo na produção de ritos, cuja análise constituiria um texto à parte. Eram ritos eucarísticos, associados à morte dos irmãos, ao culto do santo patrono e aqueles relacionados à eleição e publicação da Mesa da Irmandade. Interessante observar, por exemplo, que a eleição anual da Mesa – juiz, escrivão, tesoureiro, procurador e mais 12 irmãos – deveria se realizar no domingo antecedente ao dia do Santo e à publicação do resultado, no dia de São Jorge (23 de abril), com "Sermão e Missa cantada". Este é apenas um exemplo da inserção, naquela altura, dos ritos político-institucionais no calendário católico, no caso, o santoral, assim como, uma indicação de que *nossas* classificações que supostamente separam política de religião são inoperantes.

"As regras das artes" e as histórias dos artesãos

A documentação do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro já permitiu a elaboração de alguns trabalhos que têm como tema os oficiais mecânicos do Rio de Janeiro, no fim do século XVIII e início do XIX (MARTINS, 2008; SANTOS, 2010, 2012b; SIQUEIRA, 2011). Nesse artigo, a partir dessas fontes de caráter jurídico, pretende-se recuperar algumas histórias de artesãos e das *irmandades de ofício*, com as quais eles se relacionavam. As histórias aqui narradas apontam para mudanças e permanências no Rio de Janeiro do Antigo Regime e permitem discutir, ainda que brevemente, certos aspectos da relação entre ofícios mecânicos e a escravidão, da concepção de trabalho que vigorava entre os artesãos e da ideia de que as fronteiras entre os ofícios deviam ser rigorosamente preservadas.

Em 11 de setembro de 1815, o juiz, o escrivão do ofício de marceneiro e os demais oficiais examinados da Irmandade de São José encaminham uma petição ao monarca solicitando que se proíbam as vendas de obras de marcenaria pelas ruas da cidade e que seja estabelecida uma norma à semelhança da que foi aplicada às obras de sapateiros dois anos antes [31]. Segundo os mesmos, acham-se

> (...) carregados de pesados anos e despesas não só contributivas para aumento da dada Irmandade, mas ainda mesmo contributivas para despesas do Estado, sentem-se gravemente prejudicados nos seus lucros e, o que é mais, no crédito do seu Ofício porque muitas pessoas que têm escravos Marceneiros mandam por estes fazer Obras do Ofício e depois, bem ou mal trabalhadas, as expõem à vendagem pública, donde

> resulta ficarem os Suplicantes com a maior parte das suas faturas sem extração; e eis aqui espoliados dos seus interesses: são prejudicados no crédito porque entre estas obras giram muitas feitas sem segurança, ou preceito, cujas imperfeições vulgarmente se atribuem aos Marceneiros em geral (...).

A petição acusa os proprietários de escravos que produzem obras de marcenaria a um custo mais baixo, mas, simultaneamente, apresenta uma certa noção de honra. Como indica Hansen, a noção de honra é especular, estando remetida à representação das aparências do que é ser honrado para a opinião pública (HANSEN, 1996:95). Ela se expressa, segundo os suplicantes, no "crédito do seu Ofício", na má fama que se atribuiria aos marceneiros em geral e na acusação de *falsidade*, de *imperfeição* dos objetos produzidos pelos concorrentes. Neste sentido, é interessante observar que o discurso enumera os agentes que ferem os interesses dos irmãos de São José e sustentam uma situação pública, contrária ao direito. São eles não somente os proprietários de escravos, "cujos escravos furtavam muitas vezes das lojas públicas trastes de madeira", os vendedores, que alcançam melhor preço, e os compradores de peças, que exploram um "mercado à porta".

A insatisfação e a demanda encaminhadas pelos irmãos de São José são traduzidas em uma linguagem própria ao Antigo Regime português. Para além da noção de honra, que se confundia com *honestidade* e se realizava na remissão a um conjunto de valores cristãos[32], os suplicantes equiparavam-se aos oficiais sapateiros e julgavam-se merecedores da mesma atenção dispensada por "Vossa Alteza Real como (...) e Clemente Pai dos seus Fiéis Vassalos".

Neste ponto, vale lembrar que a questão da venda ambulante de calçados nas ruas do Rio de Janeiro gerou um conflito bastante duradouro entre a Irmandade de São Crispim e São Crispiniano dos sapateiros e a Câmara, desde c.1764 à c.1821 (SANTOS, 2010; SIQUEIRA, 2010). De acordo com Mariana Siqueira, a irmandade é um microcosmo atravessado pelas transformações advindas, muito simplificadamente, da transformação do Rio de Janeiro na principal cidade do Império português, do aumento do fluxo de escravos, de imigrantes e, consequente, diversificação dos ofícios mecânicos[33]. Para Siqueira, o conflito traz à cena inúmeros atores – não só a Câmara e os sapateiros irmãos de São Crispim e São Crispiniano, mas diversos tipos de sapateiros que não estavam sob a guarda da irmandade – homens livres, examinados ou não, e, sobretudo, escravos que trabalhavam para seus senhores. Na perspectiva da irmandade, cumpria defender as prerrogativas de uma instituição corporativa, formada por homens livres, contra os "pardos e pretos cativos", impedidos de realizarem provas de exame de sapateiro pelo *Termo de 1764* atualizado em 1813[34]. Após a abertura dos Portos (1808), a irmandade tem que enfrentar a concorrência dos estrangeiros, sobretudo dos sapatos vendidos pelas ruas da cidade, que implicavam a perda por parte da corporação do monopólio sobre a produção e comercialização no espaço público. Por isso, ela lança mão de argumentos que associam o *custo,* a *qualidade* e a *honra* para depreciar tudo o que se relacionava à escravidão.

Uma análise mais detalhada da Irmandade de São José e de suas relações com a Câmara do Rio de Janeiro, na passagem do século XVIII ao XIX, ainda está por vir. O tema da produção e venda de artigos de marcenaria pelas ruas da cidade exigiria um rastreamento da questão na documentação que lida com pedreiros, carpinteiros, marceneiros e canteiros. Se quisermos acrescentar outros serviços associados à marcenaria, pode-se também mencionar os entalhadores e ensambladores, cuja "Arte [é] livre sem sujeição a juiz e a exames"[35].

No caso do juiz e do escrivão da Irmandade de São José, a Câmara, por determinação régia, publicaria edital proibindo as obras de marcenaria nas ruas cidade. Com a decisão, a irmandade era favorecida, ao menos provisoriamente[36].

A escravidão era crescente na cidade, que viria a se tornar a maior concentração urbana de escravos da época moderna, e marcava sua presença entre os ofícios urbanos[37]. Como observado anteriormente, a presença de escravos e forros nos ofícios associados à Irmandade de São José, entre outras irmandades, foi motivo de conflitos (SANTOS, 2010).

Um ano antes do caso narrado, Brás Corrêa da Costa, Escrivão Geral da Irmandade de São José, acompanha Joaquim de Almeida Pereira e João Vicente Ferreira, juízes dos ofícios de pedreiro e carpinteiro à rua da Alfândega. Lá chegando, encontra uma casa de sobrado em construção,

> (...) sem ter Mestre examinado e sim debaixo da Direção de Pedro José, homem preto forro, que é oficial de Carpinteiro, porém não examinado, o qual por sua própria boca disse que era ele o Mestre daquela obra, porém que se achava munido com Licença do Senado da Câmara para como Mestre podê-las construir[38].

Os juízes de ofício eram encarregados das correições periódicas e, nesta atividade, acabavam por identificar pessoas como Pedro José, preto forro não examinado. A julgar pelo compromisso anterior a 1730, a irmandade impedia o ingresso de pessoas "de cor" e, sobretudo, o acesso às posições de Mestre[39]. Porém, o que o auto sublinha é a demanda da irmandade pela regulamentação do ofício, portanto, pelo controle das licenças[40]. Pedro José poderia estar de posse da carta, concedida diretamente pela Câmara, mas como sua voz não tinha muito peso, não compareceu à convocação, sendo julgado à revelia.

O caso de Domingos Ramos merece uma menção:

> Diz Domingos Ramos, Escravo de D. João Correlos, que ele, com Licença de seu Senhor, requereu em seu Nome Licença para poder ter Banca de Ferrador no Catete e como, por despacho deste supremo Senado, fosse Informar o Juiz do Ofício, e metendo a informação em Câmara há mais de 12 dias, não aparece no cartório do Escrivão semelhante requerimento, para se lhe conceder a Licença pedida (...)[41].

Domingos Ramos, com a anuência do Senhor, queria trabalhar como ferrador nas ruas da cidade e encontrava-se pressionado pelo Juiz Almotacé que lhe pedia a licença[42]. A julgar pelas informações deste pequeno processo, a Câmara, com o apoio do Juiz de ofício da Irmandade de São Jorge, pode ter produzido um *apagamento* simbólico do seu

requerimento. Diante da insistência do escravo, a Câmara reafirma a autoridade quase exclusiva do poder senhorial, impedindo o ofício público. Resulta que ele "pode ferrar as bestas deste [o Senhor] sem licença deste Senado, se ele quiser; pelo que respeita à licença que pede para ter loja pública, [é] escusado"[43]. Neste ponto, pode-se lembrar da reflexão de Alencastro que aponta para a questão da violência policial entre as "deformidades" geradas pelo escravismo (ALENCASTRO, 2010). Referindo-se à história do direito penal no século XIX, aponta a necessidade de modernizar o escravismo para adequá-lo ao direito positivo e às novas normas ocidentais que regulavam a propriedade privada e as liberdades individuais.

Assim, a punição do escravo delinquente teria que evitar a prisão, para não impedir o usufruto do cativo. A solução do impasse se dá, segundo o autor, em "dois tempos": enquanto a Constituição de 1824 extingue as punições físicas constantes nas aplicações portuguesas, o Código Criminal de 1830 reatualiza a tortura, os açoites, sem encarcerar. Prescreve a devolução do escravo ao senhor, que poderia aplicar até 50 açoites por dia. Resumidamente, essas práticas punitivas eram oficializadas e a justiça privada era reforçada numa ordem liberal.

Na documentação consultada, é possível perceber que os artesãos – marceneiros, pedreiros, carpinteiros, ferreiros, serralheiros, ourives, sapateiros etc. – são ciosos da *qualidade* de seus serviços. A questão já foi indicada neste texto, a partir do juramento de Laudegário – que promete exercer "sem dolo e sem malícia" o ofício de ferreiro –, das petições à Câmara pelos marceneiros e sapateiros contra a concorrência dos proprietários de escravos artesãos e da menção às "regras das Artes"[44], expressão de época que permite evocar simultaneamente os compromissos das *irmandades de ofício*, que buscam regulamentar os ofícios fabris na cidade do Rio de Janeiro no fim do Antigo Regime e início do Império do Brasil e uma concepção de trabalho que se aproxima da Arte[45].

Nesse sentido, vale mencionar os Autos dos oficiais das bandeiras de carpinteiros e pedreiros contra uma postura da Câmara de 1804[46], que fixava a quantia dos jornais desses ofícios, escalonando-as conforme as categorias de Mestre, Oficial e Aprendiz. Além disso, estabelecia que o aprendiz deveria ter no mínimo 14 anos e que permaneceria na condição por 6 anos, durante os quais receberia um ganho crescente e graduado a cada dois anos. Cabia ainda a "todos os Mestres e Oficiais dar os seus nomes, e de seus aprendizes ao Escrivão da Câmara, dentro do prazo de trinta dias", instando a todos os "proprietários das obras" ou "qualquer pessoa do Povo" a denunciar as situações irregulares. Os apelantes contra a referida postura eram Manoel Antônio de Almeida e João de Amoceno Costa, que nomearam quatro procuradores: um certo Manoel, cujo sobrenome desconhecemos; Jacinto Furtado de Mendonça; Andre Lopes; e, Quintério Cardozo. No conjunto dos autos são, muitas vezes, referidos como "juízes novos e velhos" da Irmandade do Glorioso São José. O processo é muito rico, mas a remissão a estes autos que alcançaram o Tribunal da

Relação deve-se ao fato de apontar para conflitos recorrentes entre os artesãos agremiados nas irmandades e a Câmara, sobretudo, porque seus registros expressam valores que eram partilhados pelos artesãos.

Passo a indicar, os argumentos apresentados pelos juízes dos ofícios de pedreiros e carpinteiros para reformar e revogar a Postura de 1804: 1º) a competência de taxação de jornais não se aplica aos ofícios mecânicos de pedreiro e carpinteiro, porque são ofícios embandeirados[47] com os mais anexos, têm seu Compromisso, o mesmo que têm os Juízes e Oficiais dos dados ofícios, da cidade de Lisboa e confirmado por D. José; 2º) a taxação é contraditória à "Lei do Compromisso" e "nunca poderia ser tolerável quando conforme o Direito o preço das coisas, e consequentemente os salários, ou jornais dos Ofícios se devem aumentar, ou diminuir com respeito à carestia, ou abundância das coisas necessárias para a sustentação humana"; 3º) as taxações só devem aumentar "quotidianamente à proporção da maior, ou menor indústria do artífice", como se teria feito com relação aos latoeiros; 4º) a exigência de um Mestre por obra, impedindo que os Mestres dirijam mais de uma obra, contraria a "utilidade do público, e bem comum" diante de "uma cidade tão populosa, muito poucos os Mestres, imensas as obras e maior ainda a necessidade delas, (...) apesar de tantas em número com os erecimentos de edifícios todos os dias"; 5º) a exigência de maioridade é prejudicial, visto que na cidade muitos têm o estado de casados e necessitam sustentar suas famílias; 6º) a taxação crescente e graduada para os aprendizes "viria a roubar o merecimento da melhor indústria, e agilidade pelas quais se deve regular o merecimento de ganhos, cuja falta de proporção até influiria nos aprendizes, e Oficiais para sua indolência, observando igualdade de prêmio quer para bom no Ofício, quer para maus".

Em todos os argumentos, compilados de forma sumária, fica evidenciada a percepção da irmandade como instituição que detém privilégios – de irmandade embandeirada – com capacidade de autogoverno, de representação pública e de reconhecida função no *bem comum* da República. Por intermédio do compromisso, os irmãos de São José definem-se como mestres e oficiais examinados, admitindo a existência na cidade de outros não examinados a concorrerem nas mesmas atividades[48]. Esta é uma das razões para a remissão inúmeras vezes a noções de "indústria" e "inteligência" e termos aparentados, para dizer dos valores, das considerações morais que deveriam pautar um trabalho que tinha algo de arte, pois realizavam objetos úteis e belos, destinados ao sustento, ao consumo e à mercancia.

Nesse auto, cujas fontes do direito não são todas identificáveis, o discurso jurídico é a fonte para traduzir as prerrogativas tradicionais da irmandade e do santo, como sujeitos de direito numa ordem social e naturalmente organizada[49]. Tendo isto em mente, a imagem de desordem, apresentada pelos apelantes em caso de manutenção da Postura de 1804, torna-se mais compreensível:

> (...) os Oficiais se ausentariam procurando meios de nova vida: os aprendizes deixariam de continuar: nenhum outro indivíduo quereria dar-se a tais Ofícios, que

> aliás exigem pessoas animosas para não desmaiarem nas alturas dos edifícios, e ficaria uma cidade tão populosa sem mais aumento de edifícios, e o povo que a sempre (sic) em acrescimento, não tendo onde se agasalhar, iria cada vez desertando[50].

A sentença do Tribunal da Relação, em 1805, é favorável aos apelantes, ao ordenar a reforma da Postura de 1804. O interessante é perceber que este tribunal se apropria dos termos propostos pela irmandade:

> (...) as dadas Posturas além de não serem feitas com as solenidades (...), sejam além disso contra os interesses do Povo, como impeditivas do maior aumento, e perfeição das artes fabris, não se tendo neles em vista a indústria, e inteligência, para conferir a mesma ser regulado o ganho, promovendo-se assim a incapacidade de uns, quando se não atende ao maior merecimento de outros, todos marcados com a mesma taxa.

O trecho da decisão aponta para as circunstâncias de aprovação na Câmara, para os interesses do Povo e para noções como "perfeição", "indústria e inteligência" "merecimento" (e mérito) para qualificar os artesãos, como os próprios irmãos artesãos faziam. No que diz respeito ao primeiro ponto, o Tribunal acata o agravo encaminhado pelos juízes e oficiais da Bandeira, no qual indicavam ter sido a Postura aprovada somente por dois vereadores e um procurador, na Vereança de 10 de março, ou seja, sem as "solenidades" devidas. Quanto aos demais elementos, pode-se apontar um sentido de justiça comum, localizado nos países do sul da Europa à época do Antigo Regime[51]. Se considerarmos os sentidos coevos de merecimento e mérito, que comporta conotações cristãs e sugere prêmio conforme o estado de cada um (BLUTEAU, 2000), ver-se-á que a decisão dos juízes no Tribunal também era regulada por princípios de uma sociedade desigual e hierárquica. Lembremos que a Postura de 1804 tentava estipular jornais pré-fixados para os artesãos. Estes renegam veementemente a "igualdade de prêmio" em cada categoria, uma vez que tornava bons e maus indistintos.

No Rio de Janeiro, entre o fim do século XVIII e início do XIX, eram comuns as desavenças entre os artesãos por conta das fronteiras entre os ofícios. Foi possível também observar que os regulamentos das irmandades se opunham àqueles Mestres que tomavam a seu encargo obras que não pertenciam ao seu ofício. Por esta razão, os compromissos atualizavam os seus parágrafos contra a mistura de ofícios, que era alvo de punição[52].

Em 1792, Antônio José Pereira solicita à Câmara uma licença de ferreiro para abrir uma oficina de carros de madeira. Era "carpinteiro de carros", mas precisava usar de "chapeados de ferragens". Ao que tudo indica, o juiz e o escrivão da Irmandade de São Jorge estariam colocando empecilhos ao exame daquele oficial, que só requeria exame de ferrador e não de carpinteiro. O recurso encaminhado à Câmara lhe foi negado. Afinal, como prescreviam as regras do direito, um mecânico *honesto*, *honrado* estava impedido de se intrometer em profissões não mecânicas, mas inclusive de assumir profissões alheias, pois como observa Manuel Álvares Pegas, "(...) da mistura dos ofícios se seguiria a confusão e a desordem da

República"[53]. As interdições e os riscos de desobediência colocadas por uma autorizada fonte jurídica do século XVII são atualizadas de forma eloquente na passagem há pouco citada da apelação dos irmãos artesãos de São José. O tom de catástrofe assinalado na cidade despovoada serve para indicar a importância das atividades manuais na "sustentação humana" e a linguagem jurídica era um dos meios de inserção dos artesãos e de seus corpos numa cosmologia cujos ritmos não deveriam ser alterados.

Pedro José desapareceu, Domingos Ramos teve seu registro esquecido ou apagado, Laudegário recebeu a licença e Manoel Antônio de Almeida foi signatário nos autos contra a postura de 1804. Eram artesãos, cujas histórias a narrativa trouxe à cena. Estas permitem destacar a importância do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro para a memória dos artesãos entre o fim do século XVIII e início do XIX e, simultaneamente, a necessária intervenção do historiador sobre os documentos-monumentos (LE GOFF, 1984:103-104, v-1), conforme a sugestão ainda atual de Jacques Le Goff.

Notas

1- Nem todos os dados elencados são encontrados e nem todos serão trabalhados em detalhe neste artigo. São dados passíveis de serem localizados. A Câmara recebe o título de Senado da Câmara e as prerrogativas associadas a ele, em 1757, durante o governo de Gomes Freire de Andrade (1733-1763). Contudo, para maior leveza do texto, passo a me referir tão somente à Câmara daqui em diante.

2 - O termo ofício deriva do latim *officium*, significando "dever, ocupação moral, o que se deve fazer por obrigação, sentimento de dever, benefício, serviço prestado, favor, ofício, função, trabalho, ocupação, emprego, mister, serviço, trabalho" (HOUAISS, 2008). No século XVIII, era também caracterizado como um termo polissêmico. Sem desconsiderar as conotações morais inscritas na palavra, destaca-se, por ora, sua definição como "ofício de mãos, ofício fabril" (BLUTEAU, 2000). Para um breve histórico da noção de ofício mecânico na história de Portugal e da América portuguesa (GOUVÊA in:VAINFAS, 2000). A definição de artesão de que me aproprio pode ser encontrada em (CHASTEL, 1991:171). Reconheço que Chastel analisa o papel dos *artifex* no Renascimento e que há de se considerar as mudanças no conceito de arte e artista ao longo da modernidade. Para uma reflexão sobre as irmandades e, em particular sobre as *irmandades de ofício*, que leva em conta a história dessas instituições no mundo português, a historiografia portuguesa e a brasileira e reflete sobre a nomenclatura (SANTOS, no prelo). São indispensáveis para o assunto (CAETANO in: LANGHANS, 1943-1946; BOSCHI, 1986).

3 - A partir deste ponto, passo a usar uma nomenclatura simplificada para intitular as agremiações, exceto quando citar o documento. Por exemplo, em lugar de *Irmandade do Glorioso Mártir São Jorge*, passo a utilizar Irmandade de São Jorge. As citações de documentos serão atualizadas na grafia, mantendo-se a pontuação e as maiúsculas, exceto se vierem no meio da palavra.

4 - Afirmo por hipótese com base nas indicações da historiografia (CAVALCANTI, 2004:209), mas há investigações sob a minha orientação em andamento sobre os alfaiates, os ourives e suas respectivas irmandades.

5 - O verbete "confrarias" apresenta uma perspectiva informada e ampla tanto do ponto de vista cronológico – desde a Idade Média até a contemporaneidade – quanto espacial em termos do Portugal continental. Parte de uma definição canônica e etimológica das confrarias para analisar o caráter vário destas instituições, particularmente na época moderna, no que diz respeito às suas finalidades e formas de organização (PENTEADO, 2010). Neste artigo, não fazemos distinção entre confrarias, irmandades e corporações considerando sobretudo o caráter intercambiável que identificamos entre os termos na documentação utilizada. Quando a distinção se fizer necessária, se fará menção à mesma.

6 - A Irmandade de São Jorge solicita a aprovação de seu primeiro compromisso em 1758, obtendo a aprovação régia em 1760 e a do síndico da Câmara em 1761 (Compromisso da Irmandade do Glorioso São Jorge no Rio de Janeiro (1757) in: AHU, Compromissos. Cod. 1949 CD- 25).O segundo

compromisso, de 1790 recebe a confirmação régia em 1791 (acrescentamento dos capítulos) da Irmandade do Glorioso Mártir São Jorge no Rio de Janeiro (1791) in: AHU, Compromissos. Cod. 1952. CD- 25. Sobre o assunto, Beatriz Catão Cruz (2012a

7 - AGCRJ 46-2-22; Marceneiros e carpinteiros. 1812-1831; AHU, Rio de Janeiro, manuscritos avulsos, CD-4 doc. 12673

8 - AHU, Compromisso da Irmandade do Glorioso São Jorge no Rio de Janeiro (1757); Compromisso (acrescentamento dos capítulos) da Irmandade do Glorioso Mártir São Jorge no Rio de Janeiro (1791). No caso da Irmandade de São José: AGCRJ 46-2-22; Marceneiros e carpinteiros. 1812-1831; AHU, Rio de Janeiro, manuscritos avulsos, CD-4 doc. 12673. A Irmandade de São Crispim e São Crispiniano teria surgido antes de 1754 (CAVALCANTI, 2004), mas o documento que indica esta datação encontra-se indisponível (ANRJ, 1º ofício de notas, livro 125, Coleção eclesiástica, cx. 926, doc.63, 1861). Tive acesso somente ao regimento da agremiação de início de 1817, mas há indicação de um compromisso anterior em documento de 1764 no qual juiz, escrivão e demais oficiais de sapateiro solicitam a observância dos capítulos 3 e 4, que versam sobre a proibição de "tendas encobertas" e exame de pardos e pretos cativos para ingresso na irmandade (ANRJ Cod. 773 Regimento do Governo econômico da Bandeira e ofício de sapateiro do Rio de Janeiro, 1817; AGCRJ Cod.50-1-12. Sapateiros. Documentos sobre ofícios de juízes e escrivães de sapateiros (1813-1827) fl.5**.** A Irmandade de Santa Cecília tem seu compromisso redigido e aprovado pelos irmãos músicos em 1784 e obtém provisão régia em 1786. *Registro do Compromisso da Irmandade da Gloriosa Virgem e Mártir Santa Cecília sita na Igreja de N. S. do Parto da Cidade do Rio de Janeiro de que é Protetor o Ill*^{mo}*. S*^{or}*. Vice-Rei do Estado.* Registro Geral de Ordens Régias, cód. 64, vol. 20. Irmandade de Santa Cecília identifica-se como uma agremiação de ofícios, que exclui os mecânicos. Procurei analisar esta dimensão contrastiva em: (SANTOS, no prelo.)

9 - Acompanho a discussão que Sergio Chahon faz do trabalho de António Manuel Hespanha sobre a história das instituições (HESPANHA. Apud. CHAHON, 1996: 12-13).

10 - Para uma história da Mesa de Consciência e Ordens que dá ênfase às atribuições relativas ao clero e ao culto, a partir do arcabouço jurídico do século XVI, do novo regimento de 1608 que vigoraria daí em diante e de uma série de provisões de fim do século XVIII e início do século XIX (NEVES, 1995:43-80). Entre as atribuições mencionadas estão os provimentos de benefícios eclesiásticos junto a igrejas paroquiais e catedrais, a criação de novas freguesias, a ereção de capelas, a questão de defuntos e ausentes, a concessão dos hábitos das ordens militares e as medidas relacionadas ao reconhecimento das irmandades, sendo que o autor não analisa com vagar os dois últimos assuntos.

11 - Monsenhor José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo esteve a serviço da Mesa da Consciência e Ordens como Procurador-Geral, entre 1808 e 1822. A despeito das funções judiciárias atribuídas ao cargo, observa-se que o órgão assume diversas tarefas administrativas. Pizarro aparece, várias vezes, expedindo inúmeros pareceres sobre confirmação de compromissos (CHAHON, 1996: 17, 54). Para Larissa Viana a medida de 1765 que exigia o envio para a Mesa de Consciência dos compromissos de irmandades está relacionada ao processo de fortalecimento do regalismo, sendo acompanhada de outras medidas de maior ingerência sobre aquelas associações nos domínios ultramarinos (VIANA, 2007).

12 - Compromisso da Irmandade do Glorioso São Jorge no Rio de Janeiro (1757) fl. 323.

13 - Para uma reflexão sobre o significado da confirmação dos compromissos de irmandades entre 1808 e 1822 (CHAHON, 1996:49-89). Basicamente, Chahon identifica a possibilidade de se criar uma modalidade pública de culto e, por meio dos casos analisados, ter acesso a posições de relevo nas procissões e adquirir propriedade.

14 - As questões foram apresentadas na ordem em que aparecem na documentação do Conselho Ultramarino. Compromisso da Irmandade do Glorioso São Jorge no Rio de Janeiro (1757) fl. 316-318.

15 - Idem. Ibidem (ênfase minha).

16 - Idem. ibidem.

17 - Efetuei uma análise comparativa entre os dois compromissos, levando em consideração a questão do capelão em SANTOS, in: RODRIGUES e FALCON – no prelo).

18 - O parecer referido é do procurador da Coroa. Compromisso da Irmandade do Glorioso São Jorge no Rio de Janeiro (1757) fl. 321.

19 - Para uma interpretação que relativiza o processo de secularização na modernidade e aponta, no caso brasileiro, para uma determinada modalidade de relação entre o Estado e as religiões, ver GIUMBELLI, 2001, 2008.

20 - Compromisso da Irmandade do Glorioso São Jorge no Rio de Janeiro (1757), fl.316-317.

21 - Em texto anterior, sugeri que os mesmos se tornariam irmãos de menor condição (SANTOS, 2012a). Todavia, o regulamento não indica a possibilidade daqueles marcados pela "limpeza de sangue" tornarem-se irmãos, deixando um espaço de abertura a ser ocupado pela prática social.

22 - Larissa Viana menciona, além das medidas legais já indicadas que, em 1774, confirma-se a impropriedade de se realizarem inquéritos na busca de traços de cristão novo nos candidatos a Câmaras, confrarias e outras corporações (Vianna 2007:82).

23 - Segundo Sonkajaervi, em 30 de setembro de 1681, as tropas francesas entram na cidade alsaciana de Estrasburgo que deixa de ser uma cidade livre do Império Germânico para se tornar uma cidade real francesa. Com base neste fato, a autora discute o embate decorrente da presença de diferentes línguas, confissões religiosas (luteranos, calvinistas, católicos e judeus) a despeito da manutenção de certas instituições e jurisdições anteriores (SONKAJAERVI, 2011). A comparação das irmandades de ofícios do Rio de Janeiro às corporações de ofício de Estrasburgo é aqui apresentada como hipótese de trabalho que sustentamos a despeito das enormes diferenças de contexto. No caso do Rio de Janeiro, a alteração de *status* político-administrativo que estamos sugerindo como critério de comparação a aprofundar nas diferenças é a vinda da Corte, que coroa uma série de mudanças já vivenciadas pela cidade desde a segunda metade do século XVIII.

24 - Compromisso (acrescentamento dos capítulos) da Irmandade do Glorioso Mártir São Jorge no Rio de Janeiro. (1791). Já havia identificado em análise anterior dos compromissos de São Jorge o ingresso não só dos tanoeiros, mas também dos picheleiros e seleiros na irmandade (SANTOS, 2010: 137). Tanoeiro era aquele que fazia ou consertava tonéis, pipas ou barris; picheleiro, o que fazia vasos de estanho, e de lata de flandres e o seleiro, selas para animais.

25 - AN, Cód. 837, Compromisso da Irmandade de São José dos Bem Casados ereta na freguesia de Nossa Senhora do Pilar em Vila Rica (1807); AHU, Cód.1301. *Compromisso da Irmandade de São José da Capitania de Pernambuco* (1774). Agradeço o acesso e referências destes documentos à Larissa Viana e Luis Geraldo Silva.

26 - AGCRJ, Cód. 46-4-44. Classes de Ofícios. 1815-1831. (1824). Seria inviável indicar outros documentos neste artigo, tamanha a quantidade de casos desta natureza.

27 - Idem. Ibidem.

28 - Para uma breve discussão sobre a questão dos juramentos na sociedade colonial e no Império do Brasil, à diferença da Inglaterra, que aponta para o caráter público e exclusivo do catolicismo consultar SANTOS, 2012b.

29 - A expressão é utilizada por Isabel Sá Guimarães ao analisar os ritos da Santa Casa de Misericórdia no Império Português, especialmente a "visita geral" realizada pelo provedor. Em Goa, a "visita geral" teria se tornado um ritual de apresentação da nova direção da confraria, que incluía uma dimensão de sacrifício, pois o provedor deveria desembolsar dinheiro para esmolas (SÁ, 2001:88).

30 - Já localizamos conflitos desta natureza em ofícios diversos, a exemplo dos sapateiros. Para uma análise a respeito, SIQUEIRA, 2011.

31 - AGCRJ cód.46-2-22. Marceneiros e carpinteiros. 1812-1831, fl. 3.

32 - Neste ponto, utiliza-se o conceito de honestidade, conforme a apreensão e discussão de António Manuel Hespanha da *Summa* Santo Tomás de Aquino. Para Santo Tomás, a honestidade é a virtude que modera todas as coisas humanas segundo a razão, donde se deduz que no polo oposto está o falso, o artificial, o desordenado ou o disforme. A partir da recepção de Santo Tomás pelos juristas do século XVII, pode-se dizer que o direito colonial inscreve as pessoas individuais e coletivas nos preceitos da ordem natural (HESPANHA, 2010:255-260).

33 - No trabalho de Mônica Martins há boas indicações a respeito do que denominei diversificação dos ofícios mecânicos, ocorrida a partir da segunda metade do século XVIII, a exemplo da maior demanda por serviços mecânicos, surgimento de novas associações profissionais e ampliação de lojas e oficinas (MARTINS, 2008:72). Sobre o Rio de Janeiro nos quadros do Império português, no fim do século XVIII e início do XIX, remeto a FRAGOSO e FLORENTINO, 2001).

34 - O Termo de 1764, além de prescrever a proibição de exame, cria restrições aos "pretos e pardos" de estarem a frente de tendas públicas. Em 1770, segundo Mariana Nastari, os irmãos de São Crispim e São Crispiniano conseguem acrescentar ao Termo a exigência de que os "três aprendizes a cada Mestre sejam meninos brancos, ou ao menos Pardos livres e *nunca* pretos e Pardos cativos" (SIQUEIRA, 2010: 56, 61). Por intermédio da análise dessa documentação jurídica, ela recupera o conflito e reconstrói a identidade de *pardos livres*, que prevalece na irmandade, reconhecendo cor como condição social (MATTOS, in: FRAGOSO et alii 2011).

35 - A identificação destas atividades foi realizada nos autos do processo contra Francisco Félix da Cruz, pelos juízes de ofício, como representantes da irmandade. Em 1759, ele é condenado a pagar três mil réis por possuir loja de marceneiro com quatro aprendizes, "sem ter licença e sem ser examinado" contrariando os Capítulos do Compromisso. Para se ter acesso ao conjunto do processo: AGCRJ, Cód: 40-3-91. Autos entre partes, os juízes de carpinteiros e marceneiros da Freguesia de São José e Francisco Félix da Cruz. Há uma transcrição incompleta e publicação destes autos por Noronha Santos (SANTOS, 1942).

36 - Em outra ocasião analisei, de forma breve, alguns desses casos que envolviam os marceneiros e carpinteiros. O propósito era investigar as condições de cidadania dos ofícios na cidade do Rio de Janeiro como uma sociedade inserida no Antigo Regime português (SANTOS, 2010). No mencionado texto, indico a existência de um conflito que envolvia a Irmandade de São Crispim e São Crispiniano, o Senado da Câmara e os sapateiros que não pertenciam à irmandade, identificados como pardos, pretos cativos e seus proprietários, conflito que perdurou entre a década de 70 do século XVIII e o início do século XIX. O Aviso Régio de 1813 constituía uma decisão favorável aos sapateiros, mas era uma vitória relativa, pois a demanda pela

proibição ambulante de venda de sapatos permanece após esta data (SANTOS, 2010:142, nota 39). Para análise detalhada da questão dos sapateiros, ver SIQUEIRA, 2011. Para uma reflexão sobre o conceito de cidadão no Brasil entre 1750 e 1850 (SANTOS e FERREIRA, 2008).

37- A afirmação é de Luis Felipe de Alencastro, segundo o qual, em 1850, o Rio de Janeiro contava com 110 mil escravos entre seus 266 mil habitantes (ALENCASTRO, 2010:5). Neste texto de intervenção, o autor reflete sobre o impacto do escravismo não somente sobre a população afrodescendente, mas sobre os brasileiros em geral. Neste momento, não vem ao caso discutir suas posições, mas destacar os dados indicados pelo autor que informa ter sido o Brasil o país que praticou a escravidão em mais larga escala, em termos de quantidade e tempo. Dos cerca de 11 milhões de escravos deportados e chegados vivos nas Américas, 44% (perto de 5 milhões) vieram para o Brasil, num período de três séculos.

38 - AGCRJ, Cód. 46-2-22; Marceneiros e carpinteiros.1812-1831. Auto de achada de 19/06/1812.

39 - Em 1804, data de solicitação de atualização do compromisso de São José não se encontra impedimentos "de cor" ao exercício de ofícios anexos à irmandade. No entanto, o controle sobre a atividade dos marceneiros, carpinteiros, pedreiros e canteiros é reforçado, pois se reconhece que na cidade encontram-se homens que trabalham sem carta de exame.

40 - AGCRJ, Cód. 46-2-22; Marceneiros e carpinteiros. 1812-1831.

41 - AGCRJ, Cód.46-4-44. Classes de Ofícios (1815-1831). O caso de Domingos Ramos é de 1822.

42 - Funcionário das Câmaras do reino e dos domínios ultramarinos. Entre as principais atribuições: fiscalizar o abastecimento de víveres para a localidade, verificar se o preço pelo qual eram vendidos seguia o padrão fixado, verificar se os vendedores usavam os pesos e medidas padronizados e se os oficiais e jornaleiros não exorbitavam nos valores de seus serviços em relação ao estabelecido pela Câmara e pelas corporações (ou irmandades), fiscalizar as obras, e, em termos gerais, cuidar para que os ofícios mecânicos guardassem as determinações da Câmara.

43 - AGCRJ,Cód. 46-4-44. Classes de Ofícios (1815-1831). A solução aplicada ao caso do ferrador pode tomar como base a referência estabelecida no Compromisso de São Jorge (1757), que distinguia o trabalho "particular" ou "obra própria" dos *ferreiros escravos* dos senhores de engenho ou particulares do trabalho "para fora", "alheio" realizado (cap. 11, §8, "Do regimen dos Officios" in: AHU, *Compromisso da Irmandade de São Jorge.* 1757). Nos dois tipos de trabalho, incidia a cobrança da irmandade, mas a licença era exigida apenas para o trabalho público. O ofício de ferrador era anexo à irmandade e o compromisso posterior, de 1790, não fazia menção à questão no capítulo dedicado às obrigações do juiz, que incluem o exame para ter acesso à licença (cap. 9º in: AHU, *Compromisso da Irmandade de São Jorge.* 1790).

44 - AGCRJ, Marceneiros e carpinteiros. 1812-1831 fl. 41.

45 - No conjunto dos compromissos consultados, a questão aparece nos capítulos que tratam do exame e correições periódicas realizadas pelos juízes de ofício. Os artesãos produzem "peças" ou "obras" a serem avaliadas pelos "peritos" na arte. Se as "obras" eram consideradas "imperfeitas, com erro ou falsidade dos Materiais" os artesãos eram punidos pelas irmandades e Câmara. (cap. 11, § 8 "Do regimen dos Officios" in: AHU, *Compromisso da Irmandade de São Jorge.* 1757, cap. 9º in: *Compromisso da Irmandade de São Jorge.* 1790; Capitulo 6º e 7º do Compromisso da Irmandade de São José in: AGCRJ, Cód. 40-3-91. Autos entre partes, os juízes de carpinteiros e marceneiros da Freguesia de São José e Francisco Félix da Cruz. Este processo transcorre entre 1759 e 1761.

46 - AGCRJ, 40-3-93. Autos dos oficiais das bandeiras, de carpinteiros e pedreiros e oficiais dos ditos ofícios (1805).

47 - Segundo Marcello Caetano, o termo "bandeira" se afirma no século XVI, mas é identificado no século XV: "o ofício é o grupo natural profissional, reconhecido e regulado juridicamente; a bandeira é a associação dos ofícios, constituída para efeitos políticos, administrativos e religiosos". Nos casos do século XVIII, indicados pelo historiador do direito, os ofícios embandeirados eram aqueles honrados e abastados, capazes de sustentar festividades e atos político-administrativos. (CAETANO in: LANGHANS, 1943-1946).

48 - No auto há uma citação da introdução e dos capítulos 6º e 7º do Compromisso da bandeira dos ofícios de pedreiros e carpinteiros. Idem. ibidem.

49 - Para uma discussão sobre a categoria de ordem no Antigo Regime português consultar HESPANHA, 2010: 47-67.

50 - AGCRJ, 40-3-93. Autos dos oficiais das bandeiras, de carpinteiros e pedreiros e oficiais dos ditos ofícios (1805).

51 - Giovanni Levi extrai suas reflexões da pesquisa desenvolvida sobre o consumo na Veneza de 1500 a 1700. Parte das questões sobre o "idioma" que informa os padrões de consumo em sociedades desiguais e que, posteriormente, incorporam os códigos de igualdade. Para o autor, na Europa mediterrânica do Antigo Regime, a origem teológica do sentido de justiça deixa ao juiz uma grande margem de interpretação e, nas práticas jurídicas, é central a *equidade*: a imagem do justo que domina uma sociedade desigual, hierarquizada e corporativa, mas justa conforme os princípios de uma justiça distributiva – a cada um conforme seu *status* social (LEVI, 2002).

52 - É possível consultar o regulamento da Irmandade de São José a respeito da mistura de ofícios na década

de 40, 50 do século XVIII e o capítulo, alterado apenas na numeração, no início do século XIX.

53 - A citação é atribuída a Manuel Álvares Pegas. *Commentaria in Ordinationes Regni Portugalliae*., se bem que António Manuel Hespanha indique a presença da interdição em outras fontes tradicionais (Apud.HESPANHA, 2010: 257).

Referências bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (2010). "O pecado original da sociedade e da ordem jurídica brasileira" IN: *Novos estudos. CEBRAP* n.87, São Paulo.

BLUTEAU, Raphael (2000). *Vocabulario portuguez e latino / CD-ROM.* Rio de Janeiro: UERJ.

BOSCHI, Caio César (1986). *Os leigos e o poder*; irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática.

CAVALCANTI, Nireu (2004). *O Rio de Janeiro setecentista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

CHAHON, Sérgio (1996). *Aos pés do altar e do trono:* as irmandades e o poder régio no Brasil, 1808-1822. São Paulo, Universidade de São Paulo (Dissertação apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas).

CHASTEL, André (1991). "O artista" IN: GARIN, Eugenio (org.). *O homem renascentista*. Lisboa: Presença. p. 171-180. Consultado em 09/03/2012.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo (2001). *O arcaísmo como projeto*: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GIUMBELLI, Emerson (2002). *O fim da religião*: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França. São Paulo: Attar Editorial.

GIUMBELLI, Emerson (2008). "A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil". Religião & Sociedade,. v. 28, n. 2, pp. 80-101.

HANSEN, João Adolfo (1996). "O discreto" IN*:* NOVAES, Adauto (org*). Libertinos libertários.* São Paulo: Companhia das Letras.

HESPANHA, António Manuel (2003). *Imbecillitas.* As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades do Antigo Regime. São Paulo: Annablume.

HOUAISS, Antonio (2008). *Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa.* Rio de Janeiro: Editora Objetiva.

LANGHANS, Franz-Paul (1943-1946). *As corporações de ofícios mecânicos.* Subsídios para sua história. Lisboa: Imprensa Nacional.

LANGHANS, Franz-Paul (1943-1946). *As corporações de ofícios mecânicos.* Subsídios para sua história. Lisboa: Imprensa Nacional.

LE GOFF, Jacques (1984). "Documento / Monumento" IN: *Enciclopedia Einaudi* (memória/ história). Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, v-1, p. 95-108.

LEVI, Giovanni (2007), "Reciprocidad mediterránea". Disponível em http://www.tiemposmodernos.org/viewissue.php, consultado em 9/3/2012.

MARTINS, Mônica de Souza Nunes (2008). *Entre a cruz e o capital*: as corporações de ofícios após a chegada da família real (1808-1824*).* Rio de Janeiro: Editora Garamond.

MATTOS, Hebe de Castro (2000). *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico.* Rio de Janeiro: Zahar.

MATTOS, Hebe de Castro (2001). "A escravidão moderna nos quadros do Império Português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica". IN: FRAGOSO, João et alii. *O Antigo Regime nos trópicos*; a dinâmica imperial portuguesa XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

NEVES, Guilherme Pereira das (1997). *E receberá mercê;* a Mesa de Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil. 1808-1828. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

PENTEADO, Pedro (2000). "Confrarias". IN: AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Circulo de Leitores: Lisboa.

REIS, João José (1996). "Identidade e diversidade étnicas nas Irmandades Negras no tempo da Escravidão". Disponível em http://gladiator.historia.uff.br/tempo/textos/artg31.PDF. (Consultado em 23/05/2000)

SÁ, Isabel dos Guimarães (2008). "Charity, ritual at edge of Empire: the misericórdia of Macau" BROCKEY, Liam Matthew. *Portuguese colonial cities in the early modern world.* Empires and the Making of the Modern World, 1650. Farnham: Ashgate. pp. 149-173.

SANCHIS, Pierre (1996). O repto-pentecostal à "cultura católico-brasileira" IN: *Nem anjos nem demônios*. Petrópolis: Vozes.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz (2010). "Irmandades, oficiais mecânicos e cidadania no Rio de Janeiro do século XVIII". *Revista Varia Historia*, v. 26, n. 43, pp.131-153.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz. "Festa do Corpo de Deus, oficiais mecânicos e estatutos de pureza de sangue no Rio de Janeiro setecentista" in: RODRIGUES, Cláudia; FALCON, Francisco C. (orgs.). *O pombalismo no mundo luso-brasileiro e seus significados* (no prelo).

SANTOS, Beatriz Catão Cruz (2012). "Catolicismo, cor e governança da terra no Rio de Janeiro no século XVIII" in: Sampaio, Antonio Carlos Jucá; Fragoso, João (org). *Monarquia Pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso: séculos XVI-XVIII* (no prelo).

SANTOS, Beatriz Catão Cruz; FERREIRA, Bernardo (2008), Cidadão/vizinho. *Ler História* Lisboa, v. 55, pp. 35-48.

SANTOS, Francisco Agenor de Noronha (1942). "Um litígio entre marceneiros e entalhadores no Rio de Janeiro". In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,* n.6, Rio de Janeiro.

SIQUEIRA, Mariana Nastari (2011). *Entre o signo da mudança e a força da tradição*: o conflito entre a irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano dos sapateiros e a Câmara, Rio de Janeiro, c. 1764-c. 1821. Seropédica: Universidade Federal Rural (mestrado em História).

SOARES, Mariza de Carvalho (2000). *Devotos da cor.* Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

SONKAJAERVI, Hanna (2011). "A religião como meio de inclusão e de exclusão nas corporações de ofício de Estrasburgo (1681-1789)". Disponível em

http://www.revistatopoi.org/numero_atual/topoi23/topoi23_11_t1_a_religiao_como_meio_de_inclusao_e_de_exclusao.pdf.

VAINFAS, Ronaldo (dir.) (2000). *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva.

VIANA, Larissa (2007). *O idioma da mestiçagem;* as irmandades de pardos na América portuguesa. Campinas: Editora da UNICAMP.

WEHLING, Arno; WEHLING. Maria José C. de (2004). *Direito e justiça no Brasil colonial.* O tribunal da Relação do Rio de Janeiro1751-1808. São Paulo: Renovar.

Enviado em 19/03/2012

Deveres do Estado em tempos de carestia (Rio de Janeiro, 1850-1860)*

Duties of the State in times of dearth (Rio de Janeiro, 1850-1860)

Juliana Teixeira Souza
Doutora em História Social pela UNICAMP, Universidade Federal do Rio Grande do Norte
julianasouza@cchla.ufrn.br

RESUMO:

Na década de 1850, o Rio de Janeiro enfrentou uma longa crise de carestia, que pôs em debate qual o papel a ser desempenhado pelo Estado numa conjuntura na qual a população não tinha assegurado o acesso aos gêneros essenciais. A proposta do artigo é analisar esse debate com base nas divergências entre o governo central e a municipalidade acerca dos valores e interesses que deveriam pautar a organização do mercado de alimentos. O trabalho também pretende abordar o confronto entre diferentes modelos de regulação do mercado, o declínio do paternalismo como mediação institucional das relações sociais, a preocupação das autoridades com os clamores da opinião pública, assim como o enfrentamento da crise pelos trabalhadores da cidade.

Palavras-chave: Estado imperial; Câmara Municipal; Rio de Janeiro

SUMMARY:

Rio de Janeiro was confronted with a long period of dearth throughout the 1850s, which raised the issue of the appropriate role of the State in situations where the population had no access to essential goods. The article intends to analyse the debate that resulted at the time based on the divergences between the central government and the municipality related to the values and interests that should govern the organisation of the food market. The work also intends to provide insight on the incongruity of the different market regulation models, the decline of paternalism as an institutional mediator of social relations, the concern of the authorities with the outcry of public opinion, as well as how the city's workers faced the crisis.

Key words: *Imperial State; City Council; Rio de Janeiro*

* Artigo baseado na tese: SOUZA, Juliana Teixeira. *A autoridade municipal na Corte imperial*: enfrentamentos e negociações na regulação do comércio de gêneros (1840-1889). Tese de doutorado, Departamento de História / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2007. Esse trabalho foi desenvolvido com apoio do CNPq e da FAPESP.

Para os habitantes da capital do Brasil Império, a luta diária pela sobrevivência foi particularmente dura na década de 1850. Nos estudos clássicos sobre a história econômica da cidade pode-se atestar a conjuntura de crise sob diversos aspectos. No monumental *História do Rio de Janeiro*, Eulália Maria Lahmeyer Lobo informou que as epidemias de febre amarela e cólera-morbo dobraram a taxa de mortalidade naquele decênio, contribuindo para a diminuição da oferta de mão de obra. Mas a menor concorrência no mercado de trabalho não significou melhoria nas condições de vida do homem pobre livre, pois prevaleceu a tendência geral de baixa do poder aquisitivo salarial (LOBO, 1978, p. 232). Os efeitos do recuo no poder de compra se tornavam mais agudos na medida em que a cidade enfrentava o aumento generalizado dos preços de matéria-prima, serviços, terrenos urbanos e aluguéis, além da prolongada escassez dos alimentos de primeira necessidade. No livro *História do abastecimento*, Maria Yedda Linhares considerou que nesse quesito o Rio de Janeiro permaneceu uma cidade-problema ao longo de todo o século XIX, de modo que a cidade mais rica e populosa do país sentiu fortemente a longa carestia, que de forma mais ou menos severa afetou as províncias de Norte a Sul do país (LINHARES, 1979, p. 159-174).

No estudo realizado por Afonso de Alencastro Graça Filho se verifica que os primeiros sinais de desequilíbrio entre a oferta e a procura dos gêneros alimentícios apareceram entre 1851 e 1852, o que confirmaria a relação do fenômeno com o fim do tráfico atlântico de escravos, conforme as autoridades já haviam assinalado na época. O fim do tráfico não impediu o aumento do volume e do preço dos oito principais produtos de nossa pauta de exportação, mas isso se deve ao desvio de parte da mão de obra antes empregada em outras lavouras para esse setor. A diminuição das áreas de cultivo destinadas aos produtos de subsistência gerou o desabastecimento e a elevação de preços que puseram em sobressalto o maior centro de consumo do Brasil imperial (GRAÇA FILHO, 1991, p. 58).

Não bastasse a insuficiência das safras, a população ainda se via obrigada a enfrentar os expedientes utilizados por atacadistas e importadores para ampliar suas margens de lucro. Acusados de atravessadores, monopolistas e especuladores, via de regra, as queixas não eram infundadas. No comércio da carne seca, por exemplo, verifica-se que chegava ao dobro, e por vezes ao triplo, a diferença entre o preço pago no Rio Grande e o cobrado na praça carioca. Diante dessa discrepância, na análise de Graça Filho, pareceu evidente que "na compra e na revenda, os negociantes grossistas, operando por consignação ou a conta própria, faziam valer o controle que detinham da distribuição, auferindo grandes lucros pela especulação, ampliada nos momentos de alta generalizada dos preços" (GRAÇA FILHO, 1991, p. 67).

Embora esses aumentos exagerados não fossem novidade, em tempos de carestia se avolumavam as críticas contra esses comerciantes, assim como as cobranças dirigidas ao poder público, pressionado a tomar providências contra as práticas julgadas ilegítimas nas atividades do mercado. Na documentação produzida pelas principais autoridades do governo central e municipal há evidências da preocupação com os clamores públicos, que

manifestavam tanto o medo da população de se ver privada dos gêneros essenciais, quanto a expectativa de que a intervenção do Estado na regulação do mercado de alimentos priorizasse a assistência aos mais pobres. E quando a ameaça da fome pairava sobre a população, não convinha aos governantes que ignorassem suas queixas e reivindicações, sob o risco de enfrentarem grandes perturbações sociais ou comprometerem a legitimidade de seu poder[1]. Pelo menos era assim que parecia pensar uma parte dos homens responsáveis pela direção do Estado imperial.

O confronto entre diferentes modelos de regulação do mercado

Na cidade-sede do poder central, não se pode dizer que as autoridades tenham ignorado os clamores públicos, ainda que o resultado das providências tomadas pelos governantes nem sempre estivesse de acordo com as expectativas da população. Em 1853, quando na imprensa e nas ruas tomavam corpo as denúncias contra o monopólio e a elevação não justificada do preço das carnes verdes, foi inaugurado um novo matadouro na cidade, localizado em São Cristóvão, que deveria contribuir para a melhoria do abastecimento e assim diminuir as especulações sobre esse gênero. Além de ser o local para o abatimento de reses, o matadouro também funcionava como uma feira e casa de comércio, onde atuavam comissários, invernistas, boiadeiros e marchantes, que integravam a complexa cadeia de transações que começava nos centros criatórios e se estendia até o mercado consumidor.

Diversos grupos de agentes disputavam intensamente o controle do matadouro, mas o arbítrio sobre esses conflitos era compartilhado entre o governo central e a vereança, ainda que de forma nem sempre consensual. Ciosa de suas prerrogativas, em 10 de janeiro de 1854, a Câmara Municipal publicou um edital fazendo saber a todos os criadores ou consignatários de gado das províncias de Minas Gerais e São Paulo que "estão dadas as convenientes ordens, e tomadas as providências, para que não possam sofrer opressão, vexame ou acinte no matadouro público, quer da parte do administrador, dessa repartição, quer da dos marchantes". Caso eles se sentissem ameaçados e necessitassem de proteção, deveriam recorrer ao presidente da Câmara e ao chefe de Polícia (CÓDIGO DE POSTURAS, 1870, p. 71-72). A medida visava, fundamentalmente, fazer oposição aos marchantes que há tempos monopolizavam o comércio de carnes verdes e forçavam a alta de preços. O problema era de conhecimento geral e estava longe de constituir um fato isolado, pois o comércio abusivo se configurava como prática usual em outros ramos do setor de abastecimento.

O tema veio à tona em 15 de janeiro de 1854, quando o Jornal do Commercio publicou a "Representação que a Câmara Municipal endereçou ao governo pedindo-lhe providências contra todos os monopólios de gêneros de primeira necessidade". No texto remetido dias antes para Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, então ministro dos Negócios do Império, os vereadores reconhecem que o monopólio "há muito se havia assenhoreado do comércio das

carnes verdes", desafiando as autoridades em sua "excessiva ambição de um lucro imoderado", mas destacam que por duas vezes a municipalidade já havia encaminhado representação ao governo imperial sobre o assunto. Dessa forma, procuravam mostrar que as autoridades locais não estavam indiferentes às dificuldades enfrentadas pela população que, no dizer dos vereadores, se viu "compelida à dura alternativa, ou de pagar a libra de carne pelo duplo do que até aí lhe custava, ou de privar-se do seu sustento cotidiano". Conforme a representação informa, esse quadro funesto "desapareceu como por encanto, diante das sábias e adequadas providências" ordenadas pelo ministro e executadas pelo chefe de Polícia com "energia e prontidão".

Como a relação da Câmara Municipal com os representantes do poder central era marcada pela intensa disputa por poder e autoridade, chama atenção o tom abonador e cordial adotado pelos vereadores nesse preâmbulo que, a rigor, parecia conter certa dose de exagero, tanto no que se refere ao sucesso das medidas tomadas pelo Ministério quanto no que diz respeito ao seu impacto no sustento cotidiano da população. A começar, a carne verde não era um gênero essencial para os homens pobres livres, sendo mais comum o consumo de aves, peixe e carne seca. Sobre o matadouro de São Cristóvão, Maria Yedda Linhares verificou que, apesar dos esforços empreendidos por algumas autoridades, ele continuou controlado pelos marchantes, que desvalorizavam as reses de boiadeiros desinformados, se faziam passar por criadores, retinham o gado nas invernadas, controlavam a quantidade de animais encaminhados para o abate e agiam em parceria com os açougueiros para forçar a elevação dos preços para o consumidor final (LINHARES, 1979, p. 194-202).

Tendo isso em vista, podemos supor que a população com acesso às notícias do *Jornal do Commercio*, por ler ou ouvir dizer, não deve ter tido dificuldade em reconhecer a ironia sugerida nos exagerados elogios dirigidos pelos vereadores ao ministro e ao chefe de Polícia. De todo modo, se a ambiguidade do texto inicial podia abrir margem para outras interpretações, na continuidade do documento o tom amistoso cede lugar ao confronto, evidenciando como a Câmara Municipal se contrapunha à postura adotada pelo governo central diante da crise que se instaurara. Na representação, os vereadores afirmaram:

> Não era só o monopólio das carnes verdes o único mal que dificultava e tornava aflitiva a posição do pobre no Rio de Janeiro, fazendo-lhe pagar a peso de ouro o sustento de cada dia.
>
> A sede de amontoar riquezas fabulosas tem acoroçoado a muitos outros especuladores na mesma vereda de tal modo que hoje é raro o gênero alimentício de primeira necessidade que se não acha monopolizado em certas e determinadas mãos. A farinha de mandioca, a carne seca, o feijão, o arroz e o bacalhau, gêneros que há dois anos, antes de existirem semelhantes convênios, eram vendidos ao povo a preços razoáveis, custam hoje o dobro do que então custavam.
>
> E nem se pense que da parte de tais atravessadores exista o menor rebuço ou desejo de ocultar tão criminoso negócio; porque crime se deve imputar àquele que especula

> sobre a fome de seus semelhantes. Pelo contrário, surdos aos clamores que contra eles se levantam em todas as partes, vão por diante no seu fim, e reduzem à miséria aqueles que têm a pretensão de não fazerem causa comum com eles.

Os convênios mencionados pelos vereadores eram acordos estabelecidos entre os comerciantes de grosso trato para defender interesses comuns e assegurar o controle sobre determinados setores da rede distribuidora. Esse controle se tornava mais eficaz na medida em que, estando ligados por relações clientelísticas, fosse comum que importadores e atacadistas atuassem de forma coordenada. Assim, os convênios fixavam os prazos de liquidação das dívidas, ocultavam do público o preço pago de primeira mão, inibiam a negociação com outras praças e impediam a venda direta entre produtores e comerciantes varejistas, neutralizando a concorrência e abrindo caminho para o jogo especulativo (GRAÇA FILHO, 1991, p. 87-98). Sabidamente, não eram poucos os convênios que atuavam na praça carioca, mas se eles não tinham "o menor rebuço ou desejo de ocultar" seus negócios das autoridades e do grande público, isto ocorria porque não agiam de maneira ilegal. Ao contrário, tinham seus acordos reconhecidos e registrados no Tribunal do Comércio.

Numa primeira leitura parece contraditório que, mesmo sem ferir a lei, esses comerciantes fossem acusados de criminosos. No entanto, conforme os vereadores explicam, os comerciantes que atravessam gêneros e praticam o monopólio são tratados como criminosos "porque crime se deve imputar àquele que especula sobre a fome de seus semelhantes". A sentença, portanto, foi orientada pelo princípio de que a consideração sobre o lucro não deveria ser sobreposta às necessidades básicas de sobrevivência, o que torna o acesso aos gêneros essenciais um imperativo moral. Como falavam em favor da população e tinham interesse em serem reconhecidos como seus legítimos representantes, parece provável que a representação dos vereadores estivesse de acordo com um consenso mais amplo a respeito do que fossem práticas legítimas e ilegítimas nas atividades do mercado. E, ao que parece, contrariava o senso de justiça da maioria das pessoas a imagem do pobre esfaimado em razão da usura e avareza dos comerciantes.

Ao longo da década de 1850, é possível acompanhar as repercussões da crise por intermédio dos jornais da Corte, especialmente nos artigos de fundo e nas sessões de cartas publicadas pelos leitores, onde se destacavam as críticas à administração municipal. Como o último elo entre a produção de alimentos e o mercado consumidor era o comércio a retalho, foi em razão da elevação de preços dos alimentos vendidos no varejo que a população sentiu os efeitos da carestia, levando muitos a acreditarem que o problema estava localizado apenas neste setor. E sendo a instituição camarária encarregada de regular a economia local, a população tendia a apontar a municipalidade como responsável pela solução da crise, pressionando os vereadores e os funcionários da Câmara com reiteradas queixas. Diante desse quadro, ao final da representação os vereadores indagaram:

> E pode um tal estado de coisas continuar desse modo, principalmente depois que a imprensa diária começa a bradar contra ele? Se o governo imperial não puser um dique a esta impetuosa torrente, poderá avaliar-se até onde poderá ele chegar, e que convênios e monopólios se não foram por aí além? Depois do exemplo que Vossa Excelência acaba de dar, fazendo desaparecer de um instante para outro um monopólio que chegou a encher de susto a população desta cidade, não é lícito descrer por um momento que a mão vigorosa que protegeu essa população contra uns deixe de o fazer contra outros.

A referência aos brados da imprensa diária evidencia a preocupação da vereança em assegurar aos munícipes que estava persuadida da legitimidade de suas queixas, especificamente no que se refere à opinião de que seria obrigação dos governantes protegerem a população da ação de monopolistas, especuladores e atravessadores. Esse cuidado em não contrariar a opinião pública pode ser entendido como uma estratégia de autopreservação, como uma tentativa de resguardar a imagem da Câmara Municipal como espaço de representação e demanda dos interesses dos cidadãos, para assim evitar a deflagração de protestos que elegessem a municipalidade como alvo preferencial. Como eximir a Câmara Municipal de qualquer responsabilidade sobre o agravamento ou a solução da crise parecia o mais importante, nesse caso, convinha destacar não apenas os limites das atribuições do poder municipal, como também as suas divergências com relação à política de abastecimento adotada pelo governo central.

No caso do Rio de Janeiro em meados do século XIX, a documentação evidencia a insistência da Câmara Municipal em operar com um modelo paternalista de regulação do mercado, no qual se reforçava o princípio de que os governantes deveriam proteger o povo dos comerciantes que não praticavam o "preço justo"[2] , uma preocupação que aparece na própria legislação municipal. O Código de Posturas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro previa multa e cadeia para "os que atravessem gêneros comestíveis e vendáveis, fazendo monopólio deles para os revenderem ao povo, indo atravessá-los nos subúrbios e roças, ou ao chegarem à cidade" (Seção Segunda, Título VI, parágrafo 19). Entretanto, como o próprio texto indica, a ação da municipalidade estava focada na produção em pequena escala e no comércio a retalho. O problema era que, como em outros grandes centros urbanos da época, as relações econômicas vinham se tornando impessoais na praça mercantil do Rio de Janeiro, cada vez menos visitada pelos produtores, fossem proprietários de grandes lavouras ou donos de pequenos sítios localizados no subúrbio e em municípios vizinhos, tornando imprescindível a atuação dos comerciantes do setor de abastecimento, embora nem todos parecessem convencidos disso.

Pouco tempo depois de a representação municipal ser publicada, por ordem expedida pelo imperador ao ministro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, o chefe de Polícia da Corte, Alexandre Joaquim de Siqueira, foi encarregado de proceder à investigação sobre as denúncias feitas pelos vereadores. Com o ministro sendo colocado numa situação embaraçosa,

acusado de se recusar a cumprir com o dever moral de proteger o povo com o agravante de, supostamente, ter em mãos todos os meios de remediar os males que se abatiam sobre a cidade, parecia forçoso responder às críticas que lhe foram dirigidas. Com a maior brevidade possível, o chefe de Polícia precisava legitimar as ações do Paço imperial, tornar públicas suas considerações sobre as causas e os culpados pela carestia, e informar como o governo central se posicionaria diante do problema e de seus envolvidos. A preocupação de fundo era prevenir as manifestações da malta urbana, garantir o domínio do grande capital mercantil, validar os monopólios e neutralizar as pretensões autonomistas do poder local, contribuindo assim para a manutenção da Ordem, princípio tão caro aos dirigentes do Estado imperial (MATTOS, 2004, p. 293).

Como não poderia deixar de ser, o relatório preparado pelo chefe de Polícia também foi divulgado numa folha de grande circulação, o *Correio Mercantil*, palanque dos liberais, como convinha aos defensores do novo modelo econômico. No início do documento, publicado em 18 de fevereiro de 1854, o chefe de Polícia informou que havia procedido às diligências necessárias para se inteirar do modo como era feito o comércio de gêneros e "verificar se o preço elevado em que todos eles se acham, e de que com tanta razão se queixa o público, é devido à ação do denunciado monopólio". Para tanto, ele colheu depoimento dos principais negociantes de carne seca, farinha de mandioca, bacalhau, toucinho, feijão, arroz e farinha de trigo da cidade. E concluiu que: "É incontestável que há no comércio desta cidade, especialmente no dos gêneros miúdos e alimentares, uma funesta tendência a concentrar-se em poucas mãos".

Conforme Alexandre Joaquim de Siqueira pôde apurar, "quanto ao bacalhau, o monopólio é franco e público. Está o anúncio dele no Almanak; e na casa do seu escritório há o letreiro – Associação do Bacalhau". Ele mencionou ainda que "esse título faria acreditar na existência de uma associação para a pesca do bacalhau, a qual, como exige grossos capitais, e expõe-se a grandes riscos, é geralmente feita por associação. Aqui porém não se trata de pesca nem de riscos". Ou seja, a atuação da Associação se resumia ao monopólio da rede distribuidora, organizado de tal forma que "na hora em que lhe parecer poderá obrigar a população a renunciar a esse gênero, ou a pagá-lo por preços exorbitantes", como alerta o relatório. Mas, surpreendentemente, a associação declarou que vinha comprando o bacalhau por 15$000 rs. e revendendo-o por 16$300 rs., e ao chefe de Polícia não pareceu que essa margem de lucro ultrapassasse os limites do que seria correto e aceitável. O mesmo se aplicaria ao comércio de toucinho, feijão, arroz e farinha, pois "os preços das primeiras compras, comparados com os das segundas, para a venda a varejo, mostram que os que se aplicam a esses negócios contentam-se atualmente com lucros que não são excessivos".

Enquanto na representação redigida pela vereança o argumento central era a condenação à prática do monopólio e da especulação numa situação em que as pessoas comuns lidavam com a ameaça da fome, o relatório de Alexandre Joaquim de Siqueira se concentrou em

legitimar as margens de lucro declaradas pelos comerciantes. A despeito do clamor público, em momento algum o chefe de Polícia condenou as estratégias utilizadas pelos comerciantes para assegurar suas vantagens financeiras. Em sua opinião, "enquanto os meios que empregam os que se acham de posse desses pequenos comércios não saem da órbita da legalidade, o princípio econômico da liberdade do comércio os protege". O parecer do chefe de Polícia não era infundado. Conforme indicamos acima, as associações e convênios por meio dos quais os comerciantes da rede distribuidora controlavam o abastecimento da cidade estavam sujeitos à legislação e foro comercial.

Alexandre Joaquim de Siqueira também afirmou em seu relatório: "A opinião pública, que no sofrimento da carestia brada contra o monopólio, não duvida prescindir de todas as garantias de liberdade, e invocar a ação despótica da autoridade para trazer o baixo preço dos gêneros". Como bem sublinhou Ilmar de Mattos, no liberalismo burguês em sua versão utilitarista, apropriado pelos dirigentes saquaremas no processo de construção do Estado imperial, a liberdade e a propriedade se destacavam como os principais atributos de distinção entre as classes. E a posse de bens materiais, com ênfase nos monopólios, se definia como elemento fundamental para a obtenção das satisfações individuais. Numa sociedade extremamente desigual e hierarquizada, que combinava liberalismo e escravidão com a mesma naturalidade que graduava a sociedade civil em diferentes níveis de cidadania, o monopólio não poderia ser rechaçado pelos homens do governo como uma prática contrária ao bem comum, mas sim reconhecido como um meio legítimo dos cidadãos ativos expandirem sua riqueza (MATTOS, 2004, p. 127-128).

Recorrendo à lei para fundamentar seus argumentos, o chefe de Polícia deixava claro que o mercado carioca seria regulado pela política econômica adotada pelo Estado imperial, identificada com o capitalismo mercantil em sua fase mais predatória. Tendo isso em vista, para o poder central era urgente pôr um freio nas expectativas alimentadas pela municipalidade de que o governo fosse adotar medidas de proteção aos pobres, fundadas em deveres e obrigações apenas supostos, sem qualquer amparo por parte do direito formal. Essa foi a posição assumida pelo chefe de Polícia, que propôs:

> A intervenção única da autoridade deve reduzir-se a levar (me parece) à publicidade as operações desse comércio, de modo a que sempre se soubesse, não só qual o consumo da cidade, como qual o seu provimento, os preços desse provimento em primeira mão, sucessivamente nas diversas mãos por que passa até chegar ao consumidor. Essa publicidade coibiria necessariamente os lucros exagerados que qualquer especulador pretendesse colher, teria sempre vigilante a autoridade para acudir a quaisquer vexames e extorsões, e talvez despertar a concorrência.

Se o que ele tinha em mente era um mercado livre autorregulado, ajustado pela lei da oferta e da procura, presume-se que tornando públicas as informações sobre as margens de lucro dos comerciantes, os consumidores se recusariam a dispor de seus serviços, a

concorrência se acirraria e os homens de negócio se veriam na alternativa de baixar os preços ou cerrarem suas portas. Então teríamos liberdade, concorrência e prosperidade funcionando na mais perfeita harmonia, à moda *laissez-faire*, como previsto pelos seus teóricos mais otimistas. Por fim, Alexandre Joaquim de Siqueira afiançou: "para as circunstâncias excepcionais em que o egoísmo dos atravessadores produzir a carestia para extorquir da fome do povo pesados tributos, serei vigilante no cumprimento dos meus deveres. São eles porém infelizmente só aplicáveis a circunstâncias excepcionais". Dessa forma, o relatório do chefe de Polícia evidenciava o comprometimento do governo central com os interesses do grande capital mercantil, tornando remota a possibilidade de se adotarem medidas emergenciais na regulação do mercado de alimentos, especialmente da forma sugerida pela municipalidade.

Intervenções ocasionais de um paternalismo em declínio

A publicação do relatório do chefe de Polícia esteve longe de encerrar o debate acerca do papel a ser desempenhado pelo Estado durante a carestia. Enquanto durou a crise, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro continuou manifestando pouca simpatia pelas teorias de mercado mais independente que orientavam as decisões do governo. Nos discursos e ações sugeridas pelos vereadores, chama atenção a opção de continuarem operando com uma concepção de poder na qual os ritos paternalistas e sua economia de concessões e favores eram defendidos como um componente fundamental na mediação das relações entre governantes e governados, a despeito do ideário liberal em sua versão utilitarista estar definindo a organização e o funcionamento de outras esferas institucionais e administrativas do Estado imperial.

Logo após a divulgação do relatório do chefe de Polícia, o vereador Ezequiel Corrêa dos Santos apresentou um projeto de postura que recolocava o problema da intervenção do Estado no mercado de alimentos, desta vez propondo que os governantes assumissem o controle sobre o setor de abastecimento. No documento encaminhado para apreciação dos colegas, o vereador ponderou:

> Crescendo diariamente a carestia de todos os gêneros alimentícios sem que até o presente tenha aparecido uma providência salvadora (salvo no caso das carnes verdes), que melhore a sorte do consumidor que paga hoje por um preço fabuloso o pão de cada dia; e parecendo-me que o monopólio tem grande parte em tal carestia, lembra-me que esse vexame diminuirá, criando-se por conta dos cofres públicos ou municipais celeiros onde se vendam tais gêneros pelo que custarem inclusive a despesa de conduções, comprando-se para tal fim em mão dos fazendeiros, ou dos que os recebem de outras províncias por correspondência (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro-AGCRJ, cód. 59-1-44, 25 de fevereiro de 1854).

A proposta foi aprovada por toda a Câmara e remetida à comissão de posturas, evidenciando que, independente das opções partidárias, os vereadores compartilhavam

uma determinada concepção de poder na qual subsídios e subscrições em épocas de crise se configuravam como estratégias fundamentais no exercício do governo. Entretanto, para que uma postura passasse a vigorar era preciso a aprovação do Ministério dos Negócios do Império, objetivo difícil de ser alcançado. A despeito de aumentar a distância entre o discurso paternalista e as práticas cotidianas, por força das mudanças no campo político e econômico, se verifica que o fundamental para a vereança era a instituição camarária se consolidar frente à opinião pública como um espaço de representação dos interesses dos munícipes, o que reforçaria a legitimidade do poder e a autoridade desses homens. Por isso a insistência em mostrar que, se a intenção de atender às expectativas do povo não se realizava, não era por negligência da vereança, e sim por conta do veto imposto pelo governo central. Tratava-se de estigmatizar os adversários políticos como sujeitos incapazes de se perturbar com a miséria do povo.

A preocupação da Câmara Municipal em responder às críticas e pressões populares, assim como seu esforço em não contrariar o que avaliava ser a expectativa geral sobre seus deveres e obrigações, aparece novamente no ofício enviado pelos vereadores para o ministro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, no qual escreveram:

> A Câmara Municipal desta cidade, sabe, e está firmemente crente, que a sabedoria e solicitude, de que Vossa Excelência nos tem dado tão exuberantes provas, se acha atualmente empenhado no estudo de remover este mal; e que assim sendo dispensada estava a Câmara de propor neste sentido qualquer medida repressiva. Entretanto a Câmara deixaria de cumprir o seu dever, poderia mesmo ser acoimada de indiferente às necessidades públicas, se deixasse de prestar o seu apoio à proposta que um de seus membros, o Vereador Ezequiel Corrêa dos Santos, fez na sessão de 25 do mês próximo passado. (AGCRJ, cód. 59-1-45, 4 de março de 1854).

Apesar de não antagonizarem abertamente o Ministério, carregando parte do documento com os sinais de deferência que eram de praxe, o envio daquele requerimento sinalizava que os vereadores continuavam discordando do governo e se afligiam com as contínuas queixas da população. Os vereadores ainda chegaram a argumentar que "semelhantemente têm procedido os Governos Provinciais em algumas Províncias do Império", evidenciando que a supressão das antigas práticas regulatórias não era uma opção consensual entre as elites provinciais e locais, e acrescentavam que medidas parecidas foram aplicadas em "muitas Nações ilustradas, das quais foi a França ultimamente uma". Mas a proposta do vereador Ezequiel Corrêa dos Santos nunca saiu do papel, prevalecendo a ideia formalizada pelo chefe de Polícia sobre a inconveniência de as autoridades governamentais intervirem na organização do comércio de gêneros alimentícios, ao menos enquanto a lei garantisse ampla liberdade aos importadores e atacadistas.

Para o governo central, as medidas sugeridas pelos vereadores pareciam reminiscências do Antigo Regime, marcadas pela inconveniência de conferir à Câmara Municipal poderes

que lhe foram retirados com a extinção do antigo Senado da Câmara, instituição associada aos aspectos negativos da herança colonial, com o passado e o atraso que o moderno Estado imperial procurava superar. Em seu estudo sobre o direito de almotaçaria exercido pelas câmaras municipais em Portugal e suas colônias, Magnus Roberto de Mello Pereira afirma que a "noção de que o mercado deveria ser pautado por uma moralidade, na busca do preço justo, define muitas das práticas de almotaçaria", que consistia em fiscalizar o comércio, garantir a qualidade da produção e assegurar que toda a população pudesse encontrar alimentos no mercado. Para que os interesses de indivíduos e grupos específicos não fossem beneficiados em detrimento ao bem comum, competia ao almotacé "impedir fraudes, tabelar preços, evitar monopólios e intermediações que encarecessem os produtos, estabelecer acordos com fornecedores ou mesmo racionar alimentos, quando necessário" (PEREIRA, 2001, p. 380). Por conta disso, parece bastante provável que os vereadores da Corte imperial pautassem suas propostas nas experiências vivenciadas por seus antecessores, numa época em que as câmaras eram valorizadas como "cabeças do povo", acumulando considerável soma de poder e autoridade, e consolidando-se como um dos mais importantes espaços de negociação e representação dos interesses das elites coloniais (MELLO, 1995; BICALHO, 1998; GOUVÊA, 1998).

A Câmara Municipal voltaria a debater outra proposta com vistas a minorar os efeitos da crise em setembro de 1854, elaborada conjuntamente por Ezequiel Corrêa dos Santos, Manoel de Araújo Porto-Alegre e Antonio José da Costa Ferreira, apresentada da seguinte forma:

> Continuando a carestia dos gêneros alimentícios sem que até hoje esta Câmara tenha visto dar-se uma providência que salve os fluminenses de um tão terrível flagelo, que não se sabe como licitamente explicar, menos no pão, que se acha excessivamente alto o preço da farinha, que vem do estrangeiro, e que ameaça subir mais, propomos: Que se peça ao governo que mande isentar temporariamente de todos os direitos que pagam a farinha de trigo, as gorduras, carnes secas e da banha vindas do estrangeiro. (AGCRJ, cód. 59-1-45, 30 de setembro de 1854)

Mais uma vez os vereadores culpavam os comerciantes pela crise, contrariando a perspectiva do governo central, para quem lícitas eram todas as práticas permitidas por lei, pois as normas prescritas pelos governantes eram soberanas e sua imposição garantiria a ordem, o progresso e a felicidade da maior parte dos indivíduos que integravam o conjunto social. Apoiados no direito formal, sobre os argumentos do governo central pendia a força da cultura oficial e erudita, o que lhe permitia resguardar com mais eficiência seus próprios interesses e os do grande capital mercantil. Fosse qual fosse o significado atribuído pelos vereadores à ideia de justiça, o monopólio era legal.

Conformando-se com o fato de que a competência da municipalidade se limitava à organização da economia local, a proposta dos vereadores suspenderem a cobrança de impostos sobre determinados produtos parecia uma tentativa de contornar essa limitação.

Em vez de tentar diminuir os lucros dos comerciantes, eles sugeriram que o erário abrisse mão de parte de suas receitas. Seria um ato de desprendimento se os direitos pagos pela farinha de trigo, gorduras, carne seca e banha vindas do estrangeiro fossem arrecadados pelos cofres da municipalidade. Mas não era o caso. Como o que estava em jogo eram as receitas do governo central, o ministro Coutto Ferraz participou a proposta dos vereadores ao seu colega Honório Hermeto Carneiro Leão, então ministro da Fazenda, que em 28 de novembro de 1854, emitiu o seguinte parecer:

> A isenção pedida, calculando sobre os dados estatísticos que existem no Tesouro, importaria um desfalque na renda pública de cerca de 1.385.051$850.
>
> Desnecessário me parece demonstrar a Vossa Excelência que na atualidade não poderiam os cofres públicos, sem graves inconvenientes, comportar semelhante desfalque. [...]
>
> Considerando, além do exposto, que os direitos que pesam sobre os gêneros em questão nada têm de exagerado, pois que são cobrados sobre os antigos valores da pauta, e atendendo a que a sua supressão, sem remover as causas da escassez e sem influir sensivelmente nos preços do mercado, redundaria menos em vantagem dos consumidores do que na dos que especulam sobre a carestia e elevam os preços por meios artificiais: entende o Governo Imperial que não deve ser deferida a mencionada representação da Ilustríssima Câmara, que ora devolvo a Vossa Excelência." (Arquivo Nacional-AN, maço IJJ10-18, 28 de novembro de 1854).

Em concordância com o exposto por seu colega, o ministro Couto Ferraz indeferiu o pedido da instituição camarária. Definitivamente, a Câmara Municipal não tinha força política para assegurar a aprovação de suas propostas. Restava-lhe reiterar junto à opinião pública a ideia de que em momento algum seria persuadida a negar sua obrigação de proteger os pobres em tempos de escassez, ainda que se limitasse a fazê-lo de tempos em tempos, discursando contra monopolistas e especuladores, ou propondo medidas de emergência que não saíam do papel.

As reações do governo e dos populares

Na medida em que a política econômica do Estado imperial priorizava a liberdade das associações comerciais, isso implicava apostar que o princípio do *laissez-faire* asseguraria os lucros do grande capital mercantil ao mesmo tempo que criaria condições para a superação do desequilíbrio entre a oferta e a procura. E enquanto o livre mercado não resolvia a crise, o povo seguia enfrentando cotidianamente a escassez e a alta de preço dos alimentos, que persistiram e se tornaram mais graves nos anos seguintes, como se verifica na tabela da página 73.

Entre 1857 e 1858 a crise chegou ao seu ápice, e só então o governo central esboçaria uma reação mais concreta contra a crise. Em março de 1857, a Câmara dos Deputados retomou a antiga proposta da instituição camarária e reduziu algumas tarifas alfandegárias.

Mas a medida logo mostrou que não traria mudanças significativas no quadro geral da crise. O imperador se manifestou a respeito dois meses depois, na Fala do Trono daquele ano, quando afirmou: "A redução proveniente da nova tarifa das alfândegas não basta para se obter aquele resultado" (IGLÉSIAS, 1982, p. 64). Ao que parece, estava correto o parecer exarado por Honório Hermeto Carneiro Leão, pois os comerciantes de grosso trato não repassaram a diminuição dos custos para o consumidor. Na mesma época, chegou-se a discutir a hipótese do governo regular os preços do mercado, mas entre os legisladores prevaleceu a ideia de que marcar o preço dos gêneros alimentícios era um atentado contra a propriedade (IGLÉSIAS, 1982, p. 64-65).

Preços médios dos gêneros alimentícios no Rio de Janeiro (réis/arroba) ([3])

	1850	1851	1852	1853	1854	1855	1856	1857	1858
Arroz	1$520	1$000	1$620	1$900	1$410	2$390	3$200	2$070	3$300
Bacalhau	2$188	2$500	2$700	3$875	3$500	3$875	3$875	4$063	4$500
Carne seca	2$720	2$840	3$330	2$740	2$830	4$000	5$200	5$000	5$500
Carne verde	4$160	3$840	3$840	4$480	5$760	6$400	7$040	7$680	8$000
Farinha de mandioca	$393	$364	$446	$680	$668	$587	$595	$625	$700
Farinha de trigo	2$458	2$000	2$275	2$750	3$583	3$333	3$000	2$956	2$917
Feijão	$931	$830	1$741	1$806	1$611	1$996	2$219	2$227	2$016
Milho	$465	$534	$607	1$004	$619	$599	$725	$810	1$518

Fonte: SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção dos gêneros alimentícios no Império do Brasil (1860)*. Rio de Janeiro: IPEA-INPES, 1977, p. 5 (Apud GRAÇA FILHO, 1991, p. 226).

Para descobrir as causas da crise, em outubro de 1857 foi enviado um questionário aos presidentes de Província, com o intuito de apurar as causas e proporções da carestia. Conforme avaliação da comissão presidida pelo Marquês de Olinda, à frente do Conselho de Ministros, entre as causas da crise destacava-se a extinção do tráfico atlântico, que segundo os presidentes de Província teria provocado a escassez de braços nas lavouras de subsistência. Eles acrescentaram que o problema tinha sido agravado pelas epidemias de febre amarela e cólera, pelo grande número de escravos prestando serviços na cidade, e pelo desvio de cativos e recursos para a incipiente indústria e para a construção de estradas de ferro. Também foram mencionadas a superabundância de capital, as dificuldades de escoamento da produção e a guerra do Oriente (LINHARES, 1979, p. 174-177; LOBO, 1978, p. 164).

O relatório do marquês de Olinda não trouxe novidades com relação ao que já vinha sendo discutido nos jornais, nas câmaras e no Senado, e para a população, aquela altura, já não interessavam os motivos, mas sim a solução da crise. Sinal dessa inquietação foi a rebelião ocorrida na capital soteropolitana, em 1858, estudada por João José Reis e Marta G. D. de Aguiar. De acordo com os autores, com o agravamento da crise de carestia, a

Câmara Municipal de Salvador decidiu deportar um comerciante português sob a acusação de monopolizar o comércio de carnes verdes, e restringir a comercialização da farinha de mandioca que, a partir de então, só poderia ser realizada em armazém público ou em casas particulares designadas pela Câmara para este fim. Como as medidas contrariavam a legislação imperial, o presidente da Província afastou todos os vereadores, decisão que provocou grande comoção popular. Milhares de pessoas foram às ruas em protesto, fechando o comércio e depredando o lugar onde a nova Câmara havia se instalado. Centenas de pessoas foram presas, e tropas de outras províncias tiveram de ser chamadas para conter a multidão (AGUIAR e REIS, 1996).

Como se vê, os perigos que mais perturbavam os vereadores da Câmara Municipal do Rio de Janeiro se concretizaram, mas muito longe do Município Neutro. Na Corte não houve registro de distúrbios dessa natureza, mas isso não significou que a população fluminense tenha enfrentado a crise com resignação. Houve registros de trabalhadores pressionando os patrões pedindo aumento salarial. Muitos funcionários públicos viram seus pedidos receberem despacho favorável do governo, mas esses desfrutavam de uma situação mais confortável do que a vivida pela maioria dos homens pobres livres (GRAÇA FILHO, 1991, p. 80).

Conforme os pedidos de outras categorias eram negados, surgiam novas formas de ação. Os protestos mais radicais foram promovidos pelos compositores tipográficos do *Jornal do Commercio*, *Correio Mercantil* e *Diário do Rio de Janeiro*, caso analisado por Artur José Renda Vitorino. Em 1858, após um frustrado pedido de aumento de salário, eles deflagraram uma greve que suspendeu temporariamente a circulação dos três principais periódicos da cidade. De acordo com o jornal lançado pelos próprios grevistas, a perda do poder aquisitivo havia prejudicado o padrão de vida daquela categoria de tal forma que eles se viram impedidos de prover as necessidades básicas de suas famílias, como alimentação e moradia. Mas, apesar de denunciarem os lucros fabulosos dos proprietários dos jornais, os grevistas não tiveram suas reivindicações atendidas, e ainda terminaram substituídos pelos compositores da Tipografia Nacional (VITORINO, 1999, p. 71-106).

No ano seguinte, na sessão da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, ocorrida em 17 de março de 1859, o vereador dr. Domingos de Azeredo Coutinho Duque Estrada apresentaria ao presidente da casa novas considerações sobre o problema da persistente carestia, colocadas da seguinte forma:

> Dentre as calamidades que afligem os povos, é sem dúvida alguma a fome aquela que mais eles se ressentem, e por conseqüência também aquela que mais deve merecer a atenção dos governantes e toda a sua solicitude no intuito de remediá-la. A fome desvaria o povo e o arrasta a um milhão de desatinos, cujas conseqüências são sempre funestas. O clamor público nesta capital vai se alteando de dia em dia contra a carestia dos gêneros de primeira necessidade.
>
> Todos os gêneros têm subido de preço, fabulosos pelo culposo espírito de ganância dos atravessadores e monopolistas. O povo clama, e menos justo em suas queixas, por mal

> informado certamente, censura-nos e tacha-nos de indiferentes na persuasão de que, ao alcance da Câmara Municipal se acham os meios de remediar o mal! Pobre Câmara Municipal que tão moribunda estás! Tão cercada em suas atribuições, que apenas te resta hoje o teu foro de Ilustríssima, e direito de dar licenças para obras particulares, e isso mesmo enquanto não vier quem entenda mais conveniente cometer tal atribuição à diretoria das obras públicas, ou à Academia de Belas Artes! Mas embora reduzidos a um irrisório simulacro do antigo Senado e quase totalmente nulificados, somos nós ainda, Senhores, os denominados representantes da Municipalidade, e pois que o somos, aproveitamos os tristes restos do lampejar de nossa existência para alguma coisa fazermos a bem dos nossos constituintes.
>
> Proponho-vos, que se dirija por mais uma vez ao Governo Imperial uma representação pedindo todas as providências possíveis tendentes a aniquilar o sofrimento do povo pela carestia das carnes verdes e de todos os outros gêneros ditos de primeira necessidade. (AGCRJ, cód. 59-1-45, 17 de março de 1859, grifos no original)

O motim ocorrido em Salvador e a greve dos compositores tipográficos tornaram claro que não eram infundados os receios do vereador sobre as ações funestas que poderiam ser praticadas pelo povo se as queixas contra o monopólio e a especulação fossem ignoradas pelos governantes. Mas, diferentemente do que supunha o dr. Duque Estrada, a fome não levava o povo ao desvario. Como bem salientaram João José Reis, Marta Aguiar e Artur José Renda Vitorino, os motins e greves não foram protagonizados por turbas ensandecidas, mas por pessoas detentoras de uma forte noção de justiça, que acreditavam estar defendendo seus direitos de forma legítima, em alguns casos esperando contar com o apoio dos governantes.

Ao longo de toda a crise, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro endossou publicamente as expectativas da população, procurando efetivamente assumir o papel de "representantes da Municipalidade". No entanto, como o discurso do vereador Duque Estrada lembrava, a regulação do mercado não passava pelo foro da instituição camarária, que não tinha condições de fazer frente às ações daqueles que efetivamente controlavam o comércio de grosso trato e a política econômica do Estado imperial. E, aquela altura, os vereadores estavam tão acostumados com os ouvidos moucos do governo imperial que o dr. Duque Estrada e seus colegas não se deram sequer ao trabalho de propor alguma medida específica contra a carestia. Como se viu, nada de marcação de peso, construção de celeiros ou redução de impostos. A Câmara Municipal do Rio de Janeiro dava sinais de ter se conformado com a impossibilidade de conciliar essas propostas – ou qualquer outra ideia fundamentada num modelo paternalista do mercado de alimentos – com a política econômica defendida pelo governo central. Ainda que exercesse um papel fundamental no ordenamento da economia, o governo não interferiria no mercado para proteger os pobres, nem mesmo como uma medida autoprotetora. A despeito dos esforços feitos pela Câmara Municipal, todas as manifestações de discordância foram embaciadas pelo compromisso da elite dirigente, que governava o Estado imperial, com os interesses do grande capital mercantil.

Mas, após quase uma década de carestia e escassez, já não se podia negar que as práticas impostas pelos comerciantes do setor de distribuição haviam contribuído consideravelmente para o agravamento da crise, conforme a Câmara Municipal do Rio de Janeiro denunciara desde o início. Muito tardiamente, essa responsabilidade chegou a ser reconhecida pelo imperador nas Falas do Trono de 1859 e 1860, ocasiões em que D. Pedro II criticou os abusos do monopólio e se manifestou favorável a proteger o comércio de gêneros essenciais do jogo especulativo, embora fosse através do incentivo à livre concorrência. De todo modo, na medida em que o soberano reconhece a necessidade de intervir no mercado de alimentos para garantir o bem-estar da população, abriu-se a perspectiva de uma revisão da política econômica adotada pelo Estado imperial.

A questão do monopólio, ignorada pelo Código Comercial, foi finalmente tratada pelo Decreto nº 2711, de 19 de dezembro de 1860, contendo diversas disposições sobre a criação e organização dos bancos, companhias e sociedades anônimas. De acordo com a nova regra, os estatutos das associações de comerciantes deveriam ser aprovados pela seção de Fazenda do Conselho de Estado, que antes deveria assegurar que entidades não promovessem a monopolização do comércio de gêneros alimentícios, ou de qualquer outro produto (GRAÇA FILHO, 1991, p. 73). A medida não pôs um fim efetivo a esta prática, mas significou que o monopólio foi oficialmente reconhecido como uma prática ilegítima nas atividades do mercado.

A crise de meado do século terminou no início de 1860. Para o fim da carestia foi fundamental que parte dos latifundiários redirecionasse sua produção para o abastecimento do mercado interno. Também houve melhoria nas vias de comunicação entre os centros de consumo e as zonas produtoras, incentivos à utilização de novas técnicas de cultivo e compra de equipamentos para modernização das lavouras. Resultado disso, nas Falas do Trono de 1862 e 1863, o imperador pôde agradecer à Providência Divina pela abundância de alimentos e o fim da carestia.

Notas

1 - A interpretação aqui proposta sobre as diferentes percepções acerca do papel a ser desempenhado pelos governantes na crise de meado do século tem como referência fundamental os problemas e as perspectivas de análise delineadas nos estudos de E. P. Thompson sobre o modelo paternalista de mercado de alimentos em confronto com uma nova política de mercado mais independente, num contexto marcado pelo declínio dos mecanismos políticos e culturais de dominação paternalista, especialmente discutido nos artigos "Patrícios e plebeus", "A economia moral da multidão inglesa no século XVIII" e "Economia moral revisitada", que integram a coletânea *Costumes em comum* (THOMPSON, 1998).

2 - Como assinalou E. P. Thompson, com a ironia que lhe era peculiar, "nenhum historiador sensato deve caracterizar toda uma sociedade como paternalista ou patriarcal", mas esse pode ser "um componente profundamente importante, não só da ideologia, mas da real mediação institucional das relações sociais", especialmente nas sociedades escravocratas (THOMPSON, 1998, p. 32). Sobre a pertinente utilização do conceito de paternalismo para análise das relações sociais de dominação no Brasil do século XIX, e sobre as armadilhas que devem ser evitadas na sua confrontação com os dados empíricos, sigo as considerações e recomendações apresentadas por Sidney Chalhoub (CHALHOUB, 2003, p. 44-50).

3 - Na conversão das unidades de medida procedida para a elaboração da tabela, observe-se que a equivalência entre os valores foi calculada da seguinte forma: 36,27 kg para cada alqueire, 14,6896 kg para cada arroba e uma barrica correspondendo a 6 arrobas. Ver: SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção dos gêneros alimentícios no Império do Brasil (1860)*. Rio de Janeiro: IPEA-INPES, 1977, p. 5 (Apud GRAÇA FILHO, 1991, p. 226).

Referências bibliográficas

AGUIAR, Marta e REIS, João José. Carne sem osso e farinha sem caroço: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia. *Revista de História*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, n. 135, 1996, p. 133-160.

BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Municipais no Império português: o exemplo do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, vol. 18, n. 36, 1998, p. 251-296.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CODIGO DE POSTURAS da Illustrissima Camara Municipal do Rio de Janeiro e Editaes da mesma Câmara. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1870.

GOUVÊA, Maria de Fátima. Redes de poder na América Portuguesa - o caso dos homens bons do Rio de Janeiro, ca.1790-1822. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/ vol.18, n. 36, 1998, p. 297-330.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *Os convênios de carestia:* crises, organização e investimentos do comércio de subsistência da Corte (1850-1880). Dissertação de mestrado, Departamento de História / Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991.

IGLÉSIAS, Francisco. Vida política (1848-1866). IN: HOLANDA, Sergio Buarque de. *História geral da civilização brasileira.* O Brasil Monárquico. Reações e transações. Tomo II, vol. 3. 4ª Ed.. São Paulo: Difel, 1982.

LINHARES, Maria Yedda. *História do abastecimento:* uma problemática em questão (1530-1918). Brasília: Binagri, 1979.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro:* do capital comercial ao capital industrial e financeiro. Vol. 1. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema:* a formação do Estado imperial. 5ª Ed. Rio de Janeiro: HUCITEC, 2004.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos:* nobres contra mascates – Pernambuco (1666-1715). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Almuthasib: considerações sobre o direito de almotaçaria nas cidades de Portugal e suas colônias. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 42, 2001, p. 365-395.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum:* estudos sobre a cultura popular tradicional. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VITORINO, Artur José Renda. Escravismo, proletários e a greve dos compositores tipográficos de 1858 no Rio de Janeiro. *Cadernos AEL:* sociedades operárias e mutualismo. Campinas: UNICAMP, v. 6, n. 10/11, 1999.

Enviado em 31/01/2012

Imigração Portuguesa: lembranças de terras distantes. Tijuca e São Cristóvão como estudo de caso*

Portuguese Immigration: recollections of distant lands. Tijuca and São Cristovão used as case studies

Lená Medeiros de Menezes
Professora Titular de História Contemporânea da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pró-cientista da instituição. Doutora em História Social pela USP, com pós-doutorado na PUC-SP. Mestre em História Social das Ideias pela UFF. Bolsista de Produtividade do CNPq e Cientista do Nosso Estado (2009)FAPERJ.
lenamenzes@hotmail.com

RESUMO:

Ao longo dos séculos XIX e XX, os portugueses constituíram a maioria esmagadora de imigrantes na cidade do Rio de Janeiro. Distribuídos por toda a cidade, dominaram determinados segmentos ocupacionais, com grande destaque para o comércio a varejo e para a comercialização de alimentos. Em certas áreas, constituíram poderosas redes, responsáveis por uma imigração continuada. Dentre esses "lugares" o artigo contempla, em destaque, os bairros da Tijuca (Grande Tijuca) e de São Cristóvão. Nestes, a presença portuguesa materializou-se de diferentes formas, destacando-se a construção de "casas" segundo a arquitetura dominante em determinadas regiões de Portugal e festas que se tornaram "lugares de memória": locais de encontros sociais e de vivências culturais; presenças vivas da portugalidade recriada em terras cariocas. As fontes utilizadas foram variadas, destacando-se censos demográficos, registros iconográficos e testemunhos de comerciantes da região.

Palavras-chave: imigração portuguesa, história e memória; cidade do Rio de Janeiro.

SUMMARY:

In the course of the 19th and 20th centuries, the Portuguese comprised the vast majority of immigrants arriving in the city of Rio de Janeiro. They settle throughout the city and dominated certain trades and activities – with special emphasis on the retail trade and the sale of food. In certain areas, they developed into strong communities responsible for a continued inflow of immigrants. The article will focus on two of these many areas, namely the boroughs of Tijuca and São Cristovão. The Portuguese presence assumed different aspects in these boroughs, including houses built according to the dominant architecture of specific Portuguese regions and celebrations intended as forms of remembrance, acting both as social gatherings and opportunities for cultural exchanges; living reminders of their Portuguese identity asserted in carioca lands. Several sources were used, with emphasis on demographic censuses, iconographic records and the testimony of shopkeepers from the studied areas.

Key words: *portuguese immigration; history and memory; city of Rio de Janeiro.*

* O artigo é um desdobramento da pesquisa desenvolvida com bolsa do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq) e taxas de bancada do Programa Cientista do Nosso Estado, da Fundação Carlos Chagas de Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ).

Uivos de dó pelas estradas,
Junto dos cais, nas amuradas
Das naus distantes ...

Lá vão levados, mar sem fundo,
Longe das noivas e dos pais!...

Terras, Jesus! Nos fins do mundo ...
Voltarão? Quando, mar profundo?
(Finis Patrie, 1890:56) [1]

Olhai, olhai, vão em manadas
Os emigrantes ...

De forma crítica, dramática e extremamente pessimista, o poema traduz o dolorido ato da partida para aqueles que buscavam vencer o "mar profundo", a caminho dos "fins do mundo". A opção por partir, certamente, traduzia-se em uma explosão de emoções, não necessariamente marcadas pela tragédia. Nessa ebulição emotiva, passado e futuro travavam diálogo ímpar, com a dor, a saudade antecipada e a esperança escrevendo distanciamentos e aproximações. Para além de uma opção – pessoal ou familiar – emigrar era e permanece sendo fruto de determinadas circunstâncias, quase sempre um ato demonstrativo dos limites existentes no exercício da escolha entre o ir ou o ficar.

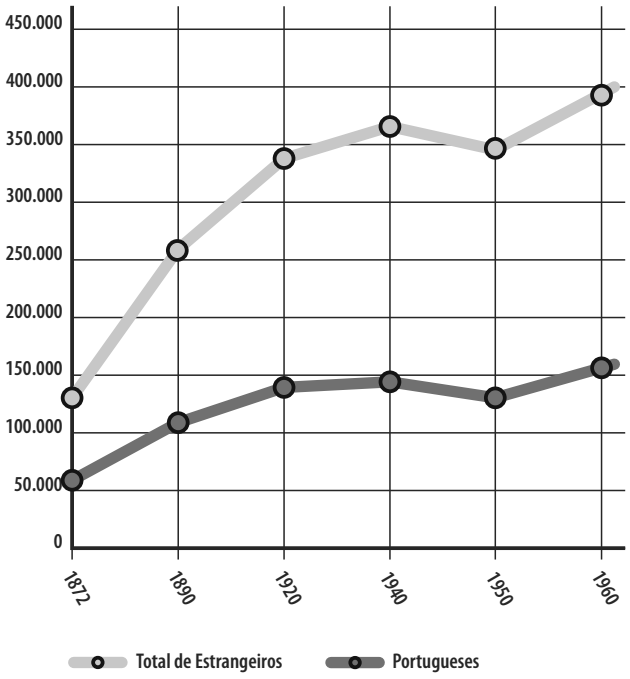
Dentre os milhares de portugueses que partiram para "longe das noivas e dos pais", a maioria inquestionável dirigiu-se para o Brasil. Como disse Serrão, ao longo dos séculos XIX e XX, "emigração portuguesa foi sinônimo de emigração para o Brasil" (SERRÃO, 1997:41), mais precisamente, de emigração para a cidade do Rio de Janeiro, mitificada por aqueles que lá já estavam fixados e haviam conquistado melhoria em suas vidas[2]. Alguns levavam consigo recursos para o reinício da vida em terra estrangeira. Muitos, porém, partiam unicamente com a esperança e a vontade de trabalhar. Destes, houve os que acumularam sucessos e, como "brasileiros" enriquecidos, contribuíram para o desenvolvimento de suas aldeias e povoados. Vários melhoraram de vida, conseguindo ascensão econômica e social ou, pelo menos, garantindo ascensão para seus descendentes de 2ª ou 3ª gerações[3]. Nesse processo, a abertura de negócio próprio, após anos de trabalho e poupança forçada[4], ou em virtude de algum lance de sorte[5], mostrou-se sempre horizonte de vitória.

Houve, porém, os que, literalmente, fracassaram, caindo na mendicância ou no crime. Suas trajetórias repousam nas páginas policiais, protagonizando alguns deles retornos

forçados à pátria de origem. Acrescente-se a estes os injustiçados, líderes operários que, acreditando poder tomar nas mãos a mudança, acabavam por cair nas malhas da repressão e acabavam, também, expulsos do país (Vd. MENEZES, 1996). Todos eles, porém, carregavam sonhos ao partir, bem como equipamento cultural capaz de possibilitar um olhar identitário sobre si, permanentemente reconstruído no contato com o "outro" em terra estrangeira.

A opção pela cidade do Rio de Janeiro como lugar de chegada pode ser explicada por múltiplos fatores, cujo detalhamento foge aos objetivos desse artigo. Dentre eles, porém, deve ser destacado o fato de a cidade ser a capital do país e dessa capitalidade torná-la porta de entrada em território brasileiro e um espaço aberto ao encontro com o outro e com a mudança. Por outro lado, é bem conhecido o processo pelo qual, priorizado um determinado lugar como local de chegada, os fluxos para lá direcionados tendem a ter continuidade, com a criação de redes de informação e de acolhida. Dessa forma, majoritária na cidade-capital, a imigração portuguesa acabou por determinar o próprio movimento migratório para a cidade, facilmente visualizado quando os números encontram visibilidade gráfica.

Gráfico 1 – Estrangeiros no Rio de Janeiro



Fonte: Brasil. Directoria Geral de Estatística, Censos de 1872, 1890 e 1920; Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE), Censos de 1940, 1950, 1960. Gráfico elaborado pela autora do artigo.

Essa presença impactante nos fluxos deslocados da Europa, com destaque para emigrados do norte de Portugal a partir de 1870, bem como a inclinação portuguesa

para o comércio, já por tantas vezes por nós analisada (MENEZES, 2008, 2009, 2010 e 2011), tornou o "português da esquina"[6] presença obrigatória no espaço dos pequenos negócios urbanos, consolidando, assim, por intermédio de novos e continuados atores[7], raízes coloniais. Como empregados ou donos de armazéns, quitandas, açougues, restaurantes, bares, botequins, padarias, alfaiatarias, carvoarias e outros, eles perpetuaram tradições da terra natal, reinventadas em terra estrangeira.

TABELA 1
Casas Comerciais, Fabris e Industriais
(Corte e Distrito Federal 1866)

NACIONALIDADE	NEGOCIANTES	CAIXEIROS
Brasileiros	980	1.117
Portugueses	3.960	6.413
Americanos	54	7
Ingleses	100	66
Franceses	383	190
Outros	236	141
Total	**5.753**	**7.937**

Fonte: Brasil. Relatório do Ministério de Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 1866. Disponível em www.crl.edu/brazil. Nos números apresentados não estão incluídos os totais relativos à freguesia de Sant'Anna.

Transformados de colonos em imigrantes no pós-Independência, os portugueses podem ser incluídos na categoria de "estrangeiros conhecidos", segundo categorização proposta por Duroselle (2000), graças à identidade linguística, às tradições culturais e ao peso que sempre tiveram na constituição da população brasileira. Dessa forma, o total de portugueses no cômputo geral dos estrangeiros fixados na cidade foi sempre visivelmente majoritário, alcançando percentuais nunca inferiores a 60%[8], pelo menos no período compreendido entre 1850 e o fim da chamada Grande Imigração (1914) ou, ainda, no imediato pós-Segunda Guerra. Em 1950, por exemplo, os números censitários indicam a existência de 133.950 portugueses residentes, representando 63,64% dos estrangeiros fixados na cidade[9].

Em uma perspectiva temporal de longa duração, é possível verificar que, concentrados, inicialmente, na zona central da cidade, os portugueses tenderam a acompanhar a expansão da malha urbana, à medida que as linhas – de bondes e de trens – avançaram nos eixos de expansão norte e sul da cidade, bem como na direção do subúrbio cada vez mais distante.

O espraiamento português na cidade do Rio de Janeiro atingiu não só a zona suburbana, como também as áreas rurais. Santa Cruz, Campo Grande e Jacarepaguá, por exemplo, onde sítios, chácaras e pastagens caracterizavam a paisagem, o que explica porque, até os dias de hoje, há uma expressiva presença de portugueses e descendentes de portugueses por toda essa

área, incluindo, ainda, áreas pesqueiras, como a Ilha do Governador e Guaratiba. Em Campo Grande, por exemplo, área de pequena ocupação no fim do século XIX, o recenseamento realizado em 31 de dezembro de 1890 contabilizou 226 portugueses, contra apenas 18 espanhóis e 17 italianos (81% do total geral). Em Guaratiba, eles eram 221 no total de 294 estrangeiros, representando, portanto, 75,17%.

TABELA 2
Estrangeiros Fixados na Área Urbana Segundo o Censo de 1920
(nacionalidades mais numerosas)

DISTRITO	PORTUGUESES	ITALIANOS	ESPANHÓIS
Candelária, Santa Rita, Sacramento, São José, Santo Antonio e Santa Tereza	42.913	5.886	5.903
Sant'Anna, Gamboa, e Espírito Santo	36.4263	7.186	3.070
Glória, Lagoa e Gávea	21.818	1.187	2.426
Engenho Velho, Andaraí, Tijuca e São Cristóvão	19.872	1.697	1.712
Engenho Novo e Méier	8.546	833	717

Fonte: BRASIL. Arquivo Histórico do Itamarati. Directoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral da População, em 1890. Tabela elaborada pela autora do artigo.

Por toda a cidade do Rio de Janeiro e áreas circunvizinhas, portanto, homens e mulheres, nascidos em diferentes regiões de Portugal, reimaginaram e recriaram identidades, da mesma forma que reviveram e consolidaram tradições: das referências culinárias às formas de vestir e construir, criando pontes materiais e simbólicas entre as duas margens do Atlântico[10].

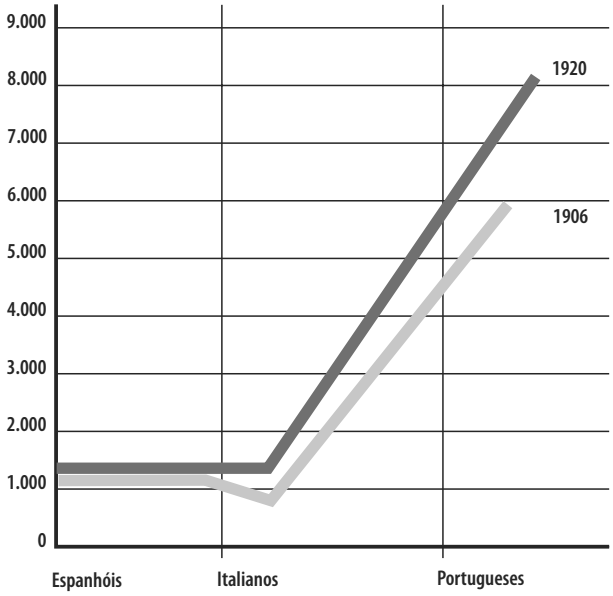
Dentre os bairros cariocas que, nos dias de hoje, possuem visibilidade dessa presença na cidade, incluem-se os bairros da Grande Tijuca (Estácio, Tijuca, Andaraí, Grajaú e Vila Isabel) e o bairro de São Cristóvão e adjacências como Benfica, que podem ser considerados bairros de marcas portuguesas. Para além de uma presença secular, deslocamentos efetuados em meados do Novecentos mantiveram visível a presença portuguesa, como história viva de múltiplas manifestações.

A área que, nos tempos imperiais, abrangia as paróquias do Engenho Velho e São Cristóvão, incluindo terras hoje pertencentes aos bairros destacados no artigo, conheceu, desde muito cedo, a presença de imigrantes estrangeiros. Para tanto, concorreram a proximidade com o centro urbano e a localização do Palácio Imperial. Considerado o Censo de 1872, por exemplo, a Paróquia do Engenho Velho registrava a presença de 2.630 portugueses, representando um percentual de 87,40% dos estrangeiros fixados na região, excluídos 712 "africanos escravos" e 519 "africanos livres". No caso da paróquia de São Cristóvão, totalizavam 1.541 indivíduos (91,29%)[11].

Finda a fase da Grande Imigração (1890-1914), o censo de 1920, que já incorporava novos distritos urbanos, indicaria a presença de 19.872 portugueses fixados na área formada

pelos distritos do Engenho Velho, Tijuca e Andaraí. Com relação à São Cristóvão, a colônia lusitana atingia o total de 8.469 indivíduos[12].

Gráfico 2 – Estrangeiros no Distrito do Andaraí



Fonte: Brasil. Directoria Geral de Estatística, Censos de 1906 e 1920. Gráfico elaborado pela autora do artigo.

O crescimento observado na virada do Oitocentos, no contexto da Grande Imigração, para além da característica de uma imigração sustentada por aqueles que já estavam fixados na região, explicou-se por determinados fatores conjunturais. O principal deles foi o aumento na oferta de trabalho possibilitado pelo surto industrial (PITA, 2002 e IGLÉSIAS, 1986)[13], que teve na região seu polo principal, beneficiada pelos cursos d'água que, do Maciço da Tijuca, corriam para a baía da Guanabara[14].

Considerando-se que, no total dos 3.258 estabelecimentos industriais contabilizados pelo Censo Geral das Indústrias Brasileiras, 33% estavam localizados no Rio de Janeiro, com grande destaque para a área que hoje constitui a Tijuca, é fácil estabelecer relações entre atividade fabril e imigração. Ainda que a mão de obra estrangeira tendesse a ficar concentrada, principalmente, no espaço do comércio, vários depoimentos e autos de processo indicam que as fábricas da região utilizavam a mão de obra estrangeira, com presença destacada dos portugueses.

Várias construções, ainda existentes, são marcas dessa expansão industrial, na qual se destacavam as indústrias têxteis e de fumo. No primeiro caso, as Fábricas Confiança (1885); Bom Pastor (1911); a Cruzeiro; Covilhã; América Fabril nos dão bons exemplos. No caso do fumo, podem ser destacadas a Fábrica de Fumos do Borel e a Fábrica de Cigarros Souza

Cruz, fundada por um português, no ano de 1911. Segundo cálculos disponíveis, 60% da indústria têxtil da cidade, no início do século XX, estavam concentrados na região.

Ao remeter seu nome a seus fundadores ou a determinadas regiões de Portugal, algumas destas indústrias tornavam visível o empreendedorismo português no processo. Excelente exemplo pode ser dado pela Fábrica de Tecidos Covilhã, que ligou seu nome a fábrica de mesmo tipo situada na Serra da Estrela, conhecida por sua indústria de tecidos de lã[15]. Deve ser mencionada, ainda, a Fábrica de Tecidos Confiança, que ostentava o mesmo nome de importante fábrica situada na cidade de Braga, no Minho, cujo prédio é hoje considerado espaço da memória industrial daquela cidade.

Destacando-se como empresários na região, os portugueses podiam ser contabilizados, também, no contingente dos trabalhadores, dentre os quais, segundo denunciavam os jornais operários, encontrava-se uma parte majoritária constituída por mulheres e crianças[16].

Depoimentos recolhidos em entrevistas realizadas com comerciantes da região mostra como a região foi palco de deslocamentos do trabalho na indústria para o comércio, abrindo a possibilidade, em alguns casos, da mudança da situação de empregado(a) para dono(a) de estabelecimento comercial[17].

Um exemplo paradigmático pode ser dado por D. Maria do Rosário Cardoso dos Santos, natural de Manteigas, na Serra da Estrela, hoje com mais de 90 anos de idade, já mencionada por nós em outros trabalhos, devido à sua história exemplar de coragem para forjar seu futuro. Quando Maria do Rosário chegou ao Rio de Janeiro, no ano de 1954, empregou-se como operária na Fábrica de Tecidos Covilhã, acolhida por uma portuguesa que era supervisora na referida fábrica e que, segundo palavras de nossa entrevistada, "metia na fábrica todos que vinham de Manteigas".

Como a história não é feita apenas de sucessos, mas, inclui, inevitavelmente, atividades de bastidores, alguns deslocamentos puderam, também, ser verificados em processos movidos contra indivíduos que se tornaram "indesejáveis", comprovando a afirmação de Thompson de que as camadas populares deixam poucos registros de sua presença na história, sendo importante buscar indícios de sua existência nos arquivos policiais (THOMPSON, 1987). Esses processos, com destaque para os de expulsão, no caso dos estrangeiros[18], permitem travar contato com a trajetória de portugueses que realizaram deslocamentos profissionais da indústria para o comércio. João Marques Melo foi um deles.

Nascido na vila da Figueira, região do Douro, João Melo, residente à rua Tobias Barreto, em Vila Isabel, tinha 27 anos de idade quando foi preso e processado, acusado de ser anarquista perigoso, adepto da violência como estratégia de ação. Segundo seu depoimento, logo que chegou de Portugal empregou-se em fábricas de tecido, deslocando-se, depois, para o ramo de padarias. Definindo-se como "revoltado", participou da onda de explosões por dinamite nos idos de 1920, sendo responsabilizado pela colocação de bombas em padarias do Engenho de Dentro e Vila Isabel.

Seu processo destaca-se no conjunto formado pelos "dinamitadores de padarias", por um atentado contra a casa nº 645, da rua Conde de Bonfim, justamente por ser esta a residência do gerente da Fábrica de Tecidos Minerva. Se esta era ou não uma vingança pessoal, João Melo não disse, afirmando, porém, que tomara a decisão ao saber que o referido gerente explorava seus empregados. Preso em flagrante, "com a bomba na mão" neste último atentado, foi expulso do Brasil no ano de 1920[19].

É importante observar que as fábricas têxteis implantadas na cidade do Rio de Janeiro, no fim do Império e início da República, escolheram, preferencialmente, como lugar de fixação, vales situados no entorno da área central: atuais bairros da Gávea, Jardim Botânico, Laranjeiras e, destacadamente, Tijuca, Andaraí e Vila Isabel. Essa escolha é explicada pela presença dos cursos de água, à época mais caudalosos, importantes para as atividades de tintura e branqueamento de tecidos. Considerando-se os atuais bairros da Tijuca, Andaraí e Vila Isabel, por exemplo, podemos verificar que as fábricas foram instaladas às margens dos rios Maracanã, Trapicheiro e Joana, servindo de exemplo as fábricas de tecidos Confiança e América Fabril, estabelecidas às margens do Rio Joana, antigo Rio dos Morcegos, que deu origem ao nome Andaraí.

Junto ao desenvolvimento industrial caminhou a expansão do pequeno comércio, com grande importância para os bares e botequins, onde os operários tendiam a apagar o cansaço de cada dia de trabalho ou, mesmo, afogar suas mágoas. Temos registros de muitos(as) portugueses(as) que deixaram a ocupação nas fábricas para se tornarem empregados do comércio ou comerciantes. Nesse último caso, pontuamos, mais uma vez, que a sedução pela abertura de negócio próprio era realimentada, permanentemente, pelo exemplo dado por aqueles que se enriqueciam no comércio.

No caso das mulheres que passaram de operárias para donas de estabelecimentos, uma questão a mais se colocava: a dificuldade de trabalhar na fábrica quando eram mães e precisavam da disponibilidade de outra mulher para cuidar das crianças, tendo em vista sua condição de imigrante, apartada de seus familiares. Mais uma vez D. Maria do Rosário exemplifica o conjunto de mulheres que se tornaram empreendedoras em razão da necessidade de conciliar trabalho e maternidade.

Defrontando-se com o desafio de trabalhar e, ao mesmo tempo, cuidar dos filhos, Maria do Rosário passou a sonhar com a abertura de um bar, a partir do exemplo dado pela mãe em Portugal[20]. O sonho tornou-se realidade no início do ano de 1960, quando tornou-se comerciante, passando a articular o trabalho no balcão, na cozinha e nas mesas com o cuidado com os filhos, protegidos no interior de um cercadinho, sujeitos a sua vigilância contínua.

Ao longo das décadas seguintes, permaneceu à frente do bar, transformando clientes em amigos e tornando-se referência no bairro, citada em jornais, livros e revistas. Ponto de encontro de sambistas e políticos da região, seu botequim torna-se, a cada carnaval, local de concentração de bloco do bairro.

A cozinha, logicamente, foi sempre o principal referencial, associada à recepção dada à clientela pela simpática senhora. Ainda que Maria do Rosário afirme que não gosta de cozinhar, o bar é responsável pelo oferecimento de iguarias portuguesas que se tornaram "comida de botequim" em terras cariocas, como os bolinhos ou pastéis de bacalhau, bolinhos ou croquetes de carne, além de pratos típicos como o cozido dos dias de feira e da feijoada adaptada ao feijão preto[21]. Em virtude do carisma da proprietária, o bar de sua propriedade tornou-se, simplesmente, o bar da D. Maria[22]. O vestido florido da proprietária, o *chopp* gelado e os petiscos, além do samba batucado nas mesas, compõem um cenário no qual toques de lusitanidade ajustam-se perfeitamente ao gosto carioca.

O exemplo citado é pontual, ainda que emblemático. Como exemplo individual que remete a processos coletivos, serve para ilustrar, assim, muitas outras trajetórias que demonstram as formas pelas quais a presença portuguesa enraizou-se na região, pontilhada por estabelecimentos administrados por portugueses(as). Dentre eles, o bar Varnhagen, que remete à pessoa de D. Natalina ou, como gosta de ser chamada, D. Maria, que oferece a seus clientes "Refeições Caseiras", constituídas, conforme cita o cartão do estabelecimento, por "Bolinhos de Bacalhau, Croquetes de carne, Pastéis: Bacalhau/Camarão, Rabanadas e cerveja gelada [em letra minúscula]".

Percorrer as principais ruas da Tijuca, Andaraí, Grajaú e Vila Isabel, com olhos de "querer ver"[23], significa, inevitavelmente, travar contato com a secular presença portuguesa. Esta, segundo os dados apresentados pelos censos de 1906 e 1920, praticamente, duplicou na região, em um espaço de apenas 14 anos. Para além das marcas humanas facilmente encontradas, deve ser dada atenção especial às marcas arquitetônicas dessa significativa presença, expressa não só na estética tradicional de bares e de armazéns, mas, também, na fachada de "casas" que representam regiões de procedência dos imigrados, afirmação material e simbólica de relações afetivas e identitárias com a terra natal.

Em uma área de apenas cerca de 1 km^2, a Tijuca possui sete "casas" portuguesas, criadas, em sua maioria, na década de 1950, podendo ser consideradas "lugares de memória", segundo conceito cunhado por Nora e Le Goff (1984). Duas delas remetem a Portugal como um todo: a *Casa de Portugal* e o *Orpheão Português*. As restantes guardam relação com distintas regiões de Portugal continental ou insular, locais de saída dos e(i)migrantes que se deslocaram para o bairro. Essa distribuição abre espaço para uma discussão não contemplada nesse artigo: a questão do peso da região na lusitanidade criada no além-mar: *Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro*, *Casa do Porto*, *Casa dos Açores*, *Casa da Vila da Feira e Terras de Santa Maria* e *Casa dos Poveiros e Póvoa do Varzim*[24].

A *Casa de Trás-os-Montes* e *Alto Douro* está localizada à rua Meira Matos, onde, também, se situa a Casa dos Açores. *A Casa do Porto* localiza-se à rua Afonso Pena. A *Casa da Vila da Feira* e *Terras de Santa Maria*, à rua Haddock Lobo e a *Casa dos Poveiros* e *Póvoa do Varzim*,

à rua do Bispo. Todas são marcas materiais de um Portugal vivo nas paisagens humana e cultural da região.

Fotos 1, 2 e 3 – Casa de Trás os Montes e Alto Douro, casa dos Poveiros e Póvoa do Varzim e Casa da Vila da Feira e Terras de Santa Maria. Fotos da autora do artigo. Arquivo Pessoal.

Fato curioso relacionado à presença portuguesa na região da Tijuca tem a ver com o mundo do samba, demonstrando as trocas culturais e étnicas das quais os portugueses

foram protagonistas. Não só o bairro possui concentração de importantes agremiações do samba, vinculadas às comunidades do Borel, Formiga, Casa Branca e Salgueiro, quanto uma das escolas mais antigas do Rio: *Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos da Tijuca,* campeã dos carnavais de 1936, 2010 e 2012, tem, há tempos, um empresário português na presidência. O nome da Escola remete diretamente às suas origens, constituída pela união de blocos organizados nos diversos morros do bairro, que tornam a região um vale cercado pelas encostas do Maciço da Tijuca. Tanto no processo de povoamento das encostas desses morros quanto nos blocos que desfilavam a cada carnaval, houve a participação de trabalhadores portugueses das fábricas da região, consagrando as relações interculturais ocorridas em terras brasileiras.

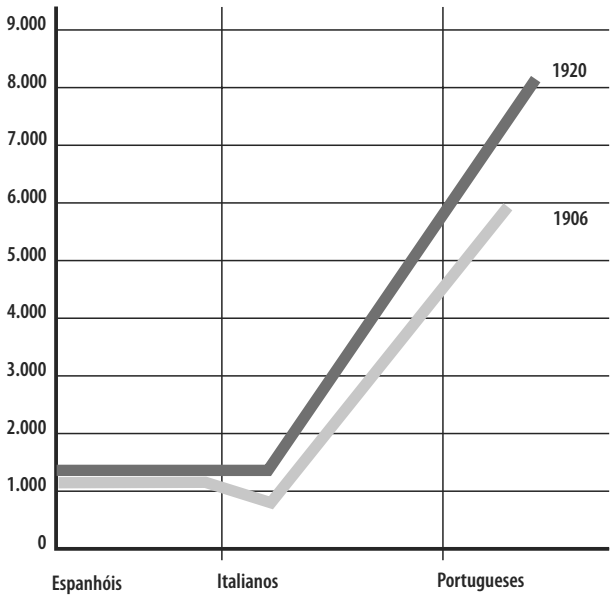
Outro bairro da Zona Norte destacado como referência da presença portuguesa é o bairro de São Cristóvão, com extensão para Benfica. Para além da área ter abrigado o Palácio Imperial, estabelecido em quinta de proprietário português, em cujas redondezas estabeleceram-se nobres e potentados da mesma nacionalidade, São Cristóvão evoca, nos dias de hoje, uma lusitanidade reinventada por aqueles que se deslocaram no pós-Segunda Guerra. Com relação à passagem do Oitocentos para o Novecentos, a região conheceu processo similar ao da área da Grande Tijuca, no que diz respeito ao desenvolvimento industrial, servindo de exemplo a Fábrica de Tecidos São João (à rua da Alegria) e a Fábrica de Tecidos Formosa (à Praia de São Cristóvão), além de estabelecimentos dedicados à produção de velas, vidros e outros. Por outro lado, verifica-se, também, o já citado processo de deslocamento entre indústria e comércio, analisado no caso da Tijuca, bem como deslocamentos espaciais que viriam possibilitar a consolidação de uma presença portuguesa de grande visibilidade, tornando a região depositária de antigas e novas tradições.

Um desses processos relaciona-se ao mundo dos esportes, com a criação do "Club de Regatas Vasco da Gama", nos idos de 1898; o outro, à fundação do "Centro de Abastecimento do Estado da Guanabara" (CADEG), responsável pelo afluxo de comerciantes ao local, consolidando, nos anos 1960, tendências anteriormente verificadas. Ambos os processos ganham importância, à medida que verificamos que seu alcance coloca-se para muito além da memória do bairro, para emergirem como importantes registros da presença portuguesa na cidade.

A história do Vasco da Gama não se iniciou no bairro de São Cristóvão, mas no da Saúde. Desde 1926, porém, o bairro é sede do futebol vascaíno; espaço de memória de importantes eventos esportivos e políticos, com destaque para comemorações do 1º de Maio. O clube foi fundado, em 1898, como clube de regatas, esporte popular em uma época na qual o futebol ainda não invadira as terras brasileiras. O nome, certamente, remetia à história de Portugal, motivado pela lembrança do 4º Centenário da Descoberta do Caminho Marítimo para as Índias (1498). Seus fundadores foram 62 remadores, em sua maioria, comerciários portugueses que se dedicavam ao esporte. A chegada do futebol ao Brasil levou o clube a

assumir nova orientação, mas as raízes portuguesas permaneceriam visíveis no nome, nos símbolos e na torcida. A adoção do novo esporte, por outro lado, consagraria a vocação popular do clube, visto este ter assumido a dianteira no processo de transformação de um esporte das elites em um esporte popular, sendo importante lembrar, inclusive, que o clube foi o primeiro a aceitar negros no time. Quem sabe, fato explicado, em parte, pela vocação da colônia portuguesa fixada na cidade para as relações interétnicas?

Gráfico 3 – Estrangeiros em São Cristovão



Fonte: Brasil. Arquivo Histórico do Itamarati. Directoria Geral de Estatística, Censos de 1872, 1890 e 1920; Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE), Censos de 1940, 1950, 1960. Gráfico elaborado pela autora do artigo.

Com relação ao "Centro de Abastecimento do Estado da Guanabara" (CADEG), hoje Centro de Distribuição de Alimentos da Cidade do Rio de Janeiro, sua criação deveu-se, também, a determinados deslocamentos espaciais. Nesse caso específico, a derrubada do mercado da Praça XV e a transferência dos comerciantes, grande parte dos quais portugueses, para Benfica. Essa concentração criou condições para que emigrantes deslocados nos anos 1960 procurassem a região, em virtude do processo já analisado dos que chegavam buscarem locais onde já estavam estabelecidos familiares e amigos (cadeias migratórias)[25].

Esses processos de deslocamento possibilitaram que a presença portuguesa na região ganhasse nova e intensa visibilidade. Foi assim que a secular presença portuguesa na comercialização de alimentos passou a ter no CADEG uma possibilidade de extensão em sua duração. Junto ao mercado distribuidor, que abre diariamente às 4 horas da madrugada, no

qual a maioria inconteste dos comerciantes é constituída por portugueses, proliferaram bares e restaurantes que oferecem a seus clientes não apenas um "bom bacalhau", como, também, sardinhas, embutidos, queijos, vinhos e outros produtos obrigatórios na mesa portuguesa.

Há os que defendam a tese, a nosso ver simplista, de que a presença portuguesa nesse nicho de mercado é tão somente herança do monopólio dos tempos coloniais, quando o exclusivo comercial impedia a participação de outras nacionalidades no comércio com a colônia. Deve-se levar em consideração, porém, que a história não é feita apenas de continuidades e vários são os fatores de descontinuidade que se apresentam nesse processo, pois não só mudou a lógica da dinâmica comercial como mudaram os próprios atores. Ou seja, o colono dos séculos XVI, XVII e XVIII não é o imigrante dos séculos XIX e XX, ainda que as migrações continuadas tenham consagrado o comércio de distribuição e venda de alimentos como nicho português, o que explica, inclusive, porque os portugueses colocaram-se na vanguarda da criação de mercearias e supermercados na cidade, por tantos séculos capital[26]. Essa presença, entretanto, mantidas as tendências de imigração na cidade, tende a desaparecer, devido ao estancamento dos fluxos orientados de Portugal.

Em termos das tradições portuguesas na área, algumas podem ser definidas como "tradições inventadas" (HOBSBAWN, 1984). É o caso da "festa portuguesa" que se realiza, a cada sábado, no CADEG, no *Cantinho das Concertinas.* Caracterizada, inicialmente como simples espaço de encontro, a festa nasceu da conjugação entre comida, bebida, música e dança.

Observe-se que, em países de imigração portuguesa, as festas são relativamente comuns. Na França, por exemplo, considerando-se a região de maior concentração dessa nacionalidade: Clermont-Ferrand, as "festas portuguesas" são comemorações anuais, não necessariamente realizadas em um mesmo espaço. No caso da festa no CADEG, ela acontece a cada sábado, após o fechamento dos negócios, fazendo parte do planejamento de lazer semanal tanto para os patrícios quanto para aqueles que procuram tradições e produtos da "terrinha". Torna-se, assim, ponto de encontro identitário, em um espaço circunscrito e demarcado, no qual a bandeira portuguesa dá o tom maior da lusitanidade.

Os dois "bairros de memória" aqui destacados representam a ponta de um novelo. Muitos outros bairros guardam, também, a memória da imigração portuguesa, em seus bares, restaurantes e festas, aguardando apenas por serem lembrados. Os bairros de Fátima e de Vista Alegre, por exemplo, trazem, em seu próprio nome, marcas portuguesas. O último deles, inclusive, é o único bairro do subúrbio a possuir, também, um clube português. A eles se associam, como depositários da cultura lusitana em terras brasileiras, bairros como Campo Grande, Inhaúma, Irajá e tantos outros.

Não é demais lembrar que a história da imigração portuguesa no Rio de Janeiro, durante muito tempo, foi uma história perdida em uma invisibilidade que temos caracterizado como fruto da "naturalização de uma presença". Afinal, o "português ou a portuguesa da esquina"

eram presença inquestionável e, por isso, de pouco interesse analítico, com este voltando-se, principalmente, para estrangeiros mais "desconhecidos" (Duroselle, 2000).

Com idades avançadas, chegados à cidade do Rio de Janeiro no pós-Segunda Guerra, alguns imigrantes portugueses, com destaque para viúvas, vem possibilitando, com suas falas, adentrar em muitas "zonas de sombra" dos processos vividos no "cá" e no "lá", nos últimos 70, 80 ou 90 anos, sobretudo naqueles relativos aos deslocamentos realizados no mundo do trabalho e ao trabalho da mulher, raras vezes contemplado na história da imigração e, menos, ainda, na história da imigração portuguesa na cidade.

Mulheres e homens anônimos, com trajetórias marcadas por deslocamentos múltiplos, pelo trabalho e pelo lazer cotidiano e pela tenacidade em vencer, marcaram o passado e continuam a marcar o presente da cidade, tornando-se parte da história vivida nos bairros cariocas. Eles justificam o ato de ampliar e aprofundar nosso olhar quando circulamos pela cidade. Esse novo olhar possibilita, por exemplo, descobrir bares e restaurantes administrados por portugueses(as), onde são oferecidos bolinhos de bacalhau acompanhados de *chopp*, tão ao gosto do carioca; registro das trocas culturais ocorridas no espaço da cidade. Perfeitamente adaptados à vida carioca, portugueses e portuguesas não traem suas raízes. Estas estão presentes no sotaque carregado, nos hábitos alimentares, nos gostos no vestir e na religiosidade expressa na presença de tantas imagens de Nossa Senhora nos estabelecimentos comerciais e no interior dos lares.

À medida que o tempo passa, mais bares e pequenos restaurantes existentes nos bairros do Rio de Janeiro, anteriormente pertencentes a portugueses, vão sendo transferidos de mão, vendidos, principalmente, a migrantes deslocados do nordeste do país. Estes tendem a seguir trajetos muito semelhantes aos dos portugueses: de ajudante de comércio a sócio e patrão. Mais um momento de trocas culturais e reinvenção de tradições na cidade, com itens da cozinha nordestina (aipim, carne seca e carne-de-sol) colocando-se ao lado de tradicionais petiscos portugueses, caracterizados como "comida de botequim".

Registrar uma história de longa duração que rapidamente se transforma é não só necessário como urgente, de forma a não deixar morrer a memória de tempos marcados, no cotidiano dos bairros, pelos sons, cores, cheiros e sabores de uma cidade escolhida como lugar de chegada, para milhares de portugueses que ousaram atravessar o oceano em busca de uma vida melhor.

Notas

1 - *Finis Patrie* (1890), 6ª ed., p. 56. Apud: Joel Serrão. *A emigração portuguesa, sondagem histórica*. Lisboa: Livros Horizonte, 1972, p. 27-8.

2 - Observe-se que, nas cartas trocadas, projetavam-se aquelas escritas por imigrantes que haviam melhorado de vida. No caso dos que fracassavam, o peso das narrativas era menor, visto duas tendências se interporem. Por um lado, muitos mentiam sobre as reais condições em que se encontravam. Por outro, rompiam os laços com familiares e amigos.

3 - É interessante destacar que muitos imigrantes investiram na educação dos filhos e isto é facilmente observado quando depoentes falam com orgulho de filhos e netos que se formaram. Por outro lado, também é verdade que esse mesmo investimento acaba por afastá-los dos negócios dos pais.

4 - Pesquisas realizadas por Paula Leitão Cypriano, minha orientanda de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da UERJ, comprovou que era possível, após cerca de 15 ou 20 anos de trabalho como caixeiro, que o imigrante abrisse seu próprio negócio. Cf. MENEZES e CYPRIANO, 2008.

5 - A referência é aos caixeiros que herdavam negócios de um patrão que retornava ou que, casando-se com a filha do proprietário, terminavam transformados em sócios do antigo patrão.

6 - Expressão criada por mim com base em conceito criado por Núncia Constantino com relação aos italianos. Cf. CONSTANTINO, 2008.

7 - A referência baseia-se na distinção que deve ser feita entre o colono e o imigrante do pós-Independência, destacando-se, para o segundo período, o afluxo de populações deslocadas do norte e interior de Portugal, graças ao avanço dos transportes na segunda metade do século XIX.

8 - Em determinadas conjunturas, os números relativos à imigração portuguesa nos distritos centrais de Sacramento e Sant'Anna chegaram a alcançar 87,75% em 1890. BRASIL. Arquivo Histórico do Itamarati. Directoria Geral de Estatística, Censo de 1890. Sobre o espraiamento português pela cidade, ver, também, MENEZES, 2007.

9 - BRASIL. Arquivo Histórico do Itamarati. Directoria Geral de Estatística, Censo de 1890.

10 - Sobre o espraiamento português pela cidade, ver, também, MENEZES, 2007.

11 - BRASIL. Arquivo Histórico do Itamarati. *Directoria Geral de Estatística*, Recenseamento de 1872. Divisão da população estrangeira pelas paróquias do Rio de Janeiro (VI).

12 - BRASIL. Arquivo Histórico do Itamarati. *Directoria Geral de Estatística*, Recenseamento realizado em 1º de setembro de 1920. População estrangeira segundo a nacionalidade – área urbana: Portugal.

13 - A partir da década de 1880, houve expressivo crescimento no número de fábricas no Brasil. De 9, em 1866, passaram a ser 45, em 1885. Destas, 11 estavam situadas no Rio de Janeiro, que possuía a maior concentração operária e fabril do país.

14 - Desde a instalação da família real na Quinta de São Cristóvão (pertencente a um português), o caminho para São Cristóvão, que passava pela região alagada dos Mangais de São Diogo – criadora de mosquitos - mereceu preocupação do governo. A partir dos anos 1830, toda uma intervenção, em termos de drenagem da região, foi desenvolvida, culminando por volta de 1870. A partir de 1857, nesse processo, teve início a construção do Canal do Mangue, no qual passaram a desaguar vários dos rios que por ali corriam. Essa intervenção possibilitou o incremento do povoamento de toda a região.

15 - Observe-se que a Fábrica Covilhã, situada à rua Garibaldi, na Tijuca, também ficou conhecida por produzir excelentes tecidos de lã.

16 - Segundo o jornal *A Voz do Trabalhador*, a Fábrica Cruzeiro, no Andaraí, empregava mais de 1.000 operários. Destes, a maioria estava constituída por mulheres e crianças. Cf. exemplar datado de 22/11/1908.

17 - Dados recolhidos em entrevista realizada em 1º de agosto de 2003. Uma trajetória mais completa de D. Maria do Rosário está publicada em artigo de nossa autoria intitulado "Imigração e Comércio: Silêncios sobre a mulher" (In: SARGES, 2010: 187-193).

18 - Sobre expulsão de estrangeiros, ver, da autora, *Os Indesejáveis* (1996).

19 - BRASIL. Arquivo Nacional. SPJ, Módulo 101, Processos de Expulsão, pacotilha IJJ7 163.

20 - Observe-se que a administração das tabernas nas aldeias portuguesas tornou-se atribuição feminina, em razão dos deslocamentos masculinos.

21 - Ainda que não queiramos analisar a origem da feijoada ou das discussões que pautam a análise dessa origem, deve ser pontuado que existem raízes portuguesas do prato, ainda que não vinculadas ao feijão preto.

22 - "O Bar da dona Maria é uma referência do samba carioca. E por isso mesmo acabou se tornando uma síntese do que é ser Tijucano. A alma do pequeno estabelecimento é tangível. A alegria sábia no rosto da senhora portuguesa, que comanda tudo de trás do balcão, convence o frequentador de que ele está realmente numa embaixada segura de sua casa, requisito primaz de um bom boteco" (PCRJ,2000). Sobre imigração portuguesa no pós-Segunda Guerra, ver Lobo (2001).

23 - A apropriação dessa possibilidade de análise é uma homenagem a Leila Medeiros de Menezes, especialista em leitura e alfabetização, que tem magníficos trabalhos sobre alfabetização do olhar.

24 - As Casas de Trás-os Montes e Alto Douro e dos Açores localizam-se à rua Meira Matos; a Casa do Porto, à rua Afonso Pena, a casa da Vila da Feira e Terras de Santa Cruz à rua Haddock Lobo e a Casa dos Poveiros e Póvoa do Varzim à rua do Bispo.

25 - O termo começou a circular na década de 1960, criado por pesquisadores australianos, sofrendo, a partir de então, importantes alterações de sentido. O uso do termo toma por base a conceituação de Baily, segundo a qual as cadeias migratórias são formadas a partir de contatos pessoais, rede de comunicação e favores, envolvendo famílias, amigos e conterrâneos, tanto nas sociedade de partida quanto nas de acolhida, atuando, assim, na opção pela emigração, na escolha do destino, na obtenção de trabalho e nas redes de sociabilidade. Cf. Samuel Baily. *Immigrants in the Lands of Promise: Italians in Buenos Aires and New York City, 1870-1914* (1998). Cornell University Press.

26 - Este, porém, é um processo que, pouco a pouco, modifica-se visivelmente, tendo em vista que os imigrantes de primeira geração são aqueles deslocados no pós-Segunda Guerra (décadas de 1950 e 1960).

Referências Bibliográficas

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos*: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade, 1990 (Biblioteca Carioca).

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *O Italiano da esquina*: imigrantes meridionais na sociedade porto-alegrense. 2ª Ed. Porto Alegre: EST, 2008.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo império perecerá.* Teoria das Relações Internacionais [Trad. Ane Lize Spaltenberg de S. Magalhães]. Brasília/São Paulo: UNB/Imprensa Oficial do Estado, 2000. (Nova Clio, A História e seus problemas, 38).

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*, v. 1. Rio de Janeiro: Conquista, 1957.

FREITAS FILHO, Almir Pita. A colônia portuguesa na composição empresarial da cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do XX. IN: Carlos Lessa. (org.). *Os Lusíadas na aventura do Rio moderno*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 163-197.

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. [Trad.]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. (Coleção Pensamento Crítico, 5).

IGLÉSIAS, F. *A industrialização brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Tudo é História).

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.

MENDES, José Sacchetta Ramos. *Laços de sangue*. Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil. Porto: Fronteira do Caos/CEPESE, 2010.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis:* Desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

----------. "A presença portuguesa no Rio de Janeiro segundo os censos de 1872,1890, 1906 e 1920: dos números às trajetórias de vida". In: . SOUSA, Fernando e MARTINS, Ismênia de Lima (org.). *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto/Rio de Janeiro: CEPESE/FAPERJ, 2007. pp. 86-105.

----------. "Imigração e comércio: silêncios sobre a mulher". In: SARGES, Maria de Nazaré; SOUZA, Fernando; MATOS, Maria Izilda (org.). *Entre-Mares* – O Brasil dos Portugueses. Belém-Pará: Paka-Tatu, 2010. p. 186-194.

----------. "A imigração europeia como passaporte para o progresso e a civilização no Brasil do século XIX". In: CANCINO, Hugo y MORA, Rogelio de la (coord.). *Ideas, intelectuales y paradigmas en América Latina (1850-2000*). VeraCruz/México: Universidad Veracruzana Lomas del Estadio, 2007, p. 396-414.

---------- e CYPRIANO, Paula Leitão. "Imigração e negócios: comerciantes portugueses segundo os registros do Tribunal do Comércio da Capital do Império (1851-1870)". In: MATOS, Maria Izilda, SOUSA, Fernando e HECKER, Alexandre (org.). *Deslocamentos & Trajetórias:* os Portugueses. São Paulo: EDUSC, 2008. pp. 103-118.

----------. Nas trilhas do progresso: Pereira Passos e as posturas municipais (RJ, 1902-1906). IN: SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda S. *A cidade em debate* – Belém, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Uberlândia, Curitiba, Portio Alegre. São Paulo: Olho d'água, 1999, p. 109- 127.

NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire.*Paris: Gallimard, 1984.

ROEDEL, Hiran. Uma cidade de muitos lugares. IN: VIEIRA, Fernando e ROEDEL, Hiran (orgs.). *Rio de Janeiro:* panorama sociocultural. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2004, p. 19-56.

SENDAS, Márcia Maria. *Meu avô, comendador Manuel Antonio Sendas.* Origens da família Sendas no Brasil. Rio de Janeiro: Four Print, 1994.

SERRÃO, Joel. *A emigração portuguesa.* Sondagem histórica. 3ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

THOMPSON, E. T. *A formação da classe operária inglesa*: I. a árvore da liberdade. [Trad.]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (Oficinas da História, 5).

Enviado em 19/03/2012

O bairro do Cosme Velho e o Colégio Sion[1]

The borough of Cosme Velho and the Colégio Sion *school*

Angela Xavier de Brito
Centre de Recherches sur les Liens Sociaux
Université René Descartes-CNRS
Paris, France

RESUMO:

Entre os colégios que a congregação Notre Dame de Sion estabeleceu no Brasil, o semi-internato do Rio de Janeiro, fundado em 1908 e que existe até hoje, apresenta uma trajetória que parece acompanhar a do Cosme Velho, bairro onde se instalou a partir de 1925. Esse colégio manteve uma reputação ilibada de meados dos anos 1920 até os anos 1970, quando tanto o bairro quanto o colégio experimentam um declínio em seu prestígio: as famílias tradicionais abandonam suas mansões ao mesmo tempo que as ex-alunas de Sion deixam de matricular suas filhas no colégio que a família tradicionalmente frequentara há duas ou três gerações. Este se viu assim reduzido a buscar seus alunos entre os jovens de um bairro que envelheceu e empobreceu. Esse artigo busca explicar as razões que levaram ao declínio o bairro e o colégio.

Palavras-chave: educação; elites femininas; Cosme Velho; colégio Sion

SUMMARY:

Among the schools that the congregation of Notre Dame de Sion established throughout Brazil, this day school founded in Rio de Janeiro in 1908 and that exists to the present day, seems to have a trajectory parallel to the borough of Cosme Velho, where it would be relocated in 1925. The school maintained an impeccable reputation from the mid-1920s up until the 1970s, when both the borough and the school experienced a decline in status: traditional families moved out of their large town houses and former Sion students ceased to enroll their daughters in the school that their families had attended for many generations. The school was thus forced to seek new students in a borough that had deteriorated both in prestige and financially. This article seeks to explain the reasons that caused the concomitant decline of the borough and school.

Key words: *education; female elites; Sion College*

"Finalmente, já na rua Cosme Velho, depois de uma curva suave, aparecia o meu querido colégio *Sion*", diz Lilá Sant'Anna (1985), aluna desse colégio nos anos 1940, em suas memórias. Esse imponente edifício de cor amarelo-ocre acolhia todos os dias, desde 1925, as meninas pertencentes às elites do Rio de Janeiro, das 8h30 às 16h30, em regime de semi-internato. Era bem traumatizante para uma menina de 6/7 anos ingressar pela primeira vez nesse prédio de dimensões monumentais. Algumas alunas já saíam de casa "ansiosas" (Glória Maria, 1950-61)[2], "apavoradas […] achando que lá só se falava francês" (Maria Cecília, 1947-59), "com um sentimento de desamparo muito grande" (Stella F., 1949-61).

Elas eram conduzidas nos automóveis familiares ou chegavam a pé, acompanhadas de suas babás, no primário; quando mais velhas, vinham sós ou em bando. A revoada das que moravam perto do colégio se repetia a cada manhã, de segunda a sexta-feira. As insígnias davam um toque colorido ao austero uniforme de casimira azul-marinho. Cada classe ostentava uma cor diferente, cujos nomes eram ditos em francês: *rouge*, *grenat*, *orange, verte*, *bleu-foncé*, *bleu-clair, violet*[3]. Ao esperar a abertura das pesadas portas de ferro forjado com o monograma NDS, "intimidada, eu apertava com força a mão de meu pai", confessou Angelina (1950-61).

Aquelas que vinham nos ônibus do colégio eram menos expostas aos olhares públicos porque estes subiam a rampa lateral e iam deixá-las diretamente no Pavilhão. Ir para o colégio de ônibus era toda uma aventura: eles passavam cedo, às "sete e meia", segundo Lilá Sant'Anna (1985), e davam quase a volta pela Zona Sul da cidade. Como os veículos do colégio eram poucos, as meninas se repartiam em duas viagens: as que chegavam primeiro deviam esperar, sob o olhar vigilante de *Mère* Delphine – "uma freira francesa já idosa, que só falava francês" (Maria Cecília, 1947-59) – sentadas em desconfortáveis bancos de madeira sem encosto, até que todas chegassem. Uma irmã conversa as conduzia então em fila até suas respectivas salas de aula. Medo, choro, timidez eram atitudes comuns nos primeiros dias da classe, mas as meninas terminavam se familiarizando com "aquela enormidade, os corredores, a austeridade da coisa grandiosa mesmo" (Stella F., 1949-61).

A arquitetura imponente do colégio se fundia bem com a estrutura arquitetônica do bairro, que congregava as mansões das melhores famílias cariocas, cujas filhas frequentavam o colégio Sion: os Oliveira, os Klabin, os Bezerra de Melo, os Berardo, os Pougy, os Veiga, os Bastos de Oliveira, os Athayde, os Bittencourt, os Rodrigues, os Carneiro de Mendonça, na rua Cosme Velho. Havia ainda aquelas que moravam nas ruas transversais, como os Corção, os Amoroso Lima, os Buarque de Gusmão, os Daudt de Oliveira e os Mendes de Morais, na rua Marechal Pires Ferreira; os Penido, os Meireles, os Xavier de Brito e os Heinzelmann, na rua Smith de Vasconcelos, entre outras (Xavier de Brito, inédito).

Um pouco da história da congregação

Ao chegar ao Rio de Janeiro em 1888, as cinco primeiras religiosas de *Sion* [4] – cuja viagem fora patrocinada pela sra. Eugênia Monteiro de Barros, " rica e benemérita brasileira" (*Sion*, *Journal*, 1888), condessa da Santa Sé – foram conduzidas a uma casa na rua Barão de Itapagipe, n° 39, no Rio Comprido, pertencente "à sra. Cecília Monteiro de Barros, mãe da sra. Eugênia" (*Sion*, *Journal*, 1888). No entanto, ao verificar que as obras da casa não estavam terminadas, o conde de Nioac conduziu a congregação para a rua Carvalho de Sá[5], n° 22, em Laranjeiras, propriedade do sr. Militão Máximo de Souza Jr., segundo barão de Andarahy. Acolheram-nas Francisca Jacinta Nogueira da Gama, condessa de Carapebus e dama de honra da Imperatriz; a condessa de Andarahy, mãe do sr. Militão; e a esposa deste, dona Ana Joaquina Fernandes Braga.

Sabe-se que, desde meados do século XIX, uma fração das elites brasileiras adquirira o hábito de internar suas filhas em Paris, em conventos e escolas privadas dirigidas por congregações católicas, para que recebessem a pátina de distinção que abrilhantaria sua situação no mercado matrimonial. O colégio preferido pelas famílias brasileiras era o internato do *Sacré-Cœur*[6], situado no *Boulevard des Invalides,* n° 33, e dirigido naquela época por *m*ère Depret, que "acolhia meninas do mundo inteiro vindas a Paris para aperfeiçoar sua educação" (Luirard, 2002, p. 267). No entanto, essa congregação recusara-se a assinar a "carta de secularização"[7] por meio da qual se submeteria às leis da República, sendo compelida a fechar as portas de seus colégios. Os estabelecimentos que concordaram em assinar essas cartas, como *Notre Dame de Sion, Notre Dame de la Compassion* ou o *Cours Dupanloup* (Meyer, 1995, p. 143), conservaram sua organização, seus métodos e sua identidade pelo menos até 9 de dezembro de 1905, quando foi promulgada a lei de separação entre a Igreja católica e o Estado.

A história oficial da congregação de *Notre Dame de Sion* reza que as irmãs vieram se instalar no Rio de Janeiro a convite da "Condessa Monteiro de Barros, em nome da sociedade carioca" (*Encontro* n° 1, 1975)[8] visando fornecer localmente às meninas das elites brasileiras a cultura escolar católica de tradição francesa a que suas famílias aspiravam. Pergunta-se, assim, por que as senhoras da elite brasileira não teriam solicitado em primeiro lugar à congregação do *Sacré-Cœur*, que desfrutava de longa tradição junto às famílias dos diplomatas e dos ricos comerciantes brasileiros? O lugar de *Sion* na hierarquia dos estabelecimentos franceses era, na época, claramente inferior ao do *Sacré-Cœur,* sobretudo por ter sido fundado apenas em 1853 (*Sion-Grandbourg*, *Journal*, setembro de 1851-dezembro de 1852) e gozar de menor tradição do que as congregações criadas entre os séculos XVII e XIX[9]. *Sion* também se caracterizava por "um menor grau de seletividade: a proporção de filhas de patrões da indústria e do comércio, de engenheiros ou executivos, era ligeiramente inferior, e a de alunas oriundas das classes populares ou médias um pouco maior" (Saint-Martin, 1990,

p. 69). Conviria à condessa Monteiro de Barros, encarregada de missão tão delicada, convidar uma congregação europeia atípica em mais de um sentido a assumir a responsabilidade da educação das filhas das elites brasileiras?

Por seu lado, as fontes da congregação do *Sacré-Cœur* informam que a fundação de um colégio no Brasil fora desejada havia muito. Desde a primeira viagem de *mère* Anne du Rouser ao Chile, em 1853, *mère* Madeleine-Sophie[10] lhe atribuira o encargo de tentar estabelecer uma casa nesse país. Tal projeto não se concretizou, apesar de reiteradas demandas das antigas alunas educadas no internato parisiense, dos bons contatos da condessa Monteiro de Barros na Corte pontifícia e do apoio da hierarquia católica. É assim claramente ao *Sacré-Cœur* que se dirige o convite inicial das damas da sociedade carioca. No entanto, essa congregação, que já possuía seis filiais na América Latina[11], só viria se estabelecer no Brasil em 1905, "três anos depois da eleição de Rodrigues Alves à presidência da República, [quando] o Rio estava saneado: em 1908, a febre amarela tinha sido erradicada da cidade" (Trigo, 2001, p.64). A recusa do *Sacré-Cœur* compeliu as damas da sociedade carioca a aceitar a "oferta subsequente de *Notre Dame de Sion*", patrocinada pela Princesa Isabel, amiga de *mère* Marie-Paul, então superiora geral dessa congregação.

Contrariamente às irmãs do *Sacré-Cœur*, a partida das religiosas de *Sion* para o Brasil, em 1888, não se fez numa conjuntura de exílio. Tudo indica que buscavam dar prosseguimento à política de expansão internacional da ordem, como provam os diversos colégios fundados antes dessa data[12]. "Desde muito, o *père* Théodore[13] sonhava em implantar uma 'colônia de *Sion*' no continente americano" (*Sion*, *Sources*, 1854-1884) – sonho concretizado inicialmente pelo envio de uma missão à Costa Rica, em 1879. Resta saber as condições de acolhida e de desenvolvimento que a congregação de *Sion* vai encontrar no Brasil.

Em terras brasileiras

Inúmeras ordens e congregações católicas de origem europeia emigraram para o Brasil durante o século XIX, dentro da estratégia de romanização do catolicismo mestiço da América Latina definida pela igreja. Poucas delas não se envolveram com o ensino: os internatos e semi-internatos pagos eram reservados às elites, os externatos de qualidade inferior destinados às classes médias baixas e os orfanatos profissionais dedicados aos jovens pobres. Como a ação do governo federal era inexistente em matéria de educação feminina, restava às jovens a opção de estudar em colégios de freiras, que buscavam transmitir-lhes "um estilo de vida calcado em valores urbanos e a possibilidade de contrair um bom casamento nas altas esferas do Estado" (Canedo, 1998, p. 24).

A França foi certamente o país que mais influenciou a expansão da rede de escolas destinadas às moças, onde cada congregação recrutava suas alunas dentro de certas frações de classe e utilizava suas respectivas propriedades para se situar na hierarquia do campo

educacional brasileiro. Os primeiros estabelecimentos femininos no Brasil foram fundados pelas irmãs lazaristas: o colégio Providência, em 1849, em Mariana (MG), e o colégio Imaculada Conceição, em 1850, no Rio de Janeiro (Colombo, 2006)**14**. Fundado no Rio de Janeiro, em 1888, o *Notre Dame de Sion* foi inicialmente dirigido por *mère* Barthélémy Rich, antiga diretora do colégio da Costa Rica, assessorada por *mère* Marie Félix. No entanto, a febre amarela – cuja epidemia foi "bastante séria em 1888, 1895 e 1902" (Trigo, 2001, p. 63) – vitimou rapidamente três irmãs de *Sion*, entre as quais a superiora auxiliar. O conselho de Congregação lhes deu então ordem de mudar para Petrópolis, cidade serrana que apresentava melhores condições de salubridade, onde fundaram, em março de 1889, um pequeno externato primário de educação mista, situado à rua Bragança, **15,** nº 9. A avó de Elza (Petrópolis, 1949-60), da família Máximo de Souza, de longa tradição sionense, foi "uma das primeiras alunas" desse colégio.

Colégios Privados no Rio de Janeiro, 1850-1920

Católicos	**Data da Fundação**
Colégio da Imaculada Conceição, Rio de Janeiro	Por volta de 1850
Colégio *Notre Dame de Sion*, Rio de Janeiro	1888, 1891, 1908 (fundação definitiva)
Colégio *Notre Dame de Sion*, Petrópolis	1889
Colégio dos Santos Anjos, Rio de Janeiro	1893
Colégio Santa Dorotéia, Rio de Janeiro	1897
Colégio *Sacré-Cœur de Jésus*, Riode Janeiro	1905
Colégio *Regina Cœli*, Rio de Janeiro	1908
Colégio *Sacré-Cœur de Marie*, Rio de Janeiro	1911
Colégio da Assunção, Rio de Janeiro	1912
Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Rio de Janeiro	1913
Colégio da Companhia de Santa Teresa de Jesus, Rio de Janeiro	1915
Colégio Imaculado Coração de Maria, Rio de Janeiro	1920
Colégio Maria Imaculada, Rio de Janeiro	1920
Protestantes	**Data de Fundação**
Colégio Batista Americano Brasileiro, Rio de Janeiro	Internato feminino, fundado em 1913
Colégio Bennett, Rio de Janeiro	1920

Fonte: Para os colégios católicos, Moura, 2000; Colombo, 2006. Para os protestantes, Ramalho, 1976.

Três anos mais tarde (1891), pressionada pelas senhoras da elite carioca, a Congregação tenta a volta ao Rio de Janeiro, instalando-se de novo no endereço anteriormente ocupado em Laranjeiras, onde houve numerosos pedidos de inscrição, chegando até a receber uma primeira aluna. Novo surto de febre amarela a faz, entretanto, renunciar mais uma vez à

atração da metrópole carioca. Volta, então, para Petrópolis, ocupando provisoriamente a rua dos Mineiros,[16], em propriedade cedida por Joaquim Ribeiro de Avelar, visconde de Ubá. Em 30 de setembro de 1892, "graças ao empenho da Princesa Isabel [...] e com a ajuda de Luiza Margarida Borges de Barros, condessa de Barral" (Maia, 1998), o governo republicano colocou à disposição das irmãs o antigo Palácio Imperial[17], desocupado desde a proclamação da República – onde o internato de Sion permaneceu até 1897, quando terminaram as obras de sua sede própria, na rua Benjamim Constant, n° 213. A intervenção da princesa e sua instalação nas dependências suntuosas do palácio permitiram ao colégio *Sion* adquirir a reputação de estabelecimento que "gozava dos favores da família imperial" (Needell, 1993, p. 83,). Tornou-se rapidamente conhecido como o melhor colégio para meninas do território brasileiro, teve praticamente o monopólio da educação feminina de elite no Brasil durante cerca de 16 anos – de 1888 a 1904 – o que lhe permitiu adquirir um *status* jamais obtido na França e o sólido renome de que desfrutou até os anos 1970, por escolarizar as filhas das elites brasileiras vindas de vários pontos do território nacional.

A volta das irmãs ao Rio acontece finalmente em julho de 1908, quando a Casa Generalícia de Paris autoriza a implantação do primeiro externato carioca de *Sion* na rua São Salvador, n° 21. As congregações francesas conheciam o valor da implantação do colégio nas áreas nobres da cidade, que contribuiria para um recrutamento mais seletivo Como se pode ver, as freiras procuravam se instalar nos bairros que concentravam, desde o fim do século XIX – início do século XX, "as mansões e palacetes particulares [como] São Cristóvão, Tijuca, Andaraí, Glória, Catete, Laranjeiras, Cosme Velho e Botafogo" (Trigo, 2001, p. 31). *Mère* Maria Angelina assume a direção conjunta dos estabelecimentos do Rio e de Petrópolis, assistida pela jovem *mère* Marie Ghisella. A reputação do externato faz crescer rapidamente o número de alunas, que pressio-nam por uma extensão da escolaridade desde 1910. O prédio da rua São Salvador tornou-se pequeno: em 1912, foram alugadas duas casas contíguas, dando frente para a rua Marquês de Abrantes, no Flamengo, "com comunicação interna, que permitia o funcionamento das classes superiores" (Nair, 1922-28).

O externato carioca ganhou vida autônoma em 1919, sob a direção de *mère* Marie Dieudonnée, antiga superiora do *Sion* de Campanha (MG), que o dirigiu até 1922, quando foi substituída por *mère* Marie Ghisella (1922-25). Foi *mère* Marie Dieudonnée quem, pressentindo as necessidades de expansão, comprou o terreno no Cosme Velho, encomendou os planos ao engenheiro César Mello Cunha e contratou a construção da sede do colégio. Em 1925, já sob a direção de *mère* Marie Loys (1925-29), *Sion* se transferiu definitivamente para a rua Cosme Velho n° 30[18], adotando o regime de semi-internato. Contrariamente ao *Sion* de Petrópolis, por não oferecer internato, seu recrutamento era exclusivamente local. Algumas famílias, como os Prado de São Paulo, adotaram a estratégia de se mudar para o Rio, para garantir às suas filhas uma educação de qualidade associada a princípios morais

e religiosos, sob um regime mais flexível. Fazia-lhe concorrência apenas o *Sacré-Cœur,* sob o nome de *Sacré-Cœur de Jésus*, que instalara finalmente no Rio, em 1905, um internato no Alto da Boa Vista e um semi-internato na rua Pinheiro Machado, em Laranjeiras.

O estilo das filiais estrangeiras dos colégios franceses dependia inteiramente da personalidade de suas superioras, cujas gestões são marcadas por práticas diferentes. O projeto inicialmente escolhido por *mère* Marie Dieudonnée para abrigar a sede carioca se integrava bem à paisagem local, sem ser particularmente luxuoso. Seu estilo lembrava os antigos conventos medievais: um edifício quadrado, de quatro andares, cercado por galerias que se debruçavam sobre um jardim interno em estilo francês, dotado de uma pequena fonte, para as quais se abriam as salas de aula. Nessa época, ainda não existiam suas dependências mais luxuosas, localizadas na parte dianteira do edifício.

O colégio funcionou nessas condições até que *mère* Gaëtan (1929-51) assumiu a direção. A gestão dessa superiora se distinguiu como uma época de prosperidade. Ela dirigiu a montagem dos laboratórios de física/química e do gabinete de história natural, de acordo com as exigências da Reforma Francisco Campos, o que permitiu que o *Sion* recebesse inspeção provisória em 1932 e inspeção permanente, em 1935. Em 1940, ainda na gestão da mesma superiora, foi construída a parte dianteira do prédio, onde as grandes portas com o monograma do colégio se abrem sobre uma entrada monumental, toda em mármore rosa e negro. Daí emergem duas escadas que conduzem à capela principal, igualmente de mármore nas mesmas tonalidades, com os bancos laterais das irmãs em madeira escura, dotada de galerias laterais no segundo piso com o grande órgão ao fundo. No andar térreo, em continuidade à entrada, vê-se um salão de festas em forma de anfiteatro, a Grande sala, destinada às assembleias gerais, com um imenso auditório para o público.

Nos fundos do colégio, havia um extenso pátio de recreio abençoado por um Cristo de braços abertos. Escadarias rústicas de pedra levavam, pelas encostas do morro, até a rua Alice, passando por uma cascatinha e uma gruta com a estátua da Virgem de *Sion*, objeto de devoção especial das alunas. O afluxo de novas alunas levou mais uma vez à extensão das dependências do estabelecimento: novas galerias, projetadas sobre a área de recreio, deram lugar à construção de numerosas salas de aula. No quarto andar, havia apenas os dormitórios das religiosas. Nesse cenário monumental e suntuoso viveram as alunas semi-internas então matriculadas no colégio *Notre Dame de Sion*.

O "esprit de *Sion*"

Os colégios de elite, a exemplo das escolas militares, das *public schools* inglesas e das *grandes* écoles francesas – todos fundamentados, mesmo os mais leigos dentre eles, nos princípios da *Ratio Studiorum* jesuíta[19] – exercem sobre seus alunos uma violência simbólica que produz um efeito de ordenação e de consagração, com o objetivo de produzir um grupo

à parte, que faz corpo com a instituição (Bourdieu, 1989). O mesmo se passa nos colégios femininos, onde as alunas são submetidas ao que chamei de "cultura escolar católica de tradição francesa" (Xavier de Brito, 2010, p.16), ou seja, um conjunto de regulamentos disciplinares que se inspira nas regras de socialização das *demoiselles* na França do século XVIII (Constant, 1987). Essa cultura, cuja função básica é transmitir distinção às meninas confiadas à sua guarda, contribui para a formação de um grupo dotado de um *habitus* específico e de uma identidade social forte. Centrada menos nos conteúdos técnicos do aprendizado do que nos rituais que a acompanham, essa socialização transmite às alunas de *Sion* um espírito de corpo duradouro, fruto "do contato contínuo e prolongado entre [as] condiscípul[a]s" (Bourdieu, 1989, p. 104), que se perpetua nos intensos laços afetivos que as unem até a morte.

Desde a entrada, o *Sion* busca homogeneizar o mais possível as alunas confiadas à sua guarda, basicamente recrutadas dentro de uma clientela oriunda da burguesia e das classes médias altas agrárias ou urbanas. O colégio privilegia quem já traz do mundo natal as disposições que a instituição exige e reconhece – sua principal garantia sendo a linhagem materna das *enfants de Sion*. Para aquelas cuja origem é, em princípio, "inferior" em termos de cultura ou de valores – na medida em que suas mães não frequentaram o colégio – a própria matrícula no *Sion* se encarrega de aprofundar a fratura inicial que as separa de seu grupo social de origem (Bourdieu, 1989). Uma análise da educação proposta no *Sion* mostra que os "três elementos que parecem resumir a cultura burguesa – a arte do detalhe, o controle de si [...] e a ritualização do cotidiano" (LeWita, 1988, p. 81) – estão aí presentes, reafirmando, como se preciso fosse, seu caráter de classe. Os rituais de *Sion* têm basicamente por função "tentar estruturar os comportamentos e as maneiras pelas quais um grupo social se concebe" (Rivière, 1983, p. 103) e "instituir diferenças duráveis entre aqueles a quem o rito concerne" (LeWita, 1988, pp.83-84) e os demais – ou seja, contribuir à distinção. Os princípios dessa exclusão ritual são, no entanto, implícitos, ou mesmo ocultos. É a familiaridade com os rituais que vai determinar o nível de integração dos indivíduos ao conjunto da cultura escolar de tradição francesa e assentar a "identidade sionense" – esse conjunto de traços duráveis que faz com que as alunas socializadas no *Sion* tenham as mesmas reações "espontâneas", percebam as pessoas da mesma maneira e se reconheçam à primeira vista no colégio e em sociedade por meio da "pontinha de aristocratismo" (Rogers, 2005, p. 288) que as caracteriza. As alunas em processo de ascensão social, que fazem da burguesia seu grupo de referência, buscam assemelhar-se a qualquer preço a esse modelo, "ter a cara do *Sion* mesmo, né? Ser *enfant de Sion*" (Stella F., 1949-61).

O *esprit de Sion* é, assim, o espírito de corpo específico ao colégio, o principal esteio da educação sionense. Ele consiste nesse predicado dificilmente definível, mistura de qualidades morais e intelectuais, amor ao trabalho, devoção, fé, solidariedade e espírito de grupo que provém da adesão de um grupo mais ou menos homogêneo aos mesmos valores, aos mesmos

princípios de socialização. Ao modificar gradualmente a representação que essas meninas têm de si mesmas, os dispositivos fortemente ritualizados do colégio facilitam sua integração à instituição e proporcionam-lhes a "adesão encantada aos valores e ao valor de um grupo" (Bourdieu, 1989, p. 258), que lhes confere um estilo de vida que as distingue das demais. "O cunho indelével de Sion" (Prates, 1938, p. 25) pode ser detectado nos depoimentos de alunas de diferentes épocas, que se sentem "ainda membros de uma mesma família" (Lage, 1938, p. 69; Stella F., 1949-61; Amanda, 1950-61).

Era extremamente importante que as alunas fossem identificadas em sociedade como *enfants de Sion*. Os rituais do colégio enfatizam justamente os aspectos de reconhecimento social:

> o uniforme, as insígnias. O uniforme era composto de "uma saia pregueada de casimira azul-marinho [...], largos suspensórios cruzados na frente e atrás, com três botõezinhos de madrepérola de cada lado. A blusa era branca de mangas curtas e gola redonda, com um discreto babadinho pregueado nos punhos e na gola. Um cordão grosso para ser usado na cintura e uma fita estreita de gorgorão de onde pendia uma cruz de madrepérola e cuja cor indicava a série do primário ou do ginasial. Sapatos pretos, meias brancas 3/4 […]. O chapéu era de palha bege com uma fita de gorgorão azul-marinho em volta da copa, terminando em um pequeno laço" (Sant'Anna, 1985, p.71).

Além de marcar as alunas com o selo do estabelecimento, estas lhe atribuem também a função de aplainar as diferenças entre "colegas muito mais ricas, colegas com a mesma situação e colegas mais pobres" (Amanda, 1950-61). Esse uniforme tradicional se simplifica com o passar do tempo, sofre a ação das estações, muda nos dias de festa. O chapéu foi totalmente eliminado nos anos 1950. O uniforme se adaptou ao clima carioca, permitindo saia branca de fustão durante o verão e meias soquete; o *grand cordon* e a *cruz de seda* foram substituídos no dia a dia por insígnias tecidas em lã. O uniforme completo, de gala, era reservado exclusivamente para as cerimônias rituais, quando as meninas deviam usar luvas brancas, meias três quartos e sapatos de verniz com alça. Quando as alunas assim vestidas desfilavam, de manhã e de tarde, pelas ruas do Cosme Velho, não havia dúvidas quanto à sua identidade de *enfants de Sion*. O poder simbólico desse conjunto era bastante forte: ao endossar o uniforme e suas insígnias, as alunas se tornavam corresponsáveis pela reputação do colégio e deviam manter em público uma *hexis* corporal impecável, a polidez, a maneira de falar e o vocabulário cuidado que as distinguia.

O aprendizado do *esprit de Sion* começa desde a entrada no colégio. Tal como os pés enfaixados das mulheres chinesas, o corpo e o espírito das alunas vão sendo progressivamente modelados desde seus primeiros passos, através de práticas disciplinares que ordenam sua maneira de perceber o tempo e o espaço, seu corpo, sua postura, seus movimentos, sua voz, sua escrita e até mesmo seus pensamentos. O essencial dessa socialização se dá no primário – "período de adaptação [que] visa levar à desistência as pessoas que não possuem vocação

ou força de vontade suficiente" (Castro, 2004, p. 19) – ou melhor, que não merecem ser alunas de *Sion*.

O primeiro conjunto de regulamentos que enquadrava as alunas dizia respeito ao espaço e ao tempo. A própria estrutura arquitetônica do edifício continha em si uma forma de controle próxima ao *panoptikon* (Foucault, 1975), ao permitir a identificação imediata de qualquer menina que rompesse a ordem, perambulando isolada. As dimensões monumentais do prédio, intimidantes em si, eram reforçadas pelo silêncio imposto em suas partes comuns. Era absolutamente proibido falar nos corredores, nas salas de aula, no refeitório ou na capela. As situações de palavra eram regulamentadas até mesmo nos intervalos ou no recreio.

A divisão das classes em duas turmas era uma peça-chave do controle espacial. As alunas eram alocadas nas turmas A ou B em função de uma estimativa de sua capacidade de se integrar à instituição, na qual a turma B funcionava como uma espécie de crivo para discernir o potencial das alunas recém-matriculadas, ou seja, segundo Julia (1995, p. 364), "reconhecer [...] a 'natureza' [de cada aluno], para saber como agir de maneira adequada sobre cada um deles". Prova disso é que na turma de 1949-61, o índice de *turn-over* era muito maior entre as alunas da turma B do que entre as da turma A. Nesta, seis alunas em cada dez tinham mais de dez anos de estudos seguidos no *Sion* e a maioria delas chegou à coroação; enquanto, das 53 alunas que passaram alguma vez pela turma B, pouco mais de um terço permaneceu apenas um ou dois anos no colégio, em virtude da discreta eliminação daquelas que não se adaptavam à cultura escolar de *Sion*. Esse princípio de ordenamento, segundo o qual "a própria instituição designa quem ela acha inapta ao sistema" (LeWita, 1988, p. 124), era tão astutamente concebido que a maioria das alunas entrevistadas não percebe o princípio de eliminação diferida que lhe é implícito, atribuindo a separação ao "número de alunas" ou à "performance escolar".

O rígido controle do tempo era outra dimensão imprescindível ao enquadramento das alunas. A frequência ao colégio era diariamente controlada pela chamada, na Hora dos Avisos. *Sion* tinha aulas de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 16h30 e cada dia, cada hora, cada minuto "estava organizado de maneira a manter a ordem e a disciplina" (Cavalcanti, 1995, p. 31). As alunas deviam "ser pontuais e assíduas no comparecimento às aulas e a outras convocações determinadas pela diretoria" (Regimento Interno, Tit. I, cap. IX, item c). Faltar à assembleia ou à quermesse pró-missões era inadmissível, porque indicava "absoluto desinteresse pela vida colegial" (Maria Cecília, 1947-59). Não bastava estar presente todos os dias, era imprescindível chegar na hora. A irmã conversa que controlava a entrada não admitia nem um minuto de atraso. Os tempos maiores eram escandidos pela campainha estridente de inúmeros relógios elétricos. Já os tempos menores, os movimentos rituais, eram marcados pelo ruído seco do *clapet*. Ao som dessas duas tabuinhas de madeira que se entrechocavam, as meninas deveriam interromper imediatamente o que estavam fazendo

e preparar-se para outra atividade: sair da classe e formar filas; pôr-se em movimento ou parar; adotar a postura corporal adequada à situação. As orações frequentes, as jaculatórias, as ladainhas, o *Angelus* rezado em coro antes do almoço integravam essa "rítmica do tempo pontuada por exercícios de piedade" (Foucault, 1975, p. 176).

Em *Sion,* o controle do espaço e do tempo era associado ao domínio do corpo. As alunas deviam assistir as aulas com os braços cruzados atrás das costas, sentar-se eretas nos bancos da grande sala, com as mãos pousadas sobre o regaço, sem jamais cruzar as pernas, atitude considerada extremamente vulgar. Os ritos de apresentação de si eram bastante codificados: o ficar de pé ao entrar e sair um professor, a postura ereta ao vir dar a lição diante da classe, a reverência diante da autoridade, que marcam "o perfeito controle de si e a preocupação com a posição do corpo" (Mension-Rigau, 1991, p. 176).

O controle do corpo discente era feito "menos pelo que é ensinado explicitamente do que por aquilo que se ensina tacitamente, através das condições nas quais se efetua o ensino" (Bourdieu, 1989, p. 112). Dentro da sala de aula, aprendia-se a fazer as tarefas o mais depressa possível no período de tempo outorgado, *vite mais bien*, sem que a rapidez comprometesse a qualidade. O princípio da emulação era fundamental. Sant'Anna (1985) fala nas *batalhas* nos anos 1940, Nascimento (1991) evoca as *voltinhas relâmpago* de D. Risoleta, professora de português na classe *grenat*, nos anos 1950. A emulação entre os "campos rivais, São Miguel e São Rafael", levava sobretudo em conta as condutas conformes, recompensadas com cobiçados objetos franceses que não existiam no Brasil, enquanto as atitudes desviantes prejudicavam suas hostes.

As férreas regras disciplinares que caracterizavam o estabelecimento visavam inculcar nas alunas um espírito de obediência sem questionamentos, a dobrar-lhes a cerviz, a fazê-las interiorizar os valores, as atitudes e os comportamentos próprios a uma *enfant de Sion*. As humilhações morais e verbais a que eram submetidas – "no limite do sadismo", segundo Cecília, (1949-52) – faziam parte da "pressão" que induzia os elementos mais frágeis a abandonar a instituição (Castro, 2004, p. 20). A aluna que não desse prova de ter adquirido o *esprit de Sion* podia ser pura e simplesmente excluída em qualquer etapa do curso, por brilhante que fosse. Turmas inteiras foram ameaçadas de exclusão por não terem ainda "compreendido o que Sion lhes quer dar" [nota do colégio, turma 1947-59]. Várias alunas confessam ter se sentido "trituradas" (Cecília, 1949-52), "esmagadas" (Sonia, 1948-56) pela rigidez disciplinar do colégio. No entanto, outros depoimentos nuançam esse suposto rigor, já que a repressão em certas casas era de tal modo severa que algumas se sentiam melhor no colégio do que fora dele: "A gente era muito reprimida em casa! […] Criança não tinha vez e mulher não tinha vez, a gente não tinha vez duplamente" (Silvia, 1949-61). "Nesse tipo de educação, nada é deixado ao acaso... [As mestras] dão extrema importância à noção de controle corporal […], que dá às jovens rigor físico e caução moral. […] Cabeça inclinada, olhos baixos, a jovem aprende […] a aceitar uma ordem sobre a qual não exerce nenhuma

influência" (Rogers, 2005, pp. 232-234). Essa *hexis* corporal se torna, mais tarde, "um dos principais suportes para o julgamento" (Leonardi, 2004, p. 88) do caráter feminino em sociedade.

Os rituais que marcavam mais fortemente a adesão à cultura escolar católica de tradição francesa se articulavam em torno das práticas morais. Apresentada como universal, a cultura dessas instituições possuía, no entanto, um forte viés de gênero, que fazia com que as mulheres que passaram pelos educandários que lhes eram reservados até os anos 1970 se tornassem seres humanos bastante diferentes dos homens educados nos colégios masculinos. Os últimos eram socializados para o exercício do poder, enquanto as mulheres tendiam a uma relação de submissão à autoridade nas esferas pública e privada, que as preparava para exercer com competência o papel social de esposa e mãe burguesa que lhes era tradicionalmente atribuído. Uma das práticas centrais nesse contexto – tão importante a ponto de ser prevista no Regimento Interno do colégio – era o chamado "exame de consciência", a partir do qual as alunas "se atribuíam diariamente notas de conduta [com] o objetivo de fazer com que as meninas refletissem sobre seu comportamento, de modo a se conformar à norma bem estabelecida de uma feminilidade obediente e virtuosa" (Rogers, 2005, p. 290; p. 194). O exame de consciência, que inaugurava o dia escolar em *Sion*, visava a aquisição de um espírito reflexivo de autocrítica essencial ao exercício do papel social da mulher. Sua finalidade era testar até que ponto as normas educativas da instituição e as injunções morais da Igreja Católica tinham sido efetivamente interiorizadas, fazendo com que, em sua vida adulta, as alunas de *Sion* se orientassem sempre no sentido do "espírito geral da sociedade" (Ehrenberg, 2000). A linguagem utilizada pelas freiras contribuía para inculcar-lhes desde cedo esse sentimento: havia frequentes menções ao pecado, à culpa e ao seu resgate através da mortificação e do sacrifício, ao arrependimento, à busca da perfeição. As meninas de *Sion* eram assim governadas por um forte sentimento de culpa presente em todas as gerações, que o exame de consciência ajudava a cultivar. Esses reflexos condicionados apoiados explicitamente no pecado e na culpa "comandam os conformismos de pensamento e até mesmo os automatismos de conduta" (Ehrenberg, 2000, p. 16). As alunas são unânimes em dizer que deixaram a instituição "com uma tendência à autoculpabilidade" (Angelina, 1950-61).

Grandeza e decadência do modelo sionense

O modelo educativo posto em prática no colégio *Sion* parece ter atravessado incólume por pelo menos sete décadas, para experimentar uma enorme queda de prestígio a partir dos anos 1970. Atravessou conjunturas históricas cruciais para o Brasil e sobreviveu ileso a inúmeras reformas educacionais, mantendo sua reputação ilibada. *Sion* construiu uma linhagem materna, onde a maioria das ex-alunas matriculava indefectivelmente suas filhas no colégio desde que nasciam porque, para esse grupo de fiéis, qualquer outra solução

era impensável. Entre as 33 alunas da turma de 1949-61, quatorze foram matriculadas no colégio para perpetuar a tradição familiar, nove delas vindo de uma linhagem materna. No entanto, nos anos 1970, apenas uma dessas ex-alunas matriculou "quatro dos seus cinco filhos" em *Sion*, onde fizeram apenas o primário, indo continuar sua escolaridade no Santo Agostinho, colégio pertencente à rede escolar católica privada – atitude muito comum atualmente, segundo Sandra Calvet, coordenadora pedagógica de *Sion* desde 1984. O que teria então acontecido nessa década para que, bruscamente, alunas ligadas ao colégio por uma tradição que datava de duas ou três gerações decidissem colocar seus filhos em outros estabelecimentos? O que as levou a interromper a cadeia de fidelidade que ligava suas famílias ao *Sion*?

A crise da sociedade global, as mudanças de padrão de educação da juventude e as decisões adotadas pela igreja no concílio Vaticano II, em meados dos anos 1960, são responsáveis pela transformação de todo um modelo de socialização que veio a repercutir na prática educativa cinco ou seis anos mais tarde. Para começar, colégios católicos habitualmente divididos por sexo tornaram-se mistos; ritos cruciais da cultura escolar católica foram revistos ou abandonados; as congregações religiosas simplificaram seus hábitos; os austeros uniformes tradicionais foram eliminados; a disciplina tornou-se mais leve. As ex-alunas apontam esses aspectos – sobretudo a coeducação – como causa de sua decisão de não mais matricular seus filhos no *Sion*. A consequente defecção das elites fez com que a reputação do colégio *Sion* experimentasse uma importante queda, fazendo-o perder o privilégio de recrutar alunos em toda a cidade do Rio de Janeiro. *Sion* acaba, assim, tendo que se conformar com a clientela de "um bairro que envelheceu e empobreceu" (Sandra Calvet).

Efetivamente, o Cosme Velho mudou bastante desde que deixou de ser habitado pelas elites tradicionais. Hoje em dia, as únicas mansões senhoriais ainda habitadas são as de Bárbara Heliodora e Lili Marinho. Na rua Cosme Velho, a casa de Austregésilo de Athayde virou uma fundação cultural; a de Valfrido Bastos de Oliveira, um museu de *art naïf,* atualmente fechado; a da família Pougy, o Memorial da Pediatria Brasileira; a Casa dos Abacaxis[20], da família Carneiro de Mendonça, encontra-se atualmente em restauração. Mais abaixo, a Casa dos Tijolos[21], residência de um dos irmãos Klabin, foi vendida a um particular, e a de Mário de Almeida[22], cedida à agência de publicidade Contemporânea. As residências de Oswaldo Aranha, Othon Bezerra de Melo e Rubem Berardo viraram imensos blocos de apartamentos, antes que o bairro fosse tombado pelo Patrimônio Histórico. As mansões situadas nas ruas paralelas, como a de Beatriz Veiga ou a de Cecília Meireles, caem aos pedaços por culpa de um plano de tombamento cujo ônus recai exclusivamente sobre os ombros dos particulares.

As ex-alunas evocaram ainda a distância para justificar porque não matricularam seus filhos em *Sion* (Vera, 1949-61). O colégio se vê assim reduzido a recrutar seus alunos em uma reserva "composta em sua maioria de classe média média e média baixa [...] que não

vai além da rua Alice, o grosso dos alunos sendo recrutados nos condomínios prestigiosos que ainda subsistem[23], além dos alunos de classe média média que vivem na Rua General Glicério" (Sandra Calvet). Seus preços tiveram consequentemente que se adaptar à área de recrutamento. Essas mudanças permitem compreender melhor porque as ex-alunas consideraram que não valia mais a pena que seus filhos atravessassem a cidade, como antigamente, para frequentar o colégio. Essa magra reserva ainda é disputada pelo Colégio São Vicente de Paulo, vizinho do *Sion*, que tem uma colocação bem melhor no *ranking* das escolas secundárias. Como o *Sion* dos anos 1950, o São Vicente recruta a nível municipal, atingindo Tijuca, Copacabana, Ipanema, Leblon (Elza, 1949-60), sem desdenhar a clientela da proximidade. No entanto, ao ser inaugurado, em 1959, o São Vicente de Paulo não fazia concorrência ao *Sion*, antes lhe era complementar, na medida em que só acolhia meninos.

Inúmeros boatos contribuíram assim para a degradação da reputação do colégio *Sion*. Coisa mais efêmera e delicada, a reputação de um estabelecimento escolar! E como simples rumores podem assumir importância em sua construção ou destruição! Esses boatos se referiam sobretudo à perda de certos aspectos tradicionais do colégio: além da passagem à coeducação em 1972, inúmeras modificações tinham sido progressivamente introduzidas no modelo sionense desde meados dos anos 1960. Eliminaram-se rituais de mais de um século de existência. O tradicional uniforme foi substituído por uma calça ou uma saia azul-marinho e uma camiseta com o logotipo do estabelecimento; as insígnias deixaram de existir; o colégio abandonou o regime de semi-internato, passando a ter dois turnos. As freiras substituíram o tradicional hábito negro longo com coifa e gola branca engomadas e uma cruz de metal no peito, por um hábito mais curto de tecido mescla, com a cabeça coberta apenas por um pequeno véu, que "não condiz com o estilo do colégio" (Glória Maria, 1952-61). Mais de uma ex-aluna, de diferentes gerações, comparou o novo hábito a um "uniforme de empregadinha" (Nair, 1920-28; Beatriz, 1960-69). O corpo docente passou a ser inteiramente constituído de professores leigos, em grande maioria mulheres. Todas essas transformações teriam levado à perda da "aura de respeitabilidade", do "caráter sagrado" (Beatriz, 1960-69) do estabelecimento.

No entanto, não se pode ignorar que o funcionamento das instituições apresenta frequentemente um certo atraso do efeito sobre a causa – ou, para usar a linguagem de Bourdieu, uma certa histerese. Minha hipótese é que não foram tanto as mudanças externas, conjunturais, que levaram à queda da reputação do colégio *Sion*. Elas tiveram certamente algum peso, que poderia ter sido controlado, não fosse sua articulação com as mudanças internas à Igreja Católica e com a maneira específica pela qual a congregação de *Sion* viveu o *aggiornamento* – redescobrindo seu carisma original de rezar pela conversão do povo judeu, o que a tornou peça importante na difusão do espírito ecumênico.

Outro argumento forte no que se refere à queda da reputação de *Sion* é sua colocação no *ranking* das escolas secundárias. Apesar de todas as transformações sociais, "*Sion* nunca quis entrar nessa coisa de disputar vaga no vestibular" (Sandra Calvet). O colégio continua a

manter uma lógica de ensino feminino, onde "os estudos e o exercício de uma profissão não constituem um fim em si [...]; cujas preocupações centrais são de fato a formação ética e a 'boa' educação" (Saint-Martin, 1990, p. 62). Ao constatar que a educação sionense – ao não mais atender às "necessidades da época" (Faguer, 1991, p. 30), de uma pedagogia orientada em função do sucesso no vestibular – é menos eficaz na formação dos adolescentes que lhe são confiados, os pais se sentem autorizados a pensar que *Sion* não corresponde mais às suas expectativas. Ele deixa assim de ser "O colégio para a formação das meninas, [passando a ser] um colégio católico entre muitos outros no bairro" (Sandra Calvet).

Uma visita aos locais do *Sion*, na atualidade, mostra que o estabelecimento decaiu de modo geral. Nas salas de aula, o antigo mobiliário de madeira de lei foi substituído por cadeiras individuais moldadas em plástico; o estrado dos professores foi removido, as paredes das salas de aula são nuas e velhos aparelhos de ar-condicionado acrescentam uma nota incongruente ao conjunto, eliminando qualquer referência ao antigo ascetismo burguês. O laboratório de física/química e a sala de história natural não mais existem; a capelinha da Virgem de *Sion* virou uma espécie de depósito. No terceiro andar, o acesso às galerias da capela é impedido por um quarto de dormir. No jardim central, o repuxo foi retirado e, no pátio de recreio, arrancou-se a placa com os nomes das antigas alunas que contribuíram para a construção do campo de vôlei. Na Grande sala, não há mais nenhuma cadeira na parte reservada ao público. O único ponto positivo é a existência de uma sala de professores grande e relativamente confortável. E, no entanto, os estudos etnográficos sobre as escolas mostram que a beleza, a imponência arquitetural e a limpeza dos estabelecimentos são importantes para que os alunos mantenham uma boa relação com o espaço escolar. Fica uma impressão de pobreza e decadência, que tenderia quase a justificar a baixa na reputação do colégio. No entanto, tanto a reputação de uma instituição escolar como o prestígio de um bairro são fenômenos sociais, por isso mesmo sujeitos a flutuações e mudanças. Não é impossível que, no futuro, ainda vejamos as elites tradicionais voltarem ao Cosme Velho e matricularem seus filhos e filhas no *Sion*, restaurando a cadeia de fidelidade que as ligava à instituição.

• Os trechos do original francês foram traduzidos pela autora

Notas

1 - Os dados desse artigo são derivados do livro de Angela Xavier de Brito. *L'influence française dans la socialisation des* élites *féminines brésiliennes*. Le Collège Notre Dame de Sion à Rio de Janeiro. Paris: L'Harmattan, 2010. Encomendas diretas podem ser feitas pelo e-mail axavier2@wanadoo.fr.

2 - Os nomes entre parênteses seguidos de duas datas correspondem às alunas entrevistadas, e o período em que frequentaram o colégio *Sion*.

3 - Nos anos 1950-60, as cores das insígnias eram as seguintes: *rouge liseré* [pré-primário]; *rouge* [1° primário]; *grenat* [2° primário]; *orange* [3° primário]; *vert* [4° primário]; *bleu liseré* [admissão], *bleu foncé* [1° ginásio]; *bleu clair* [2° ginásio]; *blanche* [3° ginásio]; multicor [4° ginásio]; *blanc-violet* [1° clássico]; *violet liseré* [2° clássico]; *violet uni* [3° clássico]. Note-se que a classe multicor era a única cujo nome era dito em português.

4 - Eram elas *mère* Marie Chrysostome, *mère* Marie Félix e *sœurs* Marie Constantina, Marie Dulcis e Marie Orsolina.

5 - Atual rua Gago Coutinho, em Laranjeiras.

6 - Conhecido no Brasil como *Sacré-Cœur de Jésus,* para diferenciá-lo do colégio *Sacré-Cœur de Marie,* designação que não é usada na França.

7 - Segundo o decreto de 29 de março de 1880, assinado por Jules Ferry, presidente do Conselho.

8 - Contatada recentemente, a congregação no Brasil informou que as irmãs vieram para o Brasil "a convite do Imperador D. Pedro II".

9 - Entre outras, o *Couvent des Ursulines*, o *Institut de l'Assomption* e os colégios *Notre Dame des Oiseaux* e *Sacré-Cœur*.

10 - Madeleine-Sophie Barat, fundadora da congregação do *Sacré-Cœur,* em 1800, na França, foi sua superiora geral de 1806 a 1865.

11 - Santiago, Chile (1853); La Habana, Cuba (1858); Lima, Peru (1876); Buenos Aires, Argentina e San Juan, Costa Rica (1880); Ciudad de México, México (1883).

12 - Constantinopla (1856), Calcedônia (1863) e Esmirna (1876) no Oriente Médio; Iassi (1866), Galatz (1867) e Trieste (1883) na Europa Central; Alexandria (1880) e Tunis (1881) no norte da África; e Costa Rica (1879) na América Latina.

13 - A congregação de *Notre Dame de Sion* foi fundada em 1942, em Paris, pelo *père* Théodore Ratisbonne, conhecido como *Notre père*, e seu irmão, *père* Alphonse-Marie (*père Marie*).

14 - O site atual do Colégio da Imaculada Conceição registra 1854 como data de sua fundação.

15 - Hoje rua 1° de março.

16 - Hoje rua Silva Jardim.

17 - Hoje em dia, Museu Imperial.

18 - Atualmente rua Cosme Velho n° 98.

19 - A *Ratio Studiorum* é "um texto regulamentar destinado a unificar o *modus agendi* dos jesuítas" (Julia, 1995, pp. 362-363), que resulta da elaboração progressiva das regras pedagógicas dos colégios jesuítas durante todo o século XVI, sistematizadas pela primeira vez em compêndio em 1599.

20 - Assim chamada por ter uma fachada decorada com vários abacaxis esculpidos em ferro, essa mansão foi construída em 1843 pelo arquiteto José Maria Jacinto Ribeiro.

21 - Construída em 1840 pelo arquiteto francês Benoît, para o barão Smith de Vasconcelos.

22 - Originalmente o palacete dos condes de São Mamede, essa mansão foi posteriormente vendida ao marechal Pires Ferreira.

23 - Trata-se dos condomínios Águas Férreas, Climax, Monte, Visconde de Uruguay, Paquetá, entre outros.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *La noblesse d'*État. Paris: Minuit, 1989.

CANEDO, Leticia Bicalho. "La production généalogique et les modes de transmission d'un capital politique familial dans le Minas Gerais brésilien", *Genèses* n° 31, juin 1998, pp. 4-28.

CASTRO, Celso. *O espírito militar.* Um antropólogo na caserna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. *Vestígios do tempo:* memórias de mulheres católicas (1929/1942). São Paulo: dezembro de 1995.

COLOMBO, Maria Alzira. *Luzes e sombras.* Uma visão da educação feminina no final do século XIX e início do século XX. São Paulo: AllPrint editora, 2006.

CONSTANT, Paule. Un monde à l'usage des demoiselles. Paris: Gallimard, 1987

COUSIN Olivier. *L'efficacité des collèges.* Sociologie de l'effet-établissement**.** Paris: PUF, 1998.

EHRENBERG Alain. *La fatigue d'être soi.* Dépression et société. Paris: Odile Jacob poches, 2000.

FAGUER, Jean-Pierre. "Les effets d'une 'éducation totale'. Un collège jésuite 1960". *Actes de la recherche en sciences sociales* n° 86/87, mars 1991, pp. 25-43.

FOUCAULT , M. *Surveiller et punir.* Naissance de la prison. Paris: Gallimard, 1975.

JULIA Dominique. « La culture scolaire comme objet historique ». IN Antonio NÓVOA, DEPAEPE M. & JOHANNINGMAYER, E. V. (eds.), *The colonial experience in education.* Historical issues and perspectives. Gent C.S.H.P., Pædagogica Historica,1995, pp. 353-382.

LAGE , Maria Luiza. *"Depoimento".* IN Reminiscências 1938, vol. 1, p. 69.

LEONARDI, Paula. "Puríssimo Coração: uma escola de elite e sua imagem". *Pró-Posições*. vol. 15, n° 2 (44), maio-agosto 2005, p. 77-95.

LEWITA, Beatrix. *Ni vue ni connue.* Approche ethnographique de la culture bourgeoise. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 1988. Coll. Ethnologie de la France.

LUIRARD, Monique. "Les dames du Sacré-Cœur de Jésus". IN LALOUETTE Jacqueline & MACHELON Jean-Pierre (eds). *Les congrégations hors la loi?* Autour de la loi du 1er juillet 1901. Paris: Letouzey & Ané, 2002. Avant-propos d'Alain Boyer.

MAIA, Laura Lahmeyer Leite. *História da Associação das Antigas Alunas de Sion.* Jubileu 1948-1998. Rio de Janeiro: Associação das Antigas alunas de *Sion*, 1998.

MENSION-RIGAU, Eric. "Distinction chez les elites". IN Régine DHOQUOIS (org.). *La politesse, vertu des apparences*. Autrement, série Morales. Paris: Autrement, 1991, pp. 171-180.

MEYER, Jean-Claude. "La congrégation de Notre Dame de la Compassion". IN Gerard CHOLY G. & CHALINE N-J (orgs.), *L'enseignement catholique en France aux XIXe et XXe siècles.* Paris: Cerf, 1995, pp. 133-144.

MOURA, Laércio Dias de (sj). *A educação católica no Brasil*. Passado, presente e futuro. São Paulo: Loyola, 2000.

NASCIMENTO Angelina Bulcão. *In Sion firmata sum* (Memórias da turma de 1950-61). Salvador: 1991 (mimeografado)

NEEDELL, Jeffrey. *Belle époque tropicale:* sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PRATES, Sylvia. *"Cincoenta anos de dedicação",* Reminiscências *1938, vol. 1, p. 25*.

RAMALHO, Jether Pereira. *Prática educativa e sociedade.* Um estudo de sociologia da educação. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

RIVIÈRE, Claude. "Pour une approche des rituels séculiers". *Cahiers Internationaux de Sociologie* LXXIV, 30e année, nouvelle série, janvier-juin 1983, p. 97-117

ROGERS, Rebecca. *Les demoiselles de la Légion d'Honneur*. Paris: Perrin, 2005 (1ª edição, 1992).

SANT'ANNA, Lilá. *Camila Ciréia*. Rio de Janeiro: Editora e Distribuidora Quadrelli, 1985.

SAINT-MARTIN, Monique de. "Une 'bonne' éducation. Notre-Dame des Oiseaux, à Sèvres". *Ethnologie française* vol. 20, n° 1, 1990, pp. 62-70.

SION, Colégio Notre Dame de. *Encontro*, revista do colégio Sion do Rio de Janeiro: n° 1, 1975.

SION, Colégio Notre Dame de. *Regimento interno.*

SION, Congrégation de Notre Dame de. *Journal de la Maison de Notre Dame de Sion*, 1888.

SION, Congrégation de Notre Dame de. Sion-Grandbourg. *Journal de la maison*, set. 1851-dez. 1852.

SION, Congrégation de Notre Dame de. *Sources de Sion*. Théodore de Ratisbonne. Fondations et dernières années 1854-1884. S/ éditeur, s/date.

TRIGO, Luciano. *O viajante imóvel.* Machado de Assis e o Rio de Janeiro de seu tempo. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 2001.

XAVIER DE BRITO, Angela. *L'influence française dans la socialisation des élites féminines brésiliennes*. Le Collège Notre Dame de Sion à Rio de Janeiro. Paris: L'Harmattan, 2010.

XAVIER DE BRITO, Augusto Heitor. *O Cosme Velho, esgarçadas lembranças*. Texto inédito.

Enviado em 27/07/2012

A Light e os transportes coletivos no Rio de Janeiro: roteiro de questões*

Light and public transport in Rio de Janeiro: a roll of issues

Américo Freire
Historiador e Professor Associado do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas (FGV).
americo.freire@fgv.b

RESUMO:

A Rio-Light, principal concessionária dos serviços urbanos na cidade do Rio de Janeiro durante grande parte da primeira metade do século XX, levou adiante, por duas décadas, um projeto de caráter monopolista em torno da unificação dos transportes coletivos na então Capital Federal brasileira sob sua administração. O tema será examinado por meio do estudo de três questões correlatas: o papel dos transportes coletivos no âmbito da empresa; as estratégias da Rio-Light para viabilizar o projeto em tela; as razões que teriam levado a empresa a abandonar suas proposições de cunho monopolista.

Palavras chave: Rio-Light; transportes coletivos; projeto monopolista; história urbana do Rio de Janeiro.

SUMMARY:

The Rio-Light company owned the main franchises for urban services in the city of Rio de Janeiro during most of the first half of the 20th century. For two decades during this period, it was to instigate a project with a strongly monopolistic character seeking to unify public transport in the former Brazilian Federal Capital it "served". The subject will be studied from the aspect of three correlate issues: the role of public transport within the scope of the company; the strategies used by Rio-Light to render the project feasible overall; the reasons that led the company to relinquish its monopolistic aims.

Key words: *Rio-Light; public transport; monopolistic project; urban history of Rio de Janeiro*

* Este texto foi apresentado no Simpósio Internacional Globalización, innovación y construcción de redes técnicas urbanas en América y Europa, 1890-1930 *Brazilian Traction*, *Barcelona Traction* y otros conglomerados financieros y técnicos. O evento foi promovido pela Universidade de Barcelona, entre os dias 23 e 26 de janeiro de 2012.

A história urbana do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX, confunde-se com a da Light. Principal responsável por operar a maior parte dos serviços públicos da cidade, a empresa dedicou especial atenção a um projeto em particular, em meio a muitos outros: o de exercer o controle exclusivo do setor de transportes coletivos na então capital brasileira. Com vistas a examinar esse tema por meio de uma abordagem que priorize a perspectiva política, ou seja, levando em consideração a maneira pela qual os diferentes agentes públicos e privados lidaram com esse projeto, propõe-se neste artigo o seguinte roteiro analítico. A primeira questão a ser tratada diz respeito ao peso e à importância do setor de transportes para a empresa. Nesse caso, é interessante verificar tanto aspectos econômico-financeiros – relativos aos percentuais do setor para a renda líquida da empresa ao longo do tempo –, como também os que se referem mais diretamente à construção simbólica da Light como empresa "eficiente" e "moderna". Uma segunda questão está relacionada diretamente às estratégias que foram acionadas pela Light no sentido de monopolizar o setor. Finalmente, o foco da análise irá recair nas razões pelas quais o projeto monopolista foi abandonado em meio à retirada paulatina da empresa do setor.

A Light nos transportes coletivos: estabelecimento e políticas

Para os limitados fins deste artigo, creio que podemos deixar de lado o conhecido tema das disputas e das polêmicas que se deram em torno do desembarque e do início das operações da Light no Brasil, nos primeiros anos do século anterior.[1] Especificamente quanto ao ingresso da empresa no setor de transportes no Rio de Janeiro, a Light seguiu o *script* de sempre: à fase da assinatura de contratos de exclusividade para os carris da empresa, seguiu-se a de aquisição de companhias concorrentes objetivando o domínio do mercado.[2] Em meados dos anos de 1910, a então Rio-Light, por meio das suas três empresas de carris, já havia consolidado sua posição como principal responsável pelo transporte de passageiros nas áreas urbanas da cidade, posição essa que se manteve nas duas décadas seguintes, como se pode verificar na Tabela 1 anexa.[3]

Nos anos 1920, entrou em cena um novo ator político no panorama dos transportes coletivos no Rio de Janeiro até então sob o domínio inconteste dos carris e dos trens suburbanos: as pequenas empresas independentes de ônibus, as quais, sob supervisão e proteção dos poderes políticos municipais, passaram a exercer concorrência direta com os carris da Light nas áreas centrais da cidade. De pronto, a Light reagiu da seguinte maneira: ao lado de adquirir seus concorrentes, promoveu a criação da Viação Excelsior – uma grande e moderna empresa de ônibus com o intuito de demarcar claramente sua posição no serviço de ônibus. *Pari passu* – não por acaso – a Light aproveitou a oportunidade favorável para avançar no sentido de propor um serviço integrado de transportes na cidade, sob o seu controle, no qual passaria a responder pelos carris, ônibus e um "transporte rápido", ou

seja, um metropolitano que ligaria as áreas urbanas do Rio (as zonas Sul e Norte), cortando a área central de serviços.

Dito isso, passemos agora a lidar com a primeira das questões referidas anteriormente. Um rápido passar de olhos nas tabelas 2 e 3 (anexas), relativas à renda líquida da empresa nas décadas de 1920 e 1930, nos dá o seguinte quadro. Os serviços responsáveis pela produção de eletricidade sempre apresentaram índices superiores aos dos serviços de transporte, sendo que essa tendência consolidou-se na década de 1930, quando os resultados alcançados pelos primeiros invariavelmente estiveram acima dos 80%. Em sentido inverso, os serviços de transporte só fizeram cair nas décadas em tela, passando de 40% da renda líquida da empresa em 1922 para cerca de 7% em 1939.

Ao se desagregar os dados relativos aos serviços de transporte, verifica-se ainda que enquanto as companhias de carris apresentam resultados líquidos positivos para a empresa durante todo o decênio, as de ônibus mostram números positivos apenas nos anos 20, já na década seguinte os prejuízos são recorrentes. As tabelas 2 e 3 registram também a ampla prevalência dos carris frente às companhias de ônibus, as quais nunca chegaram a representar 1% da renda líquida da Rio-Light.

Essa breve análise de dados nos coloca a par, portanto, do caráter secundário que os serviços de transporte assumiriam no plano econômico-financeiro para a empresa ao longo do tempo, em particular na década de 1930. (Cabe observar que essa tendência declinante manteve-se nas décadas seguintes). Tal situação, acredito, não deve ser lida apressadamente como a única razão pela qual a empresa foi reduzindo relativamente sua participação no setor de transportes públicos, chegando até a situação de abandoná-los na segunda metade do século XX. Quando se examina as fontes produzidas pela empresa – seja os relatórios anuais, seja os impressos de divulgação dirigidos aos funcionários e ao público em geral – é possível sugerir outras hipóteses de forma a melhor enquadrar a política da empresa quanto à questão dos transportes coletivos.

Um aspecto interessante nesse sentido pode ser observado quando se coloca o foco da análise na conjuntura acima apontada: os anos finais da década de 1920, quando a empresa movimenta-se com desenvoltura em torno do objetivo de exercer o controle sobre o setor de transportes coletivos da cidade. Nesse caso, haja vista um propósito político-empresarial mais amplo, era *mister* adotar medidas no sentido de mostrar aos poderes públicos e à população em geral sua capacidade gerencial de responder por todo o setor. Para isso, a empresa preocupa-se em elaborar um discurso e apresentar propostas para diferentes públicos e ocasiões. Às classes médias emergentes, responde com a entrada em operação dos confortáveis ônibus da recém-criada Viação Excelsior, que cortavam as áreas nobres da Capital Federal, ligando o centro de negócios aos bairros burgueses que se formavam na orla da Zona Sul. Para o público em geral, trata de investir na divulgação de reclames nas

revistas que fixem a imagem da empresa moderna e eficaz. Finalmente, ao poder público, a empresa apresenta um amplo memorial cujo conteúdo diz respeito ao estabelecimento de um sistema integrado de transportes que deveria ter como espinha dorsal os carris e os trens suburbanos [4]. Dada a importância do documento para um melhor entendimento das estratégias da empresa para o setor de transportes, cabe aqui examiná-lo mais detidamente.

Sob o controle da Light[5]

O memorial da empresa divide-se em três partes. Na primeira discorre sobre as razões do congestionamento na cidade, apresentando sugestões de reformulação. Na segunda, analisa a situação dos carris e suas dificuldades; e finalmente apresenta, sucintamente, as principais propostas de reformulação nos transportes na cidade, inclusive a do metropolitano.

Segundo a Light, o congestionamento do tráfego no Rio de Janeiro resultava de dois fatores: o insuficiente espaço das ruas e o uso impróprio do espaço disponível. O primeiro decorria da topografia especial da cidade, estrangulada entre o mar e a montanha. Em consequência, existiam poucas entradas e saídas para a zona comercial[6]. Como a cidade tinha sido projetada em uma época em que não existiam bondes ou automóveis, grande parte das ruas eram estreitas, especialmente no centro comercial.

O trânsito de passageiros ampliara-se consideravelmente no período (década de 1920) acompanhando o ritmo de expansão da cidade, assim como crescera o número de automóveis. Havia, em 1926, 11.155 automóveis licenciados e a empresa previa para o ano de 1930 a expedição de 25.000 licenças para tais veículos. O espaço, além de insuficiente, era cada vez mais ocupado pelos automóveis. Estabelecendo comparações entre os bondes, ônibus e automóveis particulares, a Light chegou aos seguintes números:

> O bonde transporta em média 46,6 passageiros; o ônibus apenas 24,4.
>
> O automóvel, particular ou de aluguel, transporta somente 2,37 passageiros, em média, inclusive o chauffeur.
>
> O bonde ocupa em média 30 metros quadrados sobre a superfície da rua, transportando, assim, 1,55 passageiros por metro quadrado ocupado. Daí resulta que cada passageiro de bonde ocupa 0,64 m.q. de superfície de rua (os bondes do tipo fechado economizam espaço bem sensível em comparação com os abertos).
>
> O ônibus ocupa em média 20 m.q. e transporta 1,22 passageiros por m.q. Cada passageiro de ônibus ocupa, assim, 0,82 m.q. de superfície de rua, ou 28% mais do que o passageiro de bonde.
>
> O automóvel, ocupando em média 8,5 m.q., transporta 0,28 pessoas por m.q. Cada passageiro ocupa, portanto, 3,57 m.q. de superfície de rua, espaço 5,5 vezes maior do que o ocupado pelo passageiro de bonde.[7]

Esses dados comprovavam que o principal responsável pelos problemas do trânsito não eram os bondes e sim os automóveis particulares e de aluguel. Em uma defesa enérgica

dos bondes, respondendo aí as constantes críticas, a Light afirmava que o futuro do desenvolvimento da cidade estava no transporte sobre trilhos.

> Qualquer que seja a diretriz seguida para a regularização do tráfego, é ao bonde que se deve dar a primazia. O congestionamento na Avenida Rio Branco, ao lado do Municipal, não seria melhorado si se substituíssem as 3.273 viagens de bondes por 6.635 viagens de ônibus ou por 51.222 viagens de automóveis, que seriam teoricamente equivalentes, (...). Mas o congestionamento seria sem dúvida minorado, se as 1.847 viagens de ônibus e as 21.778 viagens de automóveis fossem substituídas por 2.322 viagens de bondes. Tal solução, está claro, não poderia ser sugerida, porque importaria em eliminar o automóvel, mas o fato serve para mostrar a causa do congestionamento atual (...)."[8]

Defendidos os bondes e localizado o responsável pelo congestionamento, a empresa passava a expor suas sugestões para minorar o problema. Havia apenas duas possibilidades: ou conseguir mais espaço abrindo novas ruas, ou, com menor dispêndio, construir um sistema de "Transporte Rápido" que:

> atravesse o centro da cidade, - o que dará meio certo e permanente de transporte, permitindo, ao mesmo tempo, que se suprimam as linhas de bonde em muitas ruas centrais, para destiná-las apenas ao tráfego de automóveis. [9]

Pela proposta da Light o "Transporte Rápido", o Metropolitano, seria construído pela municipalidade e administrado por ela seguindo o exemplo das cidades norte-americanas e europeias. A linha sugerida pela empresa teria 12 quilômetros ligando a Praia de Botafogo ao Colégio Militar.

Na segunda parte do memorial, a Light examinava a situação dos bondes na cidade. O texto ganhava densidade e a defesa dos bondes era aprofundada. Inicialmente, remontava aos contratos assinados entre a municipalidade e as companhias de carris. Relembrava que no contrato assinado com a Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico, a Light possuía o privilégio exclusivo para os transportes de passageiros e cargas sobre trilhos, ou outros meios de transporte, na Zona Sul da cidade, até 1960. No caso do sistema unificado, reunião de antigas companhias de carris (Carris Urbanos, Vila Isabel, São Cristóvão), o privilégio exclusivo terminaria em 1940. Quando a Prefeitura concedeu licenças para o tráfego de auto-ônibus a diversas empresas, anulou, na prática, a cláusula de exclusividade obtida anteriormente. Vejamos os argumentos da Light na defesa de seu monopólio:

> Quando foram feitas as concessões para os bondes, foi dado a cada linha privilégio exclusivo dentro da sua própria zona. Na subsequente eletrificação dessas linhas, as obras basearam-se nesta condição vital de exclusividade. Se em 1907 o auto-ônibus já fosse um meio prático de transporte coletivo, sem dúvida teria sido incluído expressamente no "privilégio exclusivo". Foi esta indubitavelmente a intenção do contrato da Jardim Botânico, à qual foi dado, em 1900, "privilégio exclusivo para o serviço de transporte de cargas e passageiros sobre trilhos, ou outros meios semelhantes dentro de sua zona". Como a companhia deixa de existir com a

> terminação de sua concessão, e a única razão de ser de sua existência é a exploração desta, depreende-se que outro meio de transporte se tinha então em vista, como se vê bem claro na reforma dos Estatutos da Companhia, publicada no Diário Oficial de 15 de maio de 1912, emendando os Estatutos originais aprovados em 18 de fevereiro de 1862, reforma essa que estabeleceu o seguinte:
>
> 'f) a exploração da locomoção para o transporte de passageiros e cargas por automóveis ou outros quaisquer meios, em adição aos que já emprega a companhia.'
>
> Por haver concordado em manter em suspenso o seu direito de assentar linhas de trilhos onde é hoje a Avenida, foi-lhe dada a licença para trafegar ônibus desde a Praça Mauá até o Palácio Monroe. Esses ônibus elétricos começaram a funcionar nesse itinerário em 1918. Mais tarde, foi dada licença a outros ônibus em concorrência com os da Jardim Botânico, embora esta, se não a rede Unificada, incluísse em seu privilégio exclusivo outros meios de transporte que não sobre os trilhos." [10]

Os ônibus, assim, como quaisquer outros meios de transporte nas zonas respectivas das companhias, deveriam, por direito, como o texto anterior demonstra reiteradas vezes, ser operados pela Light.

Para a empresa, a política da municipalidade em conceder licenças sem limitações para os ônibus agravava as condições das companhias de bondes, já com dificuldades econômicas em razão da baixa tarifa (132 réis, em média, em 1927) e da ampliação dos custos com material e mão de obra obra. A falta de fiscalização fazia com que os ônibus operassem livremente, modificando seus itinerários semanalmente e atuando em competição direta com os bondes nas artérias principais. Das críticas ao sistema de ônibus carioca, que acusava também de não atender a áreas não servidas pelos bondes, a Light passava a questionar o papel desse meio de transporte em uma grande cidade como o Rio de Janeiro.

Para a Light, segundo o memorial, o ônibus, mesmo com sua flexibilidade, não possuía condições de substituir os bondes por que: 1) em ruas de grande movimento sua velocidade é menor do que a dos bondes; 2) sua liberdade de movimentos se torna reduzida quando as ruas ficam cheias e são obrigados a andar em filas; 3) a incerteza do serviço prejudica a estabilidade comercial e o desenvolvimento urbano; 4) por não suportar a superlotação, não dá conta das necessidades de uma grande cidade; 5) são precisos cinco ônibus de dois andares para fazer o serviço de três bondes; 6) a duração de um ônibus é muito menor do que a de um bonde, que pode chegar a 20 anos, enquanto o ônibus chega a três ou quatro anos; 7) a segurança em um ônibus é inferior à de um bonde moderno[11].

A frágil argumentação da empresa contrasta com o restante do memorial, bem mais articulado. As críticas, por exemplo, não previam possíveis modificações nos ônibus (aumento da capacidade, maior segurança) e melhorias na sua organização, diminuindo dessa forma a "incerteza do serviço". Outro elemento a destacar refere-se à enorme distância entre a imagem de rapidez, conforto e segurança difundida nas propagandas da Excelsior e a imagem depreciativa apresentada no memorial.

De qualquer forma, para a empresa, os ônibus teriam lugar no transporte urbano. Serviriam como transporte complementar a uma rede de bondes ou subterrâneos; como serviço de luxo, adicional ao serviço comum; no tráfego das grandes avenidas onde não convém que haja trilhos de bondes e em algumas outras situações. Deveria estar, no entanto, em coordenação e nunca em concorrência com os bondes. Para tal, é fundamental a direção única do sistema de transportes:

> Para uma utilização adequada, e para evitar desperdício de dinheiro, tanto em passagens que o público paga por um serviço desarticulado, imperfeito e incerto, como em concorrências inúteis entre empresas de ônibus e de bondes, é preciso que os ônibus e os bondes, assim como outros serviços equivalentes, estejam debaixo de uma direção única."[12]

O discurso estava definido e baseava-se em dois argumentos centrais. Inicialmente, o legal: o serviço de ônibus surgiu ilegalmente com o beneplácito da municipalidade. E depois, o operacional: os ônibus representavam uma das principais causas da ruína das companhias de carris, além de não atenderam às necessidades de transporte da população. Em ambos a solução apontada era a mesma: a crise apenas seria resolvida com a "direção única" dos transportes na cidade do Rio de Janeiro, assim como já ocorria em várias cidades norte-americanas e europeias.

Identificados os principais problemas que afetavam os bondes, o documento apresentava uma série de sugestões da empresa para a ampliação e a melhoria dos serviços de transporte na cidade, desde que se processasse uma revisão imediata das concessões para que se pudesse garantir à cidade um serviço moderno. Satisfeita essa condição básica, a empresa estaria disposta a substituir os bondes abertos por carros fechados; ampliar em cerca de 40 quilômetros as linhas dos carris, especialmente em Irajá e Inhaúma; trafegar auto-ônibus em coordenação e não em concorrência com os bondes; cooperar com a municipalidade no estabelecimento de uma linha de "Transporte Rápido" e outra de bondes subterrâneos; abandonar e suprimir, depois de completadas as linhas do "Transporte Rápido", linhas de bonde em ruas do Centro da cidade [13].

A terceira parte do estudo apresenta um detalhado tratamento financeiro desse conjunto de propostas. Em suma, em uma análise política do documento, deixando de lado os inúmeros e importantes aspectos técnicos, pode-se considerá-lo como a mais consistente resposta aos desafios que se apresentavam à empresa naquela conjuntura. Como uma "metralhadora giratória", o memorial, simultaneamente,:

1. respondia as críticas dos que responsabilizavam os bondes pelos congestionamentos; além do insuficiente espaço físico, o problema estava no uso inadequado do espaço, tomado pelos automóveis, que eram os verdadeiros responsáveis;
2. responsabilizava a política municipal e o serviço independente de ônibus pelos problemas enfrentados pelos bondes; a primeira, pois, além de não reajustar adequadamente as

tarifas, terminara com a exclusividade dos serviços de transportes; e quanto aos ônibus, promoviam verdadeira "sangria" nos cofres das companhias de bondes;

3. propunha uma reorientação geral nos serviços de transporte, inclusive com a criação do "Transporte Rápido", antecipando-se à divulgação das propostas de Agache, que, como tudo indicava na época, interferiria nos interesses da empresa.

O projeto apresentado pela Light era o espelho de um momento muito rico no debate sobre os destinos da cidade do Rio de Janeiro. Havia expectativas reais de que o poder público poderia adotar profundas mudanças urbanísticas, fazendo com que os agentes, de alguma forma envolvidos nesse processo, tratassem de se posicionar. Como veremos a seguir, o novo momento político do país nos anos seguintes iria frustrar essas expectativas.

Os novos desafios e a saída do setor de transportes coletivos

Os anos 1930 e 1940 na América Latina e no Brasil, assim como em vários países europeus, foram marcados pela crise das estruturas liberal-oligárquicas de poder e pela afirmação de governos de cunho nacionalista e centralista de diferentes matizes. No caso brasileiro, o governo de Getúlio Vargas, que se estendeu por quinze anos, fixou diretrizes no sentido de reforçar os poderes estatais diante dos interesses privados e como resposta à crise que teve como epicentro a poderosa economia norte-americana. Como era de se supor, essa nova orientação política terminou por produzir reflexos diretos na maneira pela qual a Light vinha conduzindo seus negócios e sua política para o setor de transportes públicos no Brasil. No que se refere às companhias em operação no Rio de Janeiro, objeto deste estudo, a empresa achou por bem, em um primeiro momento, promover um certo recuo tático no que diz respeito aos seus ousados projetos monopolistas. Cabia agora melhor observar como iriam se conformar as novas estruturas de poder nos planos federal e local. A iniciativa deslocara-se da Light para os poderes públicos.

O nacionalismo de Getúlio Vargas cabe registrar, não se caracterizou pela adoção de políticas agressivas em relação à presença de empresas estrangeiras no Brasil. De uma maneira geral, a nova orientação governamental, fosse ela federal ou municipal, dizia respeito ao interesse dos entes públicos em estabelecer maior controle e, consequentemente, maior regulamentação sobre as atividades econômicas que estivessem a cargo de empresas privadas. No setor de transportes públicos, o panorama não foi diferente. Dentre as medidas adotadas que se enquadram nessa lógica, é possível citar duas: a manutenção dos contratos assinados entre o poder público e as companhias de carris pertencentes à Light; o estabelecimento de um novo regulamento para o serviço de transporte por ônibus que fixou restrições à criação de novas empresas, com vistas a uma reordenação geral do setor de transportes na Capital Federal. Subjacente a essas medidas, havia discussões no interior da máquina governamental a respeito da necessidade de se levar adiante a promoção de algum tipo de integração do

setor, fosse ela sob o controle do poder público, fosse por intermédio da maior empresa concessionária, no caso a Light. Para dar consequência a isso, foi constituída, em 1937, uma comissão formada por técnicos da Prefeitura da cidade, sob a coordenação do secretário da Viação, que deveria oferecer subsídios à nova política para o setor de transportes.

Em 1939, ao término dos seus trabalhos, a Comissão dos Transportes Coletivos aprovou, por ampla maioria, um relatório que propunha a criação de uma corporação de transportes coletivos do Distrito Federal, a ser administrada pela Prefeitura. Na fundamentação da proposta, foram arrolados argumentos como: 1. Serviço público requer exclusividade e coordenação; 2. Serviço público com exclusividade só encontra justificativa quando sob o mais efetivo e rigoroso controle do Estado; 3. Serviço público exige organização industrial autônoma em nosso país; 4. Serviço público com exclusividade e organização autônoma, sob controle do Estado, requer nacionalização; nesse sentido, o capital deve ser fixado em moeda nacional e a pessoa jurídica da administração deve subordinar-se à mesma jurisdição dos órgãos fiscalizadores; 5. O único meio de controle efetivo é a participação[14].

Outro desafio que colocava em xeque o amplo controle que a Light exercia no setor de transportes dizia respeito ao fortalecimento do serviço independente de ônibus nos anos 1930 e 1940. A despeito da política restritiva por parte das autoridades municipais quanto à criação de novas empresas referida anteriormente, o fato é que essa orientação não serviu de dique para que as empresas que já operavam passassem a ocupar cada vez mais espaços no mercado de passageiros, contando inclusive para tal com instrumentos como aquisições, associações ou mesmo fusões. Esse novo momento do serviço independente encontra-se bem expresso na criação do sindicato da categoria – a União das Empresas de Ônibus –, o qual, com o tempo, terminaria por assumir um papel importante no jogo político dos transportes coletivos da cidade.

Diante desse quadro, senão hostil pelo menos preocupante e indefinido para os negócios da Light, a empresa viu-se diante da decisão de adotar estratégias de menor risco com vistas a garantir os espaços já conquistados. Prova dessa postura foi, por exemplo, a adoção de medidas que tiveram como objetivo a concentração de atividades dos carris em áreas urbanas, abandonando o plano de expansão em direção aos subúrbios que até então vinha sendo implementado[15]. Quanto aos ônibus, a nova legislação do poder municipal terminou por manter a posição predominante da Excelsior como principal empresa do setor. Também nesse caso, estavam suspensas quaisquer iniciativas de expansão. Ao lado disso, a empresa não deixava de manter a defesa de seu projeto estratégico de unificação dos transportes sob sua supervisão, para o qual contava com o apoio de importantes quadros da Prefeitura, ainda que minoritários. Finalmente, cabe ainda o registro que bem exemplifica esse novo momento político para a empresa: o anúncio junto às autoridades de que deixaria de operar os ônibus em São Paulo quando do término da concessão, em 1941. Em razão

dos problemas de transporte ocorridos durante a Segunda Guerra Mundial, a empresa foi obrigada a continuar operando com o serviço até 1947.

Na prática, essa atitude defensiva da Light acabou por se voltar contra ela. Ou então fazia parte mesmo de uma estratégia não explícita de abandonar de vez o setor de transportes coletivos. Vejamos.

Em meados de 1945, o Estado Novo varguista foi derrubado na esteira do novo ciclo liberal-democrático aberto pelos resultados da Segunda Guerra Mundial. A nova conjuntura, pelo menos em tese, mostrava-se mais favorável aos interesses da empresa no setor de transportes, já que saía de cena a ameaça de uma unificação do setor pelo poder público, o que poderia colocar em pauta, uma vez mais, o projeto da Light. Na verdade, o ciclo de liberalização política viria acompanhado de uma importante inflexão na maneira pela qual o setor de transportes fora até então gerido na cidade, uma vez que foi implementada pelo poder municipal uma larga política de concessão a um conjunto de novas empresas de ônibus, enfraquecendo sobremaneira as posições da Light no setor. Pela primeira vez na história dos transportes coletivos na cidade do Rio de Janeiro, os poderes públicos viam no serviço de ônibus uma alternativa real e viável ao transporte de massa na cidade, em substituição aos carris da Light. Em 1948, a Light fechou a Viação Excelsior e passou a emitir sinais de que não se interessava mais em manter as empresas de carris após o término dos contratos de concessão que deveriam se expirar no início da década de 1960. O projeto estratégico de unificação estava, portanto, definitivamente abandonado.

Considerações finais

O roteiro apresentado neste artigo refere-se exclusivamente à atuação da Light no setor de transportes coletivos em uma grande cidade brasileira, Rio de Janeiro, então Capital Federal. Optou-se por examinar o tema levando em consideração fundamentalmente questões de natureza política, dado que o foco de análise foi concentrado nas relações que foram estabelecidas entre a empresa e os poderes públicos. Por certo, há de se avançar em pesquisas que busquem um exame mais detido e detalhado das decisões da Light no âmbito das estratégias gerais da empresa, de forma a alcançar melhor entendimento das questões aqui levantadas, em particular quanto à sua política em relação à unificação dos transportes coletivos, ou quanto às razões que levaram a empresa a retirar-se do setor. Finalmente, creio que estudos de cunho comparativo são de fundamental importância para se inferir a respeito de um possível padrão de atuação da empresa no setor de transportes coletivos no Brasil e em outros países.

No Rio de Janeiro, como se pôde perceber, a empresa, depois de exercer na prática um monopólio por quase duas décadas, não conseguiu reunir instrumentos políticos e financeiros para garantir suas posições. Ao extinguir a Viação Excelsior e manter em operação as empresas

de carris em condições cada vez mais precárias, a Light terminaria ainda por comprometer sua imagem de empresa "moderna" e "eficiente" que fora construída nas primeiras décadas do século XX.

Anexos

Tabela 1
Cidade do Rio de Janeiro: consolidação da movimentação de passageiros pelas diferentes modalidades de transporte público - 1870-1930
(em milhões de passageiros/ano e porcentagens do total)

Modalidade de Transporte	1870	1876	1888	1896	1900	1910	1920	1930
Bonde	6,2 (94,0)	14,8 (92,5)	41,7 (96,8)	72,9 (93,2)	112,0 (82,0)	135,8 (81,8)	283,0 (84,3)	456,9 (75,1)
Trens suburbanos	0,4 6,0)	1,2 (7,5)	1,4 (3,2)	15,3 (6,8)	20,4 (14,9)	25,0 (15,1)	44,5 (13,2)	106,0 (17,4)
Ônibus	-	-	-	-	-	-	0,6 (0,2)	32,5 (5,3)
Barcas	0 (0,0)	0 (0,0)	0 (0,0)	0 (0,0)	4,2 (3,1)	5,1 (3,1)	7,7 (2,3)	13,0 (2,2)
Total	6,6 (100,0%)	16,0 (100,0%)	43,1 (100,0%)	78,2 (100,0%)	136,6 (100,0%)	165,9 (100,0%)	335,8 (100,0%)	608,4 (100,0%)
População da cidade (em milhares)	235	314	447	615	805	870	1.148	1.428
Passageiro/ ano/ habitante	28,0	50,9	96,5	127,1	169,6	190,6	292,6	426,1

Fonte: BARAT, J. *Estrutura metropolitana e sistema de transportes: Estudo do caso do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975

Tabela 2
Contribuição por Serviço na Receita Líquida (1922/1930) (moeda nacional).
Relatórios anuais da Light-Rio

		1922		1923		1924		1925	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total
Bondes	26.786	40,87	21.989	29,57	21.941	30,12	13.609	19,01	12.543
Ônibus	92	0,14	101	0,14	13	0,02	59	0,08	233
Light P.	38.668	58,99	53.266	70,29	50.881	69,86	57.912	80,91	55.884
Total	65.546	100	74.356	100	72.835	100	71.580	100	68.600

Fonte: Relatórios Anuais Rio Light

Tabela 3
Contribuição por Serviço na Receita Líquida (1931/1939) (moeda nacional)

		1931		1932		1933		1934	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total
Bondes	15.653	12,05	14.835	12,90	13.234	11,50	14.381	16,39	13.334
Ônibus	-741	-0,57	-706	-0,61	-2.106	-1,80	-1.316	-1,50	-1.473
Light P.	115.089	88,52	100.812	87,71	103.796	90,30	74.691	85,11	84.672
Total	130.001	100	114.941	100	114.934	100	87.756	100	96.533

Fonte: Relatórios Anuais Rio Light

Notas

1 - Sobre o tema, há vasta bibliografia. Ver, por exemplo, SAES (2008), WEID (2008) e LAMARÃO (1997).

2 - A respeito do ingresso e da atuação da empresa no setor de transportes públicos, conf. estudos fundamentais de SILVA (1979), BARAT (1975) e CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL (1989). Para um estudo geral sobre o papel dos transportes na evolução urbana do Rio de Janeiro, ver trabalho seminal de ABREU (1997).

3 - Os veículos das empresas de carris passaram a ser chamados popularmente de "bondes".

4 - Conferir propostas de mudanças gerais nos transportes no Rio de Janeiro na década de 1920 em MCDOWALL (2008:331-354).

5 - Esta seção do texto é baseada em pesquisa mais ampla sobre o tema publicada em FREIRE (2001).

6 - The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Co.Ltd. Memorial - O Problema da Viação Urbana no Rio de Janeiro - Solução Permanente - Meio de Levá-la a Efeito. Apud Prefeitura do Distrito Federal. *Atas da Comissão de Transporte Coletivo*, 1940, p.332.

7 - Idem, p. 329

8 - Idem, p. 331

9 - Idem, p. 334

10 - Idem, p. 338-9

11 - Idem, p. 344-5.

12 - Idem, p. 345.

13 - Idem, p. 347-8.

14 - Idem, p. 185.

15 - CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 1989: 299.

1926		1927		1928		1929		1930
%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
18,27	11.557	13,69	14.983	16,29	15.419	15,83	19.183	17,63
0,34	56	0,07	766	0,83	255	0,26	454	0,42
81,39	72.804	86,24	76.224	82,88	81.715	83,01	89.137	81,95
100	84.417	100	91.973	100	97.389	100	89.774	100

1935		1936		1937		1938		1939
%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
13,81	14.500	13,13	12.950	10,13	11.598	8,59	9.584	7,03
-1,52	-1.070	-0,97	-2.329	-1,83	-54	-0,04	1.162	0,85
87,71	97.030	87,84	117.015	91,70	123.504	91,45	125.584	92,12
100	110.460	100	127.636	100	135.048	100	136.330	100

Fontes

BRAZILIAN TRACTION , LIGHT AND POWER, CO.LTD. *Report the President.* 1925-1947

CIA. DE CARRIS, LUZ E FORÇA DO RIO DE JANEIRO, LTDA. *Auto-Onibus. Legislação e Autorizações*. Rio de Janeiro, 1940

CIA. DE CARRIS, LUZ E FORÇA DO RIO DE JANEIRO, LTDA. *Exposição de Motivos para a incorporação de uma sociedade anônima para exploração do transporte coletivo no Distrito Federal.* 1944, Arquivo Light.

MEMORIAL "O Problema da Viação no Rio de Janeiro - Solução Permanente - Meios de Levá-la a Efeito". In: PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. *Atas da Comissão de Transporte Coletivo*. 1940.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. *Atas da Comissão de Transporte Coletivo*. 1940

THE RIO DE JANEIRO TRAMWAY LIGHT AND POWER CO. LTD. *General Manager's. Annual Report* . 1927-1939.

Referências bibliografias

ABREU, Maurício de Almeida. (1987). *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplanrio/Zahar.

BARAT, Josef. (1985). *Estrutura metropolitana e sistema de transportes:* estudo do caso do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPEA/INPES.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. (1989). *Relatório final do projeto de pesquisa "A energia elétrica na urbanização brasileira*". texto de Oswaldo Porto Rocha, Rio de Janeiro, inédito (mimeo).

DUNLOP, C.(1953). *Apontamentos para a história dos bondes no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Gráfica Laemmert, v. II.

DUNLOP, C. *Os meios de transporte no Rio Antigo*. (1973) Rio de Janeiro: Grupo de Planejamento Gráfico.

FREIRE, Américo. (2001). *Guerra de posições na metrópole*. A Prefeitura e as empresas de ônibus no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora da FGV.

LAMARÃO, Sergio Tadeu de Niemeyer.(1997). *A energia elétrica e o parque industrial carioca*. ICHF, UFF (Tese de Doutorado).

MC DOWALL, Duncan. (2008). *Light:* a história da empresa que modernizou o Brasil. Rio de Janeiro: Ediouro.

NORONHA SANTOS, F.A.. (1934) *Meios de transporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commércio.

PACHECO, Regina & IBARRA, V. (1990). Analisis Histórico de los Transvías en América Latina IN: *Revista dos Transportes Públicos* 13 (50):107, dez.

PEREIRA, Vicente Paulo Brito. (1987). *Avaliação da Política de Transportes Públicos no Rio de Janeiro*: causas e consequências do Modelo Privado no Transporte por Ônibus. Brasília: EBTU.

SAES, Alexandre M. (2008). *Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927).* Unicamp, 2008 (Tese de Doutorado).

SILVA, Maria Laís Pereira da. (1979) *O Estado e o capital privado na disputa pelo controle e administração dos transportes coletivos.* A resposta dos usuários e a face da cidade. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ (Dissertação de Mestrado

WEID, Elisabeth von der. (2008). "O advento da Companhia (1904-1912)". IN: LEVY, Maria B. &LOBO, Eulália Maria L. (coord). *Estudos sobre a Rio-Light*. Rio de Janeiro: Inst. Light/CME.

Enviado em 10/04/2012

As revistas como fonte para a história da cidade do Rio de Janeiro

Magazines used as a source for studying the history of the city of Rio de Janeiro

Sergio Lamarão
Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense e editor-adjunto do site www.brasiliana.com, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
slamarao@hotmail.com

RESUMO:

Meu objetivo neste artigo é destacar a importância das revistas – incluindo publicações com outros formatos, de circulação semanal, quinzenal, mensal e de periodicidade irregular – como fonte para a história da cidade do Rio de Janeiro. Concentrei minhas atenções no catálogo de periódicos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e, secundariamente, nas bibliografias de trabalhos acadêmicos acerca da cidade. Resultou desse esforço o arrolamento de cerca de 140 títulos, uma amostragem significativa do potencial que essa fonte apresenta para o estudo da história carioca.

Palavras-chave: revistas – Rio de Janeiro – Biblioteca Nacional

SUMMARY:

The purpose of this article is to outline the importance of magazines – including publications in other formats, with weekly, fortnightly, monthly or irregular circulation – used as a source for studying the history of the city of Rio de Janeiro. The article focuses mainly on the catalogue of periodicals of the Biblioteca Nacional (National Library) in Rio de Janeiro and, secondly, on the bibliographies of academic work relating to the city. The research resulted in a list of approximately 140 titles, which represents a significant sample of the potential that this source provides for the study of Rio de Janeiro's history.

Key words: *magazines; Rio de Janeiro; Biblioteca Nacional*

Ainda hoje insuficientemente exploradas, as revistas constituem fonte de grande importância para a história da cidade do Rio de Janeiro nas suas diversas dimensões (econômica, social e política, mas também nas de saúde pública, de serviços de infraestrutura, artística, científica e do cotidiano). Proceder ao levantamento dessas publicações é tarefa complexa, que exige algumas escolhas para torná-la factível. Assim, decidiu-se concentrar a consulta à listagem de periódicos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a maior biblioteca do Brasil e da América Latina[1] e às bibliografias de alguns trabalhos sobre a cidade[2], o que resultou no arrolamento de cerca de 140 títulos. Este levantamento, embora longe de ser exaustivo, constitui, sem dúvida, uma amostragem bastante significativa da riqueza que essa modalidade de fonte encerra para quem se aventura no conhecimento da história carioca.

Cabe agora apresentar os procedimentos adotados. A pesquisa incluiu não apenas as revistas propriamente ditas, mas também publicações com outros formatos, de circulação semanal, quinzenal, mensal e de periodicidade irregular. Foram excluídos os jornais diários. Outro critério para a seleção foi o local de edição. O levantamento concentrou-se nos títulos publicados na própria cidade do Rio de Janeiro que, por motivos óbvios, reúne a grande maioria dos periódicos que lhe dizem respeito, muito embora publicações editadas em outras cidades do Brasil e no exterior também contenham artigos de inegável interesse sobre o Rio. Uma pequena mostra desse conjunto foi incluída ao final deste artigo.

O rastreamento dos títulos priorizou, em termos cronológicos, o arco de tempo compreendido, *grosso modo*, entre as décadas de 1870 e 1930, especialmente a *Belle Époque*, período que se estende de meados da década de 1890 aos anos da Primeira Guerra Mundial. Essa escolha não foi fortuita: foram esses os anos mais estudados, analisados e perscrutados da história carioca e, consequentemente, os trabalhos a eles referidos foram os mais referenciados nas bibliografias consultadas. Embora, em sua maior parte, esses periódicos tenham tido uma duração efêmera, em muitos casos difícil de ser precisada, outros atravessaram décadas, registrando, em suas páginas, as transformações vividas pela cidade.

Encerrada a pesquisa, diante da amplitude numérica e da diversidade temática abrangida no universo dos títulos identificados, procurou-se adotar uma tipologia capaz de permitir a organização do material. Inicialmente, usou-se como parâmetro básico para essa classificação o público-alvo dessas publicações: o chamado "grande público", alvo das atenções de um sem-número de revistas de variedades em circulação na cidade desde a segunda metade do século passado; e o público "especializado", receptor de informações divulgadas por um elenco considerável de periódicos veiculados por entidades privadas e governamentais que enfocam a cidade consoante as suas preocupações e temários. Em sua esmagadora maioria, essas publicações não têm na cidade do Rio de Janeiro seu objeto único: suas pautas são variadas e muitas vezes a cidade entra em cena para ilustrar determinado assunto em discussão.

Num segundo momento, examinou-se cada grupamento delineado anteriormente, buscando-se identificar possíveis subgrupos. Do conjunto das revistas para o grande público destacou-se uma quantidade significativa de títulos referentes a diversos bairros da cidade.Voltados para a divulgação dos interesses e das necessidades das comunidades que representam, esses periódicos constituem fonte de excepcional riqueza, sobretudo para os estudiosos da chamada "história de bairros". Fartamente ilustradas e debruçadas sobre os mais variados aspectos do quotidiano urbano, as publicações que pretendem cobrir a cidade em sua totalidade são particularmente úteis para quem faz história das mentalidades.

A classificação das revistas especializadas tomou por base as categorias profissionais – por intermédio de suas representações de classe e congêneres – que as engendram. Assim, foram reunidas publicações das áreas de medicina, engenharia, arquitetura, planejamento urbano, geografia, administração pública, patrimônio histórico, história da arte etc., ao lado de periódicos multitemáticos e revistas produzidas por universidades e centros de pesquisa. Deve-se ressaltar que essa classificação, a exemplo da empregada para o primeiro grande grupo, não pode ser encarada como algo rígido, definitivo. Embora tenham, em geral, uma área de atuação definida, essas publicações não estão impedidas de promover incursões a territórios que lhe são formalmente estranhos, o que torna evidente os limites da especialização.

Concluída a etapa de classificação, procedeu-se à listagem, em ordem cronológica, das diversas publicações no interior de seus respectivos subgrupos. Em virtude das dificuldades já mencionadas em se determinar quando efetivamente esta ou aquela publicação ficou em circulação, os anos que aparecem em parênteses, após o nome da revista, correspondem ao período em que há certeza de sua existência e não, necessariamente, à sua duração. Os títulos são acompanhados, sempre que possível, da instituição ou órgão responsável pela publicação.

Publicações destinadas ao grande público

Revistas de variedades

As primeiras revistas a circular na cidade do Rio de Janeiro datam do início do século XIX. Todavia, foi apenas na década de 1860 que elas começaram a marcar presença na vida carioca, quer pela multiplicação do número de títulos, quer pela regularidade na sua publicação e distribuição. Se nas últimas décadas do século as questões mais recorrentes diziam respeito ao combate às virulentas epidemias que assolavam a cidade, à instalação das redes de esgoto, gás, água canalizada e dos trilhos dos *tramways* de tração animal, no início do século XX e nos anos subsequentes o foco centrou-se no irresistível processo de modernização da cidade, entendido num sentido mais amplo, não apenas material: o "Rio civiliza-se!".

A grande maioria das publicações em circulação na "Belle Époque" carioca apoia, praticamente sem restrições, a remodelação e o saneamento da Capital Federal, desencadeadas na gestão do prefeito Pereira Passos (1903-1906) e que tiveram prosseguimento, com maior ou menor intensidade, nas administrações de seus sucessores. A velha cidade colonial veio abaixo, surgindo em seu lugar uma cidade de aspecto europeu, uma Paris nos trópicos, com avenidas, jardins e bulevares que procuram reproduzir a capital francesa. O projeto modernizador não apenas exclui as camadas populares, tradicionalmente alijadas da esfera política, como também as submeteu a um código de valores cosmopolita que rejeita frontalmente suas tradições[3].

Essas revistas veiculavam exatamente esse olhar invertido, de fora para dentro. Seus redatores, escritores e homens de letras identificados com o universo cultural dominante, e "consagrados pelo público burguês das cidades, serão hegemônicos no ambiente intelectual até meados dos anos 1910"[4]. Partidários do conceito de literatura como "o sorriso da sociedade", autores do calibre de Olavo Billac, Coelho Neto, Arthur Azevedo, Gonzaga Duque assinavam crônicas e matérias diversas sobre o quotidiano e a vida mundana da cidade nas páginas das revistas de variedades.

Uma das mais importantes foi a *Kósmos*, lançada em 1904. Além da apresentação primorosa – papel de ótima qualidade, matérias ilustradas por fotografias e desenhos bem impressos – , *Kósmos* contava com a colaboração regular de Olavo Billac (responsável por uma seção chamada "Crônica", que abria os números da revista), Emílio Meneses, Coelho Neto, Mário Pederneiras, Ferreira da Rosa, Medeiros e Albuquerque e Arthur Azevedo, entre outros. Sua linha editorial mesclava poemas e contos com crônicas e reportagens sobre amenidades. Defensora incondicional das reformas urbanas promovidas por Pereira Passos, a revista publicava sistematicamente matérias assinadas por conceituados engenheiros, dando conta das obras em curso na cidade. Outras revistas do período apresentavam características semelhantes; *Renascença*, por exemplo, contava entre seus redatores com os mesmos nomes da *Kósmos*[5].

Explorando mais ainda a linha humorística e a sátira política encontravam-se as revistas *O Malho* (1902), *A Avenida* (1903), *Fon-Fon!* (1907) e *Careta* (1908), que contavam com o talento dos chargistas Gil, Raul Pederneiras, K. Lixto e J. Carlos. As duas últimas também tinham pretensões literárias e eram, respectivamente, redutos dos simbolistas e dos parnasianos. *Fon-Fon!* trazia ainda uma relação dos principais estabelecimentos comerciais e de profissionais liberais da cidade, com seus respectivos endereços, e publicava matérias, pagas pelos clientes, sobre os melhoramentos promovidos por diversas empresas em seus ramos de atividade.

A *Rio-Chic*, revista semanal ilustrada começou a circular em 1909. Adotando a linha humorística, mantinha a seção de fotografias "Os nossos instantâneos", misto de sátira política e colunismo social. Contrária aos interesses da toda-poderosa Rio de Janeiro, Tramway, Light

and Power Company, a revista moveu campanha contra o prefeito Sousa Aguiar, acusando-o de defender os interesses da companhia estrangeira. *Rio-Chic* divulgava em suas páginas a programação esportiva – incluindo as corridas de cavalo do Derby Club – e os filmes e peças em cartaz na cidade.

Lançada em 1914, *Selecta* dava grande atenção ao público feminino – publicação de receitas, novelas, informações sobre a moda em Paris etc. – e compartilhava da superficialidade típica da maioria das revistas da época. O número de junho de 1915 trazia uma matéria – ilustrada por uma fotografia de populares, a maioria negros – denunciando o comércio ambulante nas ruas do Centro da cidade: "O Rio é talvez a única capital do mundo onde os camelôs gozam da mais escandalosa liberdade de ação." A revista contava ainda com a seção "Cousas d'Antanho", versando sobre o passado da cidade, assinada por Mário Pederneiras.

Em 1928, o panorama da imprensa carioca foi marcado pelo aparecimento da revista *O Cruzeiro* que, juntamente com *A Cigarra*, adquirida em 1934, viria a integrar os Diários Associados, império jornalístico de Assis Chateaubriand[6]. Empregando equipamentos gráficos modernos, comprados no exterior, *O Cruzeiro* impôs-se gradualmente aos concorrentes e, no final de 1945, já venderia mais de 90.000 exemplares em todo o país. Em 1956 atingiria uma tiragem semanal de 570.000 exemplares. A essa altura, porém, *O Cruzeiro* tinha uma grande rival a ameaçar-lhe a liderança, *Manchete*, semanário lançado em 1952 por Adolpho Bloch. Essas revistas, ao contrário das publicações cariocas em evidência nos trinta primeiros anos do século, almejavam o mercado nacional. Consequentemente, suas pautas refletiam essa preocupação, reservando, em termos comparativos, um espaço menor à cidade do Rio de Janeiro.

O levantamento das revistas de variedades reuniu um total de 39 títulos, discriminados a seguir[7].

Semana Illustrada (1868, 1909)
Vida Illustrada (1868,1920)
O Mosquito (1868-1872, 1874)
Revista Illustrada (1876, 1881, 1893)
The Rio News (1879-1901)
Tagarela (1880-1881, 1903)
Novidades (1887-1892)
Brazil Illustrado (1887-1888, 1904, 1908-1909, 1915-1916, 1919-1921, 1926, 1928, 1942, 1943)
A Rua (1889, 1910, 1914-1918, 1927)
Don Quixote (1896)
Revista Moderna (1898)
A Rua do Ouvidor (1898-1901, 1903-1903)

Revista da Semana (1900-1959)
O Malho (1902-1954)
A Avenida (1903-1905, 1912, 1948-1952)
Kósmos – revista artística, científica e literária (1904-1909)
Fon-Fon! (1907,1958)
Renascença (1907,1908)
Careta (1908-1960)
Rio-Chic (1909-1936)
O Gato (1911-1913)
Illustração Brazileira (1911-1947)
A Cidade - jornal ilustrado de assuntos municipais (1912-1913, 1918-1920)
O Rio Illustrado (1913-1914)
A Cigarra (1914-1975)
Selecta (1914-1930)
Rio (1915)
A . B . C. - questões sociais, políticas, letras e atualidades (1915-1930, 1934)
Revista Fluminense (1916)
Revista Municipal (1919)
Revista do Mez - Periódico Illustrado (1919-1920)
O Rio em Foco (1919-1920)
O Carioca - semanário ilustrado (1921)
Rio Illustrado (1921-1929, 1941-1944)
Rio Cosmopolita (1924-1925)
O Cruzeiro (1928-1983)
Manchete (1952- 2000)
Guanabara em Revista (1966-1968)
Rio - Este Mês (1976-1983)

Revistas e jornais de bairros[8]

Os jornais de bairro constituem fonte privilegiada para os estudiosos do processo de hierarquização/segregação do espaço urbano carioca que, desencadeado na segunda metade do século XIX, foi extremamente intensificado a partir da Reforma Passos. Se antes dela a imprensa dos diferentes bairros da cidade (incluindo aí subúrbios, Zona Norte e Zona Sul) apresentava, em essência, o mesmo rol de reivindicações aos poderes públicos, após sua execução a situação mudou radicalmente.

Socializando os custos e concentrando os investimentos no Centro e na Zona Sul, as autoridades delimitaram com bastante precisão os espaços de moradia das camadas média e alta e da população menos favorecida, com todos os seus corolários. O tratamento

discriminatório foi rapidamente percebido pelos jornais suburbanos, que perguntavam em suas páginas porque as melhorias registradas nas áreas nobres da cidade não se estendiam até lá, muito embora a população dos subúrbios pagasse os mesmos impostos e taxas. Por seu turno, os jornais da Zona Sul – em número bem menos significativo que os do subúrbio – reconheciam abertamente os benefícios recebidos da municipalidade e admitiam que, à exceção de uma ou de outra questão tópica, não enfrentavam problemas de maior gravidade.

Além de tratar de assuntos específicos, como a precariedade dos serviços prestados pelas companhias estrangeiras Rio de Janeiro City Improvements Company Ltd. (saneamento) e Rio Light (iluminação e tração elétricas), os periódicos dos subúrbios apontam para outros campos de investigação. Maurício Abreu destaca que

> por serem em grande parte dirigidos por indivíduos ligados ao movimento operário (...), os jornais de bairro constituem um contraponto indispensável não só à análise do movimento operário carioca, como à leitura dos "jornais operários", [pois] estes (...) privilegiavam as questões ligadas à produção[9].

A *Revista Suburbana*[10] exemplifica bem os periódicos editados nos subúrbios cariocas na República Velha. Surgida em 1918, trazia notícias de interesse potencial para a população suburbana (como a nomeação de um novo diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil) e publicava anúncio de estabelecimentos comerciais e profissionais liberais estabelecidos na área. Também eram recorrentemente discutidos em suas páginas a política partidária no Distrito Federal e o funcionamento do Conselho Municipal, temas pouco explorados pela historiografia.

A revista mantinha a coluna "Pelo Operariado", assinada por Pinto Machado, na qual era enfatizada a condição proletária da zona suburbana e elogiados os intendentes municipais Maurício de Lacerda e Nicanor do Nascimento, conhecidos por defenderem as causas populares. Preocupada com o descaso da Prefeitura pelos subúrbios, a *Revista Suburbana* denunciava, logo em seu primeiro número, datado de 6 de julho de 1918, que o Distrito Federal parecia "se limitar aos arrabaldes aristocráticos e aos centros de elegância e do alto comércio cosmopolita" e reivindicava a transformação da zona suburbana numa "bela e higiênica cidade".

Apesar de contar com um número bem menor de jornais e revistas, a Zona Sul – mais especificamente os bairros do litoral atlântico (Copacabana sobretudo, e também Ipanema e Leblon) – pôde dispor, segundo indica a pesquisa, por mais tempo consecutivo de publicações que testemunhassem sua evolução. Pelo menos quatro – *O Copacabana*, *o novo Rio*, *O Beira-Mar*[11], *Revista de Copacabana* e *O Calçadão* – retrataram a trajetória desses bairros desde o primeiro decênio do século até meados da década de 1980.

Outra fonte importante para a história dos bairros cariocas é o mensário *Rio Illustrado* que embora tratasse da cidade em seu conjunto – tendo sido incluído, por isso mesmo, na

relação de revistas de variedades –, no início dos anos 1940, traz uma série de artigos de interesse. Assim, entre 1941 e 1944, foram publicadas matérias sobre o Méier, Penha, Braz de Pina e outros subúrbios localizados às margens dos trilhos da Estrada de Ferro Leopoldina, Madureira, Vila Isabel, Grajaú, Urca, Jardim Botânico e Ipanema.

Foram identificados 32 títulos de jornais de bairros, listados abaixo:

O Espinho (São Cristóvão) (1882-1883)
Guanabara (Botafogo) (1883)
Gazeta Suburbana (Todos os Santos) (1883-1885)
A União (São Cristóvão) (1888)
O Echo (Engenho Novo, Sampaio, Boca do Mato) (1893-1894)
Eco Suburbano (Engenho de Dentro) (1901)
O Scenario (Méier) (1902)
Progresso Suburbano (Piedade) (1902,1908)
O Subúrbio (Méier) (1903-1905, 1907-1911)
O Copacabana, o novo Rio (1907-1912)
O Condor (Madureira) (1908)
O Imparcial (Gávea) (1908)
O Ilha do Governador (1909)
Folha do Rio (São Cristóvão) (1909)
O Paquetaense (1909)
Gazeta de Botafogo (1909)
A Tesoura (zona da Leopoldina) (1909-1919)
O Santa Cruz (1911)
Eco Suburbano (Madureira) (1911)
Monitor Suburbano (Campo Grande) (1918-1918)
Revista Suburbana (Engenho Novo) (1918-1934)
Penha-Jornal (1919-1921)
Arquivo Suburbano (1920)
O Beira-Mar (Copacabana, Ipanema e Leblon) (1922-1945)
Almanaque Suburbano (1941)
Revista de Copabana (Copacabana, Ipanema e Leblon) (1922-1945)
AMIG - Associação de Moradores da Ilha do Governador (1958-1973)
Assim é São Cristóvão (1965)
O Calçadão (Copacabana) (1975-1985)
Folha da Laranjeira - órgão informativo da Associação dos Moradores e Amigos de Laranjeiras - AMAL (1979-...)
Nosso Bairro (Catete) (1981)
A Voz da Ilha - jornal de Paquetá (1984)

Revistas "especializadas"

O universo de periódicos abrigado sob essa denominação genérica e imprecisa é bastante amplo e heterogêneo. Abrange desde publicações da área médica em circulação no último quartel do século XIX, voltadas para a divulgação de estudos sobre a insalubridade urbana, tão ao gosto dos higienistas da época, até revistas acadêmicas, como a *Revista do Rio de Janeiro*. Veículo de promoção de pesquisas sobre a cidade – e também o estado – do Rio de Janeiro, de caráter plurinstitucional e multidisciplinar, esta revista publicou em seus quatro números, correspondentes à sua primeira fase, 38 artigos de inegável importância sobre a realidade carioca.

Ao lado de revistas referidas primordialmente ao passado colonial e imperial da cidade – como *Arquivo do Distrito Federal*, a sesquicentenária *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e a pouco conhecida *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro* – encontra-se uma quantidade significativa de títulos sobre arquitetura e planejamento urbano, contendo artigos sobre a metropolização sofrida pela cidade e seus vetores de expansão.

As revistas de engenharia – a exemplo da *Revista dos Construtores*, lançada em 1886 – encerram informações preciosas. Autodefinindo-se como uma revista técnica, trazia informações sobre materiais de construção utilizados no Rio (incluindo propaganda de vidros, artigos para encanamento, cimento Portland, canos de barro vidrado etc.) e propunha-se a divulgar, mediante a reprodução das plantas, "as edificações privadas levantadas entre nós cuja construção seja um bom exemplo digno de ser imitado".

A *Revista Municipal de Engenharia* publicou ao longo de seus sessenta anos de existência (1932-1992), uma grande quantidade de artigos que tratavam dos mais variados assuntos. Eles versavam não somente sobre temas caros à engenharia (canalização de rios, construção de pontes, limpeza urbana, tráfego, iluminação, emprego do concreto armado etc.), como também sobre arquitetura (destaque para o artigo "Apartamentos econômicos", datado de julho-setembro de 1932, assinado pelos arquitetos modernistas Gregori Warchavchic e Lúcio Costa), legislação (referente à abertura de ruas e ao loteamento de terrenos) e história da cidade.

Os trabalhos publicados nas revistas de geografia enfocam, entre outros assuntos, as origens da cidade, sua posição geográfica, a expansão do seu espaço urbano, a caracterização de seus bairros e subúrbios, seu processo de metropolização e suas articulações com as regiões vizinhas. Em muitos casos, a abordagem geográfica apresenta-se relacionada ao reconhecimento da dimensão histórica do objeto em análise, o que ressalta o valor da interdisciplinaridade.

Os periódicos mais relacionados com a história da arte e patrimônio histórico são produzidos, com exceção da revista *Gávea*, por instituições públicas federais, estaduais e municipais que atuam nessas áreas. As publicações classificadas no campo da administração pública são igualmente provenientes de órgãos ligados ao aparelho do Estado.

A seguir, são listados 58 títulos, distribuídos nos diferentes assuntos. Convém, mais uma vez frisar o limite dessa classificação e deixar claro que a ordem de apresentação das áreas de conhecimento foi totalmente casual, não obedecendo a nenhum critério preestabelecido.

Geografia

Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (1885-1900, 1902, 1905, 1906, 1924-1929, 1932-1946)
Revista Brasileira de Geografia (1938- ...)
Revista Geográfica - publicação do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (1941?)
Boletim Geográfico - publicação do Conselho Nacional de Geografia (1943-1977)
Boletim Carioca de Geografia - publicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Seção Regional do Rio de Janeiro (1948- ...)
Boletim da Sociedade Brasileira de Geografia (1950 - ?)

História

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839 - ...)
Boletim da Illustrissima Câmara Municipal da Corte (1880)
Arquivo do Distrito Federal - revista de documentos para a História da Cidade do Rio de Janeiro (1894-1897, 1950-1954)
Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (1987 - ...)
Boletim Mensal da Seção Guanabarina da Biblioteca Municipal do Rio de Janeiro (1959-1960)
O Prelo - suplemento de cultura: publicação da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro (1989 - ...)

Engenharia

Revista do Instituto Polytechnico Brazileiro (1867-1870, 1874, 1978, 1881, 1884-1885, 1888-1892, 1896, 1898, 1903, 1904, 1906)
Revista dos Constructores (1886-1895)
Revista do Clube de Engenharia (1887 - ...)
Revista Predial - doutrina**,** estatística**,** legislação e jurisprudência sobre matéria predial: publicação da Associação Defensora dos Proprietários (1913)
Revista Brasileira de Engenharia (1920-1940, 1942)
Revista Municipal de Engenharia - publicação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (1932-1937, sob a denominação de *Revista da Directoria de Engenharia*; 1937-1959, *Revista Municipal de Engenharia*; 1960-1977 *Revista de Engenharia do Estado da Guanabara*; desde 1978 a denominação atual)

Turbina - publicação do Departamento de Relações Públicas da Companhia de Carris, Luz e Força (Rio Light) (1954-1963)
Memória da Light (Suplemento do *Jornal da Light*)

Publicações Acadêmicas

Boletim de História - publicação do Centro de Estudos da Faculdade de Filosofia da UFRJ (1958 - ?)
Dados – Revista de Ciências Sociais - publicação do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ (1966 - ...)
BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais - publicação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (1977- ...)
Revista Rio de Janeiro (1985-1987; 1993; 2002-2008)
História em Cadernos - publicação do mestrado em História do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - UFRJ (1985 - ?)
Acervo - publicação do Arquivo Nacional (1986- ...)
Cadernos IPPUR - publicação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ (1986-...; entre 1986 e 1989 sob a denominação de *Cadernos PUR*)
Estudos Históricos - publicação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC/FGV (1988 - ...)

Administração pública e assemelhados

Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1934-1945)
Revista do Serviço Público (1937-1974, 1982, 1983)
Revista de Administração Municipal - publicação do Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM (1953-1956, sob a denominação de *Boletim do IBAM*; 1956-1961, *Notícias Municipais*; desde 1961, denominação atual)
Revista CIDE - publicação da Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (1992- ...)

Medicina, Saúde Pública, Higiene

União Médica (1881)
Revista de Higiene (1886)
Boletim Mensal de Estatística Demógrafo-Sanitária (1893-1913, 1925-1940)
Revista da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (1897-1900,1902, 1908-1920,1949
Revista Syniátrica (1909)
Revista dos Tribunais (1904,1905, 1918)[12]

Arquivo de Higiene (1929-1936)
Revista Brasileira de Tuberculose (1932-1952)

Arquitetura e Planejamento Urbano

Arquitetura no Brasil - mensário de arte; revista ilustrada de assuntos técnicos e artísticos (1921-1926)
Arquitetura - mensário de arte (1929-1930)
Revista de Arquitetura (1934-1977)
Arquitetura e Urbanismo (1936-1942, 1946)
Urbanismo e Viação (1938-1943)
Arquitetura - publicação do Instituto de Arquitetos do Brasil (1942-1968)
Revista ADEMI - publicação da Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (1975- ...)
Chão - revista de arquitetura (1978-1979)
Cidade - publicação da Secretaria Municipal de Planejamento da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (1978-1980)
Arquitetura Revista - publicação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UFRJ (1983- ...)
Metrópole em Dados - publicação do Instituto de Planejamento Municipal - IPLANRIO (1986-1987)
Metrópole - publicação do Instituto de Planejamento Municipal - IPLANRIO (1987- ...)

História da Arte e Patrimônio Histórico

Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937, com o nome de *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* - ...)
Anuário do Museu Nacional de Belas Artes (1940- ?)
Anais do Museu Histórico Nacional (1940-1950,1952, 1953, 1965-1972,1975, ...)
Boletim Museu Nacional de Belas Artes (1983-1987)
Gávea - revista de história da arte e arquitetura - publicação da Pontifícia Universidade Católica (1984- ...)
Cadernos do Patrimônio Cultural - publicação do Departamento Geral de Patrimônio Cultural da Secretaria Municipal de Cultura, Turismos e Esportes do Rio de Janeiro (1991- ...)

Periódicos publicados fora do Rio

A título de exemplo, o levantamento reuniu oito revistas publicadas no exterior e três em São Paulo que incluem trabalhos sobre a cidade do Rio de Janeiro. No intuito de revelar

os temas abordados, são apresentados os títulos dos artigos, além, naturalmente, dos nomes dos periódicos e dos autores e das datas de publicação.

No exterior

International Migration Review, n.6, 1972. Artigo de George Martine - "Migration, Natural Increase and City Growth: The case of Rio de Janeiro."

The Hispanical American Historical Review, v.53. n.1, fev 1953. Artigo de Sandra Landesdale Graham, "The Vintem Riot and political culture: Rio de Janeiro, 1980."

Cahiers du Monde Hispanique et Luso-Brésilien, Toulouse, Caravelle 22, 1974. Artigo de Maria Yedda Linhares - "As listas eleitorais do Rio de Janeiro no século XIX. Projeto de classificação sócio-profissional."

Journal of Interamerican Studies, n.17, fev 1975. Artigo de Michael L. Coniff, "Voluntary associations in Rio, 1870-1945: a new approach to urban social dynamics."

*Journal of Interamerican Studies and World Affairs***,** v.18, n.2, jun 1976. Artigo de June Hahne, "Jacobinos versus Galegos: Urban Radicals versus Portuguese Immigrants in Rio de Janeiro in the 1890's."

Revista de Índias (separata), Madri, jan-dez 1980, n. 159-162. Artigo de Eulália Lobo - "La revolución industrial y la vivienda popular en Rio de Janeiro (1880-1920)

Nova Americana (separata), Turim, 1981, n. 4. Artigo de Eulália Lobo, "Condições de vida dos artesãos e dos operários no Rio de Janeiro da década de 1880 a 1920.

Journal of Urban History, ago 1984. Artigo de Jeffrey D. Needell - "Making the carioca Belle Epoque concrete: The urban reforms of Rio de Janeiro under Pereira Passos."

Em São Paulo

Revista Brasileira de História, São Paulo, v.5, n.8/9, 1985. Artigo de Sérgio Pechman e Lílian Fritsch - "A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal."

Espaço e Debates, São Paulo, n.21, 1987. Artigo de Maurício de Almeida Abreu - "A periferia de ontem: o processo de construção do espaço suburbano do Rio de Janeiro (1870-1930)"

Iluminação Brasil, São Paulo, n.18, out 1989. Artigo de Milton Martins Ferreira - "História da iluminação na cidade do Rio de Janeiro."

Notas

1 - A Biblioteca Nacional nasceu com a transferência repentina da Real Biblioteca portuguesa para o Brasil, trazida pela Corte ,em 1808, face à iminente invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão. Seu acervo reunia 60 mil peças, entre livros, manuscritos, estampas, mapas, moedas e medalhas. Com a Independência do Brasil em 1822, passou a se chamar Biblioteca Imperial e Pública da Corte. Em 1910, a instituição instalou-se no prédio que até hoje ocupa, na então recém-aberta Avenida Central. Atualmente, conta com mais de oito milhões de livros.

2- Elizabeth Dezouzart Cardoso e Mário Aizen prestaram valiosa colaboração nessa frente, tornando possível o acréscimo de novos títulos à listagem.

3 - Ver a esse respeito Mônica Pimenta Veloso, *As tradições populares na Belle Epoque carioca*, p. 7-9. Para mais informações sobre a reforma urbana do Rio de Janeiro, existe hoje uma vasta bibliografia, publicada sobretudo na segunda metade da década de 1980 e início da de 1990. Cabe mencionar o trabalho pioneiro de Jaime Larry Benchimol, *Pereira Passos, um Haussmann tropical*, publicado em 1990 na coleção da Biblioteca Carioca (Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/ Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, v. 11). Outros estudos igualmente pioneiros são *Evolução urbana do Rio de Janeiro*, de Maurício de Almeida Abreu (Rio de Janeiro: IPLAN-RIO/Jorge Zahar Editor, 1989) e *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão*, de Giovanna Rosso del Brenna (Rio de Janeiro: Editora Índex, 1985). A Biblioteca Carioca inclui ainda os trabalhos de Sergio Tadeu de Niemeyer Lamarão, *Dos trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro* (v. 17), e *A era das demolições/Habitações populares*, de Oswaldo Porto Rocha e Lia de Aquino de Carvalho (v. 1).

Maurício Abreu, op. cit., p. 59.

4 - André Vieira de Campos, *A República do Picapau Amarelo - uma leitura de Monteiro Lobato*, p. 8.

5 - *Nosso Século*, v.1, p. 220.

6 - As informações contidas nesse parágrafo foram retiradas de *Nosso Século*, v.2, p. 270; *Nosso Século*, v.3, p. 276 e *Nosso Século*, v.4, p. 253-254.

7 - Os anos entre parênteses dizem respeito ao período (ou ano) de circulação.

8 - Praticamente todas as indicações sobre os jornais de bairro em circulação no Rio de Janeiro entre 1882 e 1933 foram retiradas do texto de Maurício Abreu, "*A periferia de ontem*: o processo de construção do espaço suburbano do Rio de Janeiro (1870-1930)", p. 36-37.

9 - Maurício Abreu, op. cit., p.13. As considerações feitas anteriormente sobre os jornais de bairro foram baseadas nesse mesmo artigo, especialmente p. 17 e seguintes.

10 - Nélson da Nóbrega Fernandes (2011) consultou essa revista e outras — Echo Suburbano (Engenho de Dentro), Echo Suburbano (Madureira), Gazeta Suburbana (Todos os Santos) e O Progresso Suburbano (Piedade) — para a redação de sua dissertação de mestrado, na qual discute a transformação da categoria espacial subúrbio em poderosa representação e signo ideológico da segregação social e espacial no Rio de Janeiro do século XX.

11 - Elizabeth Dezouzart Cardoso (2009) e Julia Galli O'Donnell (2011) tiveram neste periódico uma fonte de importância fundamental para o desenvolvimento de suas teses de doutorado. Depois de destacar a grande divulgação de *O Beira-Mar* na Zona Sul e mesmo na cidade como um todo, Cardoso afirma que o periódico "abriu caminho para a construção de uma série de imagens positivas para a Zona Sul, tornando-a, sem dúvida, mais atraente para uma parcela maior da população que veria naquela área o objeto de desejo em termos de lugar para habitar quando comparados à Zona Norte e aos 'subúrbios'". O'Donnell considera *O Beira-Mar* "um importante veículo de comunicação e, não em menor medida, de articulação identitária", que surgira "como produto da equação que, pela associação entre uma nova territorialidade e uma nova forma de experimentação urbana", sustentava o discurso moderno-aristocrático dos novos moradores daquele trecho da Zona Sul do Rio.

12 - A inclusão deste periódico na relação de títulos da área médica deve-se ao fato de ter sido localizado, em sua edição de 1918, um extenso artigo sobre as condições de salubridade das habitações coletivas cariocas. Assim, é lícito supor que outros números da revista também possam trazer artigos de interesse.

Referências bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPLANRIO/Jorge Zahar Editor, 1987.

_____ . "A periferia de ontem: o processo de construção do espaço suburbano do Rio de Janeiro (1870-1930)". IN: *Espaço & Debates*, n. 21, São Paulo, 1987.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. *A República do Picapau Amarelo* - uma leitura de Monteiro Lobato. São Paulo, Martins Fontes, 1986.

CARDOSO, Elisabeth Dezouzart; VAZ, Lilian Fessler; ALBERNAZ, Maria Paula; AIZEN, Mario; PECHMAN, Roberto Moses. *História dos Bairros:* Copacabana. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia/Editora Index, 1986.

_____ . *História dos Bairros*: Saúde - Gamboa - Santo Cristo. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia/ Editora Index, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO – IBBD. *Periódicos brasileiros de cultura*. Rio de Janeiro, 1968.

LIMA, Evelyn Furkim Werneck. *Avenida Presidente Vargas:* uma drástica cirurgia. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/ Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990 (col. Biblioteca Carioca, v.12).

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (coord.). *Rio de Janeiro operário.* Natureza do Estado e conjuntura econômica. Condições de vida e consciência de classe. Rio de Janeiro: Access Editora, 1992.

NOSSO SÉCULO. São Paulo, Abril Cultural, vol. 1-5, 1980-1981.

PEREIRA, Margareth Campos da Silva. *Rio de Janeiro*: l'ephemére et la perennité - histoire de la ville au XIXème siécle. Tese de doutorado apresentada à École des Hautes Études en Sciences Sociales. Paris: 1988. (mimeo.)

PINHEIRO, Maciel. O Rio de Janeiro através das revistas. I - *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasiliana Editora, 1966.

REVISTA DO RIO DE JANEIRO. Niterói: vol. 1-4, 1985-1986.

TURAZZI, Maria Inez. *A euforia do progresso e a imposição da ordem*. A engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX. Rio de Janeiro/São Paulo: Núcleos de Publicações da COPPE/ Editora Marco Zero, 1989.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *As tradições populares na Belle Époque carioca*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987. (mimeo.)

Enviado em 27/03/2012

Ideário racial na "Belle Époque Tropical": o caso do cinematographo *

Racial doctrine during the "Tropical *Belle Époque*": the case of the cinematograph

Pedro Vinicius Asterito Lapera
Doutorando em Comunicação pelo PPGCOM-UFF,
Pesquisador da Fundação Biblioteca Nacional
pedro.lapera@bn.br

RESUMO:

Este artigo abordará os modos pelos quais a projeção pública do debate sobre raça e a presença das novas tecnologias na cena urbana se entrecruzaram e os termos em que isto ocorreu. Para tanto, lançamos a seguinte hipótese: a cultura de massa, ao se apropriar das categorias "raciais", o faz criando novas formas de hierarquização dos sujeitos e dos grupos que diferem em graus de legitimidade, alcance e formato e, desse modo, transforma o conteúdo de um ideário racial caro ao Brasil entre os séculos XIX e XX.

Palavras-chave: cinematógrafo; *Belle Époque*; "raça".

SUMMARY:

This article addresses the means through which the projection of the public debate about race and the emergence of new technologies on the urban scenario entwined and the conditions in which this occurred. For such, the article advances the following hypothesis: when it appropriates itself of the "racial" categories, mass culture redefines the hierarchy of the subjects and groups that differ in their degree of legitimacy, range and format and, therefore, transform the content of the racial doctrine so dear to Brazil at the turn of the 19th century.

Key words: *cinematograph; Belle Époque; race*

* O título deste artigo trata-se de uma paráfrase ao título do livro *Belle Époque Tropical*, de Jeffrey Needell.

Introdução

> "Mas a quem não fará sonhar a rua? A sua influência é fatal na palheta dos pintores, na alma dos poetas, no cérebro das multidões. Quem criou o reclamo? A rua! Quem inventou a caricatura? A rua! Onde a expansão de todos os sentimentos da cidade? A rua!"[1].

Ao fazer apelo a expressões como "reclamo", "caricatura" e "expansão dos sentimentos", a epígrafe destaca algumas transformações da cena pública da então Capital Federal, na virada dos séculos XIX e XX e, ainda, coloca em questão os modos de integração desta cena ao que então se chamava de "modernidade".

A metáfora da rua de que tudo se apropria e faz mudar rapidamente pode ser apontada como um vestígio de um processo mais amplo que será abordado neste artigo. As conexões entre a construção de um senso comum e os conteúdos veiculados em um domínio então relativamente novo aos cidadãos: a cultura de massa e os aparatos tecnológicos que lhe eram caros – fotografia, *animatographo*, *cinematographo*, *kinetoscópio* etc.

Paralelamente à chegada dessas novas tecnologias e à rápida transformação da vida urbana no Rio de Janeiro, um debate vinha se desenvolvendo, desde o fim do século XIX, no meio acadêmico brasileiro: a construção de categorias raciais que pudessem classificar e hierarquizar os diversos sujeitos formadores do "povo brasileiro". Lilia Schwarcz (2005) traça um panorama de como as ideias sobre "raça" trazidas de um cenário intelectual europeu foram apropriadas por alguns acadêmicos e instituições brasileiras e de que modo esse debate interveio na relação entre as instituições (*e.g.* Museu Nacional, Museu Paulista etc.) e a formulação de políticas públicas com base em critérios "raciais", que poderia ser resumida no "ideal de branqueamento" que perpassou o discurso oficial por cerca de meio século[2].

Por sua vez, a pesquisa de Olívia Cunha (2002) aponta outra dimensão deste processo: a necessidade de os agentes estatais (no caso específico, por meio dos registros de ocorrência policial) classificarem os sujeitos pelos critérios "raciais" e em que medida há uma interferência desses critérios nas trajetórias individuais durante e após essa passagem pelo aparato policial[3].

Este artigo tentará abordar os modos pelos quais a projeção pública do debate sobre raça e a presença das novas tecnologias na cena urbana se entrecruzaram e em que termos isto ocorreu. Para tanto, precisamos localizar nosso leitor. Este estudo é fruto de um levantamento junto à Fundação Biblioteca Nacional referente à atividade cinematográfica no Rio de Janeiro, entre 1896 e 1914, através de vários tipos de fontes presentes no acervo da instituição – periódicos, documentos, fotografias etc. – que se encontra no seu primeiro

ano de realização. Isso significa afirmar que a análise a ser aqui empreendida é parcial e será futuramente confrontada com outras fontes consultadas ao longo da pesquisa.

Apresentamos as fontes a serem analisadas: as edições do *Jornal do Brasil,* entre 1908 e 1909[4], com ênfase nos anúncios publicitários dos cinematógrafos – nos quais constam breves descrições dos filmes exibidos – e nas charges que envolvem o mundo dos espetáculos. Tal escolha justifica-se por três motivos: 1) a ausência das fontes primárias (filmes) em virtude de seu desaparecimento ou da péssima conservação torna necessária a consulta a vestígios que indiretamente se refiram à atividade cinematográfica; 2) os anúncios de aparência banal variavam muito de tamanho (o que indica uma disputa por espaço comercial) e continham descrições que remetiam ao tema e, às vezes, à forma dos filmes; além disso, são vestígios da alternância da exibição dos filmes (normalmente, ocorrem mudanças a cada três dias, porém se sabe de casos em que filmes ficaram por longos períodos e/ou retornavam aos cinematógrafos depois de uma primeira exibição); 3) pelo espaço que ocupavam no jornal e pela disposição desses anúncios e das charges, percebe-se que a *comunidade de leitores* (CHARTIER, 2000), que se formava em torno dos jornais nesse período, concedia ao tempo livre um lugar simbólico e de práticas relevantes à conduta e à formação de valores. Eventualmente, outras fontes poderão ser citadas.

Retomando o ponto em que iniciamos, deparamo-nos com a seguinte questão: que relações poderiam ser estabelecidas entre as categorias "raciais" e as novas tecnologias (aqui, o cinematógrafo) na conformação de um senso comum entre os consumidores de espetáculos na virada dos séculos XIX e XX? Partimos da seguinte hipótese: a cultura de massa, ao se apropriar das categorias "raciais", o faz criando novas formas de hierarquização dos sujeitos e dos grupos que diferem em graus de legitimidade, alcance e formato e, deste modo, transforma o conteúdo desse ideário[5].

A legitimidade conferida pelo meio acadêmico da época à retórica racial e o grau coercitivo das categorias raciais na ação dos agentes estatais (analisados por Schwarcz e Cunha, respectivamente), embora relevantes, são insuficientes para traçar as redes pelas quais um ideário "racial" foi disseminado em larga escala e atuou na formação de "objetivações" que enquadraram um senso comum[6] referente às categorias "raciais" e, principalmente, uma hierarquia que "biologizava" os sujeitos para lhes conferir um lugar superior ou inferior nas relações cotidianas. Assim, nossa hipótese completa-se com o foco no cinematógrafo, isto é, no grau de disseminação e de transformação das ideias sobre "raça" que perpassa a cultura de massa.

Precisamos, ainda, fazer menção à metodologia pensada pelo historiador Carlo Ginzburg – "paradigma indiciário" – que será a base para a abordagem do material apresentado. Pelo fato de lidarmos com fontes heterogêneas, que remetem a processos sociais de longo alcance, mas que deixaram poucos vestígios, escolhemos esta metodologia pensada no trabalho de Ginzburg com arquivos sobre a Inquisição, que apontaremos de forma mais detalhada a seguir.

Por um ideário disperso, fragmentado, "contaminado": "raça", "fitas cinematographicas" e consumo na *Belle* Époque

A falta de acesso aos filmes exibidos neste período oferece desafios em se tratando de analisar o conteúdo veiculado por essas novas tecnologias. Valendo-se do método da análise de obras elaborado pelo crítico de arte Giovanni Morelli, Ginzburg infere a existência de um saber venatório que possui "a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente" (2007:152). Mais adiante, ao descrever o que propõe como método indiciário, o autor assim se refere a um possível tratamento das fontes: "se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la" (2007:177).

Poderíamos deduzir, em um primeiro momento, que as charges e os anúncios veiculados pelos jornais da época seriam alguns dos "sinais" aparentemente negligenciáveis – por serem corriqueiros e muitas vezes dotados de poucas informações sobre os filmes – mas que, diante das circunstâncias da pesquisa, revelam-se como algumas das poucas fontes. Recordamos que Ginzburg, ao se situar no campo da História e ao propor uma redução na escala da observação do historiador, rejeita a ideia de que o historiador deve criar mecanismos de ilusão para preencher as lacunas e narrar uma realidade perdida. De acordo com o autor, "Microhistory chooses the opposite approach. It accepts the limitations [da profissão do historiador] while exploring their gnoseological implications and transforming them into a narrative element"[7] (Ginzburg, 1993:28), sem renunciar, ainda, ao aspecto cognitivo da historiografia.

Seguindo a intuição do autor, iniciamos a descrição de duas charges referentes à prática do cinematógrafo. Na primeira, publicada em 25/10/1908, cujo título é "Ainda e sempre os chapeos"[8], uma mulher jovem com um chapéu enorme tapa a visão de dois homens em uma sessão de cinematógrafo. A legenda deixa transparecer o incômodo dos homens: "Uma victima: Que há agora em scena?; Outra victima: Um duetto; o tenor deve estar cantando do lado das plumas e a prima-dona do lado das fitas". Já na segunda charge, publicada em 10/7/1909 e intitulada "No Recinto da Câmara"[9], há uma sátira à atividade legislativa que se vale da referência ao cinematógrafo. Nela, cinco homens de paletó estão diante de uma bancada e várias cabeças atrás de uma mureta indicam um recinto lotado, sendo que a legenda acentua o caráter farsesco da performance dos políticos: "Pelas expressões dos Senhores Paes da Pátria, parece que se está exhibindo uma fita cinematographica... Falla nesse momento o Dr. Irineu Machado".

Fazendo remissão a dois aspectos distintos de uma realidade contemporânea (o consumo das fitas e o uso do referente "fita" em uma sátira política), as charges descritas e todas as veiculadas entre 1908 e 1909 no *Jornal do Brasil* (cerca de quarenta, se englobarmos o mundo dos espetáculos e não apenas o cinematógrafo) possuíam um ponto comum: todas

as personagens retratadas eram brancas. Além disso, um ingresso de cinematógrafo poderia custar 500 réis, 1 conto e até 2 contos de réis, o que eliminava uma boa parcela da população carioca da esfera do consumo desta atividade. Não é difícil deduzir disso que, embora seja possível imaginar que não brancos também frequentassem cinematógrafos[10], o público era concebido como predominantemente branco e, desse modo, era a esse público que eram dirigidos os anúncios das "fitas cinematographicas".

Diante desse fato, antes de passarmos à descrição de algumas fitas contidas nos anúncios, algumas observações se fazem necessárias: a) raramente a nacionalidade de uma fita era divulgada; b) em muitos exemplos, não se faz nos anúncios um apelo direto às características "raciais" das personagens; assim, não cabe aqui realizar um esforço de analisar as "representações raciais", mas sim como a "raça" pode ser mobilizada como uma prática discursiva e social em diferentes situações; e c) como nosso foco é a esfera do consumo e não da produção, alguns filmes produzidos em outros países – e mesmo com temas inicialmente não identificados a relações "raciais" -podem acionar um ideário "racial" quando em contato com o público carioca da virada do século XIX para o XX.

Vejamos alguns exemplos:

> "AVENTURAS DE UMA COMISSÃO NEGRA EM PARIS, immenso successo do riso. Cômica irresistível"[11].
>
> "ELITE NEGRA – Pretos em Paris, faz um verdadeiro pagode uma comissão de pretos, a qual faz também grande successo para riso"[12].
>
> "Um casal de Creoulos em Paris – A maior novidade do dia. Bella e extensa; fita completamente nova para esta capital, sem competidora nas bellissimas paysagens que se apresentam a vista do espectador. Um bello e pandego casal de creoulos, desembarcando em Paris é logo assaltado por alguns refinados ladrões, com a desculpa de servir-lhes de *ciccerone* tratam a caça (...) momento de extorquir-lhe dinheiro, porém, o casal mais esperto que eles propõe pregar-lhes um bom logro, enchendo um papel fingindo cheque do Banco Paris-Brésilien vão entregando aos mesmos, estes depois de juntarem uma porção encaminham-se para o Banco descontal-os, mas oh! Decepção fatal, em vez de receberem o dinheiro, são presos e levados à prisão, enquanto que o casal se ri a valer da peça pregada aos larápios. Descripção dos quadros: A Estação de São Lázaro; A Ópera; Magdalena; As Tulherias; Praça da Concórdia; Praça dos Inválidos; Grande Palácio; 1ª e 2ª Plataformas da Torre Eiffel; Campo de Marte; Arco do Triumpho; Louvre; Notre Dame; O Pantheon e A Gare de Lyon"[13].

Pelos dados dos anúncios, percebe-se que se trata de fitas nas quais há a presença de negros membros de uma elite ("comissão negra"; "elite negra"; viagem de "creoulos" a Paris), o que não impede de a ideia do pertencimento de negros a uma elite ser rechaçada pelas próprias descrições, nas quais se ressalta o viés cômico para veicular estereótipos ligados à malandragem

("o casal mais esperto que eles") e à falta de contenção caros a uma cultura de elite ("enquanto que o casal se ri a valer da peça pregada aos larápios"). Também não seria difícil imaginar os "refinados ladrões" do último anúncio como brancos, sendo que seu "refinamento" poderia funcionar como um atenuante à sua conduta torpe e, ao mesmo tempo, uma contraposição entre o "refinamento" dos personagens brancos e a falta deste no casal de "creoulos" (sendo importante destacar, nesse ponto, que o termo "creoulo" parece ser usado aqui no intuito de animalizar o casal protagonista). Assim, isto funcionaria como o reforço de uma hierarquia racial na qual os brancos seriam identificados aos valores da civilização.

É curioso ainda o fato de esses filmes ligarem a representação cômica e a presença de personagens negras justamente em Paris, que então simbolizava os valores positivistas e do progresso aos quais se filiava a Primeira República. No caso do terceiro anúncio, o mesmo concede uma relevância à cidade ao relatar minimamente vários pontos importantes desta, o que indica que a cidade desempenha uma função dramática na fita. Neste ponto, o cômico entraria para provocar "rebaixamento" e "estranhamento" na relação entre o "casal"/"comissão negra" e a Paris sonhada pela elite da então Capital Federal, como se houvesse um descompasso entre os dois que só pudesse ser "compensado" pelo cômico.

É interessante mencionar a reflexão de Bakhtin a respeito do riso na sociedade moderna que, ao contrário do mundo medieval, cria uma cisão entre "sujeito" e "objeto" do riso, isto é, "o autor satírico que apenas emprega o humor negativo, coloca-se fora do objeto aludido e opõe-se a ele; isso destrói a integridade do aspecto cômico do mundo e então o risível (negativo) torna-se um fenômeno particular" (2008: 11). A partir disso, é possível pensar que o riso, inserido em uma cultura de massa em formação e respondendo aos anseios da modernidade "experimentável" e pretendendo criar categorias para tornar inteligível essa experiência, atua no esforço de criação de hierarquias (e não de subversão das mesmas, como o próprio Bakhtin salientou no caso do riso no mundo medieval).

Outros anúncios poderiam ser aqui expostos:

"Pequena mancha e grosso dote – Surprehendente fita extra-comica: É este o anuncio que se lê nos jornaes: "Uma moça com pequena mancha e grande dote deseja casar-se acceitando para esposo um homem de boa família, embora sem fortuna". Imagina-se a chusma de pretendentes; mas todos recusam-se diante a desgraçada mancha. Bem se comprehendem as scenas comicas que se desenrolam, tendo por sorte um preto maxixeiro"[14]

"Perdi o meu negro – Scena cômica, promovendo a mais franca alegria"[15]

"A Bella Davis e seus negrinhos – Fita comico-dansante de grande interesse"[16]

Mais uma vez, os exemplos demonstram como o riso pode agir na construção de hierarquias simbólicas que atuam no cotidiano dos espectadores. A ligação entre corpo e fracasso social é duplamente ressaltada no primeiro exemplo, no qual uma "mancha" impede a mocinha protagonista de arrumar um par e, por isso, acaba com um "preto maxixeiro"[17]

(sendo que este é o oposto ao "homem de boa família"), o que funciona dramaticamente como uma condenação moral ao casamento inter-racial. Os dois casos seguintes sublinham a relação entre brancos e negros regida pela lei de propriedade, o que é comprovado pelo uso de pronomes possessivos e de diminutivo ("seus negrinhos") no título das fitas. Seria preciso relacioná-los ao cotidiano de um país que acabara de sair da escravidão? E seria imprudente imaginar o protagonista de "Perdi o meu negro" e a Bella Davis como brancos?

Encontramo-nos, após a análise já feita, diante de uma suspeita: se o meio acadêmico precisou responder ao paradigma racional-científico para legitimar o emprego de determinadas concepções sobre "raça" em detrimento de outras, e se o Estado, para legitimar as condutas de seus agentes, teve de criar classificações que tentavam alcançar uma precisão (embora, como nos lembra Olívia Cunha (2002), muitas vezes não obtivessem sucesso nessa empreitada), o modo de hierarquizar as categorias "raciais" na cultura de massa passaria pelo modo como elas estão inseridas nos enredos e, principalmente, como elas se relacionam com os gêneros narrativos caros aos meios massivos (até agora tratamos do "cômico"). Então, a "legitimidade" deixa de responder a categorias que se pretendem objetivas e, assim, perpassa a formação do gosto do público.

Continuando este argumento, é preciso destacar outro gênero muito caro à produção cinematográfica: o melodrama. Conquanto os anúncios da época se refiram apenas ao gênero "drama", pode-se, ao ler algumas descrições, detectar o uso de expedientes melodramáticos nas narrativas das fitas, tal como nos exemplos abaixo:

> "Othelo ou o Mouro de Veneza – fita bellissima baseada em um assumpto dramatico e de uma sensação deslumbrante, digna de ser admirada"[18].
>
> "A Justiça de um Índio – Commovente drama nunca exhibido nesta capital do afamado fabricante Pathé Frères, apresentando quadros de grandioso effeito. Quadros: 1º Hospitalidade nos pampas, 2º O aguardente, 3º Em perseguição do criminoso, 4º O índio vinga-se"[19].
>
> "Pobre Negro – grande drama com viragem e colossal successo"[20].
>
> "Um drama nos sertões do Brasil – Sensacional composição de costumes índios no sertão de Matto Grosso. Os índios Guaypurus e um caçador allemão perdido na floresta"[21].

No primeiro anúncio, ao par clássico da obra de Shakespeare é adicionado o componente "racial" ("Mouro de Veneza") e a relação Othelo/Desdêmona transforma-se na fita apresentada em um romance inter-racial condenado (pelo suposto adultério e pela farsa de Iago) ao trágico[22]. Adicionando-se a isso o exemplo de *Pequena mancha e grande dote* (já analisado), é possível deduzir que, pelo riso ou pelo drama, o romance inter-racial é deslegitimado e conduzido ao terreno das relações "impuras", "contaminadas" e, por isso, fadadas ao fracasso (e para a vitória da moral então dominante, que via a "miscigenação" como um mal a ser combatido).

Já o segundo exemplo apresenta em sua descrição vários elementos caros a um enredo melodramático: uma tranquilidade inicial perturbada por um fator externo ("criminoso"), cujo desencadeamento se opera com base em dado localizável na ação ("aguardente") e com apelo ao sensacional ("perseguição"), a uma dualidade de posições morais (entre o índio e o criminoso) e a um desenlace que ressalta o *pathos* da ação no espectador ("o índio vinga-se").

Ao escrever sobre melodrama, Peter Brooks (1995) afirmou que visava se inserir em um campo maior de crítica cultural, no qual "workers in different (...) fields who analyzed the imaginative modes in which cultural forms express dominant social and psychological concerns sensed that the category of the melodramatic needed revival because it pointed to (...) a certain complex of obsessions and aesthetics choices central to our modernity"[23] (1995, p. viii). Para tanto, desenvolveu o conceito de "imaginação melodramática", cuja ênfase não ocorre no melodrama como gênero, mas sim como forma de organização da experiência psíquica do espectador.

Tomando-se por base a reflexão de Brooks, sublinhamos que os dois primeiros exemplos abordados remetem a duas formas de hierarquização nas relações "raciais": além da condenação ao romance inter-racial (no primeiro), há ainda a redução da "Justiça do Índio" a uma mera "vingança", o que acentua o estereótipo do índio como "primitivo" e, no caso específico do contexto analisado, como um indivíduo dotado de uma "pureza" que deve ser assimilada à sociedade moderna de uma forma "correta" – e não por meio de um contato com um criminoso. Assim, mesmo que o espectador tenda a se identificar com o índio protagonista e a "ler" a narrativa a partir de sua conduta, deve-se enfatizar que, ao menos na descrição feita para divulgar o filme, opera-se uma separação entre este índio ("primitivo") e o público ("civilizado")[24].

Já os dois últimos exemplos reforçam a ligação entre "pobreza" e grupos classificados "racialmente" (*Pobre Negro*) pautada pela narrativa melodramática (a palavra "viragem" na descrição desta fita alude às reviravoltas no enredo, por fatores externos, caras ao melodrama) e a necessidade de assimilação do índio à cultura moderna para que este não se torne ameaçado por outrem (no caso, o "caçador alemão"). Logicamente, no último caso, retornamos a uma visão do índio como "primitivo" e "folclorizado".

Os anúncios a seguir, aludem a um componente que se situa na intersecção entre melodrama e relações "raciais"/étnicas: a presença do ódio e do medo como elemento narrativo.

> "Lei de Lynch – Esplendida composição dramática. A acção se passa na América do Norte e é baseada no ódio dos americanos pela raça negra"[25].
>
> "Vingança da Gitana – Imponente drama em oito commoventes quadros"[26].
>
> "Ódio de escravo – drama colonial de grande effeito moral"[27].

Na descrição de "Lei de Lynch", encontra-se claramente a preocupação de localizar o espectador espacialmente ("a acção se passa na América do Norte") para, em seguida, dissociar a conduta dos americanos daquela vivenciada pelo espectador ("ódio dos americanos pela raça negra"). Poderíamos interpretar essa preocupação do redator do anúncio como um índice de um movimento mais geral no âmbito das relações sociais que condenam moralmente o ódio racial explícito. Já os dois exemplos seguintes, embora a escassez de dados não nos permita fazer muitas observações sobre o conteúdo das fitas, deve-se minimamente inferir que ambos remetem a processos de inversão caros ao melodrama, quando o polo mais fraco age de forma a modificar (nesse caso, negativamente) o polo mais forte da relação. E, nesse caso, há uma mobilização de categorias "raciais"/étnicas nessa inversão – a "gitana" e o "escravo" atuando contra seus opressores/colonizadores – o que chama a atenção do espectador para a instabilidade das posições na sociedade moderna e das relações cotidianas, inculcando-lhe o medo como valor a ser considerado em um contato interétnico.

Outro gênero de fitas comum nesta época: as "vistas tiradas do natural" ou simplesmente 'naturais". Construindo uma geografia visual para os espectadores, estes filmes eram frequentes nas programações dos cinematógrafos e retratavam diversas partes do Brasil e do mundo, sendo que muitas vezes eram paisagens do Oriente.

> "A mulher japoneza e seus costumes – (scena realista) – Fita colorida tirada do natural, despertando interesse e conhecimento dos costumes da mulher japoneza, é dividida em 5 partes: 1ª a toilette, 2ª o Passeio, 3ª Os Jogos, 4ª Dansas, 5ª Dansas Combinadas"[28].
>
> "Viagem à Ilha de Fidgi – Imponente composição tirada do natural. Transportes, vida, costumes e hábitos dos habitantes, sacrificio pelo fogo das mulheres de um regulo morto, erupções vulcanicas da ilha, barcos e regatas indígenas"[29].

Embora o conteúdo dessas fitas não pareça relacionar-se com o debate sobre raça que então se desenrolava no meio acadêmico brasileiro, nem com as categorias raciais que ali eram postuladas, lembramos o caráter difuso dessas mesmas catego-rias quando disseminadas pela cultura de massa. Ademais, Edward Said considera o orientalismo como "uma distribuição de consciência geopolítica em textos estéticos, eruditos, econômicos, sociológicos, históricos e filológicos; (...) uma certa vontade ou *intenção* de entender, e em alguns casos controlar, manipular e até incorporar, aquilo que é um mundo manifestamente diferente" (1990, p. 24), atribuindo a este conjunto de práticas e de discursos sobre o Oriente a capacidade de disseminar determinados estereótipos que visavam a legitimação da empreitada colonial. O apelo ao exótico e a um Oriente "feminilizado" e "selvagem" é percebido na descrição das duas fitas, que acentua a importância dos costumes nativos, das "dansas combinadas", dos "sacrifícios pelo fogo". Ao acentuar o exotismo, estas fitas repõem à hierarquia racial a oposição "civilizados"/"nós" *versus* "primitivos"/"eles".

Dentro do gênero "naturais", um ponto de destaque é a cobertura das guerras coloniais e da ocupação da África e da Ásia. No caso da guerra russo-japonesa, esta talvez tenha sido a primeira grande cobertura sistemática de uma guerra que teve repercussão no circuito exibidor brasileiro (ao menos, no caso carioca), haja vista a quantidade de títulos exibidos durante e após o conflito.

> "A GUERRA RUSSO-JAPONEZA - O general Kouropacthine montado em seu cavallo branco, passando revista á suas tropas. Sahida de um regimento japones para o theatro da guerra. Defesa do porto Arthur; n"este quadro se vê no primeiro plano o heroico general Stossel dando ordens aos seus soldados. Combates nos arredores de Porto Arthur, episodios de Yan-lai, execução capital do chefe dos Tonguazes Li-Tang, ultimas batalhas em Mukdem (successo). Duração: 18 minutos"[30].

> "A Guerra de Marrocos: 1ª parte – Desembarque de tropas em Casa Branca, 2ª parte – Intervenção da FRA, 3ª Batalha nos arredores da cidade, 4ª Casa Branca depois de derrotada"[31].

O primeiro anúncio refere-se à exibição de uma fita sobre a guerra russo-japonesa por ocasião da primeira edição do periódico *O Cinematographo*, voltado à divulga-ção das atividades do Theatro São Pedro e do Theatro Lyrico que então entravam no ramo da exibição cinematográfica. A descrição concede um peso enorme ao heroísmo dos russos (identificados aos europeus e, portanto, à "civilização") ao focalizar o general Kouropacthine montado em um cavalo branco (a imagem de um herói de guerra do século XIX) e ao narrar a guerra a partir do ponto de vista russo. Embora não tenhamos acesso à fita, pela descrição podemos deduzir isso, uma vez que "no primeiro plano, o general Stossel dando ordens", "execução capital do chefe dos Tonguazes" e "defesa do porto Arthur" delimitam a narrativa pelo enfoque russo da guerra, o que mais uma vez reforçaria a superioridade da "civilização" (ironicamente, a Rússia perdeu a guerra e logo em seguida mergulhou em uma crise interna sem precedentes). O segundo anúncio também assume o ponto de vista do colonizador ao narrar a guerra no Marrocos, uma vez que sublinha como fim da película "Casa Branca depois de derrotada", além de conceder uma conotação positiva à "intervenção da FRA". Desse modo, a posição superior dos brancos na hierarquia racial passaria pelo sucesso na conquista colonial e na disseminação (assimétrica, desigual, o sabemos) da "modernidade".

Além dos "naturais", também era comum encontrar filmes "ficcionais" que faziam apelo a paisagens do Oriente.

> "A Princeza Negra – Apparatoza fita para a qual o mais legitimo successo é destinado, paisagens naturaes do Sudão, festas indígenas, elephantes, perseguições selvagens, formam um conjunto empolgante e de raro effeito; 356 metros de extensão e 20 quadros, dentre os quaes destacam-se: Recusa da aliança, Vingança, Festa da Victoria, Protecção da Princeza, Desforra, Fuga, As amazonas da Princeza, Liberdade"[32].

"Amor de Egypciana (Bagdad) – Bellissima fita colorida, representando importante scena dramatica, amorosa, entre uma egypciana e um cavalheiro inglez"[33].

Em ambos os exemplos, há a remissão a uma paisagem tida como "exótica" ("Bagdad" e "paisagens naturaes do Sudão") e a uma figura feminina do mundo colonizado que invoca uma proteção masculina, no segundo exemplo identificável ao homem europeu ("cavalheiro inglez"). Ainda, há a mistura entre estes elementos e o gênero melodrama, o que é comprovado ora pelo título da fita ("Amor de egypciana"), ora pela descrição das reviravoltas do enredo ("Recusa da aliança", "Vingança", "Desforra", "Fuga") ora pela ênfase no aspecto interétnico do casal ("entre uma egypciana e um cavalheiro inglez").

Retomando alguns pontos aqui analisados, destacamos que o trabalho de investigação sobre as ligações entre categorias raciais e cultura de massa ou, mais precisamente, sobre como elas atuam na conformação do senso comum, deve-se considerar o que Bruno Latour nomeou "paradoxo moderno". Para este autor, a modernidade seria constituída em torno de dois movimentos: hibridização e purificação. Mesmo que o mundo moderno seja um produtor de híbridos, ao mesmo tempo apaga o caminho que fez chegar até eles, o que lhes concede um aspecto de "puros" e é nesta relação entre hibridização e purificação que a modernidade deve ser compreendida. Nas palavras de Latour: "este é todo o paradoxo moderno: se levarmos em consideração os híbridos, estamos apenas diante de mistos entre natureza e cultura; se considerarmos o trabalho de purificação, estamos diante de uma separação total entre natureza e cultura. É a relação entre os dois processos que eu gostaria de compreender" (1994, p. 35).

Ainda que o escopo intelectual de Latour esteja voltado para uma antropologia das ciências, é possível inferir que tanto as categorias raciais quanto a cultura de massa podem também ser inseridas nessa dinâmica da modernidade, uma vez que, no caso das primeiras, estas se encontram na relação entre enfatizar o aspecto híbrido dos grupos sociais e positivar ao extremo determinadas características fenotípicas para distinguir estes grupos. Por sua vez, em se tratando da cultura de massa, ora há a mistura de gêneros narrativos e enredos de diferentes matrizes, ora há um desejo de comunicação com o espectador no sentido de tentar impor ao mesmo determinadas categorias de análise da "realidade social", sendo que estes esforços são complementares e não opostos.

Conclusão

Em se tratando de uma pesquisa em andamento, pensamos ser mais produtivo aproveitar o espaço final para tentar delinear alguns caminhos possíveis de serem percorridos ao longo do artigo.

Por ocasião do levantamento realizado junto à Fundação Biblioteca Nacional, faz-se necessário um cruzamento de dados com outros periódicos de grande circulação (*e.g. Correio*

da Manhã, *Gazeta de Notícias*), com registros iconográficos e documentais da época referentes à atividade dos cinematógrafos que corroborem, adicionem informações ou mesmo refutem algumas considerações aqui efetuadas.

Além disso, podemos considerar o resultado de outras pesquisas realizadas sobre o período analisado, uma vez que a cultura de massa possui por característica inserir-se em redes simbólicas que ora remetem à experiência cotidiana dos espectadores, ora se entrecruza com as disputas políticas, econômicas e sociais contemporâneas a ela.

Finalmente, ressaltamos que o debate sobre categorias "raciais"/étnicas e sua interação com a cultura de massa não se resume a uma análise das "representações raciais" veiculadas pelos produtos midiáticos (no caso aqui exposto, as "fitas cinematographicas"). Para comprovarmos a hipótese lançada neste trabalho, isto é, de que a disputa pelo senso comum e a afirmação neste de uma hierarquia racial difusa passam pela cultura de massa, devemos também nos ater a formas de (re)produção de outras hierarquias pelo senso comum, tais como "classe" e "gênero".

Portanto, ao reconhecer a ligação entre categorias "raciais" formuladas em diferentes contextos e que foram veiculadas aos espectadores de cinematógrafos na virada dos séculos XIX e XX, tentamos sublinhar como, ao longo deste processo, estas categorias se aliaram aos gêneros narrativos presentes na cultura de massa para produzir novas formas de hierarquia social: nesse terreno, o gosto pelas sensações, pelo medo, pelo riso, pela compaixão e pelo exótico são os principais fatores na objetivação de um senso comum no âmbito do consumo de espetáculos.

Notas

1 - RIO, João do. *A alma encantadora das ruas.* São Paulo: Cia das Letras, 2008, p. 50.

2 - Lembrando que o marco temporal da análise de Schwarcz compreende o período entre 1870 e 1930. Tal processo também foi abordado por Thomas Skidmore em *O Brasil visto de fora*. Poderíamos apontar uma diferença de ênfase entre os dois autores: enquanto Schwarcz se aproxima de uma história das ideias sobre raça, Skidmore preocupa-se mais com as imbricações entre cultura e política a partir das categorias raciais, o que é evidenciado, neste último caso, no uso de fontes como obras literárias e na abordagem de movimentos como o modernismo brasileiro.

3 - Embora o período abordado por Cunha não coincida com o marco a ser analisado aqui (sua pesquisa engloba os anos de 1927 a 1942), é preciso dizer que a autora realiza algumas conexões sobre como as classificações com base na "raça" foram sendo remodeladas ao longo da história das instituições de identificação policial.

4 - Alguns historiadores do cinema brasileiro (Alex Viany, Vicente de Paula Araújo) apontam 1908 como o ano de consolidação da presença dos cinematógrafos no espaço urbano do Rio de Janeiro, daí a escolha deste ano como marco do artigo.

5 - Isso não deve ser interpretado como uma acusação à cultura de massa de "vulgarizar" ideias acadêmicas, mas reconhecer sua relevância na criação e na conformação das práticas cotidianas que se tornam fundamentais em disputas políticas, econômicas e sociais e cuja projeção terá um grande e prolongado impacto na cena pública.

6 - Sobre a relação "objetividade"/"subjetividade" na formação do senso comum, cf: BERGER, Peter

& LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade.* Petrópolis: Vozes, 2004.

7 - "Microhistória escolhe a abordagem inversa. Ela aceita as limitações enquanto explora suas implicações gnosiológicas e as transforma em um elemento da narrativa" (tradução nossa).

8 - *Jornal do Brasil*, 25/10/1908, p. 7.

9 - *Jornal do Brasil*, 10/07/1908, p. 1.

10 - Há duas fotos na pesquisa de Ângela Reis sobre Cinira Polonio que exemplificam nosso argumento. A primeira foto (de 1910) é tirada no interior do teatro Carlos Gomes e a segunda (de 1913, autoria de Augusto Malta) mostra vários espectadores aglomerados na calçada do Cinematógrafo Rio Branco. Em ambas, é possível identificar negros nas plateias, todavia, os brancos predominavam. Cf: REIS, Ângela. Cinira Polonio, a *Divette Carioca*: estudo da imagem pública e do trabalho de uma atriz no teatro brasileiro da virada do século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

11 - Cinematographo Pathé. *Jornal do Brasil*, RJ, 08/01/1908, p. 12.

12 - Cinematographo Brasil. *Jornal do Brasil*, RJ, 19/02/1908, p. 12.

13 - Cinematographo Ouvidor. *Jornal do Brasil*, RJ, 15/05/1908, p. 14.

14 - Cinematographo Parisiense. *Jornal do Brasil*, RJ, 21/07/1908, p 16.

15 - Cinematographo Parisiense. *Jornal do Brasil*, RJ, 30/05/1908, p. 16.

16 - Associação Geral de Auxílios Mútuos da Estrada de Ferro Central do Brasil. *Jornal do Brasil*, 06/06/1908, p. 16.

17 - Aliás, o termo "maxixeiro" tem uma conotação extremamente negativa nesse contexto, sendo sinônimo de "malandro", "avesso ao mundo do trabalho".

18 - Pavilhão Internacional. *Jornal do Brasil*, RJ, 16/01/1908, p. 12

19 - Cinematographo Ouvidor. *Jornal do Brasil*, RJ, 09/06/1908, p. 16.

20 - Cinematographo Brasil. *Jornal do Brasil*, RJ, 29/03/1908, p. 20.

21 - Paraíso do Rio. *Jornal do Brasil*, RJ, 18/07/1908, p. 14.

22 - Essa fita retornou ao circuito exibidor algum tempo depois. Tem-se o registro de sua exibição no Cinematographo Paraíso do Rio (cf: *Jornal do Brasil*, 06/06/1908, p. 16), sendo que há uma descrição mais detalhada da tragédia de Othelo neste último anúncio.

23 - (...) esquisadores em diferentes (...) campos – que analisaram os modos imaginativos nos quais as formas culturais expressão preocupações sociais e psicológicas dominantes – perceberam que a categoria do melodramático precisava de um novo olhar porque apontava para um complexo de obsessões e escolhas estéticas centrais à nossa modernidade" (tradução nossa).

24 - Esta fita obteve razoável sucesso, sendo indício disso a publicação na edição de 12/06/1908 do *Jornal do Brasil* de um anúncio do Cinematographo Ouvidor: "Em vista do grande successo alcançado por esta nova creação dramática do affamado fabricante mundial Pathé Frères, a empreza resolveu exhibir novamente neste grandioso programma: 'A Justiça do Índio'". Novamente, na edição de 31/07/1908 do Jornal do Brasil, vemos no anúncio do Cinematographo Ouvidor: "'Justiça do Índio' (a pedido)".

25 - Paraíso do Rio. *Jornal do Brasil*, RJ, 30/04/1908, p. 16. A primeira referência a esta fita é de 22/04/1908, mas há apenas o título (sem a descrição), o que pode ser um indício de um aumento na procura pelo mesmo.

26 - Cinematographo Pathé. *Jornal do Brasil*, RJ, 01/02/1908, p. 12.

27 - Cinematographo Pathé. *Jornal do Brasil*, RJ, 11/02/1908, p. 10.

28 - Grande Cinematographo Parisiense. *Jornal do Brasil*, 04/01/1908, p. 12. Houve várias fitas exibidas no período que retratavam costumes japoneses (*e.g*: "*Usos e costumes do Japão*, fita colorida de palpitante actualidade", exibido entre 22 e 25/05/1908 na Associação Geral de Auxílios Mútuos da E.F. Central do Brasil). Inclusive, há outras referências à fita descrita acima (*e.g.* anúncio do Cinematographo Paris em 26/02/1908).

29 - Paraíso do Rio. *Jornal do Brasil*, 30/04/1908, p. 16.

30 - O Cinematogapho. Propriedade de E. Hervet, e órgão defensor dos interesses da EMPREZA DO CINEMATOGRAPHO FALLANTE. Rio de Janeiro, 02/12/1905, p. 4.

31 - Cinematographo Rio Branco. *Jornal do Brasil*, RJ, 07/04/1908, p. 12.

32 - Cinematographo Pathé. *Jornal do Brasil*, RJ, 15/05/1908, p. 14.

33 - Grande Cinematographo Parisiense. *Jornal do Brasil*, RJ, 15/05/1908, p. 14.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento:* o contexto de François Rabelais. Brasília: Ed. UnB, 2008.

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade***.** Petrópolis: Vozes, 2004.

BROOKS, Peter. *The melodramatic imagination:* Balzac, Henry James, melodrama and the mode of excess. Yale University Press: London: 1995.

CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da leitura***.** São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Intenção e gesto:* pessoa, cor e a produção da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942**.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes***.** São Paulo: Dominus, 1965.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*: morfologia e história**.** São Paulo: Cia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. *História noturna:* decifrando o sabá**.** São Paulo: Cia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. Microhistory: two or three things that I know about it. IN: *Critical Enquiry*. Vol. 20, No. 1. Chicago: University of Chicago Press, p.10-35.

GOMES, Renato Cordeiro. *Tecnologias, instante e metropolização*: mídia e vida urbana em progresso no início do século XX. Curitiba: XVI Encontro da Compós, 2007.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos***.** São Paulo: Editora 34, 1994.

POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade***.** São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas.* São Paulo: Cia das Letras, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças***.** São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

SAID, Edward. *Orientalismo*: o Oriente como invenção do Ocidente**.** São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

SINGER, Ben. *Melodrama and modernity***.** Columbia University Press: Nova York: 2000.

SKIDMORE, Thomas. *O Brasil visto de fora***.** São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras:* literatura, técnica e modernização no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

Enviado em 29/02/2012

A breve história e a caracterização d'*O Pasquim*

A brief history and characterisation of O Pasquim

Bruno Brasil
Coordenadoria de Publicações Seriadas da Fundação Biblioteca Nacional
brunobrasil@bn.br

RESUMO:

Este artigo busca estudar a aura carioca de O Pasquim, um tabloide alternativo surgido durante o mais crítico período da ditadura militar brasileira. Divide-se em duas partes: a primeira aborda o histórico do periódico, sua caracterização e linha editorial, além da articulação editorial entre seus colaboradores. Entre recortes pontuais do humor intelectual "subversivo" da Zona Sul carioca dos anos 1960 e 1970, a segunda parte expõe a constituição de uma "estética de botequim", recorrentes episódios de gozação a paulistanos e a demarcação territorial assumida pelo O Pasquim, através da inscrição de seus editores e redatores como figuras participativas do plano sociocultural carioca. Aqui, pode-se perceber como se manifestavam (e por vezes se desmentiam) signos de uma cultura dita tipicamente "ipanemenha", entre rompantes contraculturais e politicamente engajados, normalmente aflorados pelos editores do jornal em atmosferas anárquicas, bem-humoradas e boêmias.

Palavras-chave: Imprensa alternativa, contracultura, ditadura militar

SUMMARY:

This article seeks to study the carioca aura around O Pasquim (an alternative tabloid that arose in the most critical period of Brazil's military dictatorship). The article is divided in two parts, with the first part addressing the history of the periodical, its characterisation and editorial trend, together with the editorial articulation between its collaborators. The second part intersperses relevant "cuttings" of Rio's typical South Zone "subversive" humour of the sixties and seventies with the development of its "dive bar aesthetic", repeated mockery of their paulista neighbours and the definition of the territorial aspect of O Pasquim, through the acknowledged participation of its readers and editors in the carioca sociocultural sphere. In this case, it is possible to perceive how signs of a typically "Ipanema" culture manifested (or, alternately, reneged) itself between counter-cultural and politically engaged outbursts, normally broached by the periodical's editors in an anarchic, good-humoured and unconventional atmosphere.

Key words: *alternative press; counter-culture; military dictatorship*

O Pasquim foi um jornal tabloide semanal de circulação nacional, criado no Rio de Janeiro, em 26 de junho de 1969, pelos jornalistas Tarso de Castro, Sérgio Cabral e Carlos Prósperi e pelos cartunistas Claudius Ceccon e Jaguar (Sérgio Jaguaribe). Defensor da liberdade e da democracia, o jornal se destacou pelo caráter altamente crítico, corrosivo, debochado e bem-humorado que estampou suas páginas em pleno auge do regime militar e do Ato Institucional nº 5 (AI-5)[1]. Em seu conteúdo, *O Pasquim* combateu não apenas o autoritarismo militar, mas também a ditadura dos costumes, no cerne tradicionalista da sociedade burguesa carioca (e brasileira).

Em sua trajetória de vida, *O Pasquim* caracterizou-se como um dos principais periódicos da imprensa alternativa, conhecida popularmente como *imprensa nanica*, em razão do formato tabloide a que era usualmente identificada. O termo "nanica" foi cunhado e popularizado por publicitários brasileiros que, por um curto período de tempo, se encantaram com esta imprensa despojada[2]. É um termo que remete também a um caráter "infantil" do jornalismo crítico e independente, visto como criança rebelde que não media palavras diante dos jornais "adultos", ou seja, da grande imprensa.

Nascido sob a égide da contracultura, que no fim da década de 1960 lentamente penetrava o imaginário das classes altas e médias dos grandes centros urbanos brasileiros, mas nem por isso dotado de um rigor majoritariamente contracultural, *O Pasquim* foi intencionalmente um órgão disseminador do humor e do estilo de vida cariocas, essencialmente provindos da elite intelectual do bairro de Ipanema. Autenticamente "ipanemenho", como se autodeclarava, *O Pasquim* logo entrou na moda. Lançou gírias e expressões que rapidamente caíram no gosto popular: "putzgrila", "bicha", "duca", "jáco", "vôco", "paca", entre muitas outras, normalmente abreviações de palavrões e/ou relativas à conversação característica do estereótipo despojado do carioca. Nem mesmo o próprio nome do jornal escapou desta terminologia: logo passou a ser "*O Pasca*".

Uma das principais contribuições do semanário ao mercado editorial brasileiro foi a oralização do texto jornalístico, até então sisudo e formal demais para uma considerável popularização de seu discurso. O jornalismo e a publicidade brasileiros inspiraram-se na linguagem d'*O Pasquim* como estratégia para maior abrangência e aceitação popular.

O Pasquim foi inspirado no semanário crítico e humorístico *A Carapuça*, dirigido por Sérgio Porto, conhecido pelo pseudônimo de Stanislaw Ponte Preta. No exato dia de seu falecimento, em setembro de 1968, o projeto editorial d'*O Pasquim* foi concebido pelos seus fundadores, que recusaram uma proposta de dar continuidade à direção d'*A Carapuça*.

O "projeto editorial" e a "patota"

Por mais prática que seja a utilização do termo "projeto editorial" para a definição da linguagem irreverente d'*O Pasquim*, cabe ressaltar que o mesmo não possuía uma definição editorial. Apesar de, formalmente, alguns membros da redação do jornal figurarem como

editores, não havia um editor-chefe que selecionasse quais artigos e desenhos seriam publicados. O conteúdo do semanário era produzido por um grupo de amigos boêmios, que, não raro, se reunia em bares com mais frequência do que em sua própria sede. Algo que não deixava de compor o "charme" da publicação, uma "estética de botequim" diretamente ligada ao estilo de vida que os redatores e articulistas do jornal viviam (e tanto exploravam).

A fórmula de sucesso da linguagem d'*O Pasquim* foi marcada pela pessoalidade discursiva e pela soma de individualidades. Pela ausência da figura de um chefe de redação, o grupo de amigos que a compunham publicava conteúdos de seu próprio interesse, muitas vezes referindo-se aos outros integrantes da "patota", como era chamada a equipe. Sem pautas ou direcionamentos ideológicos pré-definidos, a "linha editorial" d'*O Pasquim* atingia assim uma espontaneidade singular.

Nas redações do semanário destacaram-se ícones do humor, da intelectualidade e do jornalismo cariocas (e também brasileiros). O jornal, que contava com Millôr Fernandes, Ziraldo, Jaguar, Tarso de Castro, Chico Buarque, Ivan Lessa, Paulo Francis, Vinícius de Moraes, Glauber Rocha, Odete Lara, Sérgio Cabral, Carlos Prósperi, Claudius, Henfil, Fortuna, Luiz Carlos Maciel (celebrado como o precursor da contracultura brasileira), Sérgio Augusto, Flávio Rangel, Cacá Diegues, Miguel Paiva, Carlos Leonam, entre outros, contou também com a participação indireta de figuras emblemáticas da vida carioca: Leila Diniz, Tom Jobim, Helô Pinheiro (a "Garota de Ipanema", filha de um dos censores a quem *O Pasquim* tinha de se submeter), Elis Regina, Danuza e Nara Leão, entre outros. A informalidade característica do jornal, que nem por isso deixava de carregar um teor crítico e politizado, era reflexo da profunda amizade entre seus colaboradores, que formaram o grupo apelidado pelo jornalista Carlos Leonam de "esquerda festiva" – uma nomenclatura que une as duas faces d'*O Pasquim*: a boemia e o engajamento esquerdista.

O conteúdo d'*O Pasquim* e suas consequências

Em seus primeiros momentos, quando era editado apenas por Jaguar, Tarso de Castro, Sérgio Cabral, Carlos Prósperi e Claudius, o semanário possuía um caráter predominantemente debochado e inconsequente, vindo a adotar uma postura mais política com a entrada de outros integrantes na "patota" **3.** Inicialmente, o tabloide saiu com tiragem de 10 mil exemplares por semana, atingindo a marca de 100 mil em apenas seis meses de publicação. Em pouco mais de um ano, *O Pasquim* chegou a 225 mil exemplares semanais, sua tiragem recorde (comparável a de publicações da imprensa convencional)[4].

Na sua primeira edição, *O Pasquim* estampa na capa as chamadas para uma coluna de Odete Lara sobre o Festival de Cinema de Cannes, um texto de Chico Buarque, então exilado em Roma[5], intitulado "Por que sou tricolor", e uma entrevista com o colunista social Ibrahim Sued. As entrevistas d'*O Pasquim* ganharam fama e notoriedade por suas extensões, aprofundamentos e semelhanças com conversas informais em ambientes festivos (eram

realizadas em grupo, com a intervenção direta dos entrevistadores e transcritas em extrema oralidade).

A grande utilização de ilustrações e cartuns também colaborou com a fórmula de sucesso d'*O Pasquim*. Além de revelar novos e talentosos cartunistas ao mercado editorial brasileiro, o jornal lançou personagens como *Os Fradinhos*, de Henfil, e *Sig*, criado por Jaguar, que conquistaram a simpatia de leitores de diversas faixas etárias. *Sig*, o rato intelectual de Ipanema, nomeado em homenagem a Sigmund Freud, figurava como mascote e "garoto-propaganda" do semanário [6].

Ao longo da trajetória do tabloide na imprensa brasileira, destacaram-se n'*O Pasquim* os ensaios e textos críticos de Paulo Francis, os perfis traçados por Vinícius de Moraes, os artigos de Ivan Lessa (em especial a seção humorística *Gip! Gip! Nheco! Nheco!*, publicada pelo autor em parceria com Jaguar), os editoriais e desenhos de Millôr Fernandes, as fotonovelas humorísticas e satíricas, as *Dicas de Mulher* (que, ao contrário do que imaginava o leitor e literalmente o que indica o título, eram dicas de mulheres bonitas, proferidas pela "patota"), as seções de cartas de leitores respondidas ironicamente, entre outras colunas e seções.

No jornal ainda se destacou a coluna *Underground*, também chamada *Udigrudi*, que difundia ao público jovem as novidades dos movimentos alternativos que eclodiam na cena contracultural norte-americana e europeia. Criada pelo editor Tarso de Castro em 1969 e assinada por Luiz Carlos Maciel, *Underground* é extinta em 1971, quando Castro passa a editoria do semanário para Millôr Fernandes, que não gostava da temática da contracultura. O episódio evidencia as divergências ideológicas que em algumas épocas tomaram conta da redação d'*O Pasquim*: alguns achavam melhor criticar a política nacional e internacional (como Millôr) e outros preferiam atacar as estruturas tradicionais e "caretas" da sociedade burguesa (Castro e Maciel).

A onda de deboches à política nacional e à sociedade tradicional não pôde passar impune. Em 1970, a redação d'*O Pasquim* sofreu dois atentados a bomba: o primeiro destruiu a fachada do prédio-sede, que se localizava na rua Clarice Índio do Brasil, em Botafogo. O segundo, um explosivo muito mais potente que o primeiro foi igualmente deixado na porta do jornal, na madrugada de 12 de março daquele ano, mas falhou.

Também por meio de prisões e processos judiciais se deu a repressão militar ao *Pasquim*. No número 72 do jornal é feita uma brincadeira com o quadro "Independência ou Morte", de Pedro Américo, no qual Jaguar insere um balão com a fala "Eu quero Mocotó!" sobre a figura de Dom Pedro I. O fato rendeu a prisão de 11 integrantes d'*O Pasquim*, abalando as estruturas administrativa e financeira do tabloide, que teve de contar com a ajuda de colaboradores solidários (54 ao todo). Para justificar a ausência dos principais nomes da publicação, que foram detidos por dois meses[7], é publicado um editorial que explica ao leitor que um violento "surto de gripe" havia assolado a redação do tabloide. Durante este período o jornal foi editado apenas por Millôr Fernandes, Marta Alencar, Henfil e Miguel

Paiva. Alguns artigos saíram assinados até por *Sig*. Para cobrir a falta do resto da equipe, uma edição acaba circulando apenas com traduções de Molière, Sófocles e outros autores clássicos, traduzidos por Millôr, mas fracassa nas vendas. As finanças da folha "ipanemenha" caem severamente.

Com a soltura da equipe editora, *O Pasquim* se torna mais politizado. Passa a figurar como um dos principais defensores da anistia para presos políticos. Em suas páginas, lutou pela libertação de Flávio Klotz, Flávia Schilling, Lílian Celiberti, entre outros. Ainda em situação de incômodo frente ao regime militar, a censura ao jornal passa a ser feita em Brasília, de forma mais rigorosa e agressiva. O semanário ainda veio a sofrer com a série de ataques explosivos a bancas de jornal, motivo de terror nas ruas de diversas capitais brasileiras na década de 1970.

Na edição de número 300, de abril de 1975, *O Pasquim* estampa na capa a sua filosofia de vida, em frase de Millôr Fernandes: "Imprensa é oposição, o resto é armazém de secos e molhados" [8]. Nesta mesma edição é publicada uma estória em quadrinhos que rende processos judiciais a Millôr, diretor do jornal, e a Ivan Lessa, chefe de redação e autor da estória, pelo uso da palavra "porrada". Nestes tempos, sob a chefia de Lessa, *O Pasquim* viu uma sutil melhora em sua saúde financeira.

Na década de 1980, da sua formação original, *O Pasquim* contava apenas com Jaguar e Ziraldo. Nessa época, para obter ajuda financeira, o jornal passou a adotar uma linha editorial favorável ao Partido Democrático Trabalhista (PDT, opção política de Jaguar) e ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, ao gosto de Ziraldo). Este posicionamento político eliminou definitivamente a fórmula editorial que rendera tanto sucesso ao *Pasquim*. O semanário acaba fechando em 1988, mas até 1991 ainda é publicado, de improviso, sem periodicidade regular. Em janeiro de 2002, uma nova edição do jornal é editada por Ziraldo e seu irmão Zélio, sob o nome *Pasquim21*, em referência à entrada do periódico no século XXI. Apesar de possuir um forte corpo de humoristas, cartunistas e jornalistas, o novo jornal não atinge sucesso editorial. A fórmula d'*O Pasquim* original não fora resgatada. Em julho de 2004, na sua 117ª edição, o *Pasquim21* despede-se do público no editorial "Adiós, muchachos!".

A representação carioca n'*O Pasquim*: o humor típico da Zona Sul e a restrição à Ipanema

A 52ª edição d'*O Pasquim*, um número comemorativo de aniversário da publicação, trouxe um presente sensual e bem-humorado para os leitores: um pôster da atriz Leila Diniz, musa da esquerda festiva e da boemia de Ipanema, como a "Estátua da Liberdade Brasileira". Parodiando o mais famoso monumento norte-americano, Leila segura em sua mão esquerda um exemplar d'*O Pasquim*, enquanto ergue com a mão direita uma garrafa de *Buchanan's*,

destilado favorito da redação do jornal. Em sua cabeça, um vasto cocar feito de penas de avestruz, responsável por um clima carnavalesco e festivo na imagem. Ao contrário da estátua americana, o rosto de Leila estampa um grande e libertino sorriso[9].

Esta imagem emblemática de Leila Diniz – personalidade que, por sua história, já representa um mito da esquerda festiva e da liberdade de pensamento brasileira – reflete os ícones libertários dos quais a boemia da Zona Sul carioca dos anos 1960 e 1970 girava em torno: sensualidade, festividade, influências alcoólicas, humor e atividade intelectual subversiva.

Localizado quase que estritamente em Ipanema, o universo boêmio criado e mitificado pelos círculos de convivência da esquerda festiva é assumido e reforçado nas páginas d'*O Pasquim*. Assim como os outros integrantes da redação do jornal, Millôr Fernandes – um dos principais intelectuais que contribuíram para *O Pasquim*, nascido no bairro do Méier, mas morador de Ipanema em sua idade adulta – constantemente revela os sítios por onde a "patota" do tabloide circula. A maioria dos colaboradores do jornal, explorando o campo da subjetividade, inscreve-se como figuras participativas do cotidiano da Zona Sul do Rio de Janeiro.

No artigo "A vitória do Upperground", publicado no jornal por Millôr, em março de 1972 (nº 141) –, texto cujo título marca simbolicamente o fim da coluna *Underground*, de Luiz Carlos Maciel, a saída do editor Tarso de Castro e o abandono do caráter contracultural que *O Pasquim* havia adquirido – o autor fornece ao leitor um mapa legendado dos principais pontos de Ipanema (pelo menos para os círculos de amizade da esquerda festiva), desenhado pelo cartunista Miguel Paiva.

Destacando um prédio na orla de Ipanema, Millôr revela:

> Aqui moro eu (Millôr) desde o tempo em que viver em Ipanema era um prazer lúdico e não uma busca de status. Duzentos e cinqüenta metros quadrados comprados por 3.000 cruzeiros, quem quiser que morra de inveja[10].

Nostálgico com relação ao tempo em que se costumava procurar residência em Ipanema não só pelo *status* que isso proporcionava, em tom irônico e debochado, o autor mostra possuir ainda uma invejosa cobertura em um edifício na fronteira entre Ipanema e Copacabana, ponto que visualiza o mar, o Corcovado, o Pão de Açúcar, a praça General Osório (apelidada de "General Gosório" por Leila Diniz, em alusão à luxuriosa vida de seus frequentadores), entre outros lugares. O "prazer lúdico" – ao invés da "busca de *status*" – de se morar em um ponto tão privilegiado de Ipanema, costumava ser uma justificativa dos intelectuais da época para se render a atitudes burguesas e dispendiosas[11].

Quanto aos pontos mais famosos de Ipanema, Millôr aponta e comenta:

> Jardim de Alá (nome filho da mãe!) que, na verdade, se chama Praça Grécia (...).

> É a fronteira natural entre Ipanema e Leblon, separa os Biriteiros do Leblon da Esquadrilha da Fumaça de Ipanema (...). A Lagoa do Sacopã ou do Sacopenapã, nome maravilhoso, hoje mudado para Rodrigo de Freitas (...). As margens da Lagoa, logo depois da Guerra, foram habitadas por uma linda família nazista (...) que criou a primeira indústria de pedalinhos no local (...). A praia, propriamente dita. Ou o Miguel fez essa praia às cinco da manhã de um dia de inverno, ou há vinte anos atrás, porque hoje a densidade média da praia é de 234 cidadãos por centímetro quadrado (...). Praça Nossa Senhora da Paz, com jardim de Carlos Perry. Maior e mais bem cuidado do que a General Osório, não tem, todavia, nada do charme intelectual daquela (...) Praça General Osório – cercada ao Norte pela cobertura de Rubem Braga; a Oeste pela cobertura de Tati de Moraes, ex-mulher de Vinícius, também Moraes; ao Sul pela cobertura do pai do Jaguar; a Leste pela minha. A praça é o que há de mais sofisticado em anti-sofisticação (...) Pedra do Arpoador, muita fumaça, muito surfe. Já era. A classe média caiu-lhe em cima e comeu toda a areia[12].

Bares, apartamentos e coberturas de conhecidos de Millôr também são destacados na imagem. O autor ironiza ainda o antigo restaurante *Castelinho*, localizado na orla de Ipanema, afirmando que é um lugar que paulistas, indivíduos sempre rechaçados e escarnecidos na publicação, acham "quentíssimo". Evocando a rixa existente entre habitantes de São Paulo e do Rio de Janeiro – n'*O Pasquim* uma rivalidade tendenciosa para o lado carioca, naturalmente[13] – o autor sustenta que sendo bom para quem é de São Paulo, no geral, o *Castelinho* não seria recomendável.

Uma visão mais crítica e bem-humorada sobre Ipanema é desenvolvida por Millôr no artigo "Ipanema para turistas desprevenidos", publicado no nº 144 d'*O Pasquim*, de abril de 1972. Neste texto, Millôr expõe uma série de aspectos negativos do bairro (e do Rio de Janeiro, em geral), que, por si, não o deixam de todo inabitável. No artigo, engarrafamentos por estradas intransitáveis, com quatro carros dispostos por metro quadrado, são vistos por todo o trajeto entre a estação Central do Brasil e Ipanema. Para o autor, chegar a Ipanema dá ao visitante "de novo a sensação de estar vivo. Raramente estará"[14].

Na praia de Ipanema, de acordo com o artigo, pode-se vestir o que quiser e ouvir qualquer tipo de música que desejar, através dos incontáveis rádios trazidos pela "gloriosa classe média" do subúrbio carioca. Ao gozar o suburbano médio, Millôr reforça um discurso comum de rejeição a este nas regiões mais nobres do Rio de Janeiro, localizadas, geralmente, na Zona Sul. O também discurso comum carioca de escarnecimento de populações de origem nordestina é identificado em Millôr, separando-o de qualquer aura cosmopolita e denotando um leve tom provinciano em sua linha de pensamento, no que escreve a respeito do píer de Ipanema:

> (...) o local, com algumas semanas de invenção, já é considerado de uso exclusivo de patota baiana, qualquer pessoa que ouse atravessar por ali, sendo considerada, pelos teóricos, agressiva e fascista. Mais perigoso ainda é você incomodar, com sua simples presença, a presença do Guru Caetano (Veloso). Porém ele não fará nada,

> ou pior, você será humilhado para sempre, pois Ele se retirará "com a sua serenidade de sempre envolvido no seu manto de paz e amor"[15].

Em tons sutilmente conservadores, o autor critica e ironiza a dificuldade de fixar guarda-sóis nas areias da praia, os vendedores ambulantes insistentes, o tumulto formado por multidões de banhistas, a poluição das areias, as crianças que jogam água gelada nos mais velhos, o calor insuportável, o jogo de frescobol (que, em uma semana, fazia "38 caolhos" pelas areias), os roubos na praia e as atrações eróticas do "terceiro-sexo" na Galeria Alaska, já em Copacabana. Aqui, para Millôr, a praia de Ipanema está submersa em uma desorganização urbanística, populacional, social e moral.

Em ambos os textos, o autor ambienta-se em Ipanema citando ruas, praças, estabelecimentos e residências específicos. Dotado do humor tipicamente carioca da Zona Sul (crítico, debochado e conservador em relação a assuntos fora da égide política), Millôr escreve como morador do bairro e personalidade presente no cotidiano boêmio da "patota" festiva. Conforme descreve os aspectos negativos e irritantes da praia de Ipanema em um artigo, no outro, mostra os "invejosos" imóveis da região, marcando um aspecto contraditório em seus textos (relação de amor e ódio). A exemplo de Renato Cordeiro Gomes, no livro *Todas as cidades, a cidade:* literatura e experiência urbana, no tocante à análise do autor sobre uma série de crônicas de Marques Rebelo sobre a modernização da capital carioca, publicadas por uma firma de corretagem de imóveis em 1975, tanto os textos de Rebelo como os de Millôr estão envoltos em "ironia e afetividade em tensão. Os traços de cosmopolitismo são borrados pela mão nostálgica porque o cronista se inscreve na cidade"[16].

Os "pasquinautas" fora de Ipanema

A aura carioca d'*O Pasquim* não depende apenas de representações e odes à Ipanema. Restrita ainda à Zona Sul, porém ambientando-se aos bairros de Botafogo e Copacabana, a redação do jornal rendeu-se a uma brincadeira inusitada no nº 109 do tabloide, veiculado em agosto de 1971. Conforme narrado no artigo "Tudo pronto para a Missão Pasquim – 9", de autoria de Ivan Lessa, no dia 16 de agosto daquele ano, uma segunda-feira, iniciou-se a "Missão Especial Pasquim-9",

> (...) destinada a colher dados científicos sobre a possibilidade de existir ou não vida humana, tal como a conhecemos, em Copacabana. Vários críticos apontam que a Missão Pasquim-9 não passa de um desperdício e que a humanidade já possui todos os conhecimentos necessários sobre a desoladora paisagem de Copacabana. (...) Alguns sugerem que Copacabana foi, há milhões de anos, parte de Ipanema, ao passo que outros sustentam a tese de que o misterioso bairro surgiu como consequência de um abalo sísmico ocorrido em Botafogo. (...) Todos (os "pasquinautas") receberam a aprovação dos médicos que os submeteram aos mais variados exames e depois realizaram uma série de provas a bordo do módulo de comando, um Corcel 1968. Também foram repassados os procedimentos de emergência para fazer frente a qualquer dificuldade que se apresente[17].

Contando com os "pasquinautas" Sérgio Cabral, Jaguar, Ziraldo, Fortuna, Henfil e Millôr Fernandes a bordo do Corcel 68 e com Luiz Carlos Maciel, Paulo Garcez e Chico Júnior em um Buggy Gaiato – o "módulo copacabanense" – a missão consistia em uma viagem da redação d'*O Pasquim*, localizada em Botafogo, na rua Clarice Índio do Brasil, nº 32, a um ponto qualquer de Copacabana, para efetivar a brincadeira.

Citando pontos de Botafogo e Copacabana triviais para moradores ou conhecedores destes bairros, o artigo de Ivan Lessa mostra-se de fácil entendimento para um público receptor restrito ao Rio de Janeiro e à Zona Sul carioca. Em contrapartida, considerando-se a circulação nacional do tabloide humorístico, o conteúdo deste texto não é de total compreensão para leitores de fora do Rio de Janeiro, que não conheçam as ruas e peculiaridades dos bairros explorados. No texto, lê-se uma descrição hermética do percurso do "módulo copacabanense":

> 10H48M – encontro da nave e do módulo na entrada do Túnel Novo, naquele posto de gasolina em frente ao Canecão. Os 9 pasquinautas saltam, trocam impressões, enchem os respectivos tanques de suas naves (...) 10H45M – Jaguar e Ziraldo penetram no Gaiato (módulo-copacabanense) e, após complicada manobra, pegam a mão para o túnel que leva a Copacabana. Os outros pasquinautas (...), após pedirem licença ao "homem do posto", ficam perto do telefone batendo papo e escrevendo coisas e desenhos engraçados na parede (...) 11H12M – O módulo estaciona na Santa Clara. Jaguar salta em primeiro lugar e observa a paisagem de Copacabana (...) 11H20M – Os dois pasquinautas encaminham-se para a Avenida Nossa Senhora de Copacabana, dirigindo gracejos às moças que voltam ou vão para a praia. 11H22M – Um mendigo pede "qualquer coisinha" para Jaguar. É recusado. 11H25M – Os pasquinautas atingem o Sinal Vermelho de Copacabana. Procuram um bar onde possam estabelecer o segundo contato com a equipe de comando. Passa Leon Eliachar que finge não reconhecer os pasquinautas (...) 11H46M – Na Santa Clara, Ziraldo e Jaguar iniciam as manobras de volta. Passa José Lewgoy que lhes dirige um palavrão[18].

Em tons de brincadeira e dotado de humor *nonsense*, o texto de Ivan Lessa lida com um estranhamento infundado e absurdo dos "pasquinautas" com relação ao bairro de Copacabana (situado entre Ipanema, lar de muitos dos colaboradores do jornal, e Botafogo, onde se localiza a redação d'*O Pasquim*). O questionamento sobre a existência de vida humana ali pode ser interpretado como a ironização de um bairro populoso – por onde perambulam, inclusive, alguns conhecidos e integrantes da "patota", como José Lewgoy – e reconhecido mundialmente como sítio emblemático da vida carioca. A "desoladora paisagem de Copacabana" pode ser lida tanto como parte desta ironia (afinal, o bairro possui praia, entretenimento, comércio etc.) ou como uma crítica bem-humorada sobre os traços de decadência e caos urbano que assolam o bairro.

Já ao meio-dia, o "módulo-copacabanense" e o Corcel 68 "pousam" em frente à redação d'*O Pasquim*, de volta a Botafogo. Ao fim do artigo, os "pasquinautas" lembram-se da finalidade de sua missão e questionam-se se há, realmente, vida humana em Copacabana:

"Hilaridade geral. Confetes. Serpentinas. Uma senhora na janela do outro lado da rua dá de ombros, franze as sobrancelhas e se encaminha para a cozinha repetindo: 'Moleques! Moleques!'"[19].

Inserções de outros bairros e cidades na temática d'*O Pasquim* podem ser vistas frequentemente nas páginas do jornal. Exemplos curiosos de como os colaboradores do tabloide enxergam lugares externos à Ipanema pode ser visto em "O Jogo do Endereço", publicado em agosto de 1971, na 111ª edição d'*O Pasquim*. A brincadeira, inspirada a partir de um momento de ócio na redação do jornal, surgiu a partir do momento que

> Sérgio Augusto (Rua das Laranjeiras), Ivan lessa (96 Mount Pleasant Road, Willesden, Londres) e José Lewgoy (Rua Lauro Muller, Botafogo) estavam na redação d'O PASQUIM sem nada que fazer. Lewgoy perguntou: onde é que Toulouse Lautrec moraria no Brasil? A resposta veio aos berros lá do fundo: – Rua Carmo Neto, no Mangue! O jogo pegou [20].

Jane Fonda, musa do cinema da década de 1960, para os autores do jogo, merece morar nas cercanias da Praça General Osório. O motivo é claro: é nas redondezas da praça que a "patota", composta majoritariamente por homens, circula em seus momentos de boêmia. Oscar Wilde, escritor, poeta e dramaturgo adepto do homossexualismo, moraria no Largo do Boticário, mas teria um conjugado no prédio da Galeria Alaska, principal ponto de encontro de travestis e homossexuais na Copacabana das décadas de 1960 e 1970. A atriz francesa Jeanne Moreau, que de acordo com os autores só mora em hotéis e muda-se constantemente, iria do Leme Palace aos hotéis Lancaster e Excelsior, na Zona Sul carioca. Greta Garbo moraria na Gávea. Joseph Stalin, ditador comunista, ficaria na rua Irineu Marinho, em uma provável crítica ao caráter ditatorial das Organizações Globo, aliadas ao regime militar. Personalidade política do mundo árabe, Iasser Arafat merece apenas um "quartinho dos fundos do Clube Monte Líbano".

Em tons de brincadeira, Sérgio Augusto, José Lewgoy e Ivan Lessa inserem o nome de Paulo Francis, também membro da "patota", na listagem de personalidades do Jogo do Endereço. Com o objetivo de incomodar o articulista político e cultural, fornecem ao leitor d'*O Pasquim* seu endereço completo e número de telefone, à época: rua Barão da Torre, nº 42, apartamento 602, telefone 247-5286.

Curiosamente, reforçando o mito da rivalidade existente entre cariocas e paulistas, todas as personalidades que os três autores da brincadeira não gostam, têm sua residência em São Paulo.

Saudades e exílios: Chico Buarque, Ivan Lessa e Paulo Francis

Muitos textos d'*O Pasquim* são marcados por saudades e lembranças do Rio de Janeiro. No artigo "Eu, jornalista", do sexto exemplar do tabloide, lançado em agosto de 1969, o músico e escritor Chico Buarque de Holanda, então exilado em Roma, nada escreve sobre

a capital italiana. Seguindo uma temática discursiva tipicamente carioca – pelo menos de acordo com estereótipos (a imagem cultural estabelecida do carioca proseador, que adora falar sobre futebol, amigos e frivolidades da vida) – o autor prefere citar a carta de uma leitora, flamenguista residente em Ipanema, que respondia ao artigo "Por que sou tricolor", publicado por Chico Buarque na primeira edição d'*O Pasquim*. Em tom provocativo e brincalhão, que bem poderia usar em qualquer conversação informal pelos botequins de Copacabana, o autor revela que "Todo tricolor, a princípio, é rubro-negro. Porém, é um rubro-negro tão curtido e tormentado pela vida que, um belo dia, pode chegar à mesa e declarar: 'irmãos, consegui! Finalmente torço pelo Fluminense'"[21]. É sobre futebol, um dos signos da brasilidade, que o artista exilado fala em suas primeiras colaborações ao tabloide.

Ao final de "Eu, jornalista", Chico Buarque não se esquece de um agradecimento: "à alma bondosa e anônima que deixou linguiça na porta de (minha) casa. Era só o que faltava. Enfim tenho a matéria-prima para organizar a maior feijoada de Roma, assim que as fraldas de minha filha desocuparem o caldeirão"[22]. Neste texto carregado de informalidade, no qual é visível um autor "flexível" para tratar de diversos assuntos, sempre marcados pela pessoalidade e pela aparente falta de temática central (o artigo figura mais como uma carta endereçada a amigos do que como um texto jornalístico opinativo), Chico Buarque volta às rodas da boêmia carioca, ao resgatar assuntos tão característicos desta. Começa falando dos presentes que recebeu de leitores d'*O Pasquim* em Roma, depois brinca com sua leitora flamenguista, reclama que sua marca favorita de cigarros está deixando de existir no Brasil, cita Tom Jobim e outros músicos brasileiros exilados e conclui o artigo com o breve agradecimento pelo recebimento das linguiças. Buarque escreve como se estivesse apenas relatando seus sentimentos e lembranças menos profundas naquele momento particular de sua vida, como numa conversa por telefone, ou como se o leitor o encontrasse pelas ruas, casualmente, e o chamasse para uma conversa. É tudo uma questão de conversa. "Eu, jornalista" é escrito em linguagem de "papo-furado de botequim", expressão emblemática da boêmia carioca e uma das principais fórmulas de sucesso d'*O Pasquim*, apesar da aparente inutilidade de seu conteúdo intelectual.

Chico Buarque passa de colaborador a entrevistado n'*O Pasquim* nº 41, de abril de 1970. Como no artigo "Eu, jornalista", o tema do futebol domina quase metade da entrevista, originada em torno de uma conversa informal do compositor com o jornalista Sérgio Cabral e os cartunistas Jaguar e Fortuna. Questionado por Jaguar sobre qual seria o "Fluminense" no futebol italiano, Buarque não demonstra empolgação:

> Fluminense na Itália não existe. Lá, eu torço pra Fiorentina, mas não tem nada a ver. Torço, mas sem entusiasmo. Esse ano eu estou torcendo para o Cagliari porque a Fiorentina está fora do páreo. Então, eu estou torcendo curiosamente pela Cagliari por uma questão de mérito e depois pelo Nenê, que joga no Cagliari, um brasileiro que joga pra burro. (...) O Cagliari é um time pequeno, como se fosse um São Cristóvão, e conseguiu montar um time de primeira[23].

Novamente, como em "Eu, jornalista", Buarque discursou sobre sua experiência na Itália sem se desligar de sua identidade nacional. O compositor carioca não pôde falar do futebol italiano sem realizar uma comparação com um específico time nacional. Buarque expõe também seu gosto pelo time Cagliari pelo fato de neste clube haver um jogador brasileiro, Nenê. Após estas declarações, a entrevista revela ainda que Buarque tentou exportar para Roma dois hábitos tipicamente cariocas (e brasileiros, de uma forma geral): o jogo de futebol amador, de "pelada", e o futebol de botão à brasileira.

O compositor relata com estranhamento a sua tentativa de inserção no futebol amador italiano: "num treino me chamaram num canto para me dar dinheiro. Eu falei: não, não precisa, e tal. (...) eu nunca cheguei a entrar no time porque eu jogava direito e tal, mas italiano em geral não joga muito bem, (...) eles levam a coisa muito a sério e eles correm sem parar"[24]. Para Buarque, sem modéstia, seu estilo particular de jogar é como o de Pelé, "ponta de lança recuado", identificando-se como típico jogador de futebol brasileiro, goleador e sem o rigor técnico europeu.

Com o futebol de botão italiano Chico Buarque também não se adaptou, sendo, de acordo com o compositor, um jogo "muito chato" e técnico, estranho pela inexistência de nomes e camisas de jogadores nos botões e bolas quadradas, semelhantes a dados. Na entrevista, Buarque deixa claro que só voltou a praticar o futebol amador e o de botão quando retornou ao Brasil[25].

Assim como Chico Buarque, o escritor e jornalista Ivan Lessa também esteve exilado durante a ditadura militar. Lessa, ao contrário de Buarque, manteve-se fora do Brasil, em Londres, mesmo após o fim do regime. Uma comparação entre os textos do compositor e do jornalista revela uma profunda diferença: Buarque sempre se identifica como artista ligado à brasilidade, comentando assuntos e temáticas brasileiras, ao passo que Lessa sempre se coloca como indivíduo que nunca esteve em sintonia (de pensamento, cultural e comportamental, sobretudo) com seu país de origem.

Na edição de nº 57 d'*O Pasquim*, de julho de 1970, Lessa publica "Canção da volta", por ocasião de sua chegada ao Rio de Janeiro para uma temporada de férias. Neste texto o autor discorre sobre a cidade através de seu estranhamento "semiestrangeiro", consequente de uma visão de quem já se desacostumara com o local de origem.

Boa parte do artigo resume-se a uma exposição crítica de um Rio de Janeiro ao mesmo tempo boêmio e hipócrita, desorganizado, exagerado e mutável. Chegar ao Rio depois de uma temporada no exterior é como "entrar no meio da festa de um cara que você não conhece, sem saber se está no começo, no meio ou no fim. Daí a gente tem de beber muito e rápido pra ficar por dentro"[26]. O entorpecimento, brinca o autor, é pré-requisito para viver e se adaptar ao solo carioca, como se uma passagem pelo Rio de Janeiro fosse, necessariamente, uma espécie de inserção em uma roda boêmia mais ou menos desconhecida (é necessário beber em demasia para se misturar, procurando pelos cantos da festa pessoas familiares, amigos).

Em "Canção de volta" lê-se a constatação de Lessa do aumento do consumo de drogas alucinógenas em seus círculos de convívio; os cigarros "de arte", capazes de fazer o fumante enxergar a "Capela Sistina no teto do apartamento da Barata Ribeiro"[27], fazem-se cada vez mais presentes na boêmia intelectual. O mundo festivo do Rio de Janeiro passa a ser cada vez mais embriagante e exagerado: para o jornalista, o entorpecer dava-se antes apenas pelo álcool, depois também pela maconha.

Crítico, Lessa exemplifica como a "sem-vergonhice" disseminou-se no Rio de Janeiro. Trata-se de uma ironização do discurso burguês das classes médias cariocas – tidas como hipócritas por boa parte dos colaboradores d'*O Pasquim* e normalmente atacadas e escandalizadas com o conteúdo do tabloide – misturada a falsas sinalizações de progresso da sociedade brasileira:

> Na (...) novela ("Assim na Terra como no Céu") quatro representantes da geração que se costumava chamar perdida, para deixarem bem claro o grau de sua degradação moral aparecem deslizando lá no Tobogã da Lagoa. (...) As pessoas de olhos e nariz vermelhos correm o risco de passarem por subversivas. Há um excesso de bandeiras em todas as partes. Já no Flag ninguém dá bandeira. Todo mundo malocou sua dignidade e puxa um cigarrinho excelente para a asma. (...) Ninguém segura o Brasil. Agora pode pegar na mão. A Transamazônica será o primeiro passo para a integração nacional. O segundo passo será aquele que Kierkegaard deu no escuro. Tudo é no aumentativo: Mengão, Britão, calçadão – porque aí fica maior, melhor e mais forte[28].

Mesmo com este teor crítico incrustado implicitamente em suas considerações "morais" absurdas e na sua constatação de uma nova estética carioca do exagero (tudo no aumentativo), ao final do artigo o autor se revela imerso na atmosfera confusa, embriagada e entorpecida do Rio de Janeiro: "Às 11 horas da manhã, quando todos os homens de mal ainda não foram dormir, e a cidade ameaça dizer seu nome em voz alta, nós ainda estamos de pé. A horrenda dignidade de estar barbado, cheirando mal e com a roupa de ontem. Muito loucos, muito doidões, nada nos grila"[29].

O próprio Lessa, mesmo desacostumado com os ares cariocas, não pôde deixar de inserir-se neste mundo noturno e boêmio. Subitamente, o autor assemelha-se a imagem cultural preestabelecida de estrangeiro que vem ao Brasil e deleita-se sem parcimônia em festas e bebedeiras. Entretanto, não solitário ao passar a noite em claro, mas implicitamente acompanhado da "patota" festiva – ao usar o plural na última frase da citação acima, o autor dá a entender que está acompanhado de seu círculo de amizades boêmio-intelectual, do qual faz parte o resto da redação d'*O Pasquim* –, Lessa ainda conserva algo de carioca.

Publicado na edição de nº 62 do tabloide, de agosto/setembro de 1970, "Brasil: ame-o ou deixe-o – O último a sair apaga a luz do aeroporto" é um dos mais famosos artigos de Lessa n'*O Pasquim*; escrito após seu período de férias no Rio de Janeiro, quando já retornara

à capital inglesa. Seu título e subtítulo compõem um pastiche do *slogan* nacionalista do regime militar e tiveram grande aceitação popular à época, sendo repetidos constantemente em tons de piada.

Repleto de referências culturais estrangeiras, mescladas a lembranças do cotidiano da Zona Sul carioca, o texto é, em primeiro plano, uma carta de despedida de Lessa à redação d'*O Pasquim* (com uma pessoalidade semelhante à do texto "Eu, jornalista", de Chico Buarque). Em "Brasil: ame-o ou deixe-o", Lessa imprime as principais recordações de amigos que ficaram no Rio de Janeiro, apresentadas em imagens e recados fragmentados, curtos e superficiais, como se o autor escrevesse às pressas, para não perder seu voo para Londres (provavelmente chegando atrasado ao aeroporto, vítima dos efeitos de uma das bebedeiras da "patota", na véspera da viagem). Ou ainda como se o autor fosse o último a querer sair do Brasil, precisando logo apagar as luzes do aeroporto.

Em segundo plano, "Brasil: ame-o ou deixe-o" é uma lista de lugares, acontecimentos e pessoas a serem lembrados por quem não se sente apto a viver em um Brasil subjugado pelo terror da ditadura militar e pela hipocrisia dos discursos do regime. No artigo "Somos todos estrangeiros", publicado n'*O Pasquim* nº 65, de setembro de 1970, Lessa explora com minúcia essa sensação de constante estranhamento em terras brasileiras:

> (...) os verdadeiros brasileiros estavam misteriosamente ocupados com seus sofrimentos, ou então atarefados criando um Brasil melhor: gente andando rapidamente nas ruas da cidade, ou cavando uma terra dura e ingrata. Os brasileiros eram abstratos, distantes, mais calados do que comumente se supõe. (...) tudo era de mentirinha, beirando sempre o pitoresco ou se precipitando na tragédia policial ou no editorial dos jornais. A vida a sério, os seis quarteirões em que me locomovia, as seis pessoas com quem convivia, não eram, digamos assim, bem brasileiras – assim como eu, tinha máquina fotográfica a tiracolo e camisas com palmeiras. (...) Eu era, como todo brasileiro, um improvisador, um adaptador, um tradutor, conseqüentemente um traidor – porque eu olhava para a cara de meu semelhante e não sabia como poderíamos nos entender, o que ele tinha a me dizer, o que eu poderia lhe dizer, como juntos conseguiríamos nos salvar[30].

Lessa traz em seu texto uma noção de cultura brasileira como cópia adaptada (e por vezes piorada) de culturas europeias e norte-americanas, vitimada por uma administração pública ditatorial subjugada a poderios político-culturais estrangeiros. Por que Lessa deveria permanecer no Brasil, a "cópia", se poderia ir ao encontro do "original", ou seja, o estrangeiro? Apenas no exterior pôde colocar-se como indivíduo autêntico, real, distante da fraude que a brasilidade se tornara. Contudo, mesmo com esse sentimento de inaptidão à vida no Brasil, Lessa constantemente rememora lugares e momentos específicos de sua vida no Rio de Janeiro[31]. Curiosamente, deixa transparecer um tom saudoso e bem-humorado em suas lembranças, contradizendo sua sensação de estranhamento. Em "Brasil: ame-o ou deixe-o", além de amigos, Lessa lembra da

> Igreja Batista, uns pretos bonzinhos, de gravata, cantando hinos domingo de noite na Barão da Torre... Duas moças rindo feito loucas às 3 da manhã numa transversal da Avenida Atlântica... (...) O Studio Josias na Barata Ribeiro: um dos quatro lugares mais feios do mundo... Frances Faye cantando (há quanto tempo!) "I Want To Stay Here" na casa de (Paulo) Francis... (...) Um menino no elevador usando expressão antiga, dizendo que fulano prometera mundos e fundos a não sei quem (e olha que foi na Zona Sul)... Homens de pasta de matéria plástica espalhados em torno dos jornaleiros da Rio Branco, todos quebrando galhos, ou em vias de, nas repartições**...**[32].

O autor mostra-se profundamente ligado ao Rio de Janeiro e às suas mitologias. As imagens da capital carioca culturalmente estabelecidas não deixam de influenciar (e chocar) um Ivan Lessa "estrangeirizado", mesmo que exista uma postura resistente por parte do autor. Lessa não gosta do cotidiano brasileiro mas não consegue esquecê-lo, assemelhando seu discurso ao de Millôr Fernandes em seus textos sobre Ipanema, nos quais ao se inscrever na cidade, tanto autor quanto texto transparecem ares de afetividade e ironização em conflito.

Diferentemente de Chico Buarque, profundamente identificado com a brasilidade, e de Ivan Lessa, que apresenta uma dicotomia entre o "ser brasileiro" e o estranhamento da vida no Brasil, o comentarista político Paulo Francis, um dos mais notáveis e polêmicos intelectuais e membros da "patota" que vieram a colaborar com *O Pasquim*, fulmina o ego brasileiro em seus textos culturais e políticos. Em diálogo com Ivan Lessa, no artigo "Duas ou três coisas que eu sei de mim", publicado no nº 102 d'*O Pasquim* (junho de 1971), Francis revela as expressões intelectuais brasileiras como "carbonos culturais de modas estrangeiras":

> (...) os EUA, a partir de 1934, ditaram culturalmente as modas aqui. Nos deram muitas coisas boas e muitas péssimas. Houve gente que escapou disso, eu, não. Quando o Ivan Lessa, por exemplo, me goza pelo meu interesse obsessivo em americanismos, está gozando a si próprio.
>
> Solidão. Nonsense. Ninguém nunca foi tão só como eu, entre 14 e 28 anos. Até que é bom, quando se considera a companhia disponível[33].

Egocêntrico e um pouco pedante, como quase todos os outros artigos que Francis publicou n'*O Pasquim*, "Duas ou três coisas que eu sei de mim" revela em discurso pessoal a indignação moral que fez o autor optar por escrever sobre política, além de um profundo gosto pela literatura internacional. No texto, Francis define-se como alienado à cultura literária brasileira; só veio a conhecer Machado de Assis aos 20 anos de idade, interessando-se apenas por este entre todos os autores da literatura nacional. Francis admira apenas as obras *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e *Dom Casmurro*, pois o "mulatinho carioca assumiu uma postura, uma atitude inglesa, e acreditou tanto nela que esses livros colaram"[34].

Mesmo exilado em Nova Iorque, no ano de 1971, Francis não costuma rememorar assuntos relativos ao Brasil. Em "Francis à la carte", artigo de título centrado na figura polêmica do autor – bem como "Duas ou três coisas que eu sei de mim" – e escrito em pequenas notas em tom de cartas e confidências a amigos da "patota" (como nos textos de Buarque e Lessa), o articulista decreta definitivamente o seu sentimento apátrida:

> Nesses últimos dias vi vários brasileiros. Não gostei. E descobriram meu telefone aqui, PQMP. Meu queixo está mais duro do que nunca, Jaguar. O bom de se viver no estrangeiro (...) é conviver com estrangeiros. Viver no estrangeiro e conviver com brasileiros, well, para que gastar a passagem? O Pássaro Azul, de Maeterlinck, que diz que a felicidade está em casa, é uma peça ridícula, por várias razões, essas inclusive. Confesso-me apátrida, no bom sentido do termo. (...) Qual a vantagem de se conviver com estrangeiros? Nenhuma, mas quebra a monotonia. E os amigos? Bem existem, com prazeres e chateações. Em verdade, necessitamos de ambas. Se fossem só prazeres, nós os odiaríamos porque eles contrariaram a nossa própria natureza, que é luz e sombra[35].

Gozado por boa parte de seus amigos da "patota" – em especial por Jaguar e Ivan Lessa – justamente por possuir este comportamento egocêntrico e intelectualizado ao extremo, Paulo Francis assume uma postura estritamente desligada de qualquer signo ou representação culturalmente estabelecida do Rio de Janeiro. Comparados aos de Chico Buarque e de Ivan Lessa, os textos de Francis ignoram quase que completamente o rigor carioca d'*O Pasquim*, preferindo o produzir críticas culturais, políticas e sociais a partir de um ponto de vista ácido e irônico que independe da visão e do humor típicos de Ipanema e da Zona Sul do Rio de Janeiro (ao contrário de outros colaboradores do tabloide). O principal fator que liga Francis ao restante da "patota" e do conteúdo d'*O Pasquim* é a inserção de sua figura (na maioria das vezes caricata) em textos e desenhos de outros colaboradores, bem como o rigor altamente pessoal de suas próprias críticas e análises, que por sua vez citam os outros membros da esquerda festiva. Curiosamente, entre os três autores aqui analisados, apenas Paulo Francis é nascido no Rio de Janeiro.

Notas

1 - "Em 1969 vivíamos um ano de niilismo na imprensa. *O Pasquim* surgiu nessa época, aproveitando uma brecha, o momento em que os jornais, entre janeiro e junho daquele ano, ainda não tinham se recuperado do susto do AI-5". CHINEM, Rivaldo. *Jornalismo de guerrilha* – a imprensa alternativa brasileira da ditadura à internet. São Paulo: Disal. 2004, p. 88.

2 - KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários:* nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: EDUSP, 2003, p. XIII.

3 - De acordo com o cartunista Jaguar, a administração do jornal era tão irresponsável que o senso prático do cotidiano da redação d'*O Pasquim* ficava a cargo de Nelma Quadros, a "secretária-babá" da equipe.

4 - CHINEM, Rivaldo. *Jornalismo de guerrilha* – a imprensa alternativa brasileira da ditadura à internet. São Paulo: Disal. 2004, p. 92.

5 - Ao longo de sua existência, *O Pasquim* contou com inúmeras colaborações de artistas, jornalistas e intelectuais exilados.

6 - *Sig* estreara na tira humorística *Chopnics*, juntamente com os personagens *Capitão Ipanema* e *Dr. Carlinhos Bolkan*, também criados por Jaguar. A tira fora originalmente concebida por um publicitário, para promoção da cerveja Skol. Depois de sair n'*O Pasquim*, fora ainda publicada nos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil*.

7 - A imprensa internacional noticiou as prisões, mas a nacional o fez timidamente, sem citar o nome d'*O Pasquim*. Mais tarde seria revelado que o mandante de tais prisões fora o general João Baptista Figueiredo, que viria a ser o último presidente do regime militar.

8 - A frase fora vetada pela censura por cerca de três anos, em mais de 20 tentativas de publicação.

9 – "Leila Diniz como Estátua da Liberdade Brasileira". IN *O Pasquim:* antologia, 1969-1971: Volume I, número 1 ao 50. Rio de Janeiro: Editora Desiderata, 2006, p. 132.

10 - FERNANDES, Millôr. "A vitória do Uppergrounď IN *O Pasquim*: antologia, 1969-1971: Volume I, número 1 ao 50. Rio de Janeiro: Editora Desiderata, 2006, p. 306.

11 - A exemplo dos quadrinhos humorísticos de Claudius, que mostram "Como reconhecer (e tornar-se, imitando) um intelectual", intelectuais também jogam na bolsa de valores por "prazer lúdico". CLAUDIUS. "Como reconhecer (e tornar-se, imitando) um intelectual" in *O Pasquim:* antologia, 1969-1971: Volume I, número 1 ao 50. Rio de Janeiro: Editora Desiderata, 2006, p. 281.

12 - FERNANDES, Millôr. "A vitória do Uppergrounď IN *O Pasquim:* antologia, 1969-1971: Volume I, número 1 ao 50. Rio de Janeiro: Editora Desiderata, 2006, p. 307.

13 - Deboches dos colaboradores d'*O Pasquim* com relação a paulistas podem ser vistos nos textos "Todo Paulista é Bicha", de Millôr Fernandes, "O primeiro conto paulistês", de Sérgio Cabral e nos quadrinhos de "Dossiê Paulista", de Miguel Paiva. *O Pasquim*: antologia, 1969-1971: Volume I, número 1 ao 50. Rio de Janeiro: Editora Desiderata, 2006, p. 228, 314 e 236.

14 - FERNANDES, Millôr. "Ipanema para turistas desprevenidos" IN *O Pasquim*: antologia, 1969-1971: Volume I, número 1 ao 50. Rio de Janeiro: Editora Desiderata, 2006, p. 312.

15 - FERNANDES, Millôr. "Ipanema para turistas desprevenidos" IN *O Pasquim*: antologia, 1969-1971: Volume I, número 1 ao 50. Rio de Janeiro: Editora Desiderata, 2006, p. 313.

16 - GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade*: literatura e experiência urbana. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 96.

17 - LESSA, Ivan. "Tudo pronto para a Missão Pasquim – 9" IN *O Pasquim:* antologia, 1969-1971: Volume I, número 1 ao 50. Rio de Janeiro: Editora Desiderata, 2006, p. 243.

18 - LESSA, Ivan. "Tudo pronto para a Missão Pasquim – 9" IN *O Pasquim*: antologia, 1969-1971: Volume I, número 1 ao 50. Rio de Janeiro: Editora Desiderata, 2006, p. 243 e 244.

19 - LESSA, Ivan. " Tudo pronto para a Missão Pasquim – 9" IN *O Pasquim*: antologia, 1969-1971: Volume I, número 1 ao 50. Rio de Janeiro: Editora Desiderata, 2006, p. 244.

20 - AUGUSTO, Sérgio; LESSA, Ivan e LEWGOY, José. "O Jogo do Endereço" IN *O Pasquim*: antologia, 1969-1971: Volume I, número 1 ao 50. Rio de Janeiro: Editora Desiderata, 2006, p. 250.

21 - HOLANDA, Chico Buarque de. "Eu, jornalista" IN *O Pasquim:* antologia, 1969-1971: Volume I, número 1 ao 50. Rio de Janeiro: Editora Desiderata, 2006, p. 24.

22 - HOLANDA, Chico Buarque de. "Eu, jornalista" IN *O Pasquim:* antologia, 1969-1971: Volume I, número 1 ao 50. Rio de Janeiro: Editora Desiderata, 2006, p. 24.

23 - HOLANDA, Chico Buarque de. "Entrevista Chico Buarque" IN *O Pasquim*: antologia, 1969-1971: Volume I, *número 1 ao 50*. Rio de Janeiro: Editora Desiderata, 2006, p. 96.

24 - HOLANDA, Chico Buarque de. "Entrevista Chico Buarque" IN *O Pasquim: antologia, 1969-1971: Volume I, número 1 ao 50*. Rio de Janeiro: Editora Desiderata, 2006, p. 96.

25 - HOLANDA, Chico Buarque de. "Entrevista Chico Buarque" IN *O Pasquim: antologia, 1969-1971: Volume I, número 1 ao 50*. Rio de Janeiro: Editora Desiderata, 2006, p. 96.

26 - LESSA, Ivan. "Canção de volta" IN *O Pasquim*: antologia, 1969-1971: Volume I, número 1 ao 50. Rio de Janeiro: Editora Desiderata, 2006, p. 141.

27 - LESSA, Ivan. "Canção de volta" IN *O Pasquim:* antologia, 1969-1971: Volume I, número 1 ao 50. Rio de Janeiro: Editora Desiderata, 2006, p. 141.

28 - LESSA, Ivan. "Canção de volta" IN *O Pasquim:* antologia, 1969-1971: Volume I, número 1 ao 50. Rio de Janeiro: Editora Desiderata, 2006, p. 141.

29 - LESSA, Ivan. "Canção de volta" IN *O Pasquim:* antologia, 1969-1971: Volume I, número 1 ao 50. Rio de Janeiro: Editora Desiderata, 2006, p. 141.

30 - LESSA, Ivan. "Somos todos estrangeiros" IN*O Pasquim:* antologia, 1969-1971: Volume I, número 1 ao 50. Rio de Janeiro: Editora Desiderata, 2006, p. 168.

31 - O artigo "O que Luzia ganhou na horta", do nº 42 d'*O Pasquim*, de abril de 1970, traz uma relação de coisas, pessoas e lugares a serem lembrados no exterior: "Todas as ruas de Copacabana entre a Princesa Isabel e a Francisco Otaviano... Lembrar a letra toda de Aquarela do Brasil... (...) O nome de todas as paradas de bonde (indo e vindo) entre Gomes Carneiro e o Largo do Machado... (...) Todos os bocas-de-fogo dirigindo time de futebol de praia entre o Lido e o campo do Lá Vai Bola... Os rebuçados da Sorveteria Madelon... (...) Um ponta do Botafogo, Teixeirinha, que corria como um louco... Churrasquinho (de cotia?) na Central do Brasil depois do jogo... (...) Todas as batalhas da Bolívar: desde o mar até a Pompeu Loureiro... (...) Aqueles senhores respeitáveis e fortes jogando medicine-ball na praia, entre Bolívar e Barão de Ipanema..."

32 - LESSA, Ivan. " O que Luzia ganhou na horta" IN *O Pasquim:* antologia, 1969-1971: Volume I, número 1 ao 50. Rio de Janeiro: Editora Desiderata, 2006, p. 98

33 - LESSA, Ivan. "Brasil: ame-o ou deixe-o – O último a sair apaga a luz do aeroporto" in *O Pasquim: antologia, 1969-1971: Volume I, número 1 ao 50*. Rio de Janeiro: Editora Desiderata, 2006, p. 164 e 165.

34 - FRANCIS, Paulo. "Duas ou três coisas que eu sei de mim" in *O Pasquim: antologia, 1969-1971: Volume I, número 1 ao 50*. Rio de Janeiro: Editora Desiderata, 2006, p. 210.

35 - FRANCIS, Paulo. "Duas ou três coisas que eu sei de mim" in *O Pasquim: antologia, 1969-1971: Volume I, número 1 ao 50*. Rio de Janeiro: Editora Desiderata, 2006, p. 211.

Referências Bibliográficas

AUGUSTO, Sérgio e JAGUAR (orgs). *O Pasquim:* antologia, 1969-1971: Volume I, número 1 ao 50. Rio de Janeiro: Editora Desiderata, 2006.

CASTRO, Ruy. *Ela é carioca:* uma enciclopédia de Ipanema. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1999.

CHINEM, Rivaldo. *Jornalismo de guerrilha* – a imprensa alternativa brasileira da ditadura à Internet. São Paulo: Disal Editora, 2004.

FESTA, Regina e SILVA, Carlos Eduardo Lins da (orgs). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Edições Paulinas, 1986.

GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade:* literatura e experiência urbana. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários:* nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: EDUSP, 2003.

LEONAM, Carlos. *Os degraus de Ipanema*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado:* o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

Enviado em 31/10/2011

Legislação sobre bancas de jornais e controle sobre a circulação de periódicos impressos: a capital fluminense, o capital político e o capital midiático de Chagas Freitas

Legislation relating to the newsstands and the control of the circulation of periodicals: the capital of the fluminense state, the political capital and the media capital of Chagas Freitas

Viktor Chagas
Professor do Departamento de Estudos Culturais e Mídia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre e doutorando em História, Política e Bens Culturais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getulio Vargas (FGV), bacharel em Comunicação Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).
viktor@midia.uff.br

RESUMO:

O objetivo deste estudo é compreender em que medida os dispositivos jurídicos que regem as bancas de jornais e revistas são capazes de influenciar na própria regulamentação da imprensa, e que disputas políticas estão envolvidas quando da promulgação desses atos. Como parte de um amplo esforço de pesquisa, este trabalho analisa legislações federais, estaduais e municipais, que versam sobre a regulação e licenciamento das bancas de jornais na cidade do Rio de Janeiro, no período entre 1958 e 1982, cobrindo, portanto, especialmente as ações de Chagas Freitas à frente do governo da Guanabara e do governo do Rio de Janeiro pós-fusão. Com base nesta experiência, é possível avaliar como a atuação de um político que é, ao mesmo tempo homem de imprensa, influencia e é influenciada pelo alcance da circulação e da distribuição de veículos de comunicação que publicizam seus "feitos".

Palavras-chave: história política; políticas de comunicação; bancas de jornais.

SUMMARY:

The purpose of this study is to better understand to what degree the legal provisions that govern newsstands are capable of influencing the actual regulation of the press, and what political disputes are involved at the moment of enacting these laws. As part of a broad research effort, this work analyses the federal, state and municipal laws that relate to the regulation and licensing of the newsstands in the city of Rio de Janeiro in the period between 1958 and 1982 which, therefore, specifically covers the actions of Chagas Freitas at the head of the government of the former state of Guanabara and the government of Rio de Janeiro following their fusion. Based on this experience, it is possible to assess how the actions of a politician, who is also a man of the press, influences and is influenced by the ambit of the circulation and distribution of the vehicles of communication that publicise his "feats".

Key words: *political history; communication policies; newsstands*

A definição do que é ser jornalista é, em muitos sentidos, tautológica. Basta lembrar da recente polêmica que se instaurou no país após a decisão do Supremo Tribunal Federal pela revogação do Decreto-lei nº 972/1969, que limitava a concessão do registro de jornalista a portadores do diploma superior na área[1]. Some-se a isto a dificuldade natural do ordenamento jurídico de processar as etapas da atividade jornalística, de modo a ocupar-se de sua normatização. A legislação brasileira sobre imprensa, por exemplo, sugere desde sempre uma área cinza para a etapa de circulação, distribuição e venda de publicações impressas na sua conceituação sobre "empresa jornalística". As leis de âmbito federal versam sobre empresas jornalísticas como aquelas que editam jornais, revistas ou outros periódicos[2]; mas, no momento que descrevem delitos e penalidades, o mero "expor à venda" determinadas publicações é citado como crime de abuso de liberdade de imprensa. Assim está disposto na legislação varguista mais branda de 1934 (Decreto nº 24.776), no Projeto de Lei de 1949[3] que culminou na legislação de 1953 (Lei nº 2.083) e mesmo na Lei de Imprensa aprovada no período da ditadura militar (Lei nº 5.250/1967). Em todos esses casos, as bancas de jornais e revistas são consideradas uma espécie de apêndice das empresas jornalísticas.

No entanto, a exploração da concessão e o licenciamento para a operação de bancas é regulamentado de forma independente, geralmente, pelos estados e municípios. Dessa forma, a atividade dos jornaleiros, duplamente regulada, é um dos focos privilegiados de disputa sobre o controle da liberdade de imprensa.

O objetivo deste artigo é analisar de que forma a legislação sobre bancas de jornais, em especial no estado e na cidade do Rio de Janeiro, tem sido território de confrontos entre grupos de interesses políticos divergentes. Notadamente na atuação de um político com íntima relação com os meios de comunicação, como era o caso de Antônio de Pádua Chagas Freitas, as bancas funcionavam como principal escoadouro de um ideário político estampado em jornais que eram "a própria imagem pública" do governo (FREIRE, 1999, p. 236). Regulá-las, portanto, equivalia a monitorar, senão a controlar, a penetração dos discursos favoráveis e contrários a determinados interesses. Por sua atuação à frente dos jornais *O Dia* e *A Notícia*, e pela relação propagandística que estes jornais estabeleciam junto às suas articulações políticas como deputado federal (1954-1970) e governador da Guanabara (1971-1975) e do Rio de Janeiro (1979-1983), Chagas Freitas oferece um quadro bastante evidente de como a atividade dos jornaleiros influi no alcance da mídia impressa em diversas circunstâncias. Participando direta ou indiretamente da elaboração de legislações sobre as bancas, entre 1958 e 1982, o político marcou profundamente a categoria, a partir de seus próprios interesses.

Capital político e capital midiático

Pierre Bourdieu (2004), em sua definição conceitual sobre o capital simbólico, institui ao menos três vetores para sua composição: o capital humano (ou cultural), o capital social

e o capital econômico. O capital simbólico se desdobra em diversas espécies diferentes de exercício do poder, já que, como o capital econômico, está distribuído, em todas as suas formas, de maneira desigual na sociedade. Tais desequilíbrios de forças tendem a gerar uma série de formas de violência, a que Bourdieu classifica como poder simbólico, o qual implica necessariamente o reconhecimento desta desigualdade por opressores e oprimidos, isto é, pelos pares. Todo capital, portanto, se calca numa aposta pela legitimidade de determinados atores ou grupos no exercício de seu poder.

Assim, nos dizeres de Luís Felipe Miguel (2003, p. 121),

> O capital político é, em grande medida, uma espécie de capital simbólico: o reconhecimento da legitimidade daquele indivíduo para agir na política. Ele baseia-se em porções de capital cultural (treinamento cognitivo para a ação política), capital social (redes de relações estabelecidas) e capital econômico (que dispõe do ócio necessário à prática política).

Este tema, aparentemente – e só aparentemente – inócuo, é central no argumento que pretendo empenhar nas páginas a seguir. A maneira como políticos interagem com os meios de comunicação de modo a criar "atalhos" (id.:ibid.) para sua carreira e "complicar" (id.:ibid.) o jogo político pode ser entendida como uma estratégia para ampliar a conversão de alguma espécie de capital midiático em capital político. O capital midiático, como aqui proponho, é, com efeito, mais uma forma de capital simbólico. Próprio do campo de atuação da mídia, este tipo de capital também é formado por vetores econômicos (relacionados ao peso de determinado meio ou determinado indivíduo no mercado publicitário ou à diversificação das atividades de determinada *holding* midiática); sociais (ligados à socialização do ator ou grupo de atores no meio, incluindo aspectos de concorrências e alianças políticas específicas); e humanos (representados, em última instância, pela influência de determinado meio ou indivíduo ante a opinião pública). A transformação do capital midiático em capital político, portanto, tem sido objeto de estudos dos mais diversos teóricos da Comunicação Política, incluindo aí em especial aqueles que se detêm sobre as análises eleitorais. Todavia o panorama de minha investigação levou-me curiosamente a outro caminho, ainda pouco explorado nestes trabalhos, embora já enunciado por Miguel (2003, p. 116), quando este evidencia que

> a relação entre o campo da mídia e o campo da política está longe de ser de mão única. O campo político impõe resistências à interferência dos meios de comunicação e, ademais, também influencia-os. A relação entre os dois campos, para o que se propôs o nome de "simbiose tensionada", obedece a um modelo complexo, que as simplificações correntes em boa parte da análise política não permitem entender.

Nesse sentido, busco aqui compreender de que forma o capital político pode ser utilizado para se converter em capital midiático, e dessa forma se realimentar. Pareceu-me claro, ao longo da pesquisa, que o poder político – especialmente aquele representado por um ator com poder de veto constituído (leia-se um ator investido de autoridade pública como

representante do Executivo ou do Legislativo) – é capaz de exercer sobre a imprensa uma função de controle (seja através do poder de influenciar sua agenda ou, mais diretamente, por meio de mecanismos de *enforcement*[4]). O ponto mais inovador desta perspectiva se refere à observação de que tal controle e pressão são exercidos não apenas sobre a regulação que versa a respeito da imprensa em si, mas também nas legislações sobre bancas de jornais e a atividade dos jornaleiros. Neste artigo, pretendo abordar como atores e grupos políticos, em determinadas conjunturas, podem lançar mão de seu poder político para regular a liberdade de informação, através do caráter da circulação da imprensa.

Controle da circulação e penetração da imprensa através das bancas

Embora remontem, no Brasil, à segunda metade do século XIX, as bancas de jornais como hoje conhecemos foram largamente influenciadas pela legislação promulgada por Jânio Quadros, quando prefeito de São Paulo, entre 1953 e 1954 (Lei nº 4.447/1954). Na época, com a intenção de padronizar e modernizar os quiosques que vendiam impressos, a Prefeitura paulista desenvolveu modelos de metal, em substituição aos diferentes modelos de bancas de madeira que ocupavam a cidade. A partir disso e estendendo-se por todo o território nacional, as bancas passaram a constituir-se como parte integrante do mobiliário urbano das grandes cidades brasileiras.

No estado da Guanabara, as primeiras legislações a versar com precisão sobre a regulação das bancas datam do governo Lacerda (Decreto nº 989/1962 e Decreto nº 222/1964) e do governo Negrão de Lima (Decreto nº 450/1965, Lei nº 1.020/1966, decretos nºs 908/1967, 961/1967, 1.026/1968, 1.150/1968 e decretos "E" nºs 2.900/1969, 3.329/1969, 3.821/1970 e 4.128/1970). Tais regulamentações procuravam dispor sobre a instalação das bancas em logradouros públicos, sobre o caráter do licenciamento e o funcionamento das mesmas, ou ainda sobre as publicações passíveis de serem vendidas. Nesse sentido, chama de imediato a atenção a quantidade de decretos promulgados em vista de uma única lei, aprovada pela Assembleia Legislativa (Aleg). Justamente esta lei, de 19 de julho de 1966, é que servirá de parâmetro para que, já no período pós-fusão entre os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, o então prefeito Marcos Tamoyo pudesse integrar à Consolidação de Posturas Municipais um regulamento específico sobre o licenciamento e funcionamento das bancas.

Em princípio, Chagas Freitas não teve participação direta nem na aprovação da Lei nº 1.020/1966, tampouco na confecção do Regulamento nº 6 das Consolidações de Posturas Municipais de 1976 e, na sequência, de 1978. Seu envolvimento, entretanto, transparece quando nos voltamos à trajetória do político, que, desde 1950 até 1983, operou, como um dos mais bem-sucedidos homens de imprensa do país, à frente de dois jornais populares, *O Dia* e *A Notícia*, este último em sociedade com o paulista Ademar de Barros.

Formado em Direito na mesma turma de outro eminente político guanabarino e homem de imprensa – Carlos Lacerda –, Chagas Freitas iniciou a carreira de jornalista por volta de 1935, atuando no jornal *A Tarde* (SARMENTO, 1999a, p. 28). Em 1938, foi escalado pela chefia de reportagem do vespertino para realizar uma longa entrevista com Ademar de Barros, interventor federal no estado de São Paulo, e, a partir daí, os dois tornaram-se amigos e correligionários, primeiramente na UDN e mais adiante no PSP, quando Chagas convenceu Ademar a adquirir o jornal *A Notícia*, com o objetivo de torná-lo um instrumento de propaganda pessepista no Distrito Federal. Em poucos meses no comando das atividades do jornal, Chagas foi capaz de atrair novos anunciantes e aumentar a tiragem do veículo em 60 mil exemplares (ANUÁRIO BRASILEIRO DE IMPRENSA, 1949) para cerca de 100 mil (SARMENTO, 1999a, p. 37). Ainda em 1951, a partir de um projeto que aproveitava o parque gráfico e os equipamentos de impressão d'*A Notícia*, Chagas concebeu um novo jornal, inteiramente seu, conquanto também de cunho explicitamente ademarista. *O Dia* circulou então pela cidade como a versão matutina de *A Notícia*, mas com um discurso ligeiramente diferente, "evitando referências a sindicatos, partidos e outras instâncias formais e institucionalizadas de representação" (SARMENTO, 1999a, pp. 37-38). Em 1953, a tiragem de *O Dia* já alcançava os 90 mil exemplares, e logo o jornal teria a maior circulação entre os periódicos do Distrito Federal. Em 1956, Chagas obteve o controle acionário da editora responsável por ambos os diários (ABREU et al., 2001, p. 1839). E, já a partir da década de 1960, a tiragem d'*O Dia* ultrapassaria a casa dos 250 mil exemplares, e, nos anos seguintes – enquanto *A Notícia* via cair bruscamente suas vendas e teria sua circulação encerrada em 1979 –, chegaria aos 300 mil exemplares[5]. Com o passar dos anos, já no PSD e, em seguida, no MDB, durante o período de vigência do bipartidarismo, o político concentraria seus esforços no jornal criado por ele próprio, o que faria, inclusive, com que seus aliados passassem a ser reconhecidos como "o grupo d'*O Dia*" (SARMENTO, 2008).

Utilizando *O Dia* como "cabo eleitoral" (MOTTA, 2000, p. 124) e plataforma para o lançamento e alardeamento das candidaturas de seu grupo político, Chagas Freitas loteava as manchetes e os espaços nas colunas do diário entre alianças e "afilhados". Dessa forma, o jornal funcionou como instrumento de barganha e negociação, capaz de proporcionar a manutenção do poder político de Chagas Freitas mesmo quando este não estava à frente da máquina pública[6].

Para garantir que *O Dia* seguisse sendo seu principal avalista político, Chagas precisava cuidar também de seu capital midiático, investindo sobremaneira nas redes de relação que o jornal procurava fortalecer[7] e, ainda, ocupando-se da penetração de seu discurso junto às classes populares. Um dos postos mais importantes que ocupou, embora geralmente legado a segundo plano ante sua proeminência no cenário político, a presidência do Sindicato de Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Distrito Federal (e, logo após, da Guanabara)

foi determinante na construção da máquina chaguista. Quando se candidatou ao cargo, em 1956, seu objetivo era influir diretamente na rede de periódicos da Capital Federal.

> Dessa forma, visava manter sua estrutura de divulgação política pelos diários e a exercer um maior poder de barganha frente a outros proprietários e editores. Por outro lado, na presidência do sindicato, poderia monitorar o esquema de distribuição de jornais na cidade, tornando ainda maior a penetração de O Dia e A Notícia (SARMENTO, 1999b, p. 59).

Como lembra Carlos Eduardo Sarmento, a liderança de Chagas Freitas, na condição de representante oficial dos proprietários de meios de comunicação da cidade, não era consensual. Mesmo assim, ele se aproximou de outros grandes nomes do empresariado, como Herbert Moses, Nascimento Brito (ibid.) e Roberto Marinho (GRAÇA, 2004), e foi capaz de manter-se estável na presidência do sindicato durante 14 anos[8], até 1970, quando foi eleito pela Assembleia Legislativa governador da Guanabara. Além disso, aproximou-se também do Sindicato de Vendedores e Distribuidores de Jornais e Revistas, como parece demonstrar o Projeto de Lei (PL nº 4.596/1958) de sua autoria apresentado à Câmara, que procurava regular a aposentadoria da categoria, mas que acabou sendo arquivado ainda no mesmo ano.

Valendo-se de sua posição como presidente do Sindicato de Empresas Pro-prietárias de Jornais e Revistas da Guanabara, Chagas Freitas ainda proferiu na tribuna da Câmara um dos raros discursos de tom mais combativo, criticando a censura imposta por Lacerda às redações dos jornais cariocas. Assim, os papéis de deputado e "porta-voz oficial das empresas jornalísticas" (SARMENTO, 1999b, p. 81] não somente se alternavam como se construíam mutuamente. Na ocasião, Chagas manifestou-se contrário ao recolhimento das edições do jornal *Correio da Manhã*, que fazia oposição aberta ao Governo do Estado. Cinco anos após este episódio, o cenário político já era outro completamente distinto. Em 1966, o país já comportava dois anos da instauração do governo militar e o quadro partidário passava por uma grande reformulação após o Ato Institucional nº 2. No mês de julho, é aprovada na Aleg a Lei nº 1.020, que dispunha sobre a venda de publicações impressas, periódicas ou não. Com um texto aparentemente simples, que decretava o que era permitido vender nas bancas de jornais, a lei restringia o universo dos jornaleiros à comercialização de

> a) jornais, revistas, livros de bolso, publicações em fascículos, almanaques, guias e plantas da cidade e de turismo;
>
> c) álbuns de figurinhas [...]
>
> d) bilhetes de loteria, se explorada ou concedida pelo poder público;
>
> e) qualquer publicação periódica de sentido cultural, artístico ou científico (Lei nº 1.020/1966).

Esta lei, promulgada numa época em que se estabelecia a censura prévia nos órgãos de imprensa, antecedeu em cerca de seis meses a nova Lei de Imprensa, que, no âmbito da União,

equiparava mais uma vez os distribuidores e vendedores aos diretores, redatores-chefes, redatores, autores, e proprietários das oficinas impressoras na responsabilidade penal pela publicação ilícita ou clandestina. Ao que tudo indica, o objetivo da pioneira lei estadual de 1966 parece ter sido o de regular a atividade dos jornaleiros, no sentido de restringir a comercialização de materiais políticos e promocionais (panfletos e cupons de concurso, p. ex.)[9].

Reeleito para a Câmara em novembro de 1966, Chagas, aparentemente, não teve qualquer influência na elaboração do projeto. O mesmo não se pode dizer do texto da Consolidação de Posturas Municipais de 1976, promulgada pelo então prefeito Marcos Tamoyo. Tamoyo chegaria à Prefeitura do Rio de Janeiro indicado pelo governador Faria Lima. Tendo sido presidente da Sursan e secretário de Obras Públicas de Lacerda, ele já tinha se apresentado como "virtual concorrente" de Chagas Freitas à sucessão da Guanabara, em 1970 (MOTTA, 2000, p. 119), e, agora, trazido por Golbery do Couto e Silva para junto do grupo de auxiliares de Faria Lima, despontava como um importante articulador político da Arena na capital do estado do Rio pós-fusão (SARMENTO, 2008, p. 216).

Fora do governo e impedido de fazer seu sucessor, Chagas também estava, naquele momento, afastado do MDB, por conta do revés sofrido na disputa com a corrente de Amaral Peixoto (FERREIRA, 1999, p. 169). Ainda assim, sua influência sobre a legislação municipal de 1976 é visível na importância que esta atribui ao Sindicato de Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado do Rio de Janeiro.

A primeira Consolidação de Posturas Municipais da capital, após a fusão entre os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, incorporava uma série de novos regulamentos, entre eles, o de nº 6, referente ao licenciamento e funcionamento das bancas de jornais e revistas. Tal regulamento fazia menção, em seus dois primeiros artigos, à Lei de 1966, legada dos tempos da Guanabara, mas incorporava aos produtos passíveis de serem vendidos os "selos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; cartões postais, fichas para telefones públicos; pequenos adesivos, de matéria plástica, contendo mensagens e figura de natureza cívica, cultural, educacional, desportiva, assistencial ou religiosa" (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1976). Bastante detalhado, com quase dez páginas de extensão, e trazendo ainda os croquis dos modelos de banca permitidos pela Prefeitura, o Regulamento nº 6 previa que o pedido de autorização para exploração do serviço deveria ser dirigido ao Departamento de Fiscalização (hoje Coordenação de Licenciamento e Fiscalização) do município. O titular e seu parceiro na solicitação deveriam estar devidamente registrados no Sindicato dos Distribuidores e Vendedores de Jornais e Revistas do Rio de Janeiro, e a localização da banca deveria constar do pedido protocolado, para que então fosse submetido à avaliação dos critérios dos técnicos da Prefeitura. Dispondo sobre o uso do espaço urbano de domínio público, as dimensões e distâncias entre as bancas[10], a tributação e a atividade dos jornaleiros, a lei ainda enquadra a pintura anual do quiosque, "na cor alumínio", como requisito para que o titular obtenha a renovação da autorização. Entretanto, o dispositivo que

mais chama a atenção está inserido no artigo 11, que especifica os horários de funcionamento das bancas e outras condições. No parágrafo terceiro, o artigo afirma que é permitida a venda de todos os jornais e revistas do estado do Rio de Janeiro, e "obrigatória" a comercialização dos periódicos editados pelas empresas do Sindicato de Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado, "devendo elas serem arrumadas de modo a possibilitar a exposição, em primeiro plano, de todas essas publicações, cuja relação será fornecida pelo referido sindicato" (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1976).

Ao atribuir ao Sindicato de Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado a responsabilidade por definir a relação de publicações que deveriam ser expostas nas bancas da cidade, a Prefeitura legitimava a penetração em todo o município da estrutura de poder midiático cultivada por Chagas Freitas, nos anos em que esteve à frente desta mesma instituição[11]. O olhar atento sobre o regulamento municipal, lançado às vésperas das eleições para a Câmara dos Vereadores, nos aponta para o trabalho de negociação da base parlamentar chaguista a fim de firmar estes termos. Este movimento é mais claramente compreendido se acompanhado da análise das edições do jornal *O Dia,* no período entre 1974 e 1976, que mostra, ainda que discretamente, como o noticiário patrocinado por Chagas "passa a assimilar em suas páginas a presença de políticos fluminenses" (SARMENTO, 2008). Pois, a partir daquele momento, e no contexto da disputa com os partidários de Amaral Peixoto, o termômetro político chaguista indicava a importância da incorporação destas regiões fronteiriças e de interior aos limites de suas pautas jornalísticas. De acordo com Sarmento (2008, p. 184-5), a partir de 1974, Chagas Freitas

> se favoreceu da expressiva penetração de seus jornais nas áreas contíguas à Guanabara na região do antigo estado do Rio. Com grandes índices de venda nas regiões da Baixada Fluminense, Itaguaí, Niterói e São Gonçalo, o Dia vinha superando a popularidade do tradicional Luta Democrática, jornal dirigido por Tenório Cavalcanti, como o principal canal de transmissão de informações para os setores populares do estado.

Vale lembrar que a penetração dos jornais de Chagas nas áreas do subúrbio carioca que faziam fronteira com os municípios da Baixada Fluminense era bastante grande. Como lembra Marieta de Moraes Ferreira (1999, p. 162), em virtude da "proximidade geográfica, e principalmente social", os jornais de Chagas Freitas rotineiramente já abriam espaço para as demandas dos moradores das regiões dos subúrbios da Guanabara e da Baixada Fluminense, e ainda da região de Niterói e São Gonçalo – o chamado Grande Rio.

Tendo o MDB conquistado 15 das 21 cadeiras da Câmara dos Vereadores em 1976, das quais 11 eram candidaturas que pertenciam à corrente chaguista – portanto, uma expressiva vitória particular de Chagas –, as eleições parlamentares diretas de 1978 e as eleições indiretas ao Governo do Estado, além, é claro, da negociação que envolveria a candidatura amaralista a vaga de senador "biônico" pelo partido, passavam a ser o novo foco de disputa política. Em

1978, o Regulamento nº 6 da nova Consolidação de Posturas Municipais apenas ratificava, com uma mínima alteração no artigo 9 – sobre as distâncias entre as bancas em determinadas regiões administrativas da cidade –, a legislação anterior[12]. Vale lembrar, contudo, que este é o momento em que, em outra esfera, outra batalha se prenunciava: a dos horários de propaganda eleitoral na televisão, meio preferido pelo Governo Federal para promover a chamada integração nacional (LATTMAN-WELTMAN, 2003). Embora instituído desde 1965 (Lei nº 4.737/1965), somente no fim da década de 1970 a medida ganharia amplitude[13]. Em 1979, há uma greve para a categoria dos jornalistas e, como resposta, é criada uma nova instância patronal, a Associação Nacional dos Jornais (ANJ), seguida da demissão de uma série de jornalistas das redações, em especial dos três principais jornais cariocas à época, *O Dia*, *O Globo* e o *Jornal do Brasil*. Com toda esta mudança de diretrizes, os jornais, e, consequentemente, as bancas, perdiam *status*, movimento que certamente foi considerado por Chagas Freitas ao concentrar esforços na liderança de *O Dia* e abandonar a impressão de *A Notícia*.

Novamente alçado ao governo de forma indireta, Chagas passaria a se concentrar na campanha por sua sucessão. O nome escolhido seria o de Miro Teixeira, deputado que mantinha uma coluna em *O Dia*, e que, muito em virtude da cobertura do jornal, havia sido o campeão de votos do estado nas eleições para a Câmara dos Deputados (cf. p. ex. SARMENTO, 2008). Chagas, no entanto, não previra o espantoso crescimento de Brizola na preferência do eleitorado nas últimas semanas que antecederam a disputa, em 1982. O comando da estratégia de campanha do MDB iniciou suas atividades tentando polarizar com a candidatura de Sandra Cavalcanti, pelo PTB, em vista de quem Miro poderia se caracterizar como mais à esquerda no espectro político. Logo, porém, as candidaturas de Moreira Franco (PDS), genro de Amaral Peixoto, e Leonel Brizola (PDT) passariam a ocupar o centro das atenções, legando a Miro uma posição incômoda de continuidade em relação às práticas clientelistas de Chagas, criticadas pelos demais candidatos.

Como de costume, o noticiário d'*O Dia* seguia sua linha popular e sensacionalista. A campanha pouco permeou seus editoriais até os últimos meses antes de novembro. Mas, na reta final, entre setembro e outubro, a coluna de Miro Teixeira ganhou destaque na segunda página do jornal e sua agenda eleitoral passou a ocupar as manchetes. As pesquisas eleitorais realizadas pela equipe de repórteres de *O Dia* – e criticadas por outros veículos e analistas por não oferecer fontes e métodos confiáveis – apontavam uma vitória esmagadora, com Miro chegando a mais de 60% dos votos[14]. Mas, internamente, a estratégia de campanha rachava, com a busca particular do candidato em se firmar como político mais à esquerda, apesar do lastro do Governo do Estado e da base chaguista que o apoiava. As discordâncias entre Chagas e Miro

> terminaram por se tornar públicas em outubro. [...] Segundo fontes ligadas ao candidato, Miro deixaria de participar de inaugurações ao lado de Chagas, pois

> defendia a "organização da sociedade" e por isso mesmo considerava que uma obra pública não deveria ser capitalizada eleitoralmente (FREIRE,, 1999, p. 240).

A briga particular entre "criador" e "criatura" fez com que a candidatura de Miro desocupasse as manchetes d'*O Dia*. A cisão transparece no próprio jornal. Nos primeiros dias de outubro, a primeira página de *O Dia* estampou seguidamente "Norte-RJ vibra com a presença de Miro", "Miro leva multidões à praça"[15]. O dia 5 de outubro foi o primeiro em que não houve menção a Miro na capa do jornal e, já a partir do dia seguinte, o espaço que o candidato ocuparia seria o de uma brevíssima nota nos cantos da primeira página, sempre contextualizada com uma nota sobre a campanha de Moreira: "Miro percorre Bangu e faz comício-relâmpago; Moreira Franco visita Saara"; "Miro visita favelados; Moreira vai a municípios"[16]. E, em 24 de outubro, até mesmo o espaço de Sandra Cavalcanti na cobertura eleitoral do periódico era maior que a nota sobre Miro. Mas a situação a partir do dia 30 – último dia, de acordo com a lei eleitoral, para se divulgar resultados de pesquisa –, parece ir voltando ao normal, com Miro mantendo, mesmo em queda, o primeiro lugar nas intenções de voto computadas pelo jornal. Na última semana antes das eleições, Miro tinha novamente um grande destaque nas manchetes: "Consagração de Miro", "Povo delira: Miro!"[17].

Não se trata aqui de conjeturar por quais motivos Chagas teria marcado a linha editorial do jornal com idas e vindas na reta final de uma campanha tão crucial. Além, é claro, do preposto mais evidente – de acordo com alguns analistas, em razão do voto verticalizado[18], a queda de Miro levaria ao fracasso da base parlamentar chaguista –, as mudanças de diretrizes n'*O Dia* apontam para negociações travadas no âmbito interno do partido e no comando da estratégia eleitoral do PMDB.

O que me interessa, em particular, é uma última articulação de Chagas no Governo do Estado, que, novamente, buscava regular a imprensa por meio das bancas de jornais. Assim é que a Lei nº 586, de 21 de outubro de 1982, anuncia que, a partir daquele momento, os meios de comunicação "terão a sua distribuição e venda disciplinadas por lei estadual, visando facilitar sua expansão na Região Metropolitana, em benefício do seu desenvolvimento econômico-social" (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1982). Assumindo, portanto, uma função que desde a década de 1970 cabia ao município, Chagas preparava terreno para a publicação, 13 dias depois, da Lei nº 596/1982, que efetivamente dispunha sobre o licenciamento das bancas de jornais e revistas[19].

Sem alterar substancialmente o acumulado das legislações municipais anteriores sobre o assunto, a Lei nº 596, proposta e aprovada por Chagas Freitas[20], estendia ao estado do Rio de Janeiro a obrigatoriedade de venda de todos os jornais e revistas editados pelas empresas ou entidades filiadas ao Sindicato de Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas. Ao fazer isto, o governador não apenas garantia maior eficácia na penetração de seu jornal no interior do estado, mas ainda restringia a exposição de veículos contrários aos seus interesses partidários. Além disso, outra novidade importante foi a adição do parágrafo 5º ao artigo

15, que descreve infrações puníveis com multas aos jornaleiros. Tal parágrafo institui que "Não será considerado infração qualquer dano sofrido pela banca por ação de terceiro" (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1982b).

Para contextualizar o sentido destas linhas, é imprescindível recapitular os atentados ocorridos contra uma série de bancas em várias capitais do país, entre elas o Rio de Janeiro, entre abril e maio de 1980.

Quatro anos após a explosão de uma bomba no edifício-sede da ABI e um ano antes do atentado frustrado ao Riocentro, bancas do Rio, de São Paulo, Brasília, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte e Belém foram destruídas em ações terroristas. Os alvos geralmente eram jornaleiros que expunham publicações como *Hora do Povo*, *Movimento* e *Em Tempo* em lugar de destaque em suas bancas. Pouco ou quase nada era veiculado a respeito na imprensa tradicional: nas edições dos jornais *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *Folha de S. Paulo*, de 30 de abril a 6 de maio de 1980, não é possível encontrar sequer uma rápida menção aos primeiros atentados em São Paulo – apenas na sequência e intensificação das ações de terrorismo é que os periódicos de fato passaram a acompanhar seus desdobramentos. Em contrapartida, na imprensa alternativa divulgava-se de pronto uma campanha em solidariedade aos jornaleiros:

> No que diz respeito aos atentados contra a imprensa alternativa e os jornaleiros, toda uma série de medidas estão sendo tomadas para impedir que o terrorismo liquide com a imprensa popular. [...] Bancas já foram incendiadas ou ameaçadas em várias cidades do país, e o governo não tomou ainda nenhuma medida concreta. Os próprios jornaleiros é que se empenham para descobrir os culpados, como o caso agora em São Paulo [...] quando uma jornaleira, ameaçada descaradamente por um indivíduo no centro da cidade, anotou a placa do veículo e posteriormente deu queixa à polícia. (Cf EM TEMPO. Solidariedade aos jornaleiros. Ano 3, nº 111. 31/07–13/08/1980. São Paulo: Aparte, 1980).

Diante disso, a legislação de Chagas procurava desonerar o estado de qualquer responsabilidade diante dos atos de terrorismo de grupos radicais de direita.

À primeira vista, as medidas do governo estadual para regular e fiscalizar as bancas podem parecer pouco eficazes no intuito de controlar a distribuição das publicações no período imediatamente anterior às eleições de 1982. No entanto, a rede de capital político e midiático de Chagas Freitas, acumulada ao longo de mais de quarenta anos de atividade jornalística e empresarial, não pode ser ignorada; tanto que o desempenho do PMDB chaguista foi melhor justamente em municípios do interior fluminense, como as regiões do Vale do Paraíba, Norte e Serrana.

Mesmo, porém, controlando o processo de distribuição dos jornais cariocas em todo o estado com mãos de ferro, Chagas não foi capaz de reverter completamente a situação em seu favor. O homem de imprensa se despediria de seu império midiático logo após a queda política, no misterioso episódio de outubro de 1983, em que venderia o jornal a Ary

de Carvalho – atitude mais tarde contestada pela própria família de Chagas, que, após sua morte, entraria na Justiça para tentar reverter a negociação, alegando que o político já não tinha condições mentais para tomar tal decisão.

Em 1985, a Lei nº 908 promulgada pela Assembleia Legislativa na figura de seu presidente, o pedetista Eduardo Chuahy, revogava a Lei nº 596, e, um ano depois, o Decreto municipal nº 6.229, assinado pelo prefeito Saturnino Braga, restituiria a competência da legislação municipal ao texto do Regulamento nº 6, da Consolidação de Posturas Municipais de 1978, fazendo alterações pontuais nos parágrafos indicados. Assim, aparentemente se encerrava o período de domínio de Chagas Freitas sobre as diferentes etapas do processual jornalístico – domínio este que influía e reverberava no quadro político da época. O regulamento de 1978, contudo, preservava muito de sua influência pessoal, e as legislações posteriores (cf. p. ex. Decreto nº 11.380/1992) ainda voltariam a incorporar algumas de suas diretrizes, como o artigo que desresponsabilizava o estado por danos infligidos às bancas.

Os sucessos políticos de Chagas Freitas em muito se explicam não por outro motivo que a penetração de seus jornais e o controle rígido exercido por este à frente da estrutura de imprensa que ele próprio capitaneava. A legislação sobre distribuição e comércio de jornais e revistas obviamente aparece aqui como coadjuvante deste enredo. Contudo, desatrelar o capital midiático de Chagas Freitas – isto é, a estrutura social, laços e redes de contato que o sustentavam enquanto ator importante no cenário de imprensa do país – de seu equivalente capital político é não considerar que o ideário propagado por seus jornais alicerçou não apenas sua candidatura mas todo um cenário político que lhe foi favorável. Ainda que, aparentemente, à sua revelia, as bancas de jornais constituam não a ponta mas o meio deste processo de disputas políticas, figurando, entre político e veículos de imprensa, como gargalo capaz de compor vetores de influência e penetração no discurso eleitoral.

Sob esta perspectiva, ainda que feita a ressalva de que, na prática cotidiana de operação das bancas muitas das regulações do poder público não são cumpridas à risca, creio ter apontado para a importância de se acompanhar este tipo de legislação de modo a contextualizá-la com os interesses políticos dominantes. Como gargalo para a penetração da mídia impressa, os processos de distribuição e venda de jornais e revistas são vulneráveis em muitos sentidos à atuação disfarçada e contundente de políticos. A área cinza que enuvia as etapas de circulação, distribuição e consumo de produtos jornalísticos merece ainda especial atenção dos pesquisadores envolvidos no estudo de questões referentes à penetração de veículos de mídia impressa e à própria liberdade de imprensa.

Notas

1 - O STF decidiu pela revogação do decreto em julho de 2009. Em 30 de novembro de 2011, o Senado Federal aprovou em primeira instância proposta de emenda constitucional que restabelece a exigência do diploma para o exercício da profissão; até a votação em segunda instância, contudo, a matéria permanece em suspenso. Enquanto isso, o entendimento da profissão volta a estar, como noutros países, atrelado à definição de "empresa jornalística". E, nesse caso, torna-se ainda mais recursivo: é jornalista quem tem vínculo com uma empresa jornalística. Percorrida toda a extensão da conceituação jurídica, o que se nota é que não há uma clareza sobre os limites e o exercício da profissão.

2 - Cf. a, também recentemente revogada pelo STF, Lei de Imprensa. Segundo a lei, embora não se enquadrem como empresas jornalísticas, equiparam-se a elas, para fins de responsabilidade civil e penal, empresas que exploram serviços de radiodifusão, empresas cinematográficas e ainda agências de notícia.

3 - Cf. ANUÁRIO BRASILEIRO DE IMPRENSA, op. cit., 1949. pp. 76-90.

4 - No jargão da teoria política, os mecanismos de *enforcement* são regulamentações de controle que preveem sanções e retaliação no caso de determinado preposto ser violado. Tal conceito encontra aplicação mais clara nas legislações de concessões públicas, por exemplo, para a radiodifusão.

5 - ABREU, 2001, p. 2380. Cf. tb. SIQUEIRA, 2002, p. 132: "Comentava-se, na época, que Chagas Freitas teria propositadamente desvalorizado o título [*A Notícia*], se precavendo contra uma eventual vitória na Justiça dos herdeiros de Ademar".

6 - Em 1975, Chagas sofreu um duplo afastamento com o projeto de fusão da Guanabara e do Rio de Janeiro em um único estado: ele não só foi obrigado a deixar de lado seu plano de sucessão no governo estadual, por conta da nomeação de Faria Lima como interventor federal, como também precisaria dividir o espaço do MDB carioca com as lideranças do MDB fluminense, em especial, com a figura de Amaral Peixoto. Por conta desse revés, optou por afastar-se do MDB, partido para o qual ele voltaria dois anos depois, a tempo de ser escolhido candidato às eleições indiretas para governador em 1978 (cf. SARMENTO, 2008; cf. tb. FERREIRA, 1999).

7 - É importante notar esta via de mão dupla, pois que o jornal de Chagas Freitas, notabilizado pelo tom condescendente com o governo militar, aproveitava-se também do bom relacionamento do político emedebista com os generais, almirantes e brigadeiros para obter em primeira mão informações sobre o que aconteceria no dia seguinte (cf. depoimento de Paulo Duque apud FERREIRA, 1999, p. 171).

8 - Além disso, consta ainda do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (ABREU, 2001, p. 2380) uma breve menção dando conta de que Chagas teria sido um dos diretores da Sociedade Interamericana de Imprensa, organização que congrega lideranças do meio jornalístico das Américas e é normalmente presidida por uma junta de diretores. Não há, contudo, informação sobre o período em que o político ocupou este cargo.

9 - A proibição explícita a panfletos e cupons promocionais no texto da lei é ainda mais curiosa se posta diante das legislações subsequentes, que, como veremos, passarão a permitir a venda de adesivos com "motivos cívicos".

10 - No Rio de Janeiro, as dimensões das bancas não podem exceder os 16m^2. Em São Paulo, a Lei Tenorinho, de autoria do vereador Luís Tenório de Lima, aprovada em 1986 (Lei estadual nº 10.072/1986), autoriza desde então a instalação de bancas de até 30m^2. A distância entre as bancas, na cidade do Rio, varia de acordo com o período da legislação entre 100m e 400m, "devendo a distância mencionada ser observada até mesmo em logradouros diferentes, quando será medida passando pelas esquinas respectivas" (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1982).

11 - Dada a influência exercida por Chagas no período em que esteve à frente do sindicato e posteriormente, quando deixou o cargo, o jornalista Alberto Dines (1997) o classifica como "presidente vitalício do sindicato patronal de jornais".

12 - Apesar de representar uma pequena alteração à lei de 1976, é o Regulamento de 1978 que passaria a ser utilizado como referência legislativa em âmbito municipal. Mais adiante, revogadas as leis estaduais promulgadas por Chagas Freitas, é a Lei de 1978 que é tomada como modelo no *caput* das legislações municipais de 1986, 1992, 1994, 1996, 1998 e 2003.

13 - Vale lembrar que, nos primeiros anos do regime militar (1964-1965), apenas cerca de 10% dos domicílios brasileiros possuíam televisor. Aproximadamente duas décadas depois, mais ou menos 75% das residências já eram dotadas de aparelhos de televisão. (Cf. LATTMAN-WELTMAN, 2003, p. 140).

14 - Cf. O DIA, 03/10/1982.

15 - Cf. O DIA, 02/10/1982, 03/10/1982.

16 - Cf. O DIA, 06/10/1982, 11/10/1982.

17 - Cf. O DIA, 11/11/1982 e 13/11/1982.

18 - A exemplo do horário político, o mecanismo de vinculação partidária que vigorou nas eleições de 1982 já estava previsto no Código Eleitoral de 1965 (Lei nº 4.737/1965). Dadas as condições do pleito, como primeiro após o período de vigência do bipartidarismo e das eleições indiretas para o Executivo estadual, sua adoção ganhou novo sentido, apontando para a intenção da União em reforçar suas candidaturas para os governos por meio da base clientelista que concorria pelo PDS ao Legislativo.

19 - A Lei nº 586 possui somente três parágrafos e apenas prenuncia a nova lei na sequência. Provavelmente feita às pressas, dado o calor do momento eleitoral, a Lei nº 596, de 3 de novembro, conserva em diversos trechos sua denominação de "regulamento", indicando que foi adaptada do texto original da Consolidação de Posturas de 1978. Vale ressaltar, por menos conclusivo que seja, que a Lei nº 596 é publicada justamente no período em que Miro voltaria a estampar as capas de *O Dia*.

20 - A autoria do projeto de lei é atribuída ao "Poder Executivo".

Referências

1.1 Legislação

BRASIL. *Lei nº 5.250*, de 09 de fevereiro de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 5/5/2009.

BRASIL. *Projeto de Lei nº* 4.596, de 17 de setembro de 1958. Disponível em: <http://www.camara.gov.br>. Acesso em: 11/7/2009.

GOVERNO DO ESTADO DA GUANABARA. *Lei nº 1.020*, de 19 de julho de 1966. Guanabara: Diário Oficial da Guanabara, ano VII, nº 139, de 26/7/1966.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Lei nº 586*, de 21 de outubro de 1982[a]. Disponível em: <http://www.alerj.rj.gov.br/>. Acesso em: 5/5/2009.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Lei nº 596*, de 03 de novembro de 1982[b]. Disponível em: <http://www.alerj.rj.gov.br/>. Acesso em: 5/5/2009.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Lei nº 696*, de 24 de novembro de 1982[c]. Disponível em: <http://www.alerj.rj.gov.br/>. Acesso em: 5/5/2009.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Lei nº 908*, de 31 de outubro de 1985. Disponível em: <http://www.alerj.rj.gov.br/>. Acesso em: 5/5/2009.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Consolidação de Posturas Municipais (1976)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Fazenda, 1976.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Decreto nº 1.601*, de 21 de junho de 1978. *Consolidação de Posturas Municipais (1978)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Fazenda, 1978.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Lei no 6.229*, de 24 de outubro de 1986. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/pgm>. Acesso em: 5/5/2009.

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. *Lei nº 4.447*, de 09 de janeiro de 1954. Disponível em: <http://www.sindjorsp.org.br/>. Acesso em: 5/5/2009.

1.2 Jornais

Em Tempo. São Paulo: abril-maio de 1980.

O Dia. Rio de Janeiro: 1979-1983.

O Globo. Rio de Janeiro: abril-maio de 1980.

1.3 Obras Gerais

ABREU, Alzira Alves de (org.); et alii. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. pp. 2376-2381.

_____. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE IMPRENSA: Revista Publicidade & Negócios. Ano IX, OUTUBRO DE 1949. *Leis de imprensa no Brasil.* Rio de Janeiro: Associação Comercial, 1949.

DINES, Alberto. O Rei está morto, viva o Rei*:* notas sobre O Dia, Ary de Carvalho e Chagas Freitas. IN: *Observatório de Imprensa*, ano 14, nº 033. 5 de novembro de 1997. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>. Acesso em: 11/7/2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A fusão*:* chaguismo x amaralismo. IN: SARMENTO, C. (org.). *Chagas Freitas*. Rio de Janeiro: FGV/Alerj, 1999. (Perfil político.) pp. 167-193.

FREIRE, Américo. O governador do estado do Rio de Janeiro. IN: SARMENTO, C. (org.). *Chagas Freitas*. Rio de Janeiro: FGV/Alerj, 1999. (Perfil político.)

GRAÇA, Milton Coelho da. O Dia em crise: reportagem-livro em busca de um autor. IN: *Observatório de Imprensa*. Originalmente publicado em Comunique-se. 16 de junho de 2004. Disponível em:

<http://www.observatoriodaimprensa.com.br>. Acesso em: 11/7/2009.

HALL, Stuart. Codificação/Decodificação. IN: HALL, Stuart. *Da diáspora. identidades e mediações culturais*. Liv Sovik (org.). Belo Horizonte: UFMG, 2003.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Mídia e transição democrática: a (des)institucionalização do pan-óptico no Brasil. IN: _____; ABREU, A.; KORNIS, M. *Mídia e política no Brasil*: jornalismo e ficção. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

MOTTA, Marly Silva da. Rumo ao governo da Guanabara. In: SARMENTO, C. (org.). *Chagas Freitas*. Rio de Janeiro: FGV/Alerj, 1999. (Perfil político.)

_____. *Saudades da Guanabara:* o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-1975). Rio de Janeiro: FGV, 2000.

_____. Frente e verso da política carioca*:* o lacerdismo e o chaguismo. IN: *Cpdoc*, Estante virtual. Cpdoc, FGV. Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 11/7/2009.

SARMENTO, Carlos Eduardo. Conhecendo o caminho. IN: _____ (org.). *Chagas Freitas*. Rio de Janeiro: FGV/Alerj, 1999a. (Perfil político.)

_____. O deputado federal. IN: _____ (org.). *Chagas Freitas*. Rio de Janeiro: FGV/Alerj, 1999b. (Perfil político.)

_____. *O espelho partido da metrópole:* Chagas Freitas e o campo político carioca (1950-1983): liderança, voto e estruturas clientelistas. Rio de Janeiro: Folha Seca/Faperj, 2008.

SIQUEIRA, Carla Vieira de. *"Sexo, crime e sindicato": sensacionalismo e populismo nos jornais Última Hora, O Dia e Luta Democrática durante o segundo governo Vargas (1951-1954)*. Rio de Janeiro: Departamento de História (PUC-RIO), 2002. (Tese de doutorado.)

Enviado em 15/01/2012

Cidade do funk: expressões da diáspora negra nas favelas cariocas

Funk music city: the expressions of the black diaspora of Rio de Janeiro's favelas

Adriana Carvalho Lopes
Doutora em Linguística pela UNICAMP e professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Adriana Facina
Doutora em Antropologia Social e professora da Universidade Federal Fluminense
Adriana.facina@hotmail.com

RESUMO:

O funk é uma das expressões da diáspora africana no Brasil. Gênero perseguido pelo poder público, pela mídia corporativa e por setores da classe dominante, o funk é parte inegável da cultura urbana do Rio de Janeiro. Nas suas letras, sobretudo nas músicas produzidas na década de 1990, os MCs afirmam a identidade das favelas como pertencentes à cidade e como territórios que não podem ser representados somente pela violência armada. Na contramão do discurso criminalizante e da tese da democracia racial, o funk denuncia o preconceito racial e de classe, ao mesmo tempo em que recusa a associação favela = lugar da violência, favelado = bandido, propondo ressignificar esses espaços no mapa simbólico da cidade.

Palavras-chaves: funk, diáspora africana, favela

SUMMARY:

Funk music is a form of expression of the African diaspora in Brazil. Despite being frowned upon by the authorities, the corporate media and sectors of the dominant classes, funk music is an undeniable part of Rio de Janeiro's urban culture. The lyrics very often affirm (more especially in the songs produced in the 1990s) the identity of the favelas (shantytowns) as being incorporated to the city and refuting their constant association with armed violence. Going against the grain of the common discourse of criminalisation and the concept of racial democracy, funk music condemns racial and class discrimination while also refuting the premise that the favelas equate to violent places and that favela residents equate to criminals by proposing a symbolic reinsertion of these areas on the map of the city of Rio de Janeiro.

Key words: *funk music; african diaspora; favela*

Pra quem não conhece o funk
é com muito prazer
que eu me apresento
agora pra você.
Eu sou a voz do morro
o grito da Favela
sou a liberdade
em becos e vielas.
Sou da sua raça,
sou da sua cor,
sou o som da massa,
sou o funk
eu sou."
MCs Dollores e Galo)

Mar, movimento, mistura são metáforas que dão vida ao sentido poético da cultura negra contemporânea. Fundamental na constituição do mundo moderno ocidental, mas situada com toda violência à sua margem, essa cultura tem origem híbrida nas viagens de antigos navios. Música, dança e estilo são as marcas dessa cultura que desafia as fronteiras dos estados-nação com seus padrões de ética e estética. Disseminação é a forma de sua trajetória. Diaspórico é o estilo de sua identidade, que só pode ser entendida no plural (GILROY, 2001).

Renovadas política e sonoramente com as invenções do disco *long-play* e de toda uma complexidade tecnológica, as culturas negras transformam-se em *hip-hop* em solo estadunidense e se espalham criativamente pelo mundo, inclusive no Brasil. Por canais informais de comunicação, o *hip-hop* é desvinculado do seu local de origem histórica chegando a diferentes territórios do globo com realidades parecidas. Locais que possuem como pano de fundo experiências urbanas marcadas por formas similares, mas não idênticas, de racismo, pobreza e segregação espacial.

Nos subúrbios e nas favelas da cidade do Rio de Janeiro, o *hip-hop* da Flórida recebe o nome de funk. Logo nos primeiros dez anos de existência, essa prática musical deixa de ser uma simples imitação ou reprodução da forma e estilo que haviam sido afetuosamente tomados de empréstimo dos negros de outros locais para se transformar num ritmo que conjuga a estética do *hip-hop* às práticas negras das favelas cariocas. No funk encontramos várias performances que evidenciam essa mescla: a fala cantada do *rapper*, muitas vezes, carrega a energia dos puxadores de escola de samba, as habilidades do corpo do *break* são acentuadas com o rebolado e a sensualidade do samba e o *sampler* vira batida de um tambor ou atabaque eletrônico.

Porém, como toda cultura negra, o funk é criativo e estratégico, mas é também vulnerável. As forças da mercantilização penetram diretamente nas suas formas de expressão, classificando e homogeneizando a sua musicalidade, oralidade e performance. Reifica-se, desse modo, os binarismos dos padrões culturais ocidentais: autêntico *versus* cópia, alto

versus baixo, resistência *versus* cooptação etc. O funk entra na classificação dicotômica que, mais do que revelar uma qualidade intrínseca à produção cultural, serve para mapear as performances culturais negras em uma perspectiva burguesa, na qual a alteridade é posta em seu devido lugar, ou seja, é constituída sempre pelo adjetivo que carrega o traço negativo desses binarismos hierárquicos.

Mas o funk é contraditório e tira proveito até mesmo dos estereótipos e de tudo aquilo que se acumula como "lixo" e "vulgar" na cultura moderna. Uma breve análise de sua curta existência no Brasil mostra dois aspectos importantes. Primeiro, o funk evidencia como a juventude negra e favelada reinventa-se criativamente com os escassos recursos disponíveis, subvertendo, muitas vezes, as representações que insistem em situá-la como baixa e perigosa. Além disso, a crítica ao funk escancara a maneira pela qual a sociedade brasileira renova seu racismo e preconceito de classe camuflados pela retórica ocidental do "bom gosto estético".

São dois os argumentos que fazem do funk hoje um ritmo maldito, que ofende ouvidos mais sensíveis educados na tradição das casas-grandes. Por um lado, temos a ideia, muito difundida, sobretudo pelos defensores de um certo nacionalismo cultural, que se percebe como de esquerda, de que o funk seria um ritmo alienígena, importado, a refletir a alienação e a barbárie das classes subalternas, particularmente na sua versão lúmpen. Nesta perspectiva, o funk seria produto de uma série de faltas: falta de educação, de consciência política ou de classe, de gosto, de bom senso e mesmo de moral (a deles ou a nossa?, teríamos de perguntar).

Outro argumento, mais explicitamente racista e descaradamente preconceituoso com os "de baixo", vai dizer que o funk é música de bandido, incita à violência, corrompe menores, aumenta o uso de drogas e utiliza mais uma série de afirmações moralistas para defender seu puro e simples banimento. "O funk é caso de polícia" e ponto final. Na impossibilidade de exterminar os que fazem, escutam e se identificam com o funk – afinal, quem limparia as casas, faria as comidas, engraxaria os sapatos, cuidaria dos filhos das classes dominantes – procura-se censurar e mesmo liquidar suas formas de lazer, de sociabilidade, pois despersonalizar o inimigo, sobretudo quando este é oprimido por uma sociedade que se ergue sobre suas costas, com a força de seu trabalho, é primordial para garantir sua submissão. Sob o argumento da ordem, de uma inventada necessidade de ordenamento urbano, o funk é interditado como agente do caos, sobretudo como expressão musical da violência armada existente nas favelas.

A perseguição aos ritmos negros não é uma novidade histórica entre nós. Mesmo o samba, hoje largamente aceito e incorporado à cultura oficial, foi acusado de incivilizado e ameaçador, sofrendo perseguições policiais, preocupando os defensores da ordem pública. No entanto, o samba integrou-se a chamada cultura brasileira num momento em que as elites nacionais ainda tinham projeto de nação, impossível de se concretizar sem se levar em conta, ainda que de forma subalternizada e domesticada, o povo e as suas manifestações negras. Como uma forma de incluir hierarquizando, cria-se o mito da democracia racial.

O funk surge como expressão cultural popular em outro momento histórico, o da devastação neoliberal, no qual a incorporação da classe trabalhadora ao mercado via emprego e as ilusões da democracia racial são jogadas água abaixo. Sem nada a oferecer como miragem aos subalternizados, a sociedade de mercado transforma a maioria da humanidade em potenciais inimigos, em seres humanos supérfluos que nem mesmo como exército de reserva de mão de obra servem para ela[1]. Nesse contexto, ainda mais numa sociedade profundamente desigual como a nossa, conter as classes subalternizadas se torna agenda prioritária dos governos, seja por intermédio da institucionalização do extermínio, seja por meio da criminalização cotidiana dos pobres e suas expressões culturais.

Na viragem do arremedo de Estado do Bem-Estar Social para o Estado Penal, o inimigo vai ser construído como o jovem negro, favelado, rotulado como traficante. No entanto, como o racismo não se confessa por aqui, é a cultura que vai demarcar de modo explícito as fronteiras definidas pela cor da pele. Assim, como demonstra Michael Herschmann, a palavra "pivete" é substituída por "funkeiro" para tratar dos supostos jovens marginais cariocas, em sua maioria pretos favelados, a partir do período pós-arrastões, no início da década de 1990 (HERSCHMANN, 2006). Orlando Zaccone também demonstra que o crime de "tráfico de drogas", termo utilizado para se referir ao comércio varejista de substâncias ilícitas nas favelas, serve para aprisionar esses jovens e justificar sua eliminação pelas forças do Estado, já que jovem negro favelado = suposto traficante na linguagem policial e midiática. Como o funk é a forma de lazer e o ritmo que identifica esse segmento social, então se tem jovem negro favelado = traficante = funkeiro. No resultado final, funk = coisa de bandido (ZACCONE, 2007).

É muito comum que notícias sobre assassinatos de jovens em favelas sejam relacionadas ao funk nas matérias publicadas pela mídia corporativa. Um exemplo recente: os três jovens do Morro da Providência mortos por uma ação do Exército em conluio com uma facção criminosa, em 2008. Em todos os veículos da imprensa aparecia a informação de que eles estavam voltando de um baile funk na Mangueira, dado que provavelmente seria omitido se o lazer fosse outro. O simples fato de terem ido a um baile, ainda mais numa favela, já os colocava sob suspeita, tanto dos criminosos fardados e pagos com os impostos da população brasileira (inclusive a favelada) quanto da imprensa e da chamada opinião pública (leia-se a minoria formada pelos que leem jornais).

Assim, o jovem favelado é construído no singular como um grande perigoso sujeito. As representações dos grupos hegemônicos não acionam imagens de favelas no plural, mas sim a imagem de uma única entidade totalizante. Como se esses territórios estivessem situados em outra cidade, utilizam um olhar que não enxerga as práticas cotidianas e concretas que por lá circulam. Como se os sujeitos que lá habitam não fossem tão sujeitos, criam um discurso que silencia as vozes locais e delimitam os "territórios favelas" como um espaço genérico do perigo e da barbárie ligada, única e exclusivamente, ao chamado tráfico

de drogas. Porém, para a juventude favelada do funk cada favela tem nome próprio e é significada como um local heterogêneo e de habitação. Em outras palavras, a linguagem do funk "dá sentido" à favela: "fazendo ver" outros mapas e "desenhando" diferentes percursos na cidade do Rio de Janeiro. O funk veste com nome próprio cada favela e os espaços no interior dela. Além disso, a presença do funk se espalha pela cidade. O funk faz com que a presença das favelas seja mais visível ainda, ultrapassando as barreiras físicas e simbólicas que consituem o território urbano. É quase impossível passar um dia na cidade do Rio de Janeiro sem ouvir o som do batidão vindo de algum lugar – de um aparelho de MP3 de algum caminhante, de carros, celulares etc. Em sua contraditória relação com a indústria cultural, que lucra simultaneamente com a sua criminalização e com a sua mercantilização, o funk deixa espaço para que os jovens negros das favelas possam existir socialmente. Para eles, o funk é diversão, trabalho e sensualidade, mas também é a realidade e a linguagem da favela, denúncia e movimento cultural.

Essa mesma linguagem que cria algumas dificuldades metodológicas para as quais o pesquisador tem de estar atento – pois as gírias são dinâmicas e transformam o sentido das palavras de acordo com o contexto em que os discursos são emitidos – permite que o funk seja um grande veículo de comunicação, falando diretamente ao seu público. Para entendermos o potencial de comunicação popular que o funk possui, é preciso levar em conta que ele é hoje o estilo musical mais difundido nas favelas e periferias cariocas. Estima-se que em todo o estado existam cerca de 5 milhões de funkeiros e podemos dizer que são poucas as festas e bailes da juventude carioca nas quais o gênero não é tocado. Os bailes funks, nas favelas ou no asfalto, reúnem milhões de jovens a cada semana e é possível encontrar em vários deles um público de mais de 5 mil pessoas. Além de ser um tipo de música, o funk também configura estilos de vida e consumo que são característicos das favelas.

Com isso, o funk pode ser compreendido como um meio de comunicação popular com grande influência sobre a juventude pobre. Expressando realidades múltiplas, servindo como diversão, transmitindo mensagens e, sobretudo, transformando em registro artístico a linguagem da favela, cheia de gírias e sentidos diversos da língua culta. Como o funk, que se origina nas favelas, chega ao asfalto também com grande impacto e acaba servindo de mediador entre as diferentes línguas da cidade, contribuindo para incorporar ao português carioca os falares do morro. Num contexto no qual cada vez mais as favelas são guetificadas por uma política de (in)segurança pública que é marcada pela criminalização da pobreza, o funk ganha uma importância comunicacional ainda maior, espécie de "jornal popular", no dizer de Mr. Catra.

É preciso lembrar que a favela é um território marginalizado construído no interior de uma sociedade fundada no mito da democracia racial. Como mostra Flauzina (2008), tal mito foi utilizado não só para interditar a formação de uma identidade negra no Brasil, como também para apagar o conflito de raça existente na Nação. Um dos vestígios desse

conflito seria a segregação espacial, que lançou a população negra para as periferias de todo o país. Nesse sentido, poderíamos entender a favela como resultado de uma divisão racial, que, no discurso hegemônico, opera de forma silenciosa. Segundo Pinho (2003), no contexto brasileiro, o racismo só tem eficácia simbólica por meio de sua dissimulação, uma vez que a exclusão racial foi substituída pela retórica nacional de mestiçagem brasileira. Assim é possível um racismo sem sujeito (os racistas) e sem objeto (os negros).

Mesmo com as mudanças recentes sobre o pensamento racial no Brasil, a cidade do Rio de Janeiro, que serviu de palco para a invenção da nacionalidade e, logo, da mestiçagem brasileira, reitera continuamente tais silêncios nas leituras que são feitas sobre os territórios desta cidade: que situam "do lado de cá", a cidade maravilhosa, a terra do samba, das belas praias e do carnaval e "do lado de lá", as favelas e seus perigosos sujeitos. O preconceito contra os sujeitos e o "lado de lá" da cidade parece não colocar em xeque o mito da democracia racial. É como se a hierarquização sobre determinados territórios da cidade não ameaçasse o mito da "sociabilidade carioca" que celebra a democracia e a indistinção de "classes, cores e culturas". Em uma cidade onde a mistura de raças é simbolicamente (re)atualizada, o discurso hegemônico silencia a referência à distinção de cores, substituindo-a pela distinção do local de origem – isto é, do local onde se mora. Assim, é possível compreender como o funk carioca reivindica a favela como sua raiz sem fazer menções explícitas aos significados raciais. No funk carioca, há a reivindicação de uma origem espacial constitutiva de uma identidade que pode ser vista como metonímia[2] da identidade negra na cidade do Rio de Janeiro, a identidade "favelada".

Esses funkeiros começam a cantar a "favela" num momento em que esta é significada no discurso hegemônico como um todo homogêneo dominado pelo chamado tráfico (comércio varejista de drogas); um discurso que generaliza e atenua completamente qualquer oposição que possa haver entre aqueles que seriam bandidos e aqueles que seriam moradores. Segundo Peralva (2000), desde 1980, a favela é vista e reconstruída pela classe média como o oposto da cidade, como o espaço inimigo, onde qualquer forma de violência do Estado é legítima.

Como mostram alguns autores da geografia cultural, o espaço não é uma entidade física, inocente e a-política. De acordo com Lefebvre (1991, p. 26) o espaço é uma prática discursiva determinante na constituição das identidades sociais. Partindo desse pressuposto, alguns autores fazem uma distinção entre "espaço" e "lugar" produzida socialmente, útil para compreender a forma pela qual determinados sujeitos não só interagem, como também se situam e significam o mundo. De acordo com Forman (2002, p. 25), ambos possuem uma relação dialógica, mas no momento em que o "lugar" é definido pela interação humana local imediata, o "espaço" mostra as trajetórias mais amplas e genéricas. De forma semelhante, De Certeau (2008) argumenta que o local é uma prática que se constrói no ato de caminhar pela cidade e o espaço no ato onividente de observar, medir e delimitar[3]. Segundo De Certeau

(2008), essas práticas locais e espaciais são como atos de fala que constroem os mapas das cidades.

Se o discurso hegemônico aciona atos de fala para constituir e delimitar a favela como um "espaço" dominado pelo tráfico de drogas, os MCs com os seus atos de fala líricos fornecem um outro tipo de existência para esses territórios. Estes passam a ser o "local" do funk, onde os bailes e as práticas que o constituem são detalhadamente enunciados. Um exemplo notório dessa identidade é o rap "Endereço dos Bailes" dos MCs Junior e Leonardo, em que os artistas "fazem ver" um outro mapa do Rio de Janeiro:

Endereço dos Bailes
(Junior e Leonardo)

No Rio tem mulata e futebol,
Cerveja, chopp gelado, muita praia e muito sol, é...
Tem muito samba, Fla-Flu no Maracanã,
Mas também tem muito funk rolando até de manhã

Vamos juntar o mulão e botar o pé no baile Dj

Ê ê ê ah! Peço paz para agitar,
Eu agora vou falar o que você quer escutar
Ê ê ê ê! Se liga que eu quero ver

O endereço dos bailes eu vou falar pra você

É que de sexta a domingo na Rocinha o morro enche de gatinha
Que vem pro baile curtir
Ouvindo charme, rap, melody ou montagem,
É funk em cima, é funk embaixo,
Que eu não sei pra onde ir

O Vidigal também não fica de fora
Fim de semana rola um baile shock legal
A sexta-feira lá no Galo é consagrada
A galera animada faz do baile um festival

Tem outro baile que a galera toda treme
É lá no baile do Leme lá no Morro do Chapéu
Tem na Tijuca um baile que é sem bagunça
A galera fica maluca lá no Morro do Borel

Ê ê ê ah! Peço paz para agitar,
Eu agora vou falar o que você quer escutar
Ê ê ê ê! Se liga que eu quero ver
O endereço dos bailes eu vou falar pra você

Vem Clube Íris, vem Trindade, Pavunense
Vasquinho de Morro Agudo e o baile Holly Dance
Pan de Pillar eu sei que a galera gosta
Signos, Nova Iguaçu, Apollo, Coelho da Rocha, é...

Vem Mesquitão, Pavuna, Vila Rosário
Vem o Cassino Bangu e União de Vigário
Balanço de Lucas, Creib de Padre Miguel

Santa Cruz, Social Clube, vamos zoar pra dedéu
Volta Redonda, Macaé, Nova Campina
Que também tem muita mina que abala os corações
Mas me desculpa onde tem muita gatinha
É na favela da Rocinha lá no Clube do Emoções

Vem Coleginho e a quadra da Mangueira
Chama essa gente maneira
Para o baile do Mauá
O Country Clube fica lá praça seca
Por favor, nunca se esqueça,
Fica em Jacarepaguá

Ê ê ê ah! Peço paz para agitar,
Eu agora vou falar o que você quer escutar

Em *Endereço dos Bailes*, os artistas fazem mais do que uma descrição dos bailes. Enfatizando os aspectos positivos dessa diversão, eles realizam um convite aos olhos e aos ouvidos. O Rio de Janeiro deixa de ser visto apenas como o espaço genérico do samba, do futebol e da praia – os tão consagrados símbolos nacionais –, para ser também o local onde acontecem inúmeros e específicos bailes funk. Num momento em que os MCs buscavam dar visibilidade e legitimidade ao funk, eles acabaram por fazer o mesmo com o local onde este era produzido e consumido. Tais locais passam a ser enunciados como parte integrante da cidade.

Vários funks produzidos na década de 1990 têm nome de favelas específicas, por exemplo, o *Rap da Rocinha*, *Rap do Vidigal*, *Rap da Cidade de Deus*. Da mesma maneira, muitos MCs dessa época também eram conhecidos como representantes de certa galera ou de uma favela específica, como por exemplo, William e Duda do Borel, Galo da Rocinha, Mascote do Vidigal etc. O nome dos raps e dos artistas de funk indica um referencial comunitário. Os artistas de funk existem publicamente como um sujeito coletivo "da Rocinha", "do Vidigal" etc.; e, ainda, enunciam em nome de suas próprias favelas ou comunidades[4]. Nessas poesias, os aspectos positivos das favelas são reiterados, à medida que os MCs nomeiam as ruas, esquinas e os lugares de entretenimento de cada um desses locais, como mostramos no rap a seguir.

Rap do Vidigal e da Rocinha
(Mascote e Galo)

E aí MC Galo, como é que ta a Rocinha?
Um paraíso, onde tem muitas mulheres.

E o Vidigal?
Vidigal é um Morro de Lazer, em frente ao mar
Quem sobe não quer mais descer

Vai, vai, vai, vem, vem, vem
Quem dança no Vidiga, dança na Roça também

O Vidigal é um morro de valor
É uma favela que o Papa batizou
Comunidade humilde, é um morro muito shock
É lá que mora o MC Mascote

A Rocinha é uma comunidade linda
É a maior favela da América Latina
Se liga sangue bom, preste atenção
No que eu te falo
É lá que mora o tal do MC Galo

Se liga amigos, não me leva a mal
Agora eu vou falar das áreas do Vidigal
Subindo a escola vai parar no Barracão
Subindo sempre tem, você para no Cantão
Passa rua três, rua Nova, Orelhão
Logo mais em cima, tem a associação
Tem que continuar subindo no sapatinho
Se de repente lombra, você corta o caminho

Olha meus amigos, eu não vou perder a linha
Agora eu vou falar é da área da Rocinha
Vem a Rua 1, a Rua 2 e a Rua 3
E também a Rua 4 não se esqueça de vocês

Cachopa, Pocinho, Vila Verde, Terreirão,
Cidade Nova, Curva do S e Fundação
Vem a Via Ápia, Paulo Brito e Boiadeiro
Roupa Suja e o Valão, sempre tem que vir primeiro

Vidigal tem conceito, a Rocinha pede a paz,
Vidigal tem conceito, a Rocinha pede a paz

Neste rap, dois MCs estabelecem um diálogo no qual cada um narra as práticas espaciais de seus locais de habitação: as favelas do Vidigal e da Rocinha. Cada MC, na posição de locutor, situa-se como caminhante que mais do que "fazer ver" um determinado local, propõe um itinerário. Por exemplo, os MCs evidenciam as favelas com nome e características positivas próprias, "Rocinha, um paraíso", "Vidigal, um morro de Lazer", mas também o percurso que realizam em seus locais de habitação, "Subindo a escola vai parar no Barracão", "Logo mais em cima, tem a associação".

É possível perceber que, apesar das condições materiais da favela causarem indignação em seus moradores, ela também é um local capaz de gerar um enorme sentimento de

orgulho e pertencimento nos sujeitos que lá habitam. Tal sentimento é enunciado nas letras de funk. Por meio delas, os MCs travam verdadeiras batalhas linguísticas contra o discurso hegemônico no qual a favela é construída como o espaço de atos de atrocidade com condições desoladoras. No rap *Cidade de Deus*[5], os MCs Cidinho e Doca encenam atos de fala que se constituem como uma resposta contestatória ao discurso hegemônico, conforme exposto no fragmento a seguir.

Cidade de Deus
(Cidinho e Doca)

C -I- D- A- D- E- D- E- D- E- U- S
e vê se não esquece de Deus
êêêêê Cidade de Deus
C -I- D- A- D- E- D- E- D- E- U- S
e vê se não esquece de Deus
êêêêê Cidade de Deus
Cidade de Deus

Dizem que nós somos violentos,
mas desse jeito eu não aguento.
Dizem que lá falta educação,
mas nós não somos burros não.
Dizem que não temos competência,
mas isso sim que é violência.
Que só sabemos fazer refrão
se liga sangue bom,
mas não é assim.
Nós temos escola
nós temos respeito
se quer falar de nós
vê se fala direito.
Estou documentado doutor
cidadão brasileiro e tenho o meu valor.
Meu pai é pedreiro, mamãe costureira
e eu cantando rap pra massa funkeira
O ritmo é quente é alucinante
êta povo do funk êta povo gigante.
Eu quero ouvir geral no refrão

Cidade de Deus êêêêê Cidade de Deus

C -I- D- A- D- E- D- E- D- E- U- S
e vê se não esquece de Deus
êêêêê Cidade de Deus
C -I- D- A- D- E- D- E- D- E- U- S
e vê se não esquece de Deus
êêêêê Cidade de Deus
Cidade de Deus

Mas se tu não sabe eu te conto,
mas eu não sei se tu está pronto.
Nem tudo o que falam é verdade.
Queremos paz, justiça e liberdade.
Quando tiver um tempo sobrando,
se liga no que estou falando
vai lá conhecer minha cidade.
Eu vou te dizer aí que começa,
tu vai se amarrar vai se divertir
Depois que tu entrar não vai querer sair.
Vai ver alegria vai ver sofrimento
Não escondemos nada o que temos lá dentro.
Porque a comunidade tem fé
a vida que levamos é tipo maré
Ás vezes tá alta, às vezes tá baixa,
quem sabe navegando essa maré se acha.
Esqueça a caneta escreva de lápis
quando a maré mudar você passa a borracha.
Porque a vida do povo é assim
As vezes tá tranquila e as vezes tá ruim. (....)

O rap tem início com o refrão em que os MCs soletram o nome da Favela Cidade de Deus (*C -I- D- A- D- E- D- E- D- E- U- S*) e depois o repetem inúmeras vezes, ao longo da música. A palavra "Deus" é enfatizada (*vê se não se esquece de Deus*). Nesse momento, os MCs fornecem pistas sobre quem é o seu interlocutor: o sujeito que não só poderia esquecer o atributo "de Deus", como também associar essa Cidade a um atributo oposto (nem tão Divino)! A música é uma resposta/defesa daqueles que vivem nas favelas para aqueles que estão fora delas. De um lado, temos os MCs que narram em primeira pessoa para marcar uma enunciação em nome de um sujeito coletivo: o "nós da Cidade de Deus". Mesmo quando eles enunciam na primeira pessoa do singular, trata-se de um reforço dessa coletividade, uma vez que eles acionam representações paradigmáticas da forma pela qual os músicos significam o sujeito da favela: não como o "bandido", mas como um cidadão brasileiro, músico, filho de pais trabalhadores (*estou documentado, doutor/ cidadão brasileiro/ tenho o meu valor/ meu pai é pedreiro/mamãe costureira*). De outro lado, temos o interlocutor, aquele sujeito que não é da favela, identificado ora como "doutor", ora como "sangue bom". Esse último termo é uma gíria do chamado "favelês"[6] que designa uma forma de tratamento amigável com o outro. O "sangue bom" é explicitamente convidado a conhecer a Cidade de Deus (Se Liga no que eu estou falando/vai lá conhecer a minha cidade).

Logo após o refrão, os MCs citam certas imagens tipicamente acionadas no discurso hegemônico (ou no "discurso do doutor") sobre as favelas: o espaço da violência e da falta (Dizem que nós somos violentos/ Dizem que lá falta educação/ Dizem que não temos competência*)*. Enunciando como um coletivo, os MCs citam tal discurso para contestar atos

de fala que, violentamente, interpelam e constituem a favela e seus sujeitos, unicamente, por estereótipos violentos (Mas desse jeito eu não aguento, mas nós não somos burros não, mas isso sim que é violência).

Nesse rap, não só os aspectos positivos das favelas são significados. Ainda que se tenha o "local favela" como uma categoria central na organização de suas narrativas, não se trata de um "espaço idealizado" retratado por apenas uma perspectiva. Muito pelo contrário, os raps não só mostram os aspectos positivos do "local" favela, mas também funcionam como denúncia social. Ao fazer o convite ao "doutor", os MCs realizam uma caminhada, em que mostram as dificuldades de se viver numa favela (vai ver alegria vai ver sofrimento/ não escondemos nada o que temos lá dentro). É sob o ponto de vista do sujeito que vive as práticas locais, tecendo contornos e trajetórias das favelas, que os aspectos positivos e negativos desse território são narrados, transformando a habitação e o hábito em algo pelo qual vale a pena lutar.

Parafraseando o rap, trata-se de uma trajetória vulnerável, que "só pode ser escrita a lápis" (Esqueça a caneta escreva de lápis/ Quando a maré mudar você passa a borracha). No entanto, tal trajetória é o destino de milhares de sujeitos que, nesse rap, são (re)escritos: o favelado, que no discurso hegemônico é interpelado como uma perigosa estereotipia, aqui é identificado como um "sujeito de direito", ou melhor, como "povo" brasileiro (porque a vida do povo é assim/ às vezes tá tranquila, as vezes tá ruim).

O funk, portanto, ao inscrever a favela na geografia simbólica da cidade, afirma que favela é cidade e que, portanto, deve ser território de direito da cidadania. O mapa da cidade deve incluir, portanto, as populações pobres que na experiência da precariedade construíram modos de vida e identidades urbanas que são constitutivas do "ser carioca". Reivindicar o direito à cidade é, no caso do funk, afirmar sua cultura e a legitimidade dessa expressão musical diaspórica que embala corações, corpos e mentes da juventude negra, pobre e favelada.

Para MC Leonardo, nascido e criado na Rocinha, as elites combatem e criminalizam o funk de todas as maneiras, pois a briga do funk é antes de tudo uma briga racial. Que ironia! Logo na terra em que governos, mídia corporativa e elites artísticas/intelectuais celebram a democracia racial e a igualdade de "classes, cores e culturas". É impossível pensarmos numa transformação radical da sociedade, se não começarmos a pelo menos reconhecer e respeitar a legitimidade da cultura da juventude negra contemporânea e a dialogar com as suas contradições. Como diz o MC da maior favela da America Latina, "o funk carioca é uma poderosa arma porque é uma forma de comunicação, que mostra o que nós favelados vivemos, pensamos e queremos".

Notas

1 - Sobre a ideia de humanidade supérflua ver os trabalhos de Zygmunt Bauman, *principalmente Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

2- Referimo-nos à figura retórica que possibilita deslocar uma parte para significar o todo. Assim, o que é enunciado como objeto de preconceito são imagens identitárias que se associam, silenciosamente, ao corpo negro (seja a imagem do pobre, do favelado, do marginal, do funkeiro etc.). Tal operação retórica perpetua o racismo sem que ele seja explicitamente identificável.

3 - O local está para o caminhante, assim como o espaço está para o cartógrafo.

4 - Atualmente, os funkeiros já não utilizam com frequência, como na década de 1990, nomes de favelas específicas nos funks, pois enunciar o pertencimento a uma delas pode ser entendido como enunciar o pertencimento a certa facção criminosa. Tal fenômeno deve-se ao aumento de violência no mercado varejista de drogas diretamente relacionado ao acirramento, nos últimos quinze anos, de uma política de Estado que criminaliza a pobreza e as favelas cariocas (MALAGUTI, 2003).

5 - Esse rap foi gravado em 2003, um ano depois do lançamento do filme "Cidade de Deus", dirigido por Fernando Meirelles. Esse filme popularizou e projetou a Cidade de Deus, internacionalmente, como o espaço da barbárie e de uma violência brutal.

6 - Esse termo foi publicizado pelo rapper MV Bill e explicita um aspecto típico da cultura carioca: a existência de uma língua produzida a partir das interações sociais que ocorrem nas favelas e que impõem gírias e modas linguísticas ao conjunto dos habitantes das cidades.

Referências Bibliográficas:

BITTENCOURT, B. "Funk movimenta R$ 10 milhões por mês só no Rio de Janeiro, diz estudo". *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u492067.shtml.> Acesso em: 27 de janeiro de 2009.

BLACKLEDGE, A. The racialization of language in British political discourse. IN :*Critical Discourse Studies*, Volume 3, Issue 1, 2006, p. 61-79. Disponível em: http://www.informaworld.com/smpp/title~content=t713695016 Acesso em: maio de 2008.

BUTLER, J. *Excitable speech*: a politics of the performative**.** New York: Routledge, 1997.

CERTEAU DE, M. *A invenção do cotidiano.* Artes de fazer**.** Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

CHOULIARAKI, L. & FAIRCOUGH, N. *Discourse in the late modernity:* rethinking critical discourse analyse. Edimburgo University Press, 1999.

CLIFFORD, J. *A experiência etnográfica*. Antropologia e literatura no século XX. José Reginaldo Santos Gonçalves (org.). 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

FLAUZINA, A. *Corpo negro estendido no chão*. O sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FORMAN, M. "Represent: Race, Space and Place in Rap Music. IN: Forman, M & Neal, M. (orgs.) *That's the Joint*. The hip-hop studies reader. New York-London: Routledge, 2004. p. 201-223.

_____. *The hood comes first.* Race, space and place in rap and hip-hop. Middletown, CT: Wesleyan University Press, 2002.

GILROY, P. *O Atlântico negro*. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora 34/UCAM-Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

HALL, S. *Representations:* Cultural representations and signifying practices. California: Sage Publications Ltd, 2003.

_____. "Cultural identity and diaspora". In WILLIAMS, P. & CHRISMAN, L. *Colonial discourse and post-colonial theory*: a reader. New York: Columbia University Press, 1997. p. 392-404

HERSCHMANN, M. *O funk e o hip-hop invadem a cena*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006.

LACLAU, E. & MOUFFE, C. *Hegemony and socialist strategy:* towards a radical democratic politics. London: Verso, 1985

LEVEBVRE, H**.** *The production of space*. Oxford: Basil Blackwell, 1991.

LIMA, A. "Funkeiros, timbaleiros e pagodeiros: notas sobre juventude e musica negra na cidade de Salvador". IN: *Caderno Cedes*, Campinas, v. 22, n. 57, 2002. p. 77-96

MAGALHÃES, I. *Eu e tu:* a constituição do sujeito no discurso médico. Brasília: Thesaurus, 2000.

MALAGUTI, V. *Difíceis ganhos fáceis.* Drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

MOITA LOPES, L.P. *Identidades fragmentadas.* A construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2002.

MOITA LOPES (org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar.* São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

OLIVEIRA DE, J. & MACIER, M. "A palavra é: favela". IN: Zaluar, A. & Alvito, M. *Um século de favela***.** 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 61-115

PENNYCOOK, A. "Uma linguística aplicada transgressiva." IN: MOITA LOPES, L.P(org.) *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

_____. *Global englishes and transcultural flows*. London and New York: Routledge, 2007.

PERALVA, *A. Violência e democracia.* O Paradoxo Brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PINHO, O. *O mundo negro:* sócio-antropologia da reafricanização em Salvador. 2003. Tese. 302 f. (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

RAJAGOPALAN, K. *Por uma Linguística crítica*. Linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

ROSE, T. *Black noise.* Rap music and black culture in contemporary America. Middletown, CT: Wesleyan University Press, 1994.

VIANA, H. *O mundo funk carioca*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

WADE, P. *Music, race and nation.* Música tropical in Colombia. Chicago: The University of Chicago Press, 2000.

WEEDON, C. *Feminist practice and poststructuralist theory*. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

ZACCONE, Orlando. *Acionistas do nada:* quem são os traficantes de drogas. Rio de Janeiro, 2007.

Enviado em 05/05/2012

Que isso, funkeiro? Que isso?

Funk music? What's that?

Rôssi Alves Gonçalves
Doutora em Teoria Literária – UFRJ, professora adjunta
da Universidade Federal Fluminense
rossialves@ibest.com.br

RESUMO:

Este estudo propõe-se a pensar o movimento funk carioca sob o ponto de vista das estratégias adotadas a fim de legitimar-se como movimento cultural, em dois momentos distintos: anos 1990, quando o movimento ainda era caso de polícia e sofria por parte da mídia e da sociedade imenso preconceito; anos 2000, quando ganhou mais visibilidade e respeito como gênero musical, buscando formas de cidadania mais complexas, inserindo-se, sem timidez, no meio musical brasileiro e organizando-se política e profissionalmente.

Palavras-chave: funk; legitimação; periferia.

SUMMARY:

This study proposes to consider the carioca *funk music movement from the perspective of the strategies adopted to legitimise this music as a cultural movement, in two distinct moments: in the 1990s, when the movement attracted repression and was discriminated by the media and society; in the 2000s, when it gained increasing exposure and respect as a form of music, seeking more complex forms of citizen integration, and made inroads, albeit timidly, on the Brazilian musical scene, with better political and professional organisation.*

Key words: *funk music; legitimisation; fringe*

O Funk não é modismo/ é uma necessidade/
é pra calar os gemidos/ que existem nessa cidade

Bob Rum

Há algumas décadas, delineia-se com maior nitidez uma reorganização das produções culturais de periferia. Mas foi, sobretudo, a partir dos anos 1990, que os grandes centros urbanos brasileiros passaram a assistir ao surgimento de novas expressões que têm alterado o conceito de arte da periferia – aquela, então, conhecida como arte "menor".

Sem dúvida, foi o discurso exacerbado da violência que clamou por debates que auxiliaram a explosão das falas periféricas. E isso se dava ao mesmo tempo que a periferia se tornava um lugar político, bom para ser tomado pela mídia, políticos, academia e outros meios legitimadores.

Cinema, música, teatro e literatura, mesmo timidamente, reciclaram-se, no embalo de uma nova tendência na qual o excluído podia e devia falar. No campo literário, percebeu-se uma enorme transformação: o personagem de antes tomou o lugar do autor. Agora, é ele quem decide como será o enredo, quais serão os personagens e o que merece ser revelado. Ao autor canônico coube, apenas, aceitar e se refugiar noutras áreas menos violentas, menos perigosas. Quem manda agora é o personagem cansado de ser expectador da sua história. Que falem os favelados, os funkeiros, "os sem cultura", os sem reconhecimento!

Entretanto, a história da construção de um lugar por aqueles oriundos de comunidades não foi feita sem maiores conflitos. Há, atualmente, uma abertura, um desejo de ouvir a voz da periferia que tem sido forte o suficiente para manter tal som ressoante. É temeroso, ainda, afirmar que já se pode falar em outro e mais amplo conceito sobre as culturas das classes mais baixas. No entanto, setores menos conservadores da sociedade têm se permitido descobrir que as "classes perigosas", no conceito de Louis Chevallier, também falam. E estas, por sua vez, estão aprendendo a utilizar os espaços e, ao mesmo tempo em que reivindicam mais oportunidades, evidenciam a competência em áreas de saber diversas.

As opções samba e futebol, como expectativa de uma vida digna para o garoto da favela, vêm, agora, acompanhadas de outras pertencentes a áreas elitistas do saber, como a Literatura, Artes Plásticas e Cinema. Produtos como Nós do Morro, Nós do Cinema, Dogma Feijoada, Cooperifa, Caros Amigos, Grafite estão há alguns anos gritando o sucesso cultural da periferia, construindo redes e sabotando o preconceito cultural. Há uma rádio, a Roquete Pinto, no Rio de Janeiro, com um programa feito pela periferia – A Voz das Periferias; espaços nobres destinados ao grafite; festas badaladas frequentadas por uma massa híbrida de jovens e adultos do subúrbio a Zona Sul, ávidos por cultura. Periferia hoje é uma marca que tem muito a dizer e é rentável.

Houve, por longo tempo, a necessidade de um legitimador para essa arte da periferia. O público consumiria música funk, literatura de detentos, rap de negão, desde que estes viessem sob o rótulo "consuma sem medo" conferido por alguma autoridade da área. Assim, Zuenir Ventura, Caetano Veloso, Regina Casé, Fernanda Abreu, Dráuzio Varella etc. foram responsáveis pelo consumo inicial de uma arte que exigia outro olhar, outros critérios de análise e que trazia uma fala, muitas vezes agressiva demais aos ouvidos mais sensíveis.

Muito embora se experimente, há décadas, dar voz a quem só se pronunciava por vias autorizadas, devidamente controladas – Foucault, nos anos 1970, já apontava certa irrelevância do papel dos intelectuais como mediadores entre a cultura dos menos favorecidos e a alta cultura –, foi só nos anos 1990 que se delineou, com maior nitidez, a possibilidade das classes marginalizadas inverterem a ordem de locução.

Momento este que parece bem marcado com os acontecimentos da chacina de Vigário Geral e da Candelária. Horrorizada, a cidade do Rio de Janeiro assistiu àqueles massacres, num misto de regozijo e perplexidade. Como "classes perigosas", que eram as vítimas, estavam apenas submetidas a uma lógica perversa do "aqui se fez, aqui se paga". A tolerância com as diferenças sociais na cidade do Rio de Janeiro, bem como em outros grandes centros urbanos, já dava sinais de exaustão. Em São Paulo, o massacre do Carandiru também foi um dos marcos que sinalizaram o quase total descontrole do poder público com os setores marginalizados.

Assim, os anos 1990 projetaram-se como o período de imensa turbulência social. Chacinas, arrastões, guerra entre facções, conflitos diversos anunciaram que a ordem era "arrepiar", mostrar que a favela existe e quer ser ouvida.

E esse som, a princípio, quase inaudível, encontrou várias formas de projeção. Há que se destacar o *hip-hop* como um grande fenômeno aglutinador. O movimento conseguiu, em um momento em que ainda não era comum ouvir a voz da periferia, atrair a classe média, acostumada com sons importados, feitos por jovens muitas vezes sem nenhum compromisso social, a não ser se engajar no movimento, pelo menos, cruzar fronteiras e permitir-se ouvir uma batida e um lamento novos, o que já representava um grande feito, uma vez que aqueles grupos sociais mais abastados, apenas, conheciam miséria por meio dos programas e novelas de tevê.

Racionais MCs, grupo da periferia paulista, foi o que maior alcance teve entre a garotada da elite, naquele momento. A música, mais propriamente, o *hip-hop*, foi uma das grandes aliadas das classes menos favorecidas na busca por um lugar de expressão.

No Rio de Janeiro, foi o Movimento Funk que se encarregou de traduzir-se em uma das expressões, em busca de cidadania, de maior repercussão. Porque não se satisfaz como movimento de comunidades: quer estar lá e cá. Não se busca, aqui, fazer um mapeamento do movimento, nem uma avaliação do funk como arte musical, mas como o maior fenômeno cultural jovem do subúrbio carioca – MC Leonardo, presidente da APA FUNK, diz que os bailes só perdem em frequência para as praias (no verão) e sempre ganhou do futebol

(cf. MC LEONARDO, 2010) – e que, apesar do seu permanente estigma marginal, e, consequentemente, de suas dificuldades de ascensão, propõe um agudo processo reflexivo, justamente porque não sucumbe.

Por uma via sinuosa, de tensões e negociações, os funkeiros criam códigos culturais que os levam do centro para a periferia e vice-versa, num movimento constante, seja pela associação ao crime, seja pela atração causada pelo movimento, por sua "proposta" que, muitas vezes, se afasta dos códigos morais mais recatados da sociedade carioca, pela violência, o movimento vive num claro-escuro constante. E após mais de três décadas de existência no Brasil, nessa constante fricção, pode-se dizer que seja esta a sua singularidade, o seu lugar. Ou o "poço da escada", de que nos fala Bhabha (1998, p. 22):

> O poço da escada como espaço liminar, situado no meio das designações de identidade, transforma-se no processo de interação simbólica, o tecido de ligação que constrói a diferença entre superior e inferior, negro e branco. O ir e vir do poço da escada, o movimento temporal e a passagem que ele propicia, evita que as identidades a cada extremidade dele se estabeleçam em polaridades primordiais.

Ora voltado para a comunidade, com suas letras de explícito conteúdo sexual – "Eu vou pro baile, eu vou pro baile/ Sem, sem calcinha/ Agora eu sou piranha e ninguém vai me segurar/ Daquele jeito!", do grupo Gaiola das Popozudas –, ora mais preocupado em ser porta-voz das mazelas socais – "Era trabalhador, pegava o trem lotado/ E a boa vizinhança era considerado/ E todo mundo dizia que era um cara maneiro/ Outros o criticavam porque ele era funkeiro", do cantor Bob Rum –, ele está, constantemente, tentando encontrar um lugar de aceitação, sem se descolar da cultura local.

Tal movimento já foi responsável, em alguns momentos, pela ressignificação da cultura jovem local. Aconteceu nos anos 1970, quando foi descoberto pelos jovens e se tornou um marco para a cidade com os bailes no Canecão. Mais recentemente, na década de 1990, o funk adquiriu proporções tamanhas e indicou novos lugares a serem frequentados, novo modo de se curtir o baile e de pensar a relação da garotada da Zona Sul com as galeras do subúrbio da cidade.

Meados da década de 1990, os famosos bailes de corredor devolveram o movimento às páginas policiais e emudeceram a cultura musical das comunidades, por um certo tempo. Vivia-se o período dos violentos e polêmicos bailes de corredor – aqueles nos quais os funkeiros/guerreiros formavam duas filas, os lados A e B, e golpeavam-se, algumas vezes, levando o rival à morte ou a graves ferimentos, numa coreografia "sinistra".

Numa era globalizada, os funkeiros traduziam sua identidade pelo pertencimento a determinado grupo. Sob a marca lado A ou lado B, formavam "bondes" por uma ligação que o próprio grupo desconhecia ou não queria publicar. Relações com facções criminosas, simpatia, afinidade com determinado grupo eram reflexões que importavam aos jornalistas e pesquisadores: o movimento parecia não se preocupar com a "falta" de lógica na construção

do sentimento de pertença. Afinal, havia motivos demais com que se preocupar. E o baile era neurótico.

A cidade estava partida, como já havia notado o jornalista Zuenir Ventura. Entretanto, tratava-se, no movimento funk, de uma segmentação acordada pelos frequentadores dos bailes, respeitada e, embora muitos funkeiros declarassem-se contrários, os bailes "bombavam" e o movimento só crescia em número de adeptos.

Por conta desta modalidade marcial, muitos clubes, produtores de baile e artistas foram perseguidos, presos e o Rio de Janeiro ficou, por um tempo, órfão do seu maior produto cultural das periferias. Para a retomada, os bailes foram enquadrados: sem corredor, com segurança, horário determinado para o término e uma série de requisitos teve que ser aceita pelos organizadores na cidade do Rio. Unia-se, naquele momento, a necessidade de uma intervenção em alguns clubes "fora da lei" com o explícito desejo de empurrar o Movimento Funk para um lugar marginal, bárbaro, sem chances de defesa. E quase aconteceu assim.

No entanto, sabe-se que este movimento não se satisfaz com os lugares que lhe são destinados e, para sair do apagamento a que estava submetido, reconstruiu-se. De temática sexual mais contundente, mais movimentos insinuantes, abraçando a mulherada, antes restrita a meia dúzia, e investindo na estética do shortinho, calça colada, *piercing*, *top*, os funkeiros irromperam nas tevês, boates, favelas da Zona Sul, jornais e ilustres espaços de legitimação como as universidades. Era, novamente, o corpo em exposição, mas o corpo erotizado, produzido, desejável. Eram as "aulas" de sedução sem nenhum pudor que fortaleciam o movimento e lotavam os bailes. E, claro, permeavam algumas páginas de jornais com notícias sobre gravidez de meninas, Gaiola das Popozudas e outras matérias mais assustadoras. Mas o movimento manteve-se sob equilíbrio.

Ressurgiu, fortalecido, logo, sob a inscrição "sexo, cachorrada, mamadas" e outros termos mais erotizados. Sem pancadaria, sem polícia, o funk invadiu colunas sociais, novelas, festivais, sem que fosse necessário buscar um discurso mais afável aos ouvidos dos bem-nascidos. Fala-se de sexo, de comunidades e até de tráfico – a crônica das favelas da cidade encontra aí um bom lugar, naquela luta de que nos fala Milton Santos, em Por uma outra globalização:

> Os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros. Numa situação de extrema competitividade como esta em que vivemos, os lugares repercutem os embates entre os diversos atores e o território como um todo revela os movimentos de fundo da sociedade (SANTOS, 2000, p. 79).

Um breve olhar sobre o percurso do movimento mostra que nos últimos anos, por conta de suas estratégias de visibilidade, o funk cruzou territórios, frequentou menos as páginas policiais, reinventou-se.

Nesse início dos anos 2000, após prisões, CPIs, bailes proibidos etc., o movimento precisou se repensar e incorporar elementos que não lhe eram tão comuns. Foi preciso

que as produções culturais da periferia encontrassem, mais que uma força de expressão de pessoas oriundas de comunidades carentes, mas, sobretudo, uma nova e eficiente forma de busca de cidadania, de uma força definidora de espaço, que se organiza e que sabe o que quer e como fazer.

E isso foi realizado com estratégias diversas que sinalizaram um outro Movimento Funk, como a ênfase no erotismo, o cuidado com o vestuário, a aposta nas coreografias, a figura do assessor de comunicação, a maior participação de mulheres como MCs, entre outros. Falava-se comumente, inclusive, em investir em outros gêneros, a fim de se descolar, um pouco, da marca funkeira e, com isso, atingir novos públicos. Vários grupos seguiram estas orientações e fizeram enorme sucesso, mas o maior legado que essas ferramentas de legitimação deixaram foi, a meu ver, um outro olhar sobre o movimento sem a suprema necessidade de um "padrinho" apostando nos talentos da periferia. O funk já era, a despeito de grande aceitação ou não, o movimento cultural da periferia carioca que melhor representava os jovens suburbanos.

A criação da APA FUNK – Associação de Profissionais e Amigos do Funk – e a elevação do gênero ao *status* de Movimento Cultural Carioca, em 2009, evidenciam as acertadas caminhadas do movimento. A busca do momento não é mais a desesperadora necessidade de revelar talentos, desvincular-se da pecha de marginal, de ser mais um rosto na programação da Rede Globo. O movimento nunca negou uma forte atração pela mídia e o que ela lhe poderia render, mas chegou a um nível, em que mais parece que a mídia, o "intelectual", o poder público precisam mais do movimento do que o contrário.

As estratégias de legitimação são outras, então – por direitos autorais, de imagem, editais, inserção em meios culturais em igualdade de condições com os reconhecidos nomes da música brasileira, batalha por seus direitos trabalhistas etc. -, conforme MC Leonardo explica:

> O funk beneficia a todos na favela, todo o comércio lucra com ele. Agora, é preciso ensinar ao pessoal o que é incentivo, e isso significa atuar no campo das políticas públicas. O cara faz o projeto, mas para quem tem que apresentar? Ele precisa entender o papel do Ministério da Cultura, entender a diferença entre secretaria e ministério, deputado e senador. Tem que reunir todo mundo, todo o setor (op.cit, 259).

E não só politicamente o movimento vem se reinventando, mas o ganho é generalizado: os clubes de subúrbio continuam sendo a maior arena dos bailes, entretanto, há espaços culturais mais abrangentes que acolhem os bailes, misturando um público de samba, pagode, micareta com funk, num acertado negócio, como as casas cariocas West Show, Rei do Bacalhau, Rio Sampa, Ilha dos Pescadores.

Ao fomentar espaços para uma visibilidade mais perene, a cultura gerada nos locais de baixa urbanidade, ou seja, nos espaços de pouco apelo político, interferiu num modelo confortável e cristalizado utilizado pela crítica, pela mídia e pelos intelectuais. Estes,

atualmente, precisam, também, rever o instrumental para auferir valor aos novos discursos. As antigas qualificações tornaram-se incipientes diante do sucesso, mesmo que breve, dessa arte mais estruturada, determinada, disposta a fixar um lugar.

Com o movimento de grupos da exclusão em busca de um lugar próprio de elocução, a mediação do intelectual já não se faz tão necessária. Atualmente, os canais de relacionamento entre a produção cultural dos bem-nascidos e a dos excluídos ampliaram-se, exigindo**,** portanto novos métodos de percepção da cultura popular. Funk, literatura, teatro, a arte, em geral, tem avançado sobre espaços relevantes, legitimadores, fixando uma onda que pode ser definida como "deixa o excluído falar, porque precisamos deste discurso".

Referências bibliográficas

BHABHA Homi. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço Reis e Gláucia Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BLOOM, Harold. *O cânone ocidental*. Trad. Marco Santarrita. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro:. Ed. UFRJ, 1995.

CANDIDO, Antônio. A dialética da malandragem. IN. ALMEIDA, Manoel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias;* ed. crítica de Cecília de Lara. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

DAMATTA. Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Trad. António Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. Lisboa: Passagens, 1992

VIANNA, Hermano. *O mundo funk carioca*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

_____.*Galeras cariocas – territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.
HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997.

_____.*Da diáspora* – Identidades e mediações culturais. (Org) Liv Sovik. Belo Horizonte: UFMG/ Brasília/Representação da Unesco no Brasil, 2003.

LEONARDO, Mc. In. COHN, Sergio (org.). *Produção cultural no Brasil*. Volume 3. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2010.

SOARES, Luiz Eduardo. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Iser, 1996.

VARELLA, Dráuzio. *Estação Carandiru.* São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VENTURA, Zuenir. *Cidade partida.* São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Enviado em 29/04/2012

Revisitando aproximações entre o dom e a prece em Mauss a partir de referenciais cariocas

Reviewing convergences between gift and prayer in Mauss based on carioca references

Bartolomeu Tito Figueirôa de Medeiros
Doutor em Antropologia pelo Museu Nacional/UFRJ. Professor adjunto da UFPE e professor associado da Universidade Urbaniana de Roma.

Marcos de Araújo Silva
Mestre e doutorando em Antropologia pela UFPE. Pesquisador Associado da Universitat Rovira i Virgili (Espanha) e sócio-estudante da Associação Brasileira de Antropologia.

RESUMO:

Este artigo procura refletir sobre as interfaces entre a Teoria da Dádiva e o texto sobre a Prece de Marcel Mauss, baseado na análise de dois fenômenos relacionados com o culto às almas e a festas religiosas católicas na cidade do Rio de Janeiro. O primeiro fenômeno analisado é a celebração da Festa da Glória do Outeiro. O segundo refere-se às preces no túmulo de Odetinha e o último às orações no Cruzeiro "alternativo" do Cemitério São João Batista. Apesar de suas particularidades, tais fenômenos apresentam dinâmicas que remetem a diálogos entre vertentes oficiais, populares e não oficializadas do catolicismo, participação de adeptos de religiões de matriz africana e, principalmente, o reconhecimento de que o culto às almas se constitui em diversas modalidades de prece, baseadas na crença e presentes no catolicismo vivido no cotidiano do povo, no caso, do Rio de Janeiro. Enfim, práticas que se acredita possuírem um grande poder de intercessão dessas entidades junto a Deus e de mediação entre o mundo celestial e o terreno.

Palavras-chave: preces; catolicismo brasileiro no Rio de Janeiro; diálogos religiosos interculturais; dádiva em Marcel Mauss.

SUMMARY:

This article seeks to consider the interfaces between the Theory of the Gift and the essay "On Prayer" by Marcel Mauss, based on an analysis of two phenomena associated to the cult of the soul and Catholic religious feast days in the city of Rio de Janeiro. The first phenomenon to be analysed is the celebration of the Feast of the Glória do Outeiro Church. The second phenomenon refers to the prayers on the tomb of Odetinha and the last to the prayers said before an "alternative" Crucifix at the São Joáo Batista Cemetery. Despite their particularities, these phenomena present dynamics that relate to dialogues between official, popular and non-officialised facets of Catholicism, rely on the participation of adepts of religions of African origin and, mainly, acknowledge that the cult of the soul is incorporated in several forms of prayer, based on beliefs and gifts, instituted in the Catholicism practiced daily by the people, in this case, of Rio de Janeiro. In other words, practices that are believed to possess great powers of intercession by these entities directly to God and also mediation between the divine, or spiritual, and temporal world.

Key words: *prayers; Brazilian Catholicism in Rio de Janeiro; intercultural religious dialogues; the gift in Marcel Mauss*

Primeiras Palavras

Como o título indica, esse artigo se propõe a analisar algumas relações de proximidade entre a teoria da *Dádiva* e as análises constantes na obra incompleta sobre a *Prece*, ambas de Marcel Mauss. Tentaremos demonstrar como as leituras de ambos os textos expõem alusões, exemplos e até referências, cujos conteúdos podem ser remetidos um ao outro. Entre os comentadores do mestre francês, as alusões e exemplos referentes ao *Ensaio sobre a Dádiva* são desenvolvidos em análises mais amplas e na construção de novas categorias, tais como em DaMatta (1981), com sua teoria do relacional no Brasil, onde distingue o relacional assimétrico e o simétrico e em Sahlins (1972), com os desdobramentos da reciprocidade em vertical, horizontal e centralizada, positiva e negativa.

Examinaremos estas aproximações, considerando alguns tipos mais comuns de preces, presentes em ritos e em situações diversas no cotidiano do povo brasileiro: algumas de aflições e outras de alegria e entusiasmo. Lançamos o olhar para alguns desses cenários, individuais e coletivos, captados em contextos da cidade do Rio de Janeiro. O viés da prática da oração: ritual, gestual, vocal, individual e coletiva, dentro do horizonte católico, fornece uma iluminação específica – dentre as várias possíveis –, para estudar o quadro religioso no Brasil contemporâneo, levando-se em conta as dimensões sincrônica e diacrônica; esta última auxilia a entender as situações atuais, muitas vezes decorrências, modificações, reinterpretações ou recriações de um passado mais ou menos próximo.

Atribuímos aqui o termo *católico* às práticas de preces que fazem parte do contexto religioso católico-romano em sua ampla diversidade: sejam as que podem ser caracterizadas como tradicionais populares, sejam as que envolvem participações de fiéis nos rituais do catolicismo oficial, sejam as modalidades de orações que vêm ganhando preferência em diversos movimentos católicos contemporâneos de conotação mariana ou pentecostal, sejam as preces brotadas diante dos túmulos dos "santos canonizados pelo povo" – como veremos a seguir um exemplo – e demais tipos de diversas índoles e inspirações.

Incluímos também, neste artigo, exemplos captados, no Rio de Janeiro, de membros e comunidades de outras religiões, detentoras de caráter também inclusivo, à semelhança do catolicismo tradicional popular e ecumênico, que encontramos participando de rituais católicos como: procissões, visitas aos túmulos nos cemitérios no Dia de Finados (2 de novembro), ou a templos católicos em dias festivos, acompanhando as preces que se fazem nos cortejos, concentrações e espaços sagrados ou temporariamente sacralizados pelo ritual. Referimo-nos, de modo especial, às religiões de matriz africana, que mantêm uma relação de abertura com o catolicismo romano.

Supomos, porém, que esta relação de abertura é de caráter paradoxal; porquanto, inúmeros segmentos ameríndios e negros vivenciam ontem e hoje rituais católicos, valorizam a tradição católica no plano simbólico e social, mas, fundamentalmente, reinterpretam,

dentro de seus referenciais cosmológicos e religiosos, os ensinamentos relacionados às ideias de respeito, valoração e de aceitação da hierarquia simbólica católica; redimensionando e recontextualizando assim determinadas crenças dentro dos seus horizontes de significado. Lembramos aqui dos grupos umbandistas que vimos participando uniformizados, munidos das guias de Oxossi, da procissão de São Sebastião, no Rio de Janeiro, em 1991 e 1992.

Nesse nosso breve olhar acerca da realidade sociorreligiosa brasileira a partir do catolicismo, nos ancoramos em diversos pressupostos. Em primeiro lugar, o da imposição do catolicismo ibérico como religião exclusiva e hegemônica, no Brasil Colônia. Tal hegemonia, continuada e reafirmada após a Independência política, começa a ser contestada em larga escala e publicamente apenas no fim da segunda metade do século XIX, acompanhando os movimentos de contestação ao regime monárquico, iniciando daí em diante o processo paulatino de liberdade de escolha religiosa, que se tornaria oficial com o advento da República.

Em segundo lugar, a política colonial enfatizou a dimensão inclusiva do catolicismo, dentro do contexto sociorreligioso da *cristandade*: ameríndios e negros eram incluídos na grande unidade católica, encarada como totalizante e totalizadora do universo religioso. Pelo batismo, ameríndios e africanos eram integrados àquela totalidade holista. A persistência em práticas das religiões originais, nos dois grupos, bem como manifestações religiosas judaizantes, eram consideradas e tratadas como *desvios* a serem corrigidos e depurados em relação àquela onipresente unidade, e não como opções religiosas diferentes, o que justificava suas proibições institucionais.

Paralelamente a esta política hegemônica colonial, desenvolveu-se no interior do Brasil um trabalho lento, mas pertinaz, de atividade missionária na base da pirâmide social, seguindo o ciclo econômico do gado e a penetração das "entradas" e "bandeiras" pelo território adentro: beatos, chefes e/ou membros das "bandeiras", de terço ao pescoço, e frades missionários mais identificados com o povo dos sertões, constituíram-se em atores sociais desta evangelização, da qual resultou o catolicismo rústico ou sertanejo.

Um terceiro e forte pressuposto é a experiência histórico-cultural do cristianismo cristalizada na tradição católica, que fez dele o fruto de um enorme sincretismo com as religiões do mundo pré-cristão mediterrâneo e, posteriormente, as do "mundo bárbaro" e, inclusive, com as diversas correntes da filosofia grega nos séculos II a IV. Num processo tenso, vigiado severamente pelos representantes da Igreja, a hierarquia e o povo cristão na Antiguidade foi assimilando o que podia – numa outra leitura, "foi-se apropriando" – das figurações, calendários, festas, símbolos, ritos, terminologias filosóficas recorrentes, entidades míticas, elementos de rituais iniciáticos, tudo sendo reinterpretado e reinventado.

Ao longo de sua história, diante das tendências mais integristas, surgidas tanto na Idade Média como na Reforma do século XVI (lembramos o calvinismo, que se propôs a livrar a Igreja do chamado "entulho pagão") o cristianismo católico, entre outras correntes, advogou para si a atribuição de incorporar todo o patrimônio simbólico e religioso da humanidade

que não estivesse em direto desacordo com a Revelação, constantemente autopercebida e interpretada pela grande tradição da Igreja.

Como resultado do exposto acima, constata-se a realidade de uma "cultura católica" no Brasil, de características bem específicas em relação às suas congêneres europeias. Uma cultura onipresente sim, mas diversificada, que constituiu diferentes tipos de catolicismo, distinguíveis ainda hoje, nas diferentes regiões geoculturais do país. Poderíamos chamá-la, como Poulat, de "multicultura". Se este autor concluía, há mais de quatro décadas atrás que, na França, esta "cultura católica" se encontrava em regressão significativa, embora ainda conservando um peso considerável (POULAT, 1982, p. 58), com muito mais razão isto valeria para o Brasil.

Esta abordagem a partir do catolicismo, no entanto, deve levar em consideração alguns *elementos relativizadores*, atuantes na sociedade brasileira contemporânea. Destacamos aqui: primeiro, o crescimento significativo do protestantismo popular, em suas tradições pentecostal e neopentecostal, sobretudo nas três últimas décadas. Os censos de 2000 e 2010 confirmaram esta tendência. Em segundo lugar, destacamos o pluralismo religioso, um dos aspectos do pluralismo cultural vigente hoje na sociedade brasileira, fenômeno divulgado na mídia por intermédio da indústria cultural e promovido pela ocorrência de uma maior tolerância religiosa, embora nem sempre tranquila no espaço familiar e público. Tal fenômeno amplia as condições sociais de liberdade individual, o que faz com que as pessoas procurem respostas individuais para além das religiões institucionais, sobretudo nos meios urbanos. Confirmando esta inclinação sociorreligiosa presente na sociedade brasileira atual, os dois censos registraram aumentos de mais de 100% nos que se identificaram como "sem religião"; o que não quer dizer, têm-se apressado em destacar os comentaristas, que este grupo seja ateu (ANTONIAZZI, 2003, pp. 75-80).

Um outro destaque é o fato de o catolicismo vir perdendo em média 10% de seus adeptos, como demonstrado pelos recenseamentos das quatro últimas décadas. Isto significa, entre outras coisas, que a figura do "católico por tradição" desaparece progressivamente; que as pessoas perdem hoje o acanhamento de se confessarem publicamente umbandistas, espiritualistas, candomblecistas etc.; e, finalmente, que a opção pelo pertencimento religioso está mais forte no indivíduo e nos grupos informais do que nos grupos familiares. No entanto, na contramão deste processo, pesquisas realizadas nos anos 1990 e na década atual dão conta de um crescimento na participação em missas dominicais e um aumento da integração de adultos e jovens em grupos e comunidades ligadas a movimentos de espiritualidade de matrizes católicas diversas: bíblicos, de autoajuda, de índole carismática, de índole devocional mariana e outros, constituídos às vezes por influência e sob a orientação de programas das redes católicas de TV, de portais católicos na internet e/ou como fruto de encontros ou acampamentos de *avivamento*. Acrescente-se a isso o número de vocações para o ministério sacerdotal, o crescimento atual de certas ordens e congregações religiosas e da população dos mosteiros de monjas de vida contemplativa eremítica.

Essas breves considerações sobre o cristianismo e o catolicismo se justificam pelo fato de Mauss (1979) considerar que é justamente no meio social que encontramos elementos coerentes para investigar as causas determinantes da prece e de suas possíveis manifestações. Não podemos esquecer que este autor considera serem tais meios sociais formados pelas instituições gerais da sociedade e também pelas instituições religiosas que conduzem ou orientam direta e indiretamente o caráter devocional nas sociedades. Assim, ainda que a prece esteja relacionada a fenômenos religiosos, seriam nas instituições sociais que os "motores" religiosos produziriam modificações que se perpetuam por intermédio dos atos de religião e de devoção.

Além disso, lembramos que, segundo Mauss, a prece pode ser considerada um rito, já que engloba as propriedades e a eficácia que um rito religioso contém. Nessa visão, as preces constituem atos realizados coletivamente que exercem pressões sobre os indivíduos que atingem, simbólica ou materialmente. O texto "A Prece" de Mauss é profundamente crítico em relação a pesquisadores tais como os fundadores da Ciência da Religião, os filólogos e os antropólogos. Estudiosos que no início do século XX, segundo Mauss, procuraram refletir sobre a prece enquanto fenômeno científico e religioso tendo como referenciais apenas pressupostos de suas respectivas áreas específicas de estudo; áreas essas consideradas reducionistas na visão maussiana por não fomentarem análises e convergências que permitissem vislumbrar as práticas de preces inseridas em uma ideia de totalidade (não apenas em um sentido epistemológico, mas, sobretudo empírico ao cotidiano dos grupos sociais).

Os referenciais sobre os quais Mauss se deteve para escrever "A Prece" o levaram a perceber tal fenômeno como algo que, embora se manifeste externamente aos seus praticantes, seria importante por evidenciar que em uma mesma instituição (total por excelência assim como a dádiva) poderiam estar sendo desempenhadas funções cujas naturezas intrínsecas não se alterariam, apesar de se apresentarem com a marca da heterogeneidade, em suas diversas manifestações ao redor do planeta.

Considerando que o Evolucionismo Cultural ainda tinha um forte apelo na época da escrita do ensaio (e, consequentemente, ainda tinham aceitação alguns de seus pressupostos teóricos, como o da "unidade psíquica da humanidade"), é valido considerar que, para Mauss, a prece poderia ser vista como a culminância para onde estariam orientados os processos evolutivos da vida religiosa das sociedades em geral.

Nessa visão, a prece constitui um fato social total que, embora seja parte integrante dos rituais religiosos, é capaz de se "desenvolver" para, posteriormente, integrar toda a sistemática dos ritos religiosos e, com isso, "elevar-se" à categoria de instituição social específica e determinante para uma compreensão "científica" das sociedades, como era a preocupação central de Mauss.

A Dádiva e as Reciprocidades

Sem dúvida, a contribuição de Marcel Mauss, sobretudo em seu sempre lembrado e elogiado "Ensaio sobre a Dádiva"[1] pode ajudar em nosso objetivo. Com base na análise das modalidades de troca em sociedades "arcaicas" e da verificação do fato de que essas modalidades não seriam meramente coisas do passado, Marcel Mauss (1974[II]) demonstrou que o valor das coisas não pode ser superior ao valor da relação e que o simbolismo seria fundamental para a vida social. Ou seja, Mauss entendeu que a lógica mercantil moderna não substitui as antigas formas de constituição dos vínculos e alianças entre os seres humanos e constatou que tais formas continuam presentes nas sociedades ditas "modernas". Visando a um diálogo entre a Teoria da Dádiva e o seu texto sobre a Prece (1979), vale lembrar que, para Mauss, a relação de troca, em seus mecanismos de prestação e contraprestação, inclui a pessoa, tanto física como moral/jurídica: na entrega do presente, vai algo de si para o outro: é um "vínculo de almas" também (1974[II], p. 56).

Além disso, as trocas de dádivas entre os vivos "incitam os espíritos dos mortos" e "os deuses", "a serem generosos para com eles", os vivos. Existe, pois, entre os maoris estudados por Mauss, uma certa espiritualização da troca. Há *beneficiários celestes*, assim como terrestres; *aqueles, como estes, dispostos a recompensar* (as ênfases são nossas). Por agora, fica registrada a constatação das relações sociais estendendo-se até o "outro mundo" em diversas sociedades também relacionais, onde deuses e espíritos dos antepassados recebem pouco e dão muito, pois são, efetivamente, "os verdadeiros proprietários das coisas e bens do mundo" (1974[II], p. 63).

A expressão "graças a Deus", por exemplo, demonstra a extensão, entre nós, dessa crença arraigada de que tudo vem de Deus, dos santos, das "Almas benditas do Purgatório", como dádiva gratuita, mas que envolve reconhecimento, doação a Deus, aos santos e às almas como também aos humanos, em troca. Esta realidade forja um tipo de oração, chamado de "jaculatória", que consta de expressões exclamativas carregadas de emoção, em voz alta ou baixa, às vezes não feita com os lábios, mas com a elevação do pensamento e da emoção para Deus, a Virgem Maria, algum santo ou alma do Purgatório.

Segundo Paulo Henrique Martins (2007), na perspectiva da dádiva, sociedade e indivíduo são possibilidades fenomenais que se engendram incessantemente por meio de um *continuum* de inter-relações motivadas pela circulação do "espírito da coisa dada". Diferente do sistema bipolar do mercado, que funciona pela equivalência (dar-pagar), na dádiva (dar-receber-retribuir), o bem devolvido nunca tem valor igual àquele do bem inicialmente recebido. Concordamos com Martins (2007, p. 4) quando defende que se por um lado, a dádiva de Mauss é concebida como um sistema geral de obrigações coletivas (que reforça a tese de Durkheim a respeito da sociedade como fato moral), por outro, Mauss não se eximiu de adentrar o universo da experiência direta dos membros da sociedade; o que lhe permitiu

introduzir um elemento de incerteza estrutural na regra do dar/receber/retribuir e escapar da presença onipotente de uma obrigação coletiva que se imporia tiranicamente sobre a liberdade individual. Para Martins, Mauss compreendeu que a vida social é essencialmente um sistema de prestações e contraprestações que obriga todos os membros da comunidade, mas entendeu também que essa obrigação não é absoluta na medida em que, na experiência concreta das práticas sociais, os membros da coletividade têm uma certa liberdade para entrar ou sair do sistema de obrigações, mesmo que isto possa significar a passagem da paz para a guerra.

Existem, em certos costumes, curiosas associações entre o *gratuito* e o *obrigatório*, cruzando-se nos dois níveis de relações: assimétrica e simétrica. Assim sendo, sabemos que dentro do contexto hierárquico as coisas trocadas adquirem pesos diferentes: os presentes assumem a personalidade do doador ou do recebedor mais alto na ordem social. Um pedido feito pelo amigo do chefe tem peso maior do que o apresentado por meio das vias ordinárias da burocracia: do mesmo jeito como "as coisas têm uma personalidade", nas sociedades estudadas por Mauss (1974[II], pp. 128-129). A identificação do objeto com o possuidor e o peso social deste faz com que em nossos costumes também se misturem "as pessoas e as coisas" (1974[II], p. 131).

O relacional está, igualmente, no amplo uso do "despachante", lembrado por DaMatta (1981) e Peter Fry (1982) entre outros: o funcionário ou agência intermediária entre o indivíduo e as repartições governamentais, encarregado de apressar ou conseguir mais eficientemente o que se pretende do poder. Trata-se de um tipo de relação hierárquica, na qual entram em cena duas possíveis relações: ou contratual com o despachante, pagamento dos seus serviços; ou de fundo clientelista. Interessante a lembrança de Fry a alertar que a palavra *despacho* é amplamente empregada para designar os ebós[2], ofertados a Exus, Pombagiras e outras Entidades das Religiões de matriz africana, com o fim de aplacá-las ou conseguir favores. Tais rituais, tanto os celebrados no terreiro, na presença do pai ou mãe de santo que prepara a "comida de Santo", quanto o rito individual da pessoa que se dirige ao local indicado para "baixar a oferta para o Santo", são acompanhados de preces para a Entidade, tanto as de tipo propiciatório (de petição para que a oferenda seja aceita e a graça solicitada seja alcançada), quanto às de agradecimento pelo favor já obtido.

Semelhante prática se assemelha ao costume católico tradicional popular de fazer promessas aos santos: nas orações que acompanham o ato do compromisso com o Intercessor, os católicos pedem que "suas orações sejam 'despachadas' favoravelmente junto a Deus Todo-Poderoso".

A Teoria da Dádiva de Mauss influenciou e instigou diversos cientistas sociais a rever seus preceitos à luz de referenciais empíricos que ampliaram sua profícua aplicabilidade a inúmeras esferas da vida social e religiosa mundo afora. Marshall Sahlins (1972), por exemplo, distingue três tipos de transações econômicas ao analisar os fluxos materiais de

bens em algumas sociedades "primitivas": os movimentos numa perspectiva horizontal, que ele chama de "reciprocidade", os movimentos verticais, situados na relação interpessoal superior doador-súdito solicitante e os movimentos centralizados, nos quais a concentração dos bens fica nas mãos de um chefe para posteriormente serem distribuídos no grupo, por ele chamada de "redistribuição".

Para Sahlins, a reciprocidade pode desenvolver relações solidárias e por isso esse autor estabelece uma distinção entre reciprocidade positiva, reciprocidade negativa e suas gradações, que ele entende como gradações de sociabilidade. Estas citadas gradações podem conceder à ideia de reciprocidade três especificações: reciprocidade generalizada (entendida como a que envolve doação sem esperar imediata retribuição); reciprocidade balanceada ou equilibrada (vista como a troca direta, que possui diretrizes preestabelecidas) e reciprocidade negativa, que inclui diversas formas de apropriação e de tirar vantagens pessoais das transações, à custa dos interesses da outra parte e dos possíveis acordos tácitos firmados antes das negociações (1972, pp. 144-149).

Apesar do peso das tradições, das regras de parentesco e da fidelidade aos antepassados induzir no sentido da obediência aos códigos de conduta, ao comentar as relações de reciprocidade generalizada naquelas sociedades, Sahlins dá a entender que as normas de ética (que ele chama de "moralidade") em tais sociedades são relativas e situacionais, ou seja, apesar de todo o controle social, existem defasagens entre o ideal e o real ou possível que fazem com que os indivíduos desprezem constantemente os direitos e os deveres previamente estabelecidos (1972, p. 153).

A Prece em alguns contextos do cotidiano brasileiro: A Festa no Outeiro da Glória

No quadro das relações religiosas acompanhadas de preces, em nosso país, identificamos os tipos de direção das dádivas e das reciprocidades expostos por Mauss e seus comentadores. Tomemos inicialmente como exemplo certos comportamentos observados por nós na Festa da Glória do Outeiro, no Rio de Janeiro, que acontece no dia 15 de agosto, quando o calendário católico celebra a Assunção de Nossa Senhora. Como ocorre comumente nas festas religiosas católicas no Rio, sempre se pode constatar, no pátio externo na frente ou nos lados das igrejas onde se realizam os rituais católicos, a presença de pais e mães de santo sentados diante de seus tabuleiros, que contêm as contas do jogo de búzios, os "baralhos de santo", pequenas imagens para venda, preces, santinhos católicos participantes do sincretismo afro-brasileiro, a atender devotos que solicitam uma consulta nos jogos divinatórios ou comprar algum objeto sacro.

Chamou-nos a atenção, nos dois anos (1992-1993) em que observamos o comportamento do povo dentro do templo e na descida para o plano da rua, algumas mães de santo que se

desfaziam de suas roupas rituais, deixavam com uma jovem filha de santo o seu tabuleiro e subiam até o primeiro plano da festa: a capela, situada no alto do Outeiro. Lá, ofereciam seu buquê de flores, faziam sua prece diante da imagem, algumas participavam um pouco da missa celebrada naquela hora, voltando em seguida lá para baixo, na rampa de descida do Outeiro para o Aterro do Flamengo, reassumindo seu lugar e suas vestes rituais ao lado de outras mães e pais de santo.

Estas senhoras já vinham de casa preparadas para este ato devocional, porque vestiam uma roupa adequada para a ocasião festiva; mas, ao mesmo tempo, transportavam seus materiais rituais, com a ajuda de membros de sua comunidade afro-brasileira, incluindo a veste própria de sua função no Candomblé ou na Umbanda, a qual era colocada por cima do traje "civil". Ao chegar no alto do Outeiro, compravam um maço de flores, como muitos devotos faziam, levavam-no para colocar no local apropriado, dentro da capela, e iniciavam suas orações individuais ou participando coletivamente da reza do terço entre uma missa e outra ou participando de parte desta última.

Temos aí dois momentos rituais distintos, servindo de cenário e de oportunidade também para dois momentos de preces distintas, mas, no entanto integradas, porque dirigidas à mesma Senhora: a Virgem Maria da crença católica e a Iemanjá da matriz africana. Seriam duas linguagens religiosas que convergem ou que se cruzam entre si? Roger Bastide explicou tais comportamentos pelo que ele chamou *princípio do corte* (BASTIDE, 1971): lá embaixo, diante do seu tabuleiro, a mãe de santo faz as preces próprias para Iemanjá; na capela, diante do altar da Senhora da Glória, estas pessoas fazem o "corte" na situação anterior e permitem emergir, das profundezas de sua individualidade, a pertença cristã católica. Esta seria a lógica do mestre Bastide, seguindo uma interpretação racional de caráter dicotômico dos fatos observados, baseada no princípio da não contradição e da identidade: algo pode ser e não ser ao mesmo tempo.

No entanto, a continuação dos estudos da mentalidade religiosa e da cultura popular no Brasil veio demonstrar o caráter integrador, holístico, de experiências e atitudes mentais desse tipo, provenientes não de uma lógica de alternância – do *ou ... ou* – mas de uma lógica de adição, ou do *e ... e*. Neste horizonte de significados, as preces no ritual afro-brasileiro das consultas e aplicação dos jogos divinatórios são diferentes, sim, mas são integradas com as orações individuais e coletivas feitas diante da imagem da Senhora da Glória; pois, a Virgem Maria ora pode ser considerada *outra* em relação à Iemanjá mas, muitas vezes, é venerada como a *mesma Iemanjá*, dependendo do contexto sociorreligioso – e às vezes também, sociopolítico.

Do ponto de vista da prece em suas convergências com os tipos de reciprocidade, notamos no exemplo acima algumas situações diferenciadas: 1) a mãe de santo sentada diante do seu tabuleiro, atendendo clientes: suas preces possuem ao mesmo tempo uma postura de direção *vertical de baixo para cima* (dela para com o Orixá ao qual se dirige e ao qual pede

a resposta para o/a consulente, através do jogo divinatório) e *de cima para baixo* (da mãe de santo para a/o consulente, na sua tarefa de intermediária entre a pessoa solicitante do favor ou da resposta e o Orixá); 2) a mãe de santo ou ialorixá, na capela, participando da oração coletiva: terço, missa ou outra oração devocional: ela, neste cenário, torna-se uma beneficiária, como os demais, da reciprocidade *centralizada* na Senhora da Glória, no papel atribuído à "Santa" de distribuidora das graças de que é depositária, para atender aos devotos que fazem seus pedidos ou promessas e cumprem o prometido anteriormente pelas graças recebidas. Além disso, a sacerdotisa afro-brasileira perfaz o papel de membro temporário do grupo de devotos, com o qual mantém um tipo de reciprocidade *horizontal positiva:* neste sentido, todo o grupo, mesmo quando alguns ou a maioria fazem suas preces individualmente e não participam das orações coletivas ou da missa, mantém uma sintonia que configura uma solidariedade grupal positiva, confirmada pelo caráter comunitário das orações coletivas.

As orações no túmulo de Odetinha...

O segundo fenômeno nos transfere para as orações efetuadas pelos devotos concentrados ao redor do túmulo de Odetinha, sem dúvida a santa canonizada pelo povo que se tornou a campeã da veneração popular do Cemitério de São João Batista, o mais antigo e tradicional do Rio de Janeiro, localizado no bairro de Botafogo, propriedade da Santa Casa de Misericórdia do Estado do Rio de Janeiro. Odetinha, carioca de nascimento desde 1930, nascida de família de portugueses ricos, morria já em 1939 (aos 9 anos de idade, portanto), com fama de santidade. As pessoas que frequentam seu sepulcro falam de graças alcançadas por ela quando ainda viva. A maioria enumera graças de proteção, de volta à prática religiosa católica, de saúde recuperada e outras, conseguidas da "santa", após sua morte.

Conforme Cáscia Frade (1987, p. 39), a maioria dos devotos tem o primeiro contato com a "santinha" (como seus seguidores costumam chamá-la) nas visitas regulares ao cemitério, dentro da prática do culto às almas, nas segundas-feiras. Inclusive, faz parte desta veneração a missa mensal celebrada na capela do cemitério nas primeiras segundas-feiras do mês. Completa-se esta com as visitas ao túmulo nos sábados e domingos, além da coleta de donativos para o "Lar São José", obra social iniciada pela sua família, em nome da santinha e prosseguida por uma congregação de irmãs, após a morte dos pais. Afirma a autora, citando "depoimentos qualificados", que "a devoção dos santos não oficiais é impulsionada pela crença no poder de ação das almas." (1987, p. 54)

Na véspera e dia de Finados, em 1991 e 92, fomos várias vezes ao túmulo da "menina santa". Encontramos sempre bastante gente, sobretudo no dia 2 de novembro. Muita emoção: pessoas chorando, inclusive moças e rapazes, enquanto rezavam silenciosamente ou acompanhavam o "terço da Odetinha", que os membros da associação responsável pela guarda, manutenção, ornamentação do túmulo, coleta dos donativos e organização do culto

da "santa" "puxavam" de tempos em tempos. Distribuíam santinhos e recebiam pedidos do terço da "santa", já em falta. Presenciamos uma família do estado do Maranhão solicitando aquele objeto devocional.

Ex-votos de Teresina, do Recife, de Curitiba, de São Paulo estão afixados no túmulo, e várias pilhas enormes destes atrás do monumento, o que atesta a grande popularidade de Odetinha em todo o país, e é indicador da rede de relações e *reciprocidades horizontais* informais constituída em torno desta devoção não oficial, embora olhada com simpatia pela Igreja Católica. Demonstrativo disso é a participação de irmãs na "obra", são as missas celebradas na capela cemiteral em honra da "menina santa" e avisadas nas missas do dia de Finados.

Interessante é a divulgação de Odetinha para além das fronteiras do estado do Rio, até o Maranhão, Piauí e o extremo Sul do país. Conduzida por uma rede informal e horizontal de interações e intercomunicações, assemelha-se a uma correnteza de água que, nascendo no Cemitério São João Batista, vai seguindo seu curso. Vai sendo reforçada pelos santinhos levados por turistas e visitantes do Rio, por familiares aqui residentes, narrações de milagres e graças que circulam de boca em boca, alguma notícia dada numa estação de rádio, os terços de Odetinha levados de presente para familiares e amigos... Seria instigante um estudo cuidadoso destas redes informais de circulação de comunicações e reciprocidade horizontal positiva, sobre o nosso devocionário popular.

No que interessa agora ao exame deste nosso trabalho em cima do relacional brasileiro dando suporte para o culto religioso aos santos do povo, destacamos três movimentos ou direções, nesta e noutras atitudes devotas semelhantes, que incluem vários tipos de preces, como descrevemos anteriormente: a de *subida* dos fiéis para o santo; a de *descida* do santo para seus fiéis – ambos movimentos verticais, assimétricos e positivos; e a direção horizontal da reciprocidade igualitária, na troca de informes sobre graças e favores recebidos, com o consequente reforço mútuo da devoção, da qual faz parte a prática da oração coletiva, comunitária, da participação nas missas em honra de Odetinha, no cemitério, e as preces individuais, propiciatórias e de ações de graça, pelo Brasil afora.

... e no Cruzeiro "alternativo" do Cemitério São João Batista

O terceiro e último fenômeno aqui analisado são as orações no cruzeiro "alternativo" do Cemitério São João Batista. Deixando de lado o cruzeiro erguido no centro deste citado cemitério, nos encaminhamos para o outro, situado na parte alta do mesmo, no "morro", um pouco mais acima da capela católica cemiteral, situado entre quadras de sepulturas pobres, tipo *gavetões,* algumas ornadas com flores artificiais, já gastas e de composição barata, ao lado direito de quem sobe, e de quadras com túmulos familiares, economicamente melhores, no lado esquerdo.

Este cruzeiro perde muito em localização, imponência, arte, material de confecção, para o que está edificado no centro geográfico do "São João Batista". É construído de cimento pintado de branco, que a fumaça das velas vai enegrecendo aos poucos até receber nova pintura. Ao seu redor, construíram uma espécie de tanque para conter água, sobre o qual se estende uma tela de arame de malha fina, onde se põem as velas, formando um queimador, bem mais simples e improvisado que os modelos existentes na maioria das igrejas do Centro da cidade que visitamos.

O movimento era intenso, ao redor do segundo cruzeiro, na tarde do dia 1º e durante todo o dia 2 de novembro de 1991 e de 1992; bem maior que a romaria ao túmulo de Odetinha. A frequência às missas, celebradas de hora em hora na capela, desde as 7 até às 17 horas do dia 2, superava, em número de participantes, as visitas aos demais cruzeiros e túmulos. Alguns fatos chamaram a atenção, ao redor deste cruzeiro: entre esses, a enorme quantidade de velas acesas todos os dias do ano, nas visitas regulares feitas ali, por ocasião da pesquisa. Além da permissão de se acender velas – proibidas no outro cruzeiro –, este é o local privilegiado do cemitério para se depositar ebós e trabalhos para "os Exus do cemitério", "para as Pombagiras", para "Omulu e sua falange dos cemitérios"; para a "linha das Almas" – falavam alguns dos devotos respondendo a nossas perguntas. Também se queimam velas para estas Entidades, nas cores próprias das mesmas, acompanhadas ou não das comidas de santo rituais de cada uma.

Tais atos são sempre seguidos de oração silenciosa, em atitude recolhida, por parte dos visitantes, mesmo quando em grupo. Nossa impressão é de que é muito forte o costume de buscar conforto e lenitivo para a angústia e apreensão em relação à própria morte, ao mistério que "está do outro lado", ao temor do não ser ou dos "novíssimos" da teologia católica, da "Justiça Divina que tarda, mas não falha", e demais representações incluídas em nosso imaginário religioso. Tais percepções complexas, carregadas de sentimentos difusos e de diferentes matizes, demonstradas nas orações fervorosas, individuais, foram expressas por vários interlocutores. Entre estes, uma senhora viúva que foi ao cruzeiro com sua filha adulta, para ofertar velas ao marido, confessava:

> É, a gente já sobe aqui tensa e vê uma coisa dessas! (Referia-se ao funcionário que apagara algumas velas jogando água no queimador). A gente vem aqui tensa porque não se conforma mesmo com a morte... A pessoa adoece, a gente gasta, gasta, cuida, se cansa e depois, ela morre; de nada adianta! A filha não se conforma com a morte do pai: era filha única!

Outras conversas revelaram este *degradê* de sentimentos, que vão das homenagens festivas e do "o poeta vive!" diante do túmulo de Cazuza, às apreensões tensas com o destino inelutável, o próprio e o alheio, sentimentos que se transformam em preces silenciosas, recolhidas, com o rosto severo ou choroso. E assim, a morte é, a um tempo, objeto de tabu, como forma de negação, de evitação, enquanto o "após a morte" é objeto de negociação com

aqueles que por ela já passaram: as homenagens tentam fazer deles companheiros e aliados em vida, para o serem também na hora da "passagem deste mundo para o outro", como explicita Mauss, ao descrever os presentes para os espíritos e os deuses (1974 (II), pp. 63-64).

Na crença dos maoris, as entidades espirituais (entre elas os espíritos dos antepassados) são detentoras dos bens deste mundo. As almas, na leitura do universo religioso marcado pela cultura católica, não são as proprietárias da paz, da tranquilidade, dos bens materiais nem da certeza da vida futura "num bom lugar", mas o catolicismo oficial e o popular reconhecem nelas (tanto as que já estão no céu quanto as que padecem ainda no purgatório) um grande poder de intercessão junto a Deus, de mediação entre o mundo celeste e o terrestre. A negociação com as almas dos falecidos, acompanhada de orações fervorosas, carregadas de muita emoção, constitui importante tipo de reciprocidade, no qual se mesclam características hierárquicas e igualitárias. Tais transações às vezes ocorrem acompanhadas de sentimentos de medo dos mortos, de que apareçam, assombrem...

Além de negociações, acreditamos que um certo caráter de *liminaridade* (em diferentes gradações, obviamente) encontra-se presente tanto na Festa no Outeiro da Glória, quanto nas orações no túmulo de Odetinha e no cruzeiro "alternativo" do Cemitério São João Batista. Quando considera a prece como um rito religioso, Mauss também nos alerta de que os ritos podem ser confundidos com a ideia de "costume", e com isso, os atos que são caracterizados como integrantes de um rito em algum lugar podem ser vistos como costume em outro. Esta perspectiva situacional que está presente direta e indiretamente nos três casos etnográficos aqui analisados (dos atos "religiosos" que podem ser vistos como "costumes", das vertentes religiosas "oficiais", apropriadas pelas vertentes "populares", "sincréticas" e/ou "não oficializadas" etc.) evidencia o viés liminar que percebemos nestas realidades investigadas.

Ainda que Mauss defenda em seu ensaio que os ritos da religião possuiriam uma natureza específica vinculada às dimensões sagradas das forças às quais se aplicam, acreditamos que tal natureza não anularia a volição humana e o poder de reação às forças coercitivas (sejam elas de natureza religiosa ou "estrutural") das sociedades em geral.

Como sabemos, a *liminaridade* para Victor Turner (1974) está ligada a momentos de margem nos quais se instaura uma antiestrutura que transtorna as hierarquias. Algumas formas de liminaridade levam a uma antiestrutura social que o autor chama de *communitas*, na qual os laços podem ser criados fora das hierarquias e das relações sociais que ocorrem normalmente nos grupos. É importante lembrar que este autor não se refere à noção de estrutura no sentido de Lévi-Strauss, ou seja, como conjunto de classificações, uma construção mental relativa a categorias lógicas e à forma das relações entre elas, mas no sentido da antropologia social britânica: como uma disposição mais ou menos característica de instituições especializadas mutuamente dependentes e a organização institucional de posições e de atores que elas implicam.

Para Turner, nas fases liminares do ritual, costuma-se muitas vezes encontrar a simplificação da estrutura social no sentido britânico e a amplificação da estrutura no sentido de Lévi-Strauss. E isso acontece porque ainda que as relações sociais possam encontrar-se simplificadas, o mito e o ritual são eminentemente complexos, o que faz com que a liminaridade possa ser encarada como sendo potencialmente um período de exame dos valores e axiomas centrais da cultura na qual ocorre. É neste sentido específico que as preces dos adeptos ou frequentadores, sejam estes da Festa no Outeiro da Glória, do túmulo de Odetinha ou do cruzeiro "alternativo" do Cemitério São João Batista apresentam características de "passagens", de práticas religiosas atravessadas por um caráter liminar.

Considerações Finais

Seguindo a proposta reflexiva de Sahlins, de Peter Fry e do caráter relacional trabalhado por DaMatta, e com base nos elementos dos três fenômenos relacionados com o culto às Almas e à Virgem Maria no Rio de Janeiro, descritos anteriormente, supomos que tais preces e ritos religiosos que se relacionam com a ideia de dádiva envolvem, em sua maioria, reciprocidades positivas, de cunho clientelista e, não obstante, paradoxal, por conta das diferenças de leitura das práticas católicas veiculadas ao culto aos mortos, entre: católicos fiéis à linha do catolicismo oficial; católicos seguidores de formas tradicionais pré-Vaticano II e os adeptos ou simpatizantes das religiões de matriz africana, que reinterpretam as devoções, orações e demais práticas religiosas dentro do seu horizonte de significados. No entanto, é fundamental admitir que essas últimas características, marcadas pela ambiguidade, foram percebidas por Mauss nos sistemas de troca que o ajudaram a formular a Teoria da Dádiva e continuaram sendo contempladas por teóricos que deram prosseguimento a empreendimentos analíticos nessa vertente.

Ou seja, se é possível estabelecer semelhanças entre relações de dádiva e as relações religiosas que circundam as preces daqueles que protagonizam os fenômenos aqui investigados, tais semelhanças seriam incoerentes se almejassem associar reciprocidades de cunho paradoxal apenas ao segundo tipo de relações.

Paulo Henrique Martins (2007) lembra bem que o reconhecimento da dádiva como um sistema de obrigações paradoxais, considerado como básico para a criação do vínculo social, não significa que se deva automaticamente vincular o dom e a democracia ou o dom e a simetria. Segundo este autor, é importante admitir que os sistemas de dádiva predominantes (dádiva agonística, dádiva sacrificial, dádiva amical, dádiva caritativa, dádiva clientelista) não costumam fundar experiências democráticas e/ou simétricas, mas hierárquicas e verticalizadas.

A ideia de fato social total de Mauss é uma abordagem sistêmica que contempla a pluralidade das possíveis lógicas e fenômenos constituintes de uma dada interação social.

Considerando que para Mauss a Prece integra esta ideia, as dinâmicas sociorreligiosas dos cariocas envolvidos nos fenômenos aqui descritos integram um fato social total aberto às diferenças individuais, sejam elas de cunho político, religioso, geracional ou socioeconômico, porque, enquanto agentes diretos ou indiretos destas preces e devoções, todos eles são afetados pela circulação de oportunidades, experiências, presentes, doações, desejos, memórias, sonhos e anseios que são promovidos por tais dinâmicas.

A Teoria da Dádiva, concebida por Mauss como o fenômeno social total por excelência, possibilita não apenas dialogar com a sua ideia acerca da Prece, mas também ajudar na sistematização de reflexões pensadas a partir da experiência direta das pessoas investigadas. Experiências heterogêneas como as que vimos neste artigo, mas que geram, simultaneamente, um movimento paradoxal e incerto de interesse e desinteresse, de liberdade e de obrigação centrado no valor da relação, que parecem veicular o que Jacques Godbout (apud MARTINS, 2007) chama de valor do vínculo e que exprime a intensidade da relação entre os parceiros do dom.

Como sistema de prestações e contraprestações paradoxal, assimétrico e às vezes fomentador de reciprocidades negativas, os fenômenos relacionados com o culto à Virgem Maria e às Almas no Rio de Janeiro influenciam na construção das práticas que deram e dão suporte ao funcionamento de vertentes oficiais, populares e não oficializadas do catolicismo brasileiro. Práticas estas nas quais a confiança e o reconhecimento de que os atos devocionais aqui estudados constituem modalidades de preces com um grande poder de mediação entre o mundo celestial e o terreno foram dos primeiros bens simbólicos a circular a serviço da validação dessas relações sociais. Com isso, nos casos específicos deste artigo, o diálogo entre a Teoria da Dádiva e a ideia de Prece de Mauss ajudou a convergir para a análise do culto à Maria, às Almas e suas respectivas dinâmicas na cidade do Rio de Janeiro uma questão-chave: o que pode, afinal, circular entre esses devotos e corroborar os seus vínculos, dispersões e consequentes heterogeneidades religiosas.

Notas

[1] Cf., por exemplo, Lévi-Strauss (1974[II]:1ss), para quem "o *Ensaio* é a obra prima de Mauss. Foi este último quem introduziu a noção de 'fato social total' e fez um esforço para transcender o nível da observação empírica, para alcançar realidades mais profundas" (1974[II], p. 14 e 21).

[2] "Ebó" é um termo africano, de origem ioruba, largamente empregado nas religiões de matriz africana no Brasil, possuindo diversos significados e acepções, as quais têm em comum o sentido de oferenda para os Orixás e demais Entidades, sejam ofertas de carnes cozidas ou assadas de animais, sacrificados ou não, frutas e outros vegetais, bebidas, cigarros e charutos.

Referências Bibliográficas

ANTONIAZZI, Alberto. As religiões no Brasil segundo o Censo de 2000. *REVER*. 01 (2): 75-80.

DAMATTA, Roberto. (1981). *Carnavais, malandros e heróis*: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. (1985). *A casa & a rua*: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense.

BASTIDE, Roger. 1971. *As religiões africanas no Brasil*. Vol.2. São Paulo: Editora Pioneira.

FRADE, Maria de Cascia Nascimento. (1987). *Santa de casa:* a devoção a Odetinha no Cemitério São João Batista. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado. Museu Nacional/UFRJ. (mímeo)

FRY, Peter. (1982). *Para inglês ver:* identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar.

LÉVI-STRAUSS, Claude. (1974). "Introdução à obra de Marcel Mauss". IN *Sociologia e antropologia* (Vol. I). São Paulo: EPU.

MARTINS, Paulo Henrique. 2007. A sociologia de Marcel Mauss: dádiva, simbolismo e associação. Disponível em: http://www.nucleodecidadania.org/nucleo/extra/2007_06_18_11_22_22.pdf. Acesso em 09/09/2008.

MAUSS, Marcel. (1974). "Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas" IN *Sociologia e antropologia* (vol.II). São Paulo: EPU.

_____. (1979). "A Prece". IN Oliveira, Roberto Cardoso. *Mauss. Coleção grandes cientistas sociais*. São Paulo: Ática.

MEDEIROS, Bartolomeu F. de. (1995). *Entre almas, santos e entidades outras no Rio de Janeiro: os mediadores.* Tese de Doutorado em Antropologia. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ (mímeo).

POULAT, Emile. (1982). *Modernistica*: horizons, physionomies, débats. Paris: N.E.L, 1982.

SAHLINS, Marshall. (1972). «The spirit of the gift: On the Sociology of primitive exchange». IN *Stone age economics*. Chicago: Aldine.

TURNER, Victor. (1974). *O processo ritual:* estrutura e antiestrutura. Petrópolis-RJ: Editora Vozes.

Enviado em 24/08/2011

Rua Sacadura Cabral e Zona Portuária: uma viagem no espaço e no tempo rumo à Maravilha

Rua Sacadura Cabral and the Port Zone (Docks): A journey through space and time

Paulo Mauricio Rangel Gonçalves
Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UERJ (PPGEO-UERJ);
licenciado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF);
especialista em Políticas Territoriais no Estado do Rio de Janeiro
pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ);
professor da Rede Pública Estadual e Municipal do Rio de Janeiro
paulomauriciorangel@gmail.com

RESUMO:

O presente estudo da zona periférica ao Centro visa iluminar os processos decorridos na rua Sacadura Cabral ao longo de sua trajetória geográfica e temporal, de maneira a compreender as vicissitudes desta área na geografia atual do município do Rio de Janeiro. A fim de atingir tal objetivo, este artigo resumidamente abarca desde a gênese da área até os processos atuais que aí vicejam. Em seguida, são investigadas as funções delineadas ao longo da rua Sacadura Cabral hodiernamente, sob o foco de empreendimentos que diferenciam áreas existentes dentro de um mesmo logradouro. Por fim, problematizamos a intervenção estatal que ocorre neste espaço e que, sob a égide de grandes investimentos infraestruturais, tendem a modificar o traçado em análise.

Palavras-chave: lugar; Sacadura Cabral; diferenciação de áreas.

SUMMARY:

The present study of the peripheral area of Rio de Janeiro's Centro (Downtown) district aims to highlight the processes that rua Sacadura Cabral underwent over time and along its geographic course so as to understand the vicissitudes of this area within the current geography of the municipality of Rio de Janeiro. In order to attain this objective, this article briefly spans the beginnings of the area to the processes presently underway. This will be followed by a study of the distinct activities along the current rua Sacadura Cabral defined in accordance to the location of the commercial enterprises established the length of this public space. The study concludes by examining the government intervention occurring in this area that, under the aegis of major infrastructure investments, tends to alter the course of the street under analysis.

Key words: *place; Sacadura Cabral; differentiation of areas*

Introdução

Em tempos de mudanças cada vez mais rápidas neste alvorecer de século XXI, torna-se ainda mais importante o olhar espacial. Os fixos e os fluxos ornamentam e conferem luminosidade a múltiplos espaços, em lógicas tão variadas quanto os agentes que implementam estes deslocamentos e/ou se põem em movimento. Inserido em um mundo de viscerais transformações, é a parte da área central da cidade do Rio de Janeiro que vai ao encontro de meus estudos e objetivo maior de meu levantamento geográfico. Inserido em um mundo de viscerais transformações e movimentações, para o geógrafo Yi-Fu Tuan, "a Geografia é o estudo da Terra como o lar das pessoas" (TUAN, 1991, p. 89). Em contraposição a este cenário de intensas movimentações, tomaremos o lar como uma pausa, como uma longa e lenta respiração em um mundo de fugacidades[1]. Ao ter como guia as ideias de Tuan, no decorrer deste estudo geográfico pretenderemos realçar o homem e seu mundo, em um espaço em mutação.

De acordo com Denis Cosgrove, somos geógrafos a todo momento, estando a Geografia em toda parte (COSGROVE, 1998). Nesta curiosidade geográfica, a multiplicidade de lugares e a explosão de centralidades em um único espaço urbano sempre foram objeto de fascínio (MELLO, 2002), assim como as espacialidades de grupos sociais distintos, portadores de diferenciados lugares. Tais injunções engendram uma heterogeneidade muito característica da cosmopolita metrópole carioca. Neste contexto, as transformações pelas quais a cidade do Rio de Janeiro passou ao longo da organização de seu espaço ganham bastante relevo. A cidade, outrora reconhecida como o "túmulo dos estrangeiros" (SEVCENKO, 1984, p. 48), hoje ostenta a alcunha de "Cidade Maravilhosa". É instigante imaginar como e porque ocorreram estas transformações, quem foram seus atores, e se existiram processos contra-hegemônicos. Todas estas indagações podem vir à tona quando observamos, principalmente, o Centro da cidade do Rio de Janeiro.

Não obstante, algumas localidades nos convidam a ter um olhar especial pelo seu poder de resistência. Ao caminharmos pelo Centro da cidade do Rio, nos confrontamos com uma área *core* para os negócios, gestão e movimentos que emanam e são irradiados da e pela cidade. A rapidez dos fluxos, ornamentados pelas torres, sedes de grandes empresas, destoa bastante da contiguidade espacial da área. De um lado, observa-se a verticalização do núcleo central com edificações de diversos patamares e, nas circunvizinhanças, o domínio de uma área assobradada repleta de funções "pouco nobres", tais como bares, mercearias, residências unifamiliares e plurifamiliares. Nesse caso, faço uma alusão direta à zona portuária da cidade, que pode ser entendida como uma porção espacial diferenciada do seu entorno.

O recorte espacial utilizado para este artigo, que tem como substrato o material de pesquisa coletado e produzido ao longo de minha trajetória acadêmica (na graduação e na especialização), culminando com a atual pesquisa para o mestrado no PPGEO[2], é a rua

Sacadura Cabral. Hodiernamente, a zona portuária é atravessada por investimentos que tendem a modificar os traçados iniciais implementados em tempos de outrora, conduzindo-nos a outra atmosfera, a outras sensações no espaço e tempo. Sob a chancela da Prefeitura da Cidade, o logradouro passa por um processo de reurbanização. As obras implementadas nas proximidades da rua Camerino e Barão de Teffé modificam o afluxo de transeuntes e automóveis na área em destaque. Seguindo por esta linha de raciocínio, este artigo cumpre a função de sintetizar parte da história espacial dessa localidade e problematizar impactos futuros dessa "febre" empreendedorística que tem solo no referido ponto da urbe carioca. Cumpre ressaltar que parte do material de análise foi recolhido no período anterior ao início das obras do projeto Porto Maravilha no logradouro. Dessa maneira, o objetivo central aqui é fornecer subsídios para pensarmos o logradouro de maneira holística, no passado, presente e futuro do recorte em tela e suas implicações para o conteúdo social do espaço.

Um breve histórico do espaço em questão

A metrópole carioca apresenta características espaciais muito específicas. Para entendermos como a materialização destes fixos foi consolidada e concebida, é necessário mergulharmos nos processos e nos lugares da cidade. Nesta análise, faço um recorte espacial que se restringe apenas a uma, todavia, a partir de janeiro de 1502, quando foi descoberta a Baía de Guanabara. Nem tampouco farei uma leitura minuciosa arrolando eventos ocorridos no Centro do Rio. Efetuarei uma leitura que busca identificar as raízes de um espaço diferenciado em relação ao seu entorno imediato e mediato.

Tendo sua fundação em meados do século XVI, a cidade inicialmente se concentrava basicamente entre os morros de São Bento, Santo Antônio, Conceição[3] e Castelo. Segundo Rabha (1984), as constantes inundações provocadas pelas marés mais altas inibiu o crescimento geral da área, direcionando as ocupações para o alto dos morros[4]. É interessante notar que mais tarde este modelo de ocupação seria combatido, em face da vitória do homem urbano na luta contra os mangais e os brejos. O uso da área, durante os séculos XVI e XVII, ainda é bastante precário, não tendo uma "destinação específica" (RABHA, 1984, p. 81).

No decorrer do século XVIII, a cidade ganha um novo vigor com a função de capital do Vice-Reino do Brasil, em 1763. A corrida do ouro que de Minas Gerais era escoado para o Rio de Janeiro trouxe com sua exportação significativos impactos para a cidade. Na esteira deste processo, reformas eram necessárias para que a população crescente ficasse mais bem alocada e as condições de saúde e de higiene fossem mais adequadas para o atual status da cidade. Em nome dessa higienização da área central da cidade, o marquês de Lavradio, em 1769, transfere os galpões de escravos do Centro para o Valongo, região situada entre a Gamboa e a Saúde, considerada pestífera e de topografia acidentada, de difícil acessibilidade. De acordo com Rabha,

> Deve-se pois, aos escravos, a ocupação efetiva do litoral norte. Antes, apenas um reduto de pescadores, é ele tornado agora o polo de compra de uma mercadoria que viabiliza a economia e a vida da cidade (RABHA 1984, p. 83).

De forma geral, esta foi uma medida que contribuiu muito para a estigmatização da área por parte dos macroatores da época. Os usos de solo e modos de vida da população oriunda e transplantada da África eram tidos como irracionalidades para as elites locais, por serem contrarracionalidades à ordem vigente e hegemônica.

Ainda na referida escala geográfica, a escolha do sopé do Morro da Conceição para a construção de uma prisão, que enclausurava os que eram tidos como inimigos da igreja, foi emblemática. O Aljube, como era chamado, foi uma construção do bispo Guadalupe, que seria posteriormente utilizado por D .João VI (BRASIL, 2000)[5], transformando-o em depósito de presos em geral da cidade do Rio de Janeiro, aumentando o estigma de lugar de expurgo da área. As condições de higiene e de salubridade da prisão eram as piores possíveis, o que causava repulsa à população que a via ou ouvia. Segundo Brasil,

> Nelas, os imundos, andrajosos e acorrentados galés viviam em contato com os transeuntes aos quais ofereciam os toscos objetos de sua fabricação, para melhorar de passadio com os vinténs ganhos. Com efeito, era de caridade pública que se alimentavam eles, pois o Estado não lhes dava comida (BRASIL, 2000, p. 142).

Como síntese, ao longo do século XVIII, usos de solo tidos como "sujos" pela população se *standardizaria*, mediante o padrão europeu que iria se implantar na cidade no século consecutivo, e transformariam o perímetro que atualmente conhecemos como portuário em uma "ilha" dentro da própria cidade. O século XIX alvoreceu com a chegada da família real portuguesa às terras tupiniquins. Não obstante o impacto inicial da chegada da Corte, a cidade teria ao longo do século XIX e XX um crescimento populacional realmente impressionante. A morfologia da cidade ficaria bastante alterada com os subsequentes períodos governamentais que atravessaria. A criação do Cemitério dos Ingleses, na Gamboa, é uma obra do então D. João VI para que os vencidos pelas moléstias tropicais, vindos em embarcações inglesas, fossem enterrados, uso que já era conhecido no bairro com o Cemitério dos Pretos Novos. A construção deste fixo espacial viria a reforçar bastante a imagem negativa da cidade como "túmulo de estrangeiros" (SEVCENKO, 1984)[6] para o cenário internacional.

O crescimento do comércio e o aumento das atividades portuárias, face ao aumento da população citadina, fizeram com que a atividade portuária fortalecesse ainda mais a "vocação" do local (RABHA, 1984)[7]. O café e outros gêneros vindos de Minas Gerais e do Vale do Paraíba alavancaram esse processo, sendo significativo o número de trapiches instalados no litoral da Saúde e da Gamboa. Tal fato merece uma análise mais atual, pois alguns deles se encontram em plena utilização na contemporaneidade.

Na segunda metade do século XIX, a mobilidade espacial era privilégio de poucos, sendo observadas distinções no conteúdo social do espaço das freguesias urbanas da época. Nesse

prisma, as freguesias de Santa Rita e Santana, que dariam origem aos bairros de Saúde, Santo Cristo e Gamboa, eram marcadas por possuírem uma população extremamente carente, tanto a livre como a escrava, e de residir próximo aos seus locais de emprego (ABREU, 2008)[8]. No entanto, desde 1875, propostas de urbanistas e sanitaristas (oriundos da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro) aconselhavam o Estado a alargar e retificar várias ruas, para ampliar a higiene e facilitar a circulação entre seus diversos pontos, conferindo mais beleza e harmonia às suas construções, aumentando até a ventilação das casas e das águas pluviais (ABREU, 2008)[9], teses essas que previam o que viria a ocorrer, pouco mais de um quartel de século mais tarde, na paisagem urbana, implementando uma transformação muito grande e até mesmo drástica na cidade.

O inaugurar do século XX foi de extrema efervescência empreendedorística e arquitetônica para a cidade. A posição do Brasil como o maior produtor mundial de café, aliada aos primeiros momentos de um país republicano, fez com que o país necessitasse de uma nova roupagem para a sua capital, que era o seu "cartão de visitas" para os que chegavam do "estrangeiro". A cidade era foco endêmico de uma infinidade de moléstias: febre amarela, febre tifóide, impaludismo, varíola, peste bubônica, entre outras. Destas, a febre amarela e a varíola eram as que ceifavam o maior número de vidas[10]. Em 1903, orientados pelo sanitarista Oswaldo Cruz, brigadas sanitárias percorriam ruas desinfetando, limpando, exigindo reformas, removendo doentes. Os alvos principais eram as áreas mais pobres e de maior densidade demográfica. Segundo o depoimento de um delegado de Saúde, em 1904, sobre as condições do bairro da Saúde:

> (...) em todas [as ruas] foram feitas rigorosas visitas, exigindo-se toda a sorte de melhoramentos necessários. Nas habitações coletivas, então, procurei sempre, por meio de rigorosas intimações extinguir muitas que funcionavam irregularmente, quer por falta de condições higiênicas, quer por não possuírem licença da prefeitura (CARVALHO, 1987, p. 94).

Tais condições, pestíferas e endêmicas, ganham bastante relevo na análise de sanitaristas no início do século. Para combater essas endemias, seria necessário um ataque voraz ao problema, por meio de vacinas. No entanto, a obrigatoriedade da vacina foi um foco ainda maior de contestação popular, em um episódio que ficou conhecido como Revolta da Vacina. Segundo Carvalho,

> (...) os cidadãos inativos pelo critério constitucional revelavam-se então não só profundamente atentos a aspectos do exercício do poder, que lhes afetavam a vida cotidiana, como também dispostos a ir até as ultimas consequências para defender o que consideravam seus direitos" (CARVALHO, 1987, p. 91).

Esta rebelião popular teve início em novembro de 1904, e se alastrou por toda a cidade do Rio de Janeiro, mas ganhou contornos ainda mais trágicos no bairro da Saúde e da Gamboa. As autoridades perderam completamente o controle da área central e do seu

entorno (os bairros acima citados), densamente habitados por grupos populares. As tropas governamentais foram sumariamente expulsas desses domínios, por mais fortemente armadas que estivessem e em perfeita ordem unida. Os becos, as demolições, as casas abandonadas, a topografia acidentada, tudo propiciava aos insurretos a oportunidade para mil armadilhas, refúgios e tocaias[11]. A Praça Harmonia (atual Praça Coronel Assunção) foi tomada por barricadas, construídas com material de carroças, bondes, colchões, pedras, sacos de areia e fios de arame. Ainda, segundo Sevcenko, "o famoso bairro da Saúde, convertido num reduto inexpugnável, começava a mostrar-se lendário"[12]. As autoridades civis e militares realizavam reuniões frequentes em que se consertavam planos de ataque àquela posição inexpugnável. Na luta contra as forças governistas, se sobressai Prata Preta, ou Horácio José da Silva, que, quando fora preso em um ataque por mar e por terra, no dia 16 de novembro de 1904, teria cedido, assim como a resistência popular do bairro. No mesmo dia 16, o governo revogou a obrigatoriedade da vacina e com isso o movimento popular refluiu até sua completa extinção. O pesquisador José Murilo de Carvalho chega à conclusão de que a motivação para a revolta popular na Saúde não foi desdobramento do "bota-abaixo" do prefeito Pereira Passos, pois o bairro quase não fora afetado em termos de derrubada de casas, mas sim a própria obrigatoriedade da vacina[13].

As repercussões do movimento foram intensas. Segundo Carvalho,

> (...) o jornal O Paiz refere-se a povo, populares, operários e "pobre gente explorada", exceto o pessoal da Saúde, que seria composto por facínoras disfarçados de marítimos. Os presos no final seriam vagabundos e desordeiros (CARVALHO, 1987, p. 114-115).

Em suma, após este fugaz e tenso conflito urbano, os resquícios divulgados pela imprensa tendiam a reforçar ainda mais a imagem desgastada do perímetro em análise no imaginário coletivo da população da cidade do Rio de Janeiro, criando uma representação hegemônica negativa do morador local, ou seja, quem tinha esse espaço enquanto um lugar passou a ostentar uma estigmatização ainda maior para as autoridades e para própria população da cidade.

No transcorrer do século XX, a modernização do porto da cidade do Rio de Janeiro termina por cortar de vez a ligação dos bairros do litoral norte, agora oficialmente portuários, com o mar (RABHA, 1984)[14]. A origem do morador e do próprio lugar foram severamente atingidos com essa reforma, que fez com que o residente dos bairros perdesse o contato direto com o mar. Tendo sido efetuada essa intervenção no interior de lugares outrora solidamente cristalizados e topofilicamente significantes para determinados grupos sociais, à população da Saúde, da Gamboa e de Santo Cristo restou se arraigar em suas tradições e particularidades. Sendo majoritariamente portuários, de origens africanas e lusitanas, em uma mistura cultural passaram cada vez mais a se desvelar no espaço vivido, dando continuidade ao efervescente processo de construção da mitologia do lugar. Como forma de legitimar o "silêncio dos vencidos", buscando a expressão de empréstimo à de Decca (1981), costumes

dos mesmos grupos sociais que poderiam existir em outros pontos da cidade passaram lentamente a desaparecer, por conta de cirurgias urbanísticas e intervenções no imaginário popular, operando o topocídio de lugares e implementando a proliferação de novos símbolos e valores na psicoesfera da população. Nesse ínterim, a população local passou a sofrer cada vez mais com rótulos e estigmas de *outsiders*, ou dos "de fora", que cada vez mais associavam os bairros portuários a áreas de escassez e de pobreza.

Poucas obras e empreendimentos se direcionaram para a zona portuária no transcorrer do século XX, principalmente se compararmos com o boom urbanístico e imobiliário do litoral Sul no mesmo período. O investimento em melhorias infraestruturais em uma área esteve na contracorrente do investimento em outra, configurando claramente um espaço de opulência e luminosidade e um espaço de fragilidade e obscuridade para o poder público. Esta é uma das faces perversas do desenvolvimento capitalista que tomou assento na cidade, que introjetou e tentou forjar novos espaços e lugares, em um dualismo estrutural muito veemente, que fez com que pares dialéticos coexistissem em uma única cidade, sob a administração das mesmas esferas de governo. Norteada (ou des-norteada) por este prisma, a zona portuária se pôs no manifesto como uma área residual, longe dos holofotes e do mainstream, no restante do século XX.

Nestes termos, selecionamos um logradouro que nas últimas décadas passou a viver um dualismo que vicejou não por meio das políticas públicas, mas sim em busca de um passado lendário, afixado por comerciantes, empresários e produtores culturais de um lado e de outro em uma inércia que persiste no tempo.

A diferenciação de áreas no seio da Zona Portuária

O Centro da cidade do Rio de Janeiro traz em seu bojo uma heterogeneidade bastante peculiar e característica, face à sua condição metropolitana. Tendo sido palco de inúmeros períodos marcantes nas geografias dos níveis federal e estadual, incontáveis signos e marcos ornamentam os logradouros que "cortam" cirurgicamente seu solo. Estes símbolos são parte integrante da organização espacial da própria população citadina e constituem um fator identitário de muito relevo para esta, na medida em que foi a mesma que os elegeu mediante sua condição socioeconômica, valores e de seu *status* no interior da cidade. Sob esta lógica, um espaço com múltiplas faces foi gestado e consolidado nessa área central da cidade.

Segundo Roberto Lobato Corrêa, "foram os processos espaciais os responsáveis imediatos pela organização desigual e mutável da cidade capitalista" (CORRÊA, 1995, p. 37). Sob este prisma, em complementaridade ao núcleo central da cidade, constituiu-se a zona periférica ao Centro, esta em parte ligada ao porto da cidade. Essa porção central da cidade, unindo o núcleo central à zona periférica ao Centro, apresenta articulações intensas, no que tange à utilização da infraestrutura da zona periférica pelos empreendimentos localizados no núcleo e às próprias interações espaciais dos transeuntes que circulam nesta área. Porém, ao mesmo

tempo, apresenta fragmentações, sobretudo no que tange ao tipo de uso do solo e ao *status* social da área residencial da zona periférica ao Centro[15]. Em relação a esta diferenciação em lugares tão próximos, Milton Santos contribui ao afirmar que "as ações hegemônicas se estabelecem e se realizam por intermédio de objetos hegemônicos, privilegiando certas áreas" (SANTOS, 2002, p. 247), desta maneira, conjecturando diferentes disposições de objetos ou fixos em espaços contíguos.

No tocante a um exame mais acurado dessas áreas de relativa obsolescência, pautado em uma análise de suas formas e funções, podemos visualizar universos de ressignificações e de persistências bastante próximos uns dos outros. As principais artérias de circulação que cortam os bairros da Zona Portuária carregam símbolos e vestígios de épocas passadas, como se remontassem parte de sua secular história nos poucos metros de extensão de suas "fachadas". Milton Santos (2001) trabalhou o conceito de "rugosidade"[16] e os bairros da Zona Portuária possuem elementos que podem ser analisados sob esse prisma. Eles não remontariam a um modo de produção pretérito, mas sim a um "modo de vida" e por intermédio de seu conjunto de fixos podemos entender a temporalidade desse cotidiano. Os marcos espaciais a que chamo de rugosidades permanecem como vestígios de tempos idos. Dessa maneira, esta espacialidade diferenciada se materializou por meio de uma construção histórica. Conforme exposto anteriormente, ao longo das experiências históricas, atores hegemônicos coordenaram e ordenaram políticas urbanas em toda a área central da cidade. Os bairros da Saúde e da Gamboa se configuraram em áreas de expurgo ou, com o decorrer do desenvolvimento capitalista na cidade, em áreas opacas e periferizadas se comparadas ao seu entorno imediato.

A rua Sacadura Cabral, que recebeu este nome após o centenário da Independência brasileira, em homenagem ao aviador Sacadura Cabral que, junto a Gago Coutinho, se tornou herói ao efetuar o primeiro voo sobre o oceano Atlântico, e que tragicamente faleceria em voo solitário entre Lisboa e Londres (GERSON, 2000), pode ser um exemplo emblemático desta análise. O logradouro, que antigamente recebia a toponímia de rua da Saúde, fazendo o limite dos bairros da Gamboa e Saúde com o mar, hoje se apresenta bastante heterogêneo quanto às suas funções ao longo de seus aproximados 1.300 metros de extensão. Tal situação é observada principalmente pela mixórdia de funções de seus fixos e pelas interações espaciais dos transeuntes urbanos.

Cabe notar que o logradouro em análise apresenta diferentes movimentações no transcorrer do dia. No período diurno, geografias ensolaradas contemplam uma circulação intensa de pessoas e de automóveis ao longo de toda a rua Sacadura Cabral, tanto no trecho da Saúde – revelando um dinamismo intenso por conta da proximidade à praça Mauá – como no trecho da Gamboa, sendo caracterizada como um traçado eminentemente comercial, pleno de funções tradicionais, tipificadas como borracharias, mercados de médio e pequeno porte, bares e biroscas, oficinas mecânicas, cutelaria, hotéis de alta rotatividade, pensões,

entre outros, presentes no seu percurso total. Outrossim, a rua ostenta uma funcionalidade peculiar a uma área periférica ao Centro, no que tange às funções e às movimentações de pessoas variadas.

Em complementação ao parágrafo anterior, geografias lunares se desvelam no espaço com esplendor. Ao longo do logradouro, áreas de extrema luminosidade, conectadas a intensos fluxos de novidades e modernização, funcionam por trás de paredes que mantêm sua fachada próxima de suas características originais. Nesta galeria figuram ações de requalificação da área portuária. Nesse plano, podem ser citados exemplos, como a *boite* The Week (ver Fotos 1 e 2), inaugurada em julho de 2007, que em seus dias de maior apelo aumenta a utilização de transportes para que a música eletrônica seja ouvida por pessoas que chegam a essa casa de espetáculo de diversas direções, seja ao nível do Rio de Janeiro ou além-mar. Ao mesmo tempo, em outro extremo desse logradouro, o Moinho Fluminense (ver Fotos 3 e 4), fixo espacial que revela em sua forma e função uma das faces do Rio de Janeiro de meados do século XIX, concede uma outra tonalidade à rua concernente à geografia do trabalho e a do movimento[17].

Foto 1

Foto 2

Nas fotos acima podemos perceber a variação de tons no espaço. A escuridão da noite faz com que a *boite* The Week ilumine o logradouro, no pulsar de uma intensa movimentação de transeuntes, atraídos pelo frenético *beat* da música eletrônica (Arquivo pessoal)

A superutilização do Cabaret Kaleza, nas noites de sábado e domingo, se diferencia bastante dos gigantescos estacionamentos que não são aproveitados em períodos noturnos, e ainda vigoram como característica pétria de uma zona periférica ao Centro na rua Sacadura Cabral[18]. Como se sabe, os estacionamentos atuam como uma espécie de estoque de terreno esperando uma futura valorização do solo urbano. Não obstante, a presença de

Foto 3

Foto 4

O Moinho Fluminense, situado na rua Sacadura Cabral, junto à antiga Praça Harmonia, é uma das mais belas faces do Rio de outrora. (Arquivo pessoal)

centenas de pessoas na escadaria da Pedra do Sal, para brindarem ao som dos mais belos sambas dos bambas de outrora, contribui para recriar a mitologia do lugar e confere uma intensa luminosidade a este ponto da rua Argemiro Bulcão, em contraposição ao ermo das ruas no outro extremo da rua Sacadura Cabral, em sua porção que cruza o bairro da Gamboa. Ainda na mesma temática, na rua Sacadura Cabral, próxima à rua Barão de Teffé, a efervescência do bar intitulado Trapiche Gamboa[19] (inaugurado em novembro de 2004) – que curiosamente, contradizendo o nome do estabelecimento, se localiza inteiramente no bairro da Saúde, e é uma das casas que mais atraem público *outsider* nos fins de semana[20] –, constrói um contraponto interessante e faz com que pensemos estar em outro logradouro, caso atravessemos a rua Barão de Teffé em direção ao Hospital Estadual dos Servidores, uma área de reduzida circulação demográfica noturna.

Foto 5

O bar Trapiche Gamboa é, atualmente, uma das casas que mais atrai público, à procura de boa música e degustação de pratos típicos cariocas. Pela foto, que encena um momento, o diurno, vê-se a frieza desse empreendimento na rua Sacadura Cabral. (Arquivo pessoal) que se distingue da agitação noturna que ocorre no mesmo local

No decorrer dos últimos parágrafos, foram abordadas instigantes situações em que áreas se diferem mesmo estando em um único logradouro. No sentido de contribuir para a geograficidade do presente estudo, algumas ideias de um dos expoentes da Geografia do século XX foram utilizadas. O geógrafo norte-americano, Richard Hartshorne, dizia que a Geografia é a ciência da diferenciação de áreas (HARTSHORNE, 1978). Hartshorne se notabilizou por suas produções que contribuíram para a constituição de conceitos e para a cientificização da disciplina. Segundo Hartshorne,

> Desde muito cedo, no discurso da evolução da humanidade, o homem descobriu que seu mundo variava acentuadamente de lugar a lugar. Para satisfazer-lhe a curiosidade acerca de tais diferenças é que a Geografia se desenvolveu como matéria de interesse popular (HARTSHORNE, 1978, p. 16).

No entanto, para Hartshorne, a Geografia iria além de relatos sobre um mero conglomerado de diferenças, no qual eruditos deveriam organizá-las e explicá-las, estabelecendo e demonstrando as relações significativas entre as variações dos diversos aspectos das áreas (HARTSHORNE, 1978). Sendo incisivo e fornecendo subsídios para o entendimento do conceito em questão, afirmara que a diferenciação de áreas não deveria ser aviltrada como um mero subconceito em Geografia, na qualidade de "interação espacial", e sim exatamente o oposto, pois,

> as variações de características estáticas, ou formas, e as variações de características de movimento, ou funções, quer na mesma área, quer entre ela e outra área, incluem-se, ambas, no conceito de variação espacial ou diferenças entre áreas (HARTSHORNE, 1978, p. 20).

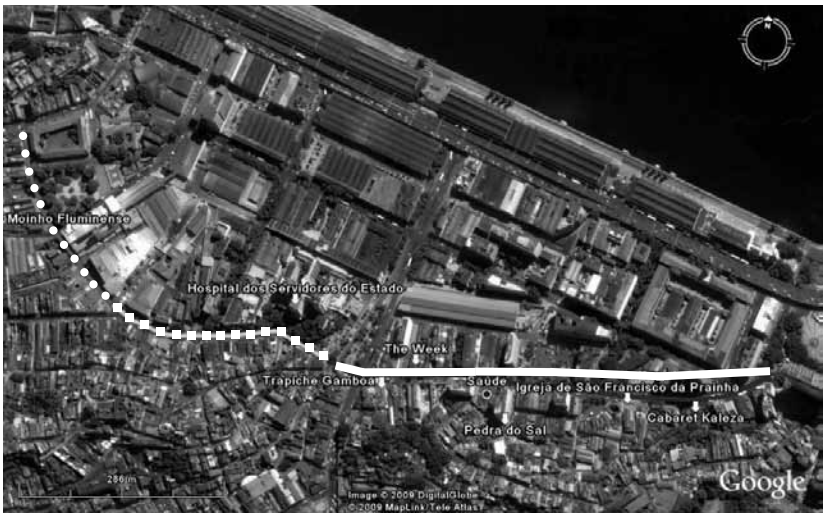
Richard Hartshorne, sabiamente, reconhece que, com a introdução do homem, o aspecto dinâmico do caráter das áreas se torna muito mais importante, pois o homem não apenas se desloca de um lugar para o outro, mas também põe as coisas em movimento. Sendo principalmente em razão destes aspectos humanos que as áreas se diferem, ou seja, por suas relações funcionais (HARTSHORNE, 1978). Se tomarmos por empréstimo as palavras de Corrêa,

> As interações espaciais devem ser vistas como parte integrante da existência (e reprodução) e do processo de transformação social e não como puros e simples deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação no espaço [...] No que concerne às transformações, as interações espaciais caracterizam-se, preponderantemente, por assimetria, isto é, por relações que tendem a favorecer um lugar em detrimento do outro, ampliando as diferenças já existentes, isto é, transformando os lugares (CORRÊA, 1997, p. 280).

Mais do que conceitualmente consideram os pesquisadores acima, na rua Sacadura Cabral as diferenciações ocorrem entre seus domínios espaciais, bem como no curso do dia para a noite e ainda de um dia para o outro, como referido anteriormente. Veremos que as interações espaciais existentes nos lugares materializam a diferenciação de áreas, mediante os diferentes fluxos que ocorrem pelo espaço. A diferenciação de áreas dentro do logradouro da Sacadura Cabral ocorre sobretudo, por conta de uma valorização diferencial do espaço ou da área analisada. Alguns pontos no recorte espacial delimitado foram iniciativas promovidas por empresários, produtores culturais e indivíduos interessados em um processo de toporreabilitação, na tentativa de reviver, em um solo que carrega uma fantástica e emblemática história, os tempos de outrora.

Na fotografia a seguir, podemos localizar os variados empreendimentos citados ao longo do artigo, na rua Sacadura Cabral (Foto 6). Ainda que estes tenham movimentações intrínsecas e alternantes ao longo do dia e da noite, tentamos representar estes deslocamentos, por acreditar que suas variações seriam de extrema importância para a nossa análise. Nesta

fotografia segmentamos o logradouro em trechos, denotando os diferentes movimentos que se revelam no mesmo.



A foto 6 traz em destaque os principais pontos em análise e a segmentação do logradouro em três trechos distintos, portadores de movimentações diferenciadas. O trecho em ▭ engloba atividades de lazer e entretenimento, o trecho em □ atividades comerciais e, por fim, o trecho em ○ é caracterizado pela movimentação industrial. Fonte: Google Earth.

Um primeiro segmento engloba atividades de lazer e de entretenimento, sobretudo à noite, com destaque para o Cabaret Kaleza, a antológica Pedra do Sal (tombada em 1987), a casa de shows Trapiche Gamboa e a *boite* The Week, entre outros. Ainda neste segmento, a rua ganha ares mais brandos e angelicais, em torno de um dos monumentos do patrimônio público federal como a igreja de São Francisco da Prainha, tombada em 1938. Tendo sua localização próxima ao Cabaret Kaleza, o sagrado e o profano coexistem, lado a lado, em fixos de temporalidades diversas e usos distintos. O Hospital dos Servidores do Estado divide este segmento do seguinte, repleto de atividades comerciais, com destaque especial ao Supermercado 2001, de serviços, e em menor grau de residências. Na ponta extrema do logradouro, encontra-se o portentoso Moinho Fluminense (tombado em 1986), junto à antiga Praça da Harmonia, atual Coronel Assunção, delineando uma área de intensa movimentação industrial.

A construção do porvir

A Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro emerge no limiar do século XXI como um entroncamento de interesses e uma área de possíveis futuros alternativos face àqueles de tempos de outrora. Parafraseando o poeta Renato Russo, "o futuro não é mais como era antigamente". Inúmeros fatores que se desenrolaram ao longo de um passado próximo tendem a consubstanciar esta conclusão. No dia 23 de junho de 2009, os governos federal, estadual e municipal se reuniram para anunciar o projeto Porto Maravilha, que visa refuncionalizar a

Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro. Para tal, com a participação de capitais públicos e privados, obras de reurbanização ocorrerão nos principais logradouros e localidades da Zona Portuária, mudando bastante o atual aspecto da área.

Por ser originalmente um logradouro situado à beira-mar, principiado nas franjas da praça Mauá, na Saúde, e terminando na praça Coronel Assunção (antiga praça Harmonia), na Gamboa, a rua Sacadura Cabral apresentou inúmeras variações de uso no decorrer das experiências espaciais. Caracterizada, inicialmente, como uma zona de concentração de pescadores, nela depois se instalaria um intenso comércio de importação e de exportação do Rio de Janeiro, de cabotagem e de longo curso, e de atuação de inúmeros trapiches e armazéns (GERSON, 2000). Embora séculos e décadas tenham decorrido, reminiscências se fazem presentes, materializadas no espaço. Estas rugosidades coexistem com inúmeros usos que intensificam a circulação de transeuntes no referido logradouro. No transcorrer do mesmo, são atualmente verificadas inúmeras obras que visam a reurbanização do traçado em foco (ver Fotos 7 e 8), reformas infraestruturais que vão ao encontro de um pensamento que já ancorou nos portos de Barcelona e Puerto Madero.

Foto 7

Foto 8

As fotografias captam as obras que estão ocorrendo na rua Sacadura Cabral atualmente, nos meses de abril e maio de 2012 (Arquivo pessoal)

Logo, a toporreabilitação exposta em parágrafos anteriores, que coloca lado a lado o novo e o antigo (tanto no que tange à questão cultural como à infraestrutural), bem como o som e o silêncio, é fruto de um determinado momento geográfico, no qual um lugar pleno de significados é alçado ao *mainstream*, (des)cobrindo valores e símbolos que novamente vicejam e são vistos pela população da cidade, turistas brasileiros ou de além-mar.

Em suma, em um logradouro pleno de simbolismos, histórias e pertencimentos, é mais do que nunca mister se achar um meio termo para combinar a recuperação do antigo com

a criteriosa introdução do novo. É necessário que, além de reformas infraestruturais, sejam estabelecidas fortes e sólidas ações que visem a permanência das atividades dos populares que fazem dos lugares da rua seu espaço de sobrevivência e existência. Ou seja, em um período de grandes metamorfoses na área, operadas por atores variados, é relevante e de extremo interesse social encontrar medidas para combinar o passado com o futuro. Alçar voos rumo à pós-modernidade reconhecendo a importância da manutenção das profundas raízes do lugar. Talvez este seja um dos principais papéis do poder público no logradouro, que junto a outros pontos da Zona Portuária, emergem como um dos principais centros de cultura da cidade no alvorecer deste século XXI.

Notas

1- Para Tuan, o lar "é a velha casa, o velho bairro, a velha cidade ou a pátria" (TUAN, 1983, p. 3). A nosso ver, são fortes fontes de permanência, que podem ser entendidas como pausas nestas movimentações.

2- Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

3- Nestes termos, vale salientar que a Pedra do Sal surgiria mais tarde na parte mais baixa do Morro da Conceição.

4 - Ver Rabha. *Cristalização e resistência no Centro do Rio de Janeiro*, 1984, p. 79-80.

5 - Ver Gerson, *Historia das ruas do Rio*, 2000, p. 141-142

6 Expressão utilizada por Nicolau Sevcenko no livro *A revolta da vacina* – Mentes insanas em corpos rebeldes, de 1984, p. 48, para descrever o ambiente pestífero da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX.

7 - Ver Rabha, *Cristalização e resistência no Centro do Rio de Janeiro*, 1984, p. 92-93.

8 - Ver em Abreu, *Revolução urbana do Rio de Janeiro*, 2008, p. 42.

9 - Ver em Abreu, *Revolução urbana do Rio de Janeiro*, 2008, p. 49.

10 - Ver Sevcenko, *A revolta da vacina* – Mentes insanas em corpos rebeldes, 1984, p. 48

11 - Ver Sevcenko, *A revolta da vacina* – Mentes insanas em corpos rebeldes, 1984, p. 26

12 - Ver Sevcenko, *A revolta da vacina* – Mentes insanas em corpos rebeldes, 1984, p. 29

13 - Ver Carvalho, Os bestializados, 1987, p. 136.

14 Ver Rabha, *Cristalização e resistência no Ccentro do Rio de Janeiro*, 1984, p. 104.

15 - Ver em CORRÊA, Roberto Lobato, *O espaço urbano*, 1995, p. 43.

16 - Milton Santos expõe que "rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço" (2001, p. 173). O espaço é, portanto, um testemunho, pois ele "testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada" (2001, p. 173).

17 - Durante os dias úteis, os quase 2 mil trabalhadores do Moinho Fluminense se dividem em três turnos de trabalho (7 às 14; 14 às 22 e 22 às 6), conferindo uma movimentação constante para a área, porém, com características diferenciadas da movimentação de lazer no outro extremo do logradouro.

18 - Sobre esta característica das áreas periféricas ao Centro, ver CORRÊA, Roberto Lobato, *O espaço urbano*, 1995, p. 43.

19 - Ver fotos 6 e 7.

20 - Isto nos conduz a entender que a toponímia Gamboa assumiu expressiva luminosidade em contraste com o nome oficial do bairro, Saúde, no qual se encontra o Trapiche.

Referências bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi. SP: Companhia das Letras, 1990.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1995.

_____. Interações espaciais. IN: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1997.

COSGROVE, D. *A Geografia etá em toda parte*. Paisagem e Simbolismo na Geografia Humana. In: CORRÊA, R.L. e ROSENDAHL, Z.(org*) Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

DECCA, Edgar de. 1930: o silêncio dos vencidos. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*: e da sua liderança na história política do Brasil, 5. ed., Rio de Janeiro: Lacerda, 2000.

HARTSHORNE, R. *Propósitos e natureza da Geografia*. São Paulo: HUCITEC/USP, 1978.

MELLO, J. B. F. Explosões de centralidade na cidade do Rio de Janeiro. IN: MARAFON, G. J. e RIBEIRO, M. F. (orgs.) *Estudos de geografia fluminense*, Rio de Janeiro: Editora Infobook, 2002.

RABHA, N. M. C. E. *Cristalização e resistência no Centro do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1984.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia nova*; Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. São Paulo: Editora Edusp, 2001.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço:* técnica e tempo, razão e emoção (Coleção Milton Santos). São Paulo: Edusp, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. A revolta da vacina - Mentes insanas em corpos rebeldes. Rio de Janeiro. Editora Brasiliense – Coleção *Tudo é História* nº 89, 1984.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar*. São Paulo: Difel, 1983.

_____. A view of geography. Geographical review, 1991.

Enviado em 29/06/2012

Notas etnográficas sobre o jogo de vôlei na praia de Copacabana

Ethnographic notes about the volleyball games on Copacabana beach

Mayara Gonzalez de Sá Lobato
Cientista Social formada pela Fundação Getulio Vargas (CPDOC/FGV);
mestre em Sociologia e Antropologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/IFCS/UFRJ)
mayaralobato@hotmail.com

RESUMO:

Este artigo faz parte da minha dissertação que tem como tema a relação do idoso com o bairro de Copacabana, localizado na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. O objetivo aqui é compreender melhor como se dá a relação dos idosos com o bairro, as redes de sociabilidade e o significado do envelhecimento, através da etnografia sobre um jogo de vôlei que é realizado todos os fins de semana nas areias da praia do bairro. Neste artigo é discutida a importância do vôlei para a formação de amizades no bairro, a praia como um espaço público de Copacabana importante para o estabelecimento dessas redes de sociabilidade e ainda como o envelhecimento afeta não apenas o jogo de vôlei, mas também a relação que os jogadores estabelecem entre si e com a prática do esporte.

Palavras-chave: sociabilidade; envelhecimento; Copacabana

SUMMARY:

This article is part of a thesis on the subject of the relationship of aged persons with the borough of Copacabana, located in the South Zone of the city of Rio de Janeiro. The objective is to better understand how this relationship with the burough is instilled, together with the concurrent sociability network and the significance of ageing by using an ethnography of a volleyball game that occurs every week-end on the beach that gives the borough its name. The article discusses the importance of volleyball for establishing the friendships within the borough, the beach as a public space for developing a sociability network and, furthermore, how ageing effects not only the actual volleyball game, but also the relationship the players establish between themselves and how they discern the practice of the sport.

Key words: *sociability; ageing; Copacabana*

Introdução

Este artigo faz parte da minha dissertação que tem como tema a relação do idoso com o bairro de Copacabana, localizado na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Copacabana abriga a maior concentração de idosos do município: para cada 10 habitantes, cerca de três têm mais de 60 anos de idade. O bairro aparece em 1º lugar quando se trata de população idosa em termos absolutos, 43.431 pessoas com mais de 60 anos moram em Copacabana, como apontam os dados do último censo demográfico realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Nesse sentido, com o intuito de compreender melhor como se dá a relação dos idosos com o bairro, as redes de sociabilidade e o significado do envelhecimento, empreendi um trabalho etnográfico sobre um jogo de vôlei que é realizado todos os fins de semana nas areias da praia do bairro. Observei os jogos. conversei com os jogadores e com os expectadores. Entrevistei diferentes pessoas em faixas etárias distintas e moradores de diversos bairros, mas majoritariamente moradores de Copacabana. Para a conversa, utilizei um questionário e um roteiro de entrevista. Este artigo é o resultado da pesquisa que realizei entre agosto de 2011 e abril de 2012.

A rede, o jogo e os jogadores

A rede de vôlei de praia que observei se localiza em frente à rua Francisco Sá. Seu nome é Rede de Vôlei de Praia Maranhão. Consultei também o blog da rede no qual foi possível coletar algumas informações para este artigo.

Os jogadores são muito diferentes entre si. Uma mulher obesa se destaca por não apresentar o corpo escultural que geralmente se espera ver na praia. Ela não tenta esconder o corpo, pois se veste com um top e um short curto. Em dias de sol forte as mulheres jogam de biquíni, algumas usando o chamado "fio dental", extremamente cavado na parte de trás. Os homens também exibem seus corpos de sunga ou shorts, muitos inclusive são obesos.

Para mostrar a heterogeneidade dos times apresento alguns exemplos de formação: mulher, magra, cerca de 30 anos de idade; dois homens, em forma, entre 50 e 60 anos de idade; um homem, também em forma, aparentando 70 anos. As idades são aproximadas e as estabeleço de acordo com alguns critérios, em razão da impossibilidade de perguntar as idades em momento anterior ao das entrevistas. Esses critérios seriam: cor dos cabelos, aparência física, rugas, entre outros. Em boa forma considero aqueles que não apresentam sinais de obesidade, mas que também não poderíamos dizer que seriam magros.

Pensando o jogo: cultura e lazer em Copacabana

Johan Huizinga em *Homo Ludens:* o jogo como elemento da cultura (2007), escrito em 1938, afirma que o jogo não é um fenômeno exclusivo do ser humano, mas que os animais

também o compartilham. É anterior ao desenvolvimento da cultura, tendo esta evoluído a partir do jogo. Um dos principais elementos a ser destacado acerca do jogo é que ele ultrapassa os limites do físico e do biológico, sendo dotado de sentido. O autor procura analisar o jogo em sua irracionalidade, mas exercendo função social.

Utilizo aqui o que propõe Huizinga para pensar o jogo de vôlei que é praticado na praia de Copacabana. Além de ser uma atividade importante para o condicionamento físico, para a saúde e para a manutenção do corpo em forma – como defendem médicos, preparadores físicos, a mídia – o jogo também cumpre uma função social. Ele integra os moradores do bairro, traz uma nova atividade para aqueles que já se aposentaram, reúne pessoas de diversas gerações.

Segundo um dos entrevistados, Ricardo, a rede é agregadora. Após se mudar para Copacabana, aos 68 anos de idade, passou a observar a rede quando ia à praia. Até que um dia foi convidado para jogar e foi aos poucos inserindo-se no grupo. Outro entrevistado, Sérgio, informou ter acontecido o mesmo com ele. Assim, acredito que a rede de vôlei é um espaço propício para a formação de novas amizades, considerando que seus membros procuram agregar novos participantes.

Para Huizinga, a ação humana deve ser compreendida em seu sentido lúdico. O homem produz cultura, constrói sentido e significados e é esse elemento que o torna homem enquanto tal. O jogo seria interpretado como fenômeno da cultura, sendo esta apreendida como discurso significante acerca da sociedade. Se o homem é animal cultural, sua primeira manifestação é o jogo. O autor considera que o jogo possui uma dupla acepção: o elemento lúdico presente no homem e sua expressão através do jogo em si.

O jogo de vôlei na praia de Copacabana pode ser considerado uma manifestação da cultura carioca. O uso da praia como espaço de lazer e prática de esportes não foi sempre óbvio. A praia somente começou a ser frequentada para o banho de mar após a transmissão da ideia de que o banho poderia trazer benefícios medicinais, sendo esta uma influência europeia. Além do mais, o uso da praia como espaço público somente foi possível através de uma mudança na mentalidade da população carioca no início do século XX.

A Reforma Pereira Passos (1902-1906) significou não apenas um processo de remodelação urbanística influenciada pelo modelo francês. A Reforma também trazia para a cidade modificações de cunho social e cultural. Os espaços públicos que antes não ganhavam a atenção da população começaram a ser frequentados:

> O mau cheiro, o tráfego intenso, barulhento e perigoso das carroças, além das péssimas condições de pavimentação das ruas, eram outros aspectos negativos que refutavam a ideia de uma aproximação da população ao espaço público, local que, à época, demandava uma organização social (MATOS, 2006, p. 7).

A resolução, ou ao menos a amenização de todos esses problemas, provocou uma nova forma de vivenciar a cidade do Rio de Janeiro. Pensando de acordo com Huizinga, que sugere que o jogo é um fenômeno da cultura, o início do jogo de vôlei na praia foi resultado das transformações culturais pelas quais passava a sociedade carioca. A presença em espaços públicos, o desenvolvimento do banho de mar, a chegada dos bondes e o deslocamento da população do Centro para a orla foram fatores importantes para que a praia se transformasse em um espaço de lazer e de prática de esportes. O vôlei de praia foi um esporte que se tornou possível através dessas mudanças culturais e sociais.

Huizinga caracteriza o jogo como sendo uma atividade voluntária, uma forma de se esvair da vida real, não pertencendo à vida comum, em razão do lugar que ocupa e à sua duração. Possui o elemento da alegria e da tensão, além de estar desvinculado de interesses materiais. Seu fim é um fim em si mesmo. Possui regras, criando, assim, uma ordem. Um dos elementos que Huizinga analisa é a imagem do jogo como sendo "não sério" elaborada por seus jogadores e espectadores.

O autor compara o jogo ao culto e aos rituais e afirma que: "A frivolidade e o êxtase são os dois polos que limitam o âmbito do jogo" (HUIZINGA, 2007, p. 24); destacando assim os elementos comuns a esses fenômenos. Para o autor: "O conceito de jogo enquanto tal é de ordem mais elevada do que o de seriedade. Porque a seriedade procura excluir o jogo, ao passo que o jogo pode muito bem incluir a seriedade" (p. 51).

O jogo de vôlei praticado em Copacabana pode ser pensado a partir das características propostas por esse autor. O jogo que frequentei ocorria apenas nos fins de semana o que corrobora a ideia de uma atividade que não pertence ao cotidiano daquelas pessoas, aliando-se ao fato de que ocorre fora de suas casas e de suas rotinas. Esvair-se da vida real certamente é um dos objetivos dos que ali se encontram. Segundo Carlos, um dos entrevistados: "A praia é uma válvula de escape, uma terapia muito importante". Para ele, as pessoas que participam do jogo de vôlei estão ali para extravasar, sair da rotina. Perguntei a Maria, 47 anos, se ela se importava com a idade dos outros jogadores. Ela afirmou que não e declarou qual era seu propósito ao frequentar a rede: "Eu venho aqui pra me divertir. Eu já fui atleta, eu não sou mais, eu quero é *brincar*. Eu sinto até prazer em jogar com os mais velhos, eu vejo o prazer que a gente proporciona para eles". Destaco na fala da entrevistada o elemento lúdico da brincadeira, que se contrapõe ao cotidiano e à seriedade.

Perguntei ainda a Maria o que significava ser uma pessoa que jogava bem o jogo de vôlei. Ela afirmou que era necessário respeitar os jogadores. Indaguei se todos os frequentadores daquela rede se respeitavam. Ela declarou: "Alguns sim, outros não. Outros parecem que estão jogando o jogo da vida e que é o último jogo. Parece que está valendo milhões de dólares. Eu não gosto desse tipo de comportamento. Se eu estou aqui, eu quero brincar, não quero cobrar de ninguém". Percebe-se, portanto, como a atitude em relação ao jogo pode variar de jogador para jogador.

Observando os risos e o tom de seriedade expressos em alguns momentos do jogo, percebi que o jogo oscila entre momentos de grande descontração, e outros de grande competitividade. As pessoas torcem, gritam, comemoram pontos, se abraçam e se beijam. Ao mesmo tempo, em um dos dias de campo, ouvi um senhor reclamar do jogo, dizendo que "não tinha graça" jogar quando duas pessoas não jogam bem. Não bastava para esse senhor ganhar o jogo; ele acreditava que seus oponentes deveriam apresentar as características de bons jogadores para que então o jogo pudesse se tornar competitivo.

Para Elias e Dunning: "Os jogos que não satisfazem são, por exemplo, aqueles em que uma equipa é tão superior à outra que a tensão está ausente; sabe-se, de antemão, quem vai ganhar. Dificilmente existe aí qualquer surpresa e sem ela não há excitação. As pessoas não sentem grande prazer em semelhante jogo" (ELIAS e DUNNING, 1991, p. 134).

Esse mesmo senhor, com cerca de 60 anos, diz que já tem até torcida, na intenção de ressaltar suas qualidades como jogador, qualidades estas não apenas técnicas, mas também sociais. O clima é de descontração entre os participantes – os que assistem e os que jogam – mas estes não se esquecem que ali participam de uma atividade lúdica em que há perdedores e ganhadores. Os bons jogadores adquirem prestígio social entre os participantes, demonstrando o caráter de competição do jogo.

Carlos disse que os bons jogadores são sempre chamados para uma partida, tornando-se populares. A popularidade, segundo ele, também pode levar à vaidade, satisfazendo o ego de quem é assim considerado popular. Para ele, para ser um bom jogador, é muito importante treinar. Já para Marcelo, de 18 anos, um bom jogador é aquele que ocupa o espaço da quadra, bate qualquer tipo de bola.

Elias e Dunning (1991) refletiram sobre a função social que a excitação cumpre, fazendo uma análise sobre os momentos de lazer em contraposição aos momentos de trabalho. Para os autores:

> Para muitas pessoas não é apenas na sua vida profissional, mas também nas suas vidas privadas, que um dia é igual ao outro. Para muitas delas nunca acontece nada de interessante, nada de novo. (...) As atividades de lazer proporcionam, por um breve tempo, a erupção de sentimentos agradáveis fortes que, com frequencia, estão ausentes nas suas rotinas habituais da vida. A sua função não é simplesmente, como muitas vezes se pensa, uma libertação das tensões, mas a renovação dessa medida de tensão, que é um ingrediente essencial da saúde mental. O caráter essencial do seu efeito catártico é a restauração do tônus mental normal através de uma perturbação temporária e passageira da excitação agradável (ELIAS e DUNNING, 1991, p. 137 e 138)

Essa análise se assemelha à proposta de Huizinga, que sugere que o jogo é uma forma de se esvair da vida real da rotina que as pessoas cumprem todos os dias. O que observei em meu trabalho de campo na praia de Copacabana foi exatamente essa busca pela excitação. Apesar de os jogadores morarem perto da praia e terem a rede de vôlei sempre disponível, os encontros ocorrem apenas nos fins de semana, dias em que fogem da rotina.

Hermano Vianna (1997) elaborou sua dissertação de mestrado sobre os bailes funks do Rio de Janeiro, na década de 1980. Através de uma etnografia dos bailes funks, o autor utilizou a concepção de lazer como uma forma de "escapar" da vida séria que os indivíduos têm no período de segunda-feira a sexta-feira. O lazer das festas, no caso os bailes funks, possui a função social de motivar os indivíduos a retornarem às suas rotinas, imprescindíveis para o bom funcionamento da sociedade.

O estudo realizado por Vianna mapeia os bailes realizados na cidade, compreendendo-se, assim, a dimensão do fenômeno funk no Rio de Janeiro. Pode-se, com seu estudo entender melhor uma das atividades de lazer prediletas de milhares de jovens cariocas. O autor destaca a singularidade do fenômeno ao afirmar que nenhuma atividade de lazer na cidade possui a capacidade de reunir, com tanta frequência, tantas pessoas.

O calçadão da praia de Copacabana, onde o jogo de vôlei acontece, com seus 4,15 km de extensão, é um espaço público da cidade que possibilita a vivência máxima desses momentos de lazer fundamentais para o ordenamento social. Espaço democrático, todos podem desfrutar da praia, seja alugando cadeiras ou barracas ou levando de casa, seja consumindo nos quiosques ou levando seu próprio sanduíche e bebida. A orla de Copacabana atrai turistas de todo o mundo, proporciona um espaço de lazer e de prática de esportes para todos os cariocas, sedia eventos e jogos nacionais e internacionais, entre outros. O espaço de lazer vai desde o mar, passando pela areia da praia, chegando até os quiosques da orla, a ciclovia, ao canteiro central com sua feirinha de artesanato e *souvenir* realizada à noite e finalizando nos restaurantes, bares e hotéis da calçada.

Carlos disse que o bairro de Copacabana tem como diferencial, em relação aos outros, a oferta de diversão gratuita. Para se divertir no bairro, segundo ele, não é preciso gastar muito. Cita como exemplo um bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro, o Méier. Para o pesquisado, esse já seria um bairro em que se tem a necessidade de gastar para se divertir. Acrescentou ainda que Copacabana é um bairro onde não é necessário ir a clubes, a praia substituiria essa forma de diversão privada e que requer pagamento.

Antonio disse que se mudou contrariado para Copacabana. Morava em Niterói e, ao se aposentar, sua esposa sugeriu que se mudassem para a Zona Sul da cidade. Ela escolheu Copacabana e ele afirma que foi a melhor coisa que lhe aconteceu: "Um prêmio a mais na aposentadoria". Perguntei o que ele percebia como aspectos positivos do bairro. Ele parou, olhou em volta, apontou para a praia e disse:

> Meu quintal de 4 km, recebo vários visitantes, meu 'quintalzão'. Acho que a Zona Sul tem um privilégio melhor pra condução, segurança. Então isso tudo me atraiu bastante. Proximidade de espetáculos, shows. Eu posso ir a teatro, cinema, ou a pé ou de táxi, pertinho. Renunciei ao carro quando vim pra cá. Melhorou muito o meu padrão de vida, meu padrão de vida melhorou muito mesmo, foi ótimo.

Sociabilidade, amizade e envelhecimento

O jogo de vôlei que observei era muito ágil e dinâmico: a bola ia de um lado da rede para o outro com força, jogadores corriam para alcançar a bola, se jogavam na areia, caíam... Um senhor de cerca de 70 anos corre para tentar pegar a bola, se joga na areia, mas não consegue. No mesmo momento, um companheiro do time o pega pela mão ajudando-o a se levantar. Essa cena se repetiu em diversos dias, em diferentes jogos. Os membros de um time demonstram companheirismo e cumprimentam os esforços daqueles com quem jogam. Ao mesmo tempo, celebram juntos com palmas e cumprimentos o ponto marcado.

Um dos entrevistados, Ricardo, disse que, apesar de umas pessoas serem melhores jogadoras do que outras, ninguém ridiculariza ninguém por não saber jogar, o respeito é muito importante na rede. Diz que gosta de jogar, que é bastante competitivo, mas que a amizade é mais importante. Ganhar é importante, mas não o mais importante durante o jogo.

Conversando com Antonio, 73 anos, perguntei se ele preferia jogar com pessoas que fossem da sua idade, mais novas ou se a idade era indiferente para a sua preferência de jogo.

> Antonio - Eu gosto de jogar com pessoas que deixam eu jogar. Esse negócio de jogar com pessoas que ficam me cobrindo, ficam achando que eu não vou dar conta, que não me dão oportunidade... (Tem pessoas assim?) Antonio - Tem, tem... Infelizmente o negócio aqui é ganhar. Eu acho que ganhar ainda é importante, mas o importante também é deixar todo mundo jogar, todo mundo brincar. Dar oportunidade a todos. Se não você vai perdendo o ritmo também. Você entra no campo e começa a ser coberto... Eu já participei de partida aqui que eu não toquei na bola, só saquei. Isso chateia um pouco, mas o que você vai fazer? São ossos do oficio.

Enquanto um entrevistado afirmou que acima da competitividade está a amizade na rede, outro destacou que nem sempre isso acontece. Apontou para algumas pessoas de mais idade que podem ser excluídas do jogo, por receio dos outros participantes de que elas venham a atrapalhar a partida.

Por meio das minhas observações, percebi que esse esporte praticado na praia de Copacabana proporciona um ambiente amigável, ainda que competitivo. Diferentes gerações participam de um jogo em um ambiente que, em um primeiro momento, parece harmonioso. Apesar de ser uma disputa, não presenciei brigas ou discussões. O mesmo não poderia dizer do jogo de cartas que observei na Praça Serzedelo Correia. As brigas e discussões em voz alta eram muito frequentes na praça, inclusive com acusações entre os jogadores de que estavam roubando no jogo.

No entanto, deve-se destacar que um ambiente com 40 ou 50 adeptos, como me informou Carlos, não está livre de conflitos. Carlos me disse que na rede existem muitos "tipos": os palhaços, os legais, os inconvenientes. Os inconvenientes tendem a serem afastados aos poucos do grupo. São aqueles que ultrapassam os limites das brincadeiras, não sabem se comportar, só querem aparecer.

Um dia presenciei um dos participantes reclamando do outro, dizendo que foi cumprimentar sua mulher como faz com todos os outros jogadores e que foi agredido verbalmente com palavrões pelo "inconveniente". Os amigos que ouviam a história logo disseram: "Deixe para lá", e dirigiram-se a mim informando que há alguns conflitos na rede sim, mas que são raros.

O jogo de vôlei, mesmo que competitivo, inclui uma parceria entre os quatro membros de um time contra o time adversário. Como esses times não são fixos, o adversário do jogo de agora poderá ser o parceiro no próximo jogo. Acreditava, como hipótese de pesquisa, que essa rotatividade impedisse a formação de "panelinhas". A rotatividade favoreceria o contato entre os diversos participantes da rede, criando vínculos entre eles e também um ambiente amistoso. No entanto, meu entrevistado Carlos disse que existem sim "panelinhas", pessoas que se encontram com mais frequência fora do ambiente da rede. Mas disse que isso é normal e que não prejudica a boa convivência de todos.

Roberto, 65 anos, mora em Ipanema e é um dos organizadores da rede. Perguntei sobre os conflitos e amizades da rede e ele declarou que nunca houve nada sério.

> Roberto - Nessa rede nunca ninguém saiu no tapa com ninguém. Eu sou uma das pessoas mais briguentas daqui. Mas existe uma regra: não pode passar da rede. Se quer discutir, discute você com seu time aqui. Não pode sair, atravessar. Acabou o jogo vai todo mundo pra casa. Acabou o jogo acabou. (Por que você acha que tem essa amizade nessa rede? Você acha que é específica dessa rede?)
>
> Roberto - Não. Essa rede aqui, inclusive, apesar de ter alguns contatos sociais, tipo jantar de fim de ano, quatro torneios anuais e a gente comemora os aniversários de todos do mês em um dia só e cada um traz uma coisinha, a rede não é socialmente unida. Porque tem vários grupos, porque tem gente que é do Flamengo, não são todos de Copacabana. Então, por exemplo, eu tenho o meu grupo: meu grupo ou bebe aqui, ou bebe ali, bebe ali.

Apresento a ideia de que o ambiente da praia é favorável à formação de redes de amizade e sociabilidade. O clima de descontração, o sol, o mar e a fuga da rotina são elementos que compõem esse cenário. Além do mais, há uma grande disponibilidade de equipamentos para que isso ocorra, como os bares e quiosques, o calçadão para se caminhar, a ciclovia para andar de bicicleta, o mar para nadar, as redes para se jogar vôlei, o frescobol, o futebol e outros esportes. A praia de Copacabana como um todo oferece ampla possibilidade para a formação de grupos de amigos.

Os idosos, às vezes sozinhos por serem viúvos, aposentados ou divorciados, também utilizam a praia com essa intenção. A grande maioria realiza caminhadas no calçadão, outros tomam água de coco nos quiosques e há ainda aqueles que praticam esportes, como os que observei na rede. O que pude notar durante o trabalho de campo é que alguns deles não jogam vôlei, apenas sentam, conversam com outras pessoas ou com os funcionários do quiosque, observam o jogo e fazem comentários sobre ele ou sobre outros assuntos. A rede

de vôlei não era utilizada somente como um espaço para a prática do esporte, mas também como um espaço de socialização.

Analisando o blog da rede pude observar a organização dos torneios, as fotos publicadas, a expectativa com relação à chegada do fim de semana e também alguns relatos sobre a sua programação. O *post* demonstra que os encontros aos sábados e domingos extrapolam a prática do esporte, tornando-se também um espaço de convivência:

> A rede está bombando... E ninguém segura. Neste fim de semana a rede se consolidou. Apesar do mau tempo carregado de chuviscos e ausência do astro-rei, o vôlei rolou das 8 às 15 horas. Quase trinta jogadores compareceram no sábado e mais de vinte no domingo. Insisto, apesar do mau tempo. Rolou papo, brincadeiras e a impressionante tranquilidade demonstrando o alto grau de amizade reinante. Tivemos tempo até pra pensar em um churrasco de confraternização no mês de maio. Se vingar, é só aguardar mais detalhes. Parabéns a todos e ´´inté´ sábado/domingo.

O blog também mostrou como o jogo de vôlei ultrapassa os limites físicos da quadra localizada na areia da praia. Fotos de encontros de fim de ano são divulgadas no blog, mostrando os participantes da rede em um momento em que o jogo não é a atividade principal, e sim a conversa, o afeto, o riso... As fotos mostram pessoas abraçadas, rindo, de mãos dadas. Percebe-se também pessoas de diferentes gerações em uma mesma mesa de bar/restaurante, confraternizando e interagindo.

Envelhecimento no jogo de vôlei e em Copacabana

Gostaria de destacar como não há uma preocupação com a exposição do corpo envelhecido na praia por parte dos jogadores. É comum durante os jogos observar os jogadores sem camisa, de sunga ou biquíni, exibindo corpos que não são considerados pela sociedade carioca como atraentes.

Para Mirian Goldenberg (2008) o corpo na cidade do Rio de Janeiro é um capital. No jogo de vôlei praticado na rede analisada, o corpo não é um capital e não possui importância no momento do jogo. Nenhum participante é escolhido para um time por ser mais sarado ou estar em melhor forma. O que é relevante na rede é o jogo em si e a sociabilidade. Ter um companheiro de jogo que saiba jogar e demonstre entusiasmo e ao mesmo tempo seja uma pessoa agradável para se compartilhar uma manhã de sábado, com quem se possa conversar nos intervalos das partidas, são os requisitos determinantes para se participar da rede. As pessoas "inconvenientes", como já apontei, tendem a ser afastadas do grupo.

No entanto, deve-se destacar que essa talvez seja uma peculiaridade dessa rede. Em outras, principalmente na praia de Ipanema, mais frequentada por jovens, é comum encontrar apenas pessoas dessa mesma geração jogando em determinada rede. A exibição do corpo envelhecido e o estabelecimento de relações intergeracionais não é uma característica de todas as redes de vôlei ou da prática de outros esportes pela orla carioca.

Carlos afirmou que gosta de ir à praia para ver corpos bonitos. Segundo ele: "Não apenas ver, mas também sentir, cheirar". Os outros homens que estavam na mesa, rindo, concordaram com ele. Carlos ainda destacou que "A rede é um imã, um polo de atração de relacionamentos". Para ele, ali, o tema central é a rede, o jogo, mas algumas pessoas se conhecem, se casam. Outras se mudam, mas criam relações com a rede e sempre que estão na cidade vão até lá jogar. Mencionou que os participantes estão considerando organizar um encontro de música, pois muitas pessoas da rede sabem tocar algum tipo de instrumento. Também disse que, geralmente após o jogo, alguns participantes se encontram em um bar ali perto para tomar cerveja e conversar.

Refletindo sobre as relações estabelecidas entre pessoas jovens e idosas, gostaria de acrescentar que não há disputas entre as gerações. Durante o trabalho de campo não presenciei a formação de times apenas de pessoas jovens ou apenas de pessoas idosas. A integração era total. Os times apresentavam jogadores de todas as idades disputando entre si.

Ao contrário do que geralmente se espera, os jovens não eram mais bem-sucedidos do que os idosos. O vôlei parece ser um jogo no qual o vigor físico não é o requisito essencial para ser um bom jogador. Estratégia e também determinação são fatores importantes a serem considerados. Com frequência observei homens com cerca de 70 anos se jogando na areia para não deixar que o time oponente marcasse ponto.

Entrevistei Ricardo, 81 anos, que estava observando o jogo. Perguntei se ele só observava ou também jogava. Disse que atualmente apenas assiste, pois está machucado no ombro. Costumava jogar com pessoas mais novas e tentava acompanhar o ritmo delas, por isso acabou se machucando. Perguntei se achava que a idade atrapalhava, ajudava ou era indiferente durante o jogo. Ele acredita que normalmente a idade atrapalha por causa da diminuição da capacidade física, mas também diz que é um jogo de inteligência: "Quando a pessoa usa a inteligência no jogo, se torna um ótimo jogador". Por outro lado, fiz a mesma pergunta a um jovem de 18 anos que respondeu que a idade pode ajudar durante o jogo, mas às vezes o excesso de agilidade e afobação pode atrapalhar. A pessoa mais velha, na visão do entrevistado, seria mais inteligente, sabendo conduzir melhor o jogo.

Perguntei a Claudia, 55 anos, se ela percebia mudanças na prática do esporte ao longo do tempo, considerando que ela jogava desde os 13 anos.

> Eu estou envelhecendo e claro que já tive, vamos dizer assim, segurança em jogar vôlei, eu sabia mais das minhas qualidades. Mas você pega peso com o tempo, menopausa, essas coisas todas atrapalham e fazem com que você perca a agilidade. Então, você fica mais vagarosa, você não tem tanta... A cabeça quer, mas o corpo não faz. Então você vai perdendo ao longo do tempo, vai perdendo sim... O importante é você não desistir e tentar fazer sempre o melhor possível.

Roberto, 65 anos, considera que cada um tem que entender suas limitações. Perguntei a ele, que estava sentado, o motivo de não estar jogando. Respondeu que estava com problema

no coração e que naquele dia não estava se sentindo muito bem, preferindo então descansar. Perguntei até quantos anos ele pretendia continuar jogando. "Não, isso já não me pertence mais. Eu acho que é melhor você entender que a vida são ciclos, são momentos. Meu momento de vôlei está acabando, meu momento agora é curtir meu neto, não deixar de vir à praia, curtir o bar já sem bebida. Porque a bebida com os remédios dá reação. E vai levando."

Juventude e velhice são, segundo os entrevistados, quesitos importantes para uma pessoa ser considerada boa jogadora. A juventude proporciona a agilidade, o vigor físico e a disposição. A velhice, por outro lado, proporciona a inteligência, a experiência e a maturidade.

Pode-se pensar que talvez um dos atrativos para que os idosos frequentem essa rede de vôlei seja justamente o fato de ser um ambiente em que ser mais velho não acarreta nenhum tipo de preconceito ou desvantagem, a experiência com o tipo de esporte que é praticado pode trazer prestígio entre os participantes. Sentados à mesa, os idosos me apontavam no jogo quem se destacava, sendo considerado bom jogador. Ao mesmo tempo, ainda que a pessoa não vá mais jogar, como é o caso de alguns entrevistados, eles ainda podem conversar, tomar uma bebida no quiosque, reencontrar velhos amigos.

Antonio afirmou que a idade atrapalhava sim o jogo e ainda ressaltou como a pessoa mais velha se situa em relação aos companheiros de jogo.

> Atrapalha. Eu jogava dupla, agora eu jogo só quadra porque eu acho que já não tenho o ritmo que tinha. Por isso eu acho que atrapalha, você perde um pouquinho de mobilidade, você perde ritmo. Então, isso é muito importante no voleibol. Eu acho que você gera desconfiança no grupo por causa da idade. É um problema sério isso aí, me afeta bastante. Mas tudo bem, eu vou enfrentando as situações.

No entanto, conversei com Fernando sobre o efeito da idade no jogo e ele também afirmou que atrapalhava. Um senhor que estava sentado ao seu lado mencionou a relatividade do fator etário. Durante a conversa, Fernando aponta para um senhor que era treinador de times de vôlei e que jogava muito bem.

> Fernando - A idade faz com que a pessoa seja mais lenta nos seus movimentos. Mas a gente sabe que é assim, que todos nós vamos ser.
>
> Desconhecido - É muito relativo, tem muita gente de muito mais idade que joga muito mais que gente nova.
>
> Fernando - Como eu falei, aquele de cabeça branca ali é um terror, um terror.
>
> Desconhecido – Vai fazer 70.
>
> Fernando - E joga muito. Já esse senhor que joga aqui, que é bem jovem, joga muito mal. [risos].

A rede de vôlei proporciona prazer aos seus participantes, como pude constatar pela fala de Carlos. Para ele, a "turma é uma família". Mesmo o foco da rede sendo o jogo, o relacionamento é extremamente importante para a sua continuidade. Perguntei a ele qual a importância daquelas pessoas para que ele frequentasse a rede. Ele disse que o relacionamento

entre as pessoas da rede é importante. Se não conhecesse direito as pessoas se sentiria um peixe fora d'água. Para ele, toda rede de vôlei é especial quando a pessoa está entrosada com os outros participantes, é isso que a torna diferente das outras.

O conhecimento é fundamental para a participação na rede. Carlos mencionou que um grupo de seis pessoas sustenta financeiramente a rede, visto que é necessário o pagamento para a Prefeitura para que se possa ter a licença para usar aquele espaço físico da praia. Disse que eles pagam para poder determinar quem pode e quem não pode jogar. Perguntei o motivo pelo qual não dividiam o valor entre todos os adeptos e ele me respondeu que assim não funcionava, pois todos acabavam se sentindo "donos" da rede querendo impor sua opinião.

Assim, para participar do grupo é necessário chegar, observar, se aproximar, conhecer, ser convidado e aos poucos ir se integrando. Sérgio confirmou a informação, dizendo que chegava, observava, até que um dia foi chamado para jogar. Disse que se sentiu acolhido pelo grupo e assim foi se integrando. Portanto, participar da rede é uma questão de relacionamento.

Quase não há mulheres idosas jogando vôlei. A média da idade das mulheres é muito inferior à dos homens. Acredito que este dado não signifique que as mulheres idosas não pratiquem esse tipo de esporte. Clarice Peixoto (1995) lembrou que uma das precursoras do vôlei de praia em Copacabana era justamente uma mulher, Tia Leah. Esta rede, em especial, apresenta essa característica. Para poder afirmar que a prática do jogo de vôlei de praia é um esporte majoritariamente masculino, seria necessário realizar um estudo com as outras redes de vôlei, não apenas em Copacabana, mas também em outros bairros da orla.

Indaguei a Carlos sua opinião sobre a pouca presença feminina na rede. Ele disse que não sabia responder corretamente, mas achava que era porque mulheres gostam mais de conversar, que a sociabilidade é mais importante para a mulher do que o lado esportivo do jogo. Além do mais, acreditava que o homem poderia ter mais preparo físico que a mulher. Perguntei a Ricardo se sua mulher não frequentava a rede de vôlei. Ele disse que sua mulher tinha o grupo de amigas do Leblon, que embora se mudando continuou com as mesmas amizades do bairro. A sociabilidade é destacada por ele como uma preferência dela, que também não joga.

Perguntei a Joana se ela achava que na rede havia a mesma quantidade de homens que de mulheres e ela afirmou que não, que tem menos mulheres. Disse, ainda, que na rede em que joga vôlei em Niterói era a única mulher. Indaguei qual seria a razão desse fenômeno e ela afirmou: "Por causa da idade: mulher vai ficando mais velha e não consegue participar das redes, porque fica fora do nível".

Conversando com Fernando e Roberto, ambos afirmaram que suas mulheres não frequentavam a rede, porque não gostavam de jogar vôlei. Preferiam fazer outras atividades com seus grupos de amigas. No entanto, também conversei com Rosa, 81 anos, que apenas assistia ao jogo, mas que disse ser apaixonada pelo esporte e que sempre que pode assiste pela televisão ou pessoalmente.

Essa relação mais forte entre mulher e sociabilidade e homem e competitividade se assemelha à observação analisada na Praça Serzedelo Correia, em Copacabana. As pessoas que jogavam cartas e damas eram, em sua quase totalidade, homens. As mulheres que frequentavam a praça geralmente se encontravam em rodas de conversa. Assim, nos dois ambientes observados de sociabilidade em Copacabana, a prática do jogo e da competição não parece pertencer ao universo feminino. No entanto, devemos compreender a especificidade e a individualidade do sujeito idoso. Uma entrevistada informou, como já apontei anteriormente, que sente muita falta do Bingo Arpoador e que, quando pode, viaja para fora do país para ir a cassinos e apostar. Não se pode concluir, portanto, que o elemento lúdico não faz parte da vida da mulher idosa.

Gastaldo e Braga (2011) discutiram a relação entre gênero e competitividade. Para os autores, as representações e práticas corporais variam entre sociedades e também dentro de uma sociedade complexa, como é o caso da brasileira. Citam exemplos de como em sociedades tribais a competitividade é exacerbada entre os homens. Em seguida, demonstram como em nossa sociedade a afirmação do que é "ser homem" e o estabelecimento da identidade masculina também é perpassada pela competitividade. Para os autores:

> Além dos jogos infantis, a prática de esportes diversos por crianças e adolescentes também representa, por vezes, uma forma de construir socialmente a identidade masculina, podendo-se relacionar os feitos esportivos e o desempenho individual em atividades esportivas em geral como possíveis parâmetros de uma mensuração da masculinidade entre meninos, uma maneira de instituir uma espécie de hierarquia da masculinidade pela via do desempenho individual nas práticas esportivas (GASTALDO e BRAGA, 2011, p. 885).

Com base na proposta dos autores pode-se pensar em que medida essa baixa participação feminina nos jogos de vôlei não é resultado de um processo sociocultural que incentiva e exacerba a prática de esportes e atividades competitivas entre os homens.

Um dos entrevistados levantou a questão da transmissão geracional na rede de vôlei. Carlos disse que na rede a prática do esporte passa de geração a geração. Os pais trazem os filhos que assistem e passam a jogar. Foi o caso do meu entrevistado, Marcelo, que também informou que um dos principais motivos para frequentar aquela rede especificamente é ficar mais próximo do pai, que foi quem o incentivou a jogar. Quando estive lá, presenciei um homem com cerca de 50 anos com duas crianças, que já olhavam atentas para o jogo de vôlei.

Carlos disse que é sempre bom renovar, por isso é interessante que pessoas jovens joguem com pessoas mais velhas. Perguntei a Marcelo, meu entrevistado de 18 anos, até que idade gostaria de jogar. Ele questiona se quando ficar mais velho vai jogar o mesmo nível de jogo que joga hoje em dia, ou seja, se vai ter a mesma disposição. Diz que não gostaria de atrapalhar os outros companheiros de time. Pergunto, ainda, se inveja alguma coisa nos jogadores mais velhos. Responde que não inveja nada. Para ele, ser velho é estar limitado a

não fazer as coisas que poderia fazer antes. Diz que deve ser horrível. Percebe como o pai, que está envelhecendo, já possui algumas limitações. Para ele, a pessoa idosa deve "se mancar, ter limite, entender que alguns jogos ela já não pode acompanhar, ver até onde ela pode ir". Mas também acredita que é um esporte mental.

Percebo na fala de Marcelo que sua percepção sobre o envelhecimento está relacionada ao envelhecimento que traz perdas, que pode dificultar o jogo e atrapalhar o time. Apesar de reconhecer que o jogo de vôlei é também um "esporte mental", acredita que a velhice impõe alguns limites ao jogador e que este deve saber reconhecer a hora de parar, ou seja, "se mancar".

Perguntei a Fabiana, 19 anos, se ela achava que a idade atrapalhava as pessoas mais velhas e se poderia ajudar no caso de pessoas mais jovens. "A idade atrapalha, sim, porque as pessoas têm as suas limitações. Eu não posso exigir que um senhor de 60 anos corra o que eu corro ou que ele faça algo que eu faço. Então, às vezes atrapalha, porque tem uma bola que para mim é fácil de pegar e que eles não pegam. Mas é por causa da idade. Isso atrapalha, mas eu também não critico não, porque eu respeito a limitação de idade deles".

Fabiana também destaca as dificuldades das pessoas idosas, mas ao mesmo tempo aponta para a necessidade de compreensão e respeito por parte dos jogadores. Katie, 24 anos, norte-americana que mora no Brasil há um ano, destaca a surpresa que teve com a disposição dos idosos brasileiros: "Fiquei impressionada com as pessoas daqui. Meus pais, nos Estados Unidos, são muito ativos pela idade deles. Sempre andam de bicicleta e ainda trabalham e têm muitos amigos, saem com amigos. Têm uma vida cheia de coisas. Mas fiquei impressionada com as pessoas da mesma idade que jogam vôlei. São mais ativos e têm que mover os corpos muito mais do que meus pais fazem".

A percepção sobre o bairro de Copacabana também esteve presente na fala dos entrevistados. Marcelo disse que pretende envelhecer no bairro, mas ressaltou que apenas no Posto Seis. A orla da cidade do Rio de Janeiro é composta por 27 postos de salvamento. As praias de Copacabana e do Leme apresentam seis postos, porém, o posto de salvamento número seis não existe fisicamente. Os moradores do bairro denominam a região, que vai do Forte de Copacabana até o Posto Cinco, como sendo a região do Posto Seis. Na visão de Marcelo e também na de Carlos essa região do bairro se distinguiria das demais. Citaram, por exemplo, a prostituição na rua Prado Júnior, que fica distante da região do Posto Seis. Para Carlos: "Existem vários submundos em Copacabana".

Carlos falou sobre a relação que o morador de Copacabana e o morador da Zona Norte mantêm com a praia. Para ele, quem mora em Copacabana gosta de praticar um esporte, conversar com os amigos, beber cerveja em um barzinho do bairro, entre outras atividades que privilegiaram a sociabilidade. Já as pessoas que não são moradoras – destacou as que moram na Zona Norte – viriam para a praia trazendo sanduíches e refrigerante, gostam de entrar na água e se bronzear. O foco do "copacabanense" seria o relacionamento com o

outro que a praia pode proporcionar. Enquanto isso, o foco do morador da Zona Norte é a praia em si, com o sol e o mar.

Perguntei para ele também onde seria melhor envelhecer, em sua opinião. Respondeu que em Copacabana, espaço que proporciona diversão 24 horas. Ele vai a bares, cinema, praia. Esse espaço proporciona diversas possibilidades de sociabilidade que ele acredita não encontraria na Zona Norte. No entanto, apontou ainda que o envelhecimento está relacionado com o estado de espírito da pessoa, não importando muito o bairro onde ela mora.

Estabelecendo outras comparações socioespaciais, Carlos afirmou que o carioca encontra os amigos em bares, na praia, na rua em geral. Já o paulista, convida os amigos para irem até a sua casa. O carioca é aberto, extrovertido, mas não convida para a sua casa. As relações são estabelecidas em sua maior parte nos espaços da cidade, como é o caso da praia. Levar uma pessoa para o ambiente da casa, do privado e do particular, significaria estabelecer outro tipo de relação que, na visão do entrevistado, não é comum ao carioca. No Rio de Janeiro há uma separação entre a casa e a rua que não haveria em São Paulo.

Roberto, morador de Ipanema, disse que só frequenta a praia e o vôlei de Copacabana, pois seus amigos estavam todos lá. Perguntei o que, em sua opinião, diferenciava os dois bairros. Apontou para um tema que abordei anteriormente, o sentimento de solidariedade entre os idosos: "A gente aqui se socorre. Se alguém passar mal, com certeza um colega... Já em outro lugar talvez não saibam nem aonde você mora, não podem nem avisar sua família".

Como fez Carlos, também traçou comparações com outros bairros da cidade, mas nesse caso comparou Copacabana à Barra da Tijuca:

> A Barra tem o mesmo defeito que Brasília. Não tem esquina. Não é um bairro para se morar. Ou melhor, é um bairro para se morar, mas não é um bairro para se viver. Eu, por exemplo, saio aqui, tem um supermercado ali, tem um açougue ali, tem um sapateiro ali. Tem um botequim aqui, se eu quiser beber eu tenho amigo em algum lugar com quem eu possa beber. Se chegar na Barra da Tijuca em dia de semana e disser: "Bom, vou tomar uma cervejinha". Não vai encontrar ninguém.

Considerações Finais

A proposta deste artigo foi analisar um ambiente do bairro de Copacabana aonde os idosos se encontram. A rede de vôlei foi o local escolhido. Destaco o fato de ser um ambiente em que jovens e idosos se relacionam de forma espontânea e de se localizar em um espaço público do bairro, mas que também apresenta características de privado, visto que a licença para o jogo é paga e um grupo determina quem pode e quem não pode jogar.

A realização de entrevistas, conversas e observação dos jogos me permitiu analisar algumas dimensões sobre o envelhecimento e também sobre a percepção do bairro de Copacabana. A praia do bairro é percebida como um espaço que proporciona inúmeras possibilidades de uso e de sociabilidade. O jogo de vôlei é apenas uma delas. A atividade

lúdica é vista pelos entrevistados como uma forma de se esvair da vida real: o fim de semana é o momento de extravasar, jogando vôlei e depois bebendo cerveja com os amigos.

O jogo apresenta a seriedade da competição – todos querem ganhar – mas também a importância do relacionamento – a amizade vem em primeiro lugar. Assim, para aqueles que participam da rede é muito importante que os integrantes sejam amigáveis. Por essa razão, o participante considerado inconveniente tende a ser afastado do grupo. Constantemente, procuram integrar novas pessoas, que devem por sua vez chegar até o grupo aos poucos, observando, frequentando e então sendo integradas.

A prática do jogo de vôlei é passada de geração a geração, por isso não é raro observar um jogador de 18 anos jogando com um de 80 anos, por exemplo. A idade não é um limite para poder praticar o esporte, apesar de alguns considerarem que em alguns momentos ela atrapalha. No entanto, todos concordam que o jogo requer vigor físico e ao mesmo tempo inteligência, maturidade e experiência.

Analisar os usos do espaço da praia de Copacabana parece ser fundamental para uma melhor compreensão do bairro e da percepção que os seus moradores têm sobre ele. Procurei neste artigo compreender o que os idosos, cerca de um terço da população do bairro, buscavam ao frequentar esse espaço nos fins de semana e também como eles descreviam o bairro e o envelhecimento.

Referências bibliográficas

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1991.

GASTALDO, Édison Luis; BRAGA, Adriana Andrade. Corporeidade, esporte e identidade masculina. *Estudos Feministas*, Florianópolis: 19(3), setembro-dezembro/2011.

GOLDENBERG, Mirian. Coroas: corpo, envelhecimento, casamento e infidelidade. Rio de Janeiro: Record, 2008.

HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens:* o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 2007.

MATOS, Marcelo da Cunha. Praias cariocas: de locais de saúde a complexos de entretenimento – uma análise comparada entre a transição dos séculos XIX e XX e a transição dos séculos XX e XXI. IN: *XII Encontro Regional de História*, Rio de Janeiro, 2006.

PEIXOTO, Clarisse. A sociabilidade dos idosos cariocas e parisienses: em busca de estratégias para preencher o vazio da inatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, SP, v. 27, p. 138-149, 1995.

VIANNA, Hermano. *O mundo do funk carioca*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1997.

Enviado em 25/04/2012

Praça Oito de Maio: uma apreciação geográfica

Praça Oito de Maio: a geographic assessment

Lucia Rodrigues de Almeida Dias
Geógrafa e Professora de Geografia
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Mestranda em Geografia – UERJ
lucia.geografia@ig.com.br

RESUMO:

Este artigo tem em vista uma apreciação geográfica da Praça Oito de Maio, situada no bairro de Rocha Miranda, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. O recorte espacial sob o marco temporal compreende o período de 1930 a 2012. Através da relação de significações e topofilia, de alguns moradores e frequentadores do lugar, para com o objeto geográfico escolhido para esta investigação, ressalta-se a importância deste para a organização espacial do bairro em questão. Para alcançar a profundidade da expressão geográfica do objeto de pesquisa, serão realizadas entrevistas e mesmo conversas informais com seus residentes e frequentadores, explorando sua geografia. De igual modo, no processo de elaboração deste artigo consta coleta de dados e material bibliográfico com respeito a informações sobre a praça obtidos nos órgãos de pesquisa competentes, além do enriquecimento de obras de autores, ambos relacionados ao final deste artigo Desta feita, ao analisar a importância da Praça Oito de Maio, obtém-se o esclarecimento da contribuição desse símbolo geográfico para a formação socioespacial e cultural da população de Rocha Miranda.

Palavras-chave: fixo geográfico; topofilia e simbolismo.

SUMMARY:

This article is intended as a geographical assessment of the Praça Oito de Maio, a square located in the borough of Rocha Miranda, in the North Zone of the city of Rio de Janeiro. The time span viewed is the period from 1930 to 2012. The symbolism and topophilia of some residents and other frequent visitors to the square selected as the geographic subject of this study was duly registered and confirms its importance to the borough's organisational plan. To attain the full measure of the geographic prominence of the study subject, interviews will be conducted and informal conversations with the local residents and visitors will be used to fully explore the site's geography. Furthermore, this article relied on data and bibliographic material with information related to the square collected from relevant sources, as well as a wealth of knowledge obtained from the two authors mentioned below. Thus, the analysis of the importance of the Praça Oito de Maio provides insight into the contribution of this geographic symbol for the social, cultural and material enlightenment of the population of Rocha Miranda.

Key words: *geographic reference; topophilia; symbolism*

Introdução

Este artigo tem por objetivo estabelecer uma apreciação geográfica sobre a Praça Oito de Maio, localizada no bairro de Rocha Miranda, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, situado entre os bairros de Coelho Neto, Honório Gurgel, Bento Ribeiro, Turiaçú, Vaz Lobo, Irajá, Colégio e Oswaldo Cruz. Justificando tal empreendimento científico pode-se dizer que este artigo descortina um fixo geográfico, pouco explorado nos estudos urbanos, qual seja a Praça Oito de Maio. A seleção deste objeto geográfico, estudado entre o período de 1930 a 2012, consiste no apego topofílico tanto por possuir residência no bairro citado, como pelo gosto especial pelo objeto geográfico em questão. Nestas circunstâncias, a presente declaração explora uma expressiva forma espacial de um bairro carioca, situado nos domínios dos chamados subúrbios cariocas.

Os valores, como se sabe, são diferentes para os indivíduos e grupos sociais. E, para muitos moradores e frequentadores do bairro, a praça alcança em seus corações a distinção de lugar de destaque provocando um sentimento afetivo. Ou seja, pertinente à topofilia ou entre a pessoa e o lugar. Nesse local estabeleceram-se laços de amizades, jogos de bola, brincadeiras de crianças e adolescente, namoros, encontros fortuitos, cultos religiosos de diferentes procedências, formando-se famílias, trocas de experiências entre os que residem e ainda com os visitantes, que se identificam e se sentem confortáveis no bairro de Rocha Miranda. Essas experiências, traduzidas nas relações cotidianas que acontecem entre as pessoas, contribuem para a formação da Geografia, da História, da cultura e pelos múltiplos laços de amizade estabelecidos no largo, tornando-o mais rico. Pois toda experiência que acontece, seja social, política, religiosa, cultural ou econômica, afeta as pessoas, dinamizando o espaço, sendo algumas produtoras de pulsares e elementos simbólicos. Este é o caso da Praça Oito de Maio, símbolo geográfico que, após a Segunda Guerra Mundial, torna-se um marco político e foi totalmente modificada com a introdução do obelisco no centro da mesma, homenageando os ex-combatentes e a data de 8 de maio de 1945, justamente o Dia da Vitória. Nessas condições, Carlos (1996, p. 19) afirma ser importante a trajetória dos indivíduos para a produção do espaço, quando ressalta: "a história do individuo é aquela que produziu o espaço e que a ele se imbrica...".

Nesse emaranhado de significações, torna-se importante ressaltar o quão fundamental é este ou aquele objeto geográfico, na organização espacial desse bairro. Para se alcançar o cerne da expressão geográfica da Praça Oito de Maio, foram realizadas entrevistas e mesmo conversas informais com seus residentes e frequentadores e, nesse âmbito, poderá ser abordada a geografia do bairro.

Do processo de elaboração desta pesquisa constam ainda coletas de dados e material bibliográfico com respeito a informações obtidas nos órgãos de pesquisa competentes, instituições como a Biblioteca Nacional, o Arquivo Geral da Cidade, a Fundação Parques

e Jardins, o Instituto Pereira Passos, as bibliotecas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A ida a campo será um dos métodos realizados, com visitas à Praça Oito de Maio, entrevistas com alguns frequentadores da praça, para que o máximo de depoimentos sejam coletados. Os testemunhos colhidos serão de grande valia para este estudo, principalmente porque Rocha Miranda bem como a Praça carecem de artigos ou obras sobre seu espaço geográfico. Diante do exposto, a pesquisa se pauta, entre vários outros autores, em Roberto L. Corrêa, Paulo C. C. Gomes, Milton Santos, Zeny Rosendahl, João B. F. Mello, Ana F. A. Carlos, Maria Therezinha Segadas Soares, Lysia Bernardes.

Isto posto, este artigo, versa sobre o surgimento de edificações que representam um acontecimento, um estilo, ou um período, como é o caso da Praça 8 de Maio que neste inciso tem sua criação e importância elucidadas, contribuindo para a dinâmica da sociedade local.

A Praça Oito de Maio

Fonte: acervo particular

Alguns objetos geográficos perdem suas funções inaugurais e outros persistem contribuindo para a dinâmica de uma sociedade. Descortina-se a partir de agora a importância geográfica, bem como suas contribuições social, cultural e econômica, não apenas para a formação do bairro de Rocha Miranda, mas primordialmente na transformação deste local em lugar para muitas pessoas. Discorrendo sobre lugar, fala-se de intimidade, de

aconchego, de proximidade com as formas existentes em determinado espaço. Contudo, não se refere a um local desconhecido, mas de algo próximo, pela facilidade de acesso que este sítio possua, sendo conhecido pelos seus usos e não apenas por ser visto. Refletindo sobre lugar, o sentido de lar é sugerido, como Tuan (1983, p. 160) associa:

> O lar é um lugar intimo. Pensamos na casa como lar e lugar, mas as imagens atraentes do passado são evocados não tanto pela totalidade do prédio, que somente pode ser visto, como pelos seus elementos e mobiliário, que podem ser tocados e também cheirados: o sótão e a adega, a lareira e a janela do terraço, os cantos escondidos, uma banqueta, um espelho dourado, uma concha lascada. "Nas coisas menores e mais familiares", diz Freya Stark, "a memória tece as alegrias mais intensas e nos mantém à sua mercê através de ninharias, algum som, o tom de uma voz, o odor de piche e de algas marinhas no cais." (...) Este certamente é o significado de lar – um lugar em que cada dia é multiplicado por todos os dias anteriores.

Esses sentimentos de afetividade e intimidade, para com o lugar, podem variar em diferentes níveis de escalas espaciais, podendo ser construídos com uma rua, um bairro, um país etc., ou até mesmo através do cotidiano, da vivência e experiência vividas em um local. (Bossé (2004, p. 167) fala dessa variação de escalas quando ilustra "(...) como um foco identitário em todas as escalas espaciais, desde o espaço cotidiano e familiar da casa (*home*) até o território da coletividade nacional (*homeland*)". Com respeito à transformação do espaço em lugar, segundo Tuan "o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor" (TUAN, 1983, p. 6). Mello traz profundo embasamento sobre lugar definindo-o como:

> (...) sentido de lar, por ser plena de experiências e desenvoltura, ao mesmo tempo, uma pausa de estabilidade e bem-estar, além de morada acolhedora e intojetado campo de movimento e pertencimento a ser defendido. (...) porquanto o lugar transcende a materialidade, ainda que não dissociado desta (...) (MELLO, 2002, p. 17).

O valor de um lugar pode ser aferido em menor ou maior grau, dependendo das experiências e vivências contidas no mesmo. Esse maior ou menor valor atribuído aos lugares alcança novo sentido, influenciado pelas formas que estes abrigam ou pelos seus habitantes. Um claro exemplo disso são os locais habitados anteriormente por pessoas ilustres, ou de grande destaque na história da humanidade, que passam a adquirir valores simbólicos. Tuan menciona o que Bohr expôs a Heisenberg, no tocante ao novo sentido adquirido por um lugar, após o conhecimento de que uma influente pessoa por ali passou ou ali viveu. Assim afirma Bohr (1983, p. 4):

> Não é interessante como este castelo muda tão logo a gente imagina que Hamlet viveu aqui? Como cientistas, acreditamos que um castelo consiste só em pedras, e admiramos a forma como o arquiteto as ordenou. As pedras, o teto verde com a pátina, os entalhes de madeira na igreja constituem o castelo todo. Nada disto deveria mudar pelo fato de que Hamlet morou aqui e, no entanto, muda completamente. De repente os muros e os baluartes falam uma linguagem bem diferente. O próprio

> pátio se transforma em um mundo, um canto escuro nos lembra a escuridão da alma humana, e escutamos Hamlet: "Ser ou não ser". No entanto tudo o que realmente sabemos sobre Hamlet é que seu nome aparece.

Sintetizando lugar, tem-se como o local onde as relações cotidianas, entre as pessoas, alcançam significado tornando-se parte da geografia do bairro. A frase seguinte traduz a que este assunto se refere: "(...) é no lugar que se desenvolve a vida em todas as suas dimensões". Apresentando o quanto se tornam intrínsecos e mutuamente influenciáveis, as histórias particulares e a do bairro, Carlos completa que "(...) pensar o plano do vivido (...) também significa pensar a história privada de cada lugar se desenvolvendo, ou ainda, se realizando em função de uma cultura/ tradição/ língua/ hábitos que lhes são próprios (...)" (CARLOS, 1996, p. 17).

A Praça Oito de Maio é o local onde vidas e histórias particulares se desenvolvem e se misturam, influenciando e sendo influenciadas pela história do bairro. Isto é facilmente identificado à noite em dias de semana, nos fins de semana e em dias festivos, acolhendo barracas de artesanato, comidas típicas, e pessoas, de idade diversificada, que fazem parte de grupos como *hip-hop*, emos, roqueiros, jogadores de cartas, skatistas, sambistas, pagodeiros entre outros. Cada qual respeitando o espaço do outro. Costa (2008, p. 152) fala dessa socialização dos espaços públicos por diversos grupos pertencentes à sociedade, que juntos se utilizam desses locais estabelecendo fortes laços afetivos, demonstrado nesta passagem:

> As pessoas se socializam e interagem no lugar, quer seja a rua, o bairro ou cidade. As redes sociais que se formam a partir dessas identidades locais contribuem para a formação do lugar conferindo, portanto uma paisagem que gera um sentimento de pertença.

Segundo levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura do Rio, vinculada ao Instituto Pereira Passos, esta praça, localizada próximo à Estação de trem do ramal linha auxiliar, tinha como nome original Praça das Pérolas, em razão do rio das Pedras que atravessa o bairro onde havia, no século XIX, atividade de extração mineral. Por isso, vale repetir, o nome dessas pedras em ruas do bairro (rua dos Rubis, dos Diamantes, dos Topázios etc.). Na década de 1930, a praça foi urbanizada pelo então prefeito Henrique Dodsworth, do Distrito Federal, antiga capital do Brasil, entre os anos de 1937 e 1945. Na ocasião, ocorreu a execução do projeto de alinhamento da rua Carolina Machado, em Madureira (DECRETO Nº 6.466). Este fixo geográfico ostenta em seu centro um obelisco, com o nome das cidades onde os ex-combatentes, moradores do bairro, lutaram bravamente, homenageando o fim da Segunda Guerra Mundial (visualizado nas fotos a seguir), e comemorando a visita que o presidente Craveiro Lopes, de Portugal, faria à sua irmã, moradora do bairro (BRASIL, 2000).

Deste modo, Rocha Miranda recebe em seu cerne um importante fixo geográfico rebatizado com o nome de Oito de Maio, lembrando a data da capitulação da Alemanha e

em come-moração à vitória e ao fim da Segunda Guerra Mundial (8 de maio de 1945). O obelisco erguido no meio da praça mede 19,80m de altura e constitui uma homenagem aos expedicionários e ao fim da batalha, apoiando braços de aço e uma estrela estilizada no alto servindo de apoio para alegorias festivas, como a tradicional árvore de Natal. Sua fundação foi feita diretamente em sapatas de concreto armado, constando na base, inserida em um círculo de 3,70m de diâmetro, peça em concreto pré-moldado, revestido em granito cinza apicoado, contendo informações históricas sobre o Dia da Vitória (PROJETO RIO CIDADE, 1998).

Fonte: acervo particular

Encontra-se, neste projeto, um rico detalhamento do que está disposto na praça como: "brinquedos (escada árvore, escorregador rústico grande, gangorra dupla, minicentro de atividade, escada horizontal), bicicletário, bancos de madeira, cabine da Polícia Militar, balizador, coletor de lixo e mesa para jogos". A Prefeitura procurou incentivar, por intermédio deste projeto, o melhor aproveitamento do local no quesito das vocações culturais e de lazer. Com relação à disposição de várias mesas, cadeiras e bancos de madeira neste logradouro público, pretende-se estimular o convívio das pessoas no local. Para isso, até a altura das edificações em seu entorno foi limitada a no máximo três pavimentos, a fim de que a paisagem apresentasse a menor quantidade de poluição visual possível.

Fonte: Ficha de Cadastro de Bens e imóveis.

Observando algumas imagens do bairro, nota-se, com muita facilidade, o déficit no setor secundário de sua economia, principalmente no que concerne à indústria local. Entretanto, o setor terciário é diversificado, principalmente no entorno da praça, onde se localiza grande parte do comércio; como exemplo de algumas atividades comerciais, demonstradas na foto a seguir, estão as casas lotéricas, Cacau Show, o Boticário, o Banco Bradesco, lojas de móveis, os Correios, casa de material de construção, loja de artigo para presentes, docerias, lojas de roupas, floricultura, padaria, salão de beleza, o belíssimo prédio do antigo cinema Guaraci etc. Essa multiplicidade do comércio, alocado ao redor deste largo, ocorre principalmente nessa, mas também em outras praças do bairro, como consta no site do Armazém de Dados, do Instituto Pereira Passos.

Rocha Miranda, particularmente, possui uma quantidade de espaços públicos ajardinados como parques, jardins, praças etc. que dotam o bairro de um clima agradável, com ar ameno que o diferencia dos bairros adjacentes como Madureira e Colégio, mais quentes e abafados. O site do Armazém de Dados também disponibilizou uma tabela, que reproduzo a seguir, com a contagem feita em 1999, do total dessas áreas livres arborizadas.

Como pode ser visto, a Praça Oito de Maio é possuidora de importância simbólica popular, podendo passar despercebida por alguns que não possuem qualquer tipo de relação com o lugar. No entanto, para os que nela se encontram, adquirindo e/ou trocando novas experiências, inicia-se uma identificação com a mesma. Nesse lugar emergem os sentimentos de posse e pertencimento (ROSENDAHL, 2005), por parte dos frequentadores, demonstrando sua tamanha importância afetiva. (TUAN, 1980) A praça passa a ser uma marca socialmente representada, plena de significados e experiências sociais (COSTA, 2008). Acerca dessa

Tabela – Área territorial e número de praças, largos, jardins, parques e outros espaços ajardinados e livres. Regiões Adminstrativas e Áreas de Planejamento – Município do Rio de Janeiro

Áreas de Planejamento, Regiões Administrativas e bairros	Espaço Ajardinados e Livres						
	Áreas Territorial (1) ha	Total Geral	Praça	Largo	Jardim	Parque (2)	Outro (3)
XV Madureira	3.018.109	93	82	9	1	1	-
Campinho	98.451	5	4	1	-	-	-
Quintino Bocaiúva	432.379	2	1	1	-	-	-
Cavalcanti	192.415	1	1	-	-	-	-
Engenho Leal	70.827	1	1	-	-	-	-
Cascadura	283.897	6	4	1	-	1	-
Madureira	378.761	19	16	2	1	-	-
Vaz Lobo	110.122	6	5	1	-	-	-
Turiaçu	125.581	3	3	-	-	-	-
Rocha Miranda	288.671	14	12	2	-	-	-
Honório Gurgel	137.485	6	6	-	-	-	-
Oswaldo Cruz	207.113	4	4	-	-	-	-
Bento Ribeiro	303.785	8	7	1	-	-	-
Marechal Hermes	388.623	18	18	-	-	-	-

Fonte: Armazém de Dados.

representatividade histórica de uma sociedade em algumas formas espaciais, Carlos (1996, p. 22) sublinha, além da história de um povo, é o peso da história da humanidade que se acrescenta no campo cultural e auxilia na alteração do espaço. A autora completa essa ideia da seguinte maneira:

> A natureza social da identidade, do sentimento de pertencer ao lugar ou das formas de apropriação do espaço que ela suscita, liga-se aos lugares habitados, marcados pela presença, criados pela história fragmentária feitas de resíduos e detritos, pela acumulação dos tempos, remarcados, nomeados, natureza transformada pela prática social, produto de uma capacidade criadora, acumulação cultural que se inscreve num espaço e tempo.

Ou seja, o pertencimento ao lugar proporciona a criação de novas formas, sendo estas esculpidas segundo a carga cultural daqueles que ali habitam, e preservadas no tempo e no espaço, acumulando sobre si fatos históricos daquele lugar e povo. À proporção que laços de afetividade são ampliados, maior será a lealdade de um povo com o seu lugar, no que diz respeito à conservação e perpetuação da sua história e dos seus símbolos. "Quanto mais laços houver, mais forte será o vínculo emocional" (TUAN, 1983, p. 175).

Sua representatividade histórica, social, cultural e econômica

Algumas formas espaciais acumulam, ao longo do tempo, sentimentos de orgulho e pertencimento de um povo. Essa identificação extremosa, da população, acontece pela participação desses fixos em suas histórias de vida. Isso acontece com o obelisco introduzido na Praça Oito de Maio, enaltecendo os que residiam e/ou ainda residem ali, sejam eles ex-combatentes, familiares ou apenas frequentadores do bairro, fazendo essas pessoas se apossarem desses objetos com os quais os laços de afetividade são estreitados. Essa intimidade com o local é vista em atitudes habituais, feitas pela população, e incentivadas pelo Projeto Rio Cidade, da Prefeitura do Rio de Janeiro, como a conversa entre os amigos e vizinhos nos bancos da praça, jogos de cartas e damas, principalmente pelos idosos, diversão e entretenimento nos brinquedos para as crianças, alçando como lugar o bairro de Rocha Miranda. Assim sendo, quando espaço, "(...) é composto por um sistema de objetos cada vez mais artificiais (...)" (SANTOS, M. 1994, p. 44) consegue absorver o sentimento topofílico (TUAN, 1980) de um povo, e é eleito como um lugar íntimo para essa população. Sobre a importância do lugar, Milton Santos (2009, p. 114) informa:

> (...) o papel do lugar é determinante. Ele não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro. A existência naquele espaço exerce um papel revelador sobre o mundo.

A frequência, por parte da população, à Praça Oito de Maio, é um claro exemplo de apropriação do local público transformando-o em lugar, uma extensão íntima que antes era restrito apenas ao lares de cada um, agora estende-se ao espaço público. Nota-se que parte das pessoas que frequentam a praça, principalmente no horário da manhã e no fim de tarde, pertence a uma faixa etária mais alta. Conversando com algumas dessas pessoas, compreende-se o motivo pelo qual estão ali. Em entrevista com um senhor de 88 anos de idade, chamado Joaquim da Silva Costa, ex-combatente na Segunda Guerra Mundial, o fato de estar ali onde existe um obelisco em homenagem ao que ele fez há muitos anos atrás, o faz valorizar três pontos importantes: a sua ida à Guerra, os seus amigos que ainda estão ao seu lado e, o fato de estar vivo para contar aos seus netos e bisnetos o que aconteceu há décadas atrás. Esse exercício de resgate da memória, praticado pelo sr. Joaquim quando está jogando ou conversando com os amigos, tem como intuito conservar o passado por meio das lembranças, como sugere Bosi (1994, p. 53) quando declara que "A lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora a consciência na forma de imagens-lembrança".

Diante dessa conversa, recurso utilizado em diversas ciências e filosofias, nota-se a importância geográfica e histórica da praça, aproximando o passado do presente por meio das lembranças. Adentrando neste raciocínio, conclui-se que um fixo possui expressão

emblemática quando faz parte da trajetória de vida de uma pessoa ou de um povo. A posse sobre estes fixos é exercida através da vivência nesses locais, sendo, por vezes, compartilhada com amigos e vizinhos, estabelecendo e desenvolvendo a vida por meio de laços íntimos e afetivos, transformando-os em objetos-símbolos e em lugares (CARLOS, 1996). Nesta trilha, Mello (2008) afirma ainda sobre o caráter simbólico que não apenas os artefatos possuem, mas também os lugares: "(...) podemos dizer que o caráter simbólico dos lugares estabelece conexões, decodificando e traduzindo um passado e o conectando ao presente (...)". Este sentimento de pertencimento (ROSENDAHL, 2005; MELLO, 2008) e posse de um lugar está explícito quando Costa (2008) cita Bourdin (2001, p. 33) em: "o sentido de pertença é resultado do conjunto de recortes que especificam a posição de um ator social e a inserção de seu grupo de pertença a um lugar".

A praça é para essas pessoas, moradoras ou visitantes do bairro, um lugar simbólico que proporciona a seus frequentadores o sentimento de íntima relação durante o seu convívio, e esse "cotidiano de cada pessoa é enriquecido pela experiência própria e pela do vizinho (...)" (SANTOS, M. 2009, p. 173). E isso não se restringe apenas à praça, se estende ao comércio no seu entorno, cada casa comercial estabelece com seus clientes que, na maioria são moradores de Rocha Miranda, vínculos de amizade. Esse laço de conhecimento, entre clientes e comerciantes, é característico de lugares que preservam sua história através de seus monumentos históricos. Carlos (1996, p. 18) menciona em sua obra "O lugar no/do mundo", esse conhecimento entre as pessoas, sejam moradores ou prestadores de serviços, que ocorre em um bairro, a partir das experiências de vivência e de amizade de cada indivíduo.

> Motorista de ônibus, bilheteiros, são conhecidos-reconhecidos como parte da comunidade, cumprimentados como tal, não simples prestadores de serviço. As casas comerciais são mais do que pontos de troca de mercadorias, são também pontos de encontro. É evidente que é possível encontrar isso na metrópole, no nível do bairro, que é o plano do vivido (...) .

E essa troca de experiências, praticada entre as pessoas sejam elas moradoras ou não do próprio bairro, contribui para o aprimoramento cultural dessa população. O ser humano desenvolve suas atividades se dividindo e se reunindo em grupos; Geertz (1973, p. 4) defende como conceito de cultura, "(...) que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise". Sendo assim, cada grupo social, entre os quais se encontram os jogadores de carta, os emos, os *skatistas*, os roqueiros etc. que naquele local se reúne para expressar atividades específicas, acrescenta na formação e caracterização da identidade do bairro de Rocha Miranda, tornando-o um lugar único e diferenciado dos outros bairros, destacando sua particularidade íntima e familiar.

No tocante aos laços afetivos e de amizade compartilhados entre os indivíduos, que em um lugar são estabelecidos, Milton Santos ressalta que "a partir desses efeitos de vizinhança, o indivíduo refortificado pode, num segundo momento, ultrapassar sua busca pelo consumo

e entregar-se à busca da cidadania" (2009, p. 166), sendo possível, a partir da convivência entre as pessoas, fixar laços íntimos que tornam este indivíduo parte integrante e atuante nessa sociedade, exercendo de igual modo a sua cidadania por meio dos seus direitos e do cumprimento de seus deveres.

A atuação desses grupos sociais na Praça faz dela um fixo geográfico por proporcionar fluxos social, econômico e cultural em Rocha Miranda, além de gerar uma homogeneização desse espaço, pelo fato de que, mesmo cada um possuindo características peculiares, todos contribuem para a valorização da cultura local. Como nas palavras de Santos, "Gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma (...) cultura territorializada. (...) Essa cultura da vizinhança valoriza (...) a experiência da convivência (...)" (Ibid., p.144). A partir dessa valorização do lugar, por parte de um grupo ou de uma pessoa, encontros de grupos ou formas espaciais com expressividade simbólica vão surgindo. "Daí a expressividade dos seus símbolos, manifestados na fala, na música e na riqueza de formas de intercurso (...) entre as pessoas" (Ibid., p. 145). Concebe-se neste bairro, uma população que se identifica de tal maneira com o lugar que ali instaura modos, falas e costumes, que são típicos dessa localidade.

A Praça Oito de Maio contribui positivamente com Rocha Miranda em outro aspecto, o econômico. A diversidade de grupos sociais, que compõem a formação social e cultural deste bairro, agrega fatores como maior mobilidade na área, contribuindo para o seu desenvolvimento econômico. Como o professor Milton Santos afirma, em sua obra de 1994, um fixo de extrema importância emite e recebe fluxos, sendo possuidor de uma multiplicidade de pessoas que o frequentam em busca de diversão e distração. Ou seja, fluxos ou movimentos são estabelecidos a partir dessa dinâmica espacial que esses grupos sociais firmam nesse local; atividades como encontros anuais dos ex-combatentes na praça, campeonato de *skate*, comemoração de datas festivas como Dia das Crianças, Dia das Mães, Natal, Dia de Santa Bárbara etc. são algumas festividades que atraem grande contingente de pessoas, trazendo para a economia local maior dinamismo. E esses benefícios não apenas o comércio presencia, mas a população local também se beneficia por meio da venda de produtos em barracas de artesanatos e comestíveis. Milton Santos (1994, p. 83) esclarece essa fluidez trazida pelas relações sociais quando diz:

> Os fixos (casa, porto, armazém, plantação, fábrica) emitem fluxos ou recebem fluxos que são os movimentos entre os fixos. As relações sociais comandam os fluxos que precisam dos fixos para se realizar. Os fixos são modificados pelos fluxos, mas os fluxos também se modificam ao encontro dos fixos.

Esse dinamismo presenciado pelo bairro é alcançado pela valorização do lugar, praticado fortemente não apenas pelos comerciantes locais com ações que buscam o retorno daquele cliente, ou desconto especial para quem comprovar ser morador do bairro, como também pelos meios de comunicação, caso da rádio local, que incentivam a permanência dos moradores em Rocha Miranda para efetuarem atividades cotidianas tais como o pagamento

de contas, ir às compras, passear com a família etc. como medida impulsionadora da economia local. Por essas características observadas, como a vivência das pessoas na praça, a permanência no bairro, a valorização do mesmo e do seu passado histórico, nota-se o esforço, de seus comerciantes e moradores mais antigos, despendido na conservação da carga de história, impregnada nos fixos do lugar. O caráter simbólico desses fixos, Tuan (1980) sugere ser a parte de um todo que integra a história de um grupo social ou ser um elemento da vida de uma pessoa, cada qual com sua carga de experiência.

Atenta-se para a transformação desse bairro em lugar de vivência, pela população residente e/ou simpatizantes, através de feitos como a supervalorização das formas espaciais existentes nesse local, atraindo fluidez de pessoas e mercadorias, beneficiando o comércio e os moradores, da carga histórica e simbólica que Rocha Miranda possui e faz questão de preservar, tanto pelos políticos que saíram do bairro, como é o caso do deputado federal Pedro Fernandes, que faz questão de destacar sua trajetória estudantil, quanto os comerciantes que se unem, com festividades, à população, incentivando a fixação dessas pessoas no bairro. Tais ações fazem a ideia de lugar ressurgir como a principal consequência propiciada por atos, que valorizam em demasia um local ou/e seus fixos espaciais, conforme afirma Carlos (1996, p. 22):

> A natureza social da identidade, do sentimento de pertencer ao lugar ou das formas de apropriação do espaço que ela suscita, liga-se aos lugares habitados, (...) criados (...) pela acumulação dos tempos, (...) acumulação cultural que se inscreve num espaço e tempo. Isto é, o lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição enquanto movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos.

Considerações Finais

Resgatando o histórico do surgimento e desenvolvimento da Praça Oito de Maio, compreende-se o quão rico é este em afetividade e afinidade para os residentes e frequentadores do bairro. Esta forma espacial, simbólica para o bairro, contribuiu para a formação da sociedade local, nos seus mais variados aspectos. A fim de se evidenciar a importância de um símbolo na caracterização de uma sociedade, Mircea (1979, p. 13) sublinha que "o símbolo revela certos aspetos da realidade - os mais profundos - que desafiam qualquer outro meio de conhecimento".

As formas espaciais, também chamadas "de objetos culturais, artificiais, históricos" (SANTOS, M. 1988, p. 89), impregnadas de orgulho e representatividade pela população do bairro, experimentam ao longo do tempo diferentes interesses capitalistas e funções sociais. É o caso da Praça Oito de Maio, que proporciona a Rocha Miranda, nos dias das festas santas, movimentação de populares, dinamizando o comércio e, portanto, a economia local.

Em suma, Rocha Miranda é possuidor de objetos simbólicos impregnados de lembranças e de histórias, contribuindo consideravelmente para a conservação da sua memória. Alguns desses, como é o caso da Praça Oito de Maio, colaboram na formação social da população, por meio da diversidade cultural exercida nela e os encontros de amigos, destacadamente os ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial, e/ou religiosos, durante as muitas festividades ali realizadas. Esta demonstração perpetua-se nos relatos de pessoas que, com muita emoção e saudosismo, resgatam e eternizam a importância da Praça pelas boas lembranças vividas. O passado emerge nas recordações, nas lembranças revividas em circulo de amigos no final da tarde, ou nos encontros de carteados pela manhã, a cerca desse resgate da memória Ecléa Bosi (1994:53) adverte: "... a lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens-lembrança..." .

Referências Bibliográficas

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*: lembranças de velhos, 12ªed. Companhia das Letras, 1994.

Bossé, Mathias Le. As questões de identidade em geografia cultural. IN: Corrêa, Roberto Lobato, Rosendahl, Zeny. (org.). *Paisagens, textos e identidade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

BRASIL, Gerson. *História das ruas do Rio*: e da sua liderança na história política do Brasil. Edições Lacerda, Rio de Janeiro: 5ª Ed. 2000.

CABRAL, Carla. Prefeitura do Rio de Janeiro – Patrimônio Cultural: Ficha Cadastro de Bens Imóveis com Valor Individual - Secretaria Extraordinária de Promoção, Defesa, Desenvolvimento e Revitalização do Patrimônio e da Memória Histórico-Cultural da Cidade do Rio de Janeiro. Coordenadoria de Proteção e Conservação - Gerência de Cadastro e Pesquisa. Rio de Janeiro, Folha nº1, p.1-19, 05/07/1995 e 10/09/2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O Lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

COSTA, Otávio. Memória e paisagem: em busca do simbólico dos lugares. IN: *Espaço e Cultura* – Edição Comemorativa – (2008) – Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, dez.1996 – 183 Pág.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. IS.reimpr. LCT, Rio de Janeiro: 1 ed., 2008.

Mello, João B. F. A Restauração dos lugares do Passado. Geo UERJ, *Revista do Departamento de Geografia*, nº 12, UERJ, Rio de Janeiro: 2º semestre de 2002.

MELLO, J. B. F. Símbolos dos lugares, dos espaços e dos "deslugares". IN: ROSENDAHL, Zeny e CORREA, Roberto Lobato (org.) *Espaço e Cultura* – Edição Comemorativa – (2008) – Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, dez. 167 – 174 Págs.

MIRCEA, Eliade. *Imagens e Símbolos*. Tradução: Maria Adozinda Oliveira Soares. 1.° edição em português, Artes e Letras/Arcádia, 1979.

Projeto Rio Cidade – Rocha Miranda: Sinalização viária. Projeto Básico, agosto 1998 - Sinalização.

Projeto Rio Cidade 2 – Rocha Miranda: Projeto de execução, agosto 1998 – especificações e procedimentos construtivos.

Projeto Rio Cidade 2 – Rocha Miranda – Projeto de execução, agosto 1998 – Legislação.

ROSENDAHL, Z. "Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião". In: Corrêa, R. L. (orgs.). *Geografia:* temas sobre cultura e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*: fundamentos teórico e metodológico da Geografia. Hucitec, São Paulo 1988.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo*: globalização e meio técnico-científico informacional. Hucitec, São Paulo: 1994.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: 18ª ed, Record, 2009.

TUAN, Yi-fu. *Topofilia*: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. DIFEL, São Paulo/ Rio de Janeiro: 1980.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar*: a perspectiva da experiência; tradução de Lívia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983. (professor-adjunto no Instituto de Geociências e Ciências Exatas – UNESP – Campus de Rio Claro).

Prefeitura do Rio de Janeiro. Obras e Serviços – Urbanização. Rio Cidade Rocha Miranda. Disponível em: <http://obras.rio.rj.gov.br/index.cfm?sqncl_publicacao=424.htm>. Acesso em: 04 ag. 2010, 21:57:0

Enviado em 30/04/2012

Entrevista

Entrevista com José Mindlin

Interview with José Mindlin

Concedida a Beatriz Kushnir*

Em fevereiro de 2009, o Dr. José Mindlin me recebeu em sua casa, no bairro do Brooklin, em São Paulo, para conversarmos sobre a sua experiência de colecionador de livros. A esse título ele preferia que o qualificassem juntamente com sua esposa Guita [falecida em junho de 2006] como "os guardiões destes livros que são um bem público".

Essa entrevista, entre outras, faz parte da pesquisa que venho desenvolvendo, desde 2007, e que versa sobre a questão dos furtos às obras de bibliotecas e arquivos públicos, em todo o país.

Minha reflexão privilegia a atuação dos leiloeiros nesta seara e com o objetivo de aprofundar a investigação, solicitei ao dr. José uma entrevista que ele me concedeu de bom grado.

Ao saber de seu falecimento, e buscando uma forma de homenageá-lo, resolvi publicar nossa conversa, para mantê-lo também vivo entre nós – os leitores da Revista do AGCRJ.

José Ephim Mindlin nasceu em São Paulo, em 8 de setembro de 1914, e faleceu na mesma cidade, em 28 de fevereiro de 2010. Filho de imigrantes judeus nascidos em Odessa, formou-se na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Advogou por alguns anos, atividade que deixou para fundar a empresa Metal Leve que, mais tarde, tornou-se uma potência nacional no setor de peças para automóveis.

José Mindlin deixou a empresa em 1996. Posteriormente, entre outras atividades, presidiu a Sociedade de Cultura Artística. Por toda a vida dedicou-se integralmente a uma paixão que tinha desde os treze anos de idade: colecionar livros raros. Seu primeiro livro foi Discours sur l'Histoire universelle de Jacques-Bénigne Bossuet, de 1740. Ao completar 95 anos de idade, acumulava um acervo de aproximadamente 40 mil volumes, incluindo obras de literatura brasileira e portuguesa, relatos de viajantes, manuscritos históricos e literários (originais e provas tipográficas), periódicos, livros científicos e didáticos, iconografia e livros de artistas (gravuras).

Em 20 de junho de 2006, foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras, onde passou a ocupar a cadeira número 29, sucedendo a Josué Montello. No mesmo ano, decidiu doar todas as obras brasileiras da sua vasta coleção à Universidade de São Paulo (USP), compondo, assim, a "Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin".

---

* Beatriz Kushnir é pós-doutora em História e diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Beatriz Kushnir: Vou deixar aqui pertinho do senhor...

José Mindlin: Olha, eu praticamente não sei nada desse mundo de leilões que eu não frequento. Não fui a nenhum leilão de livros ou objetos de arte, porque tenho uma sensação de que não é um mercado muito bom. Não quero fazer acusações, mas não me sinto a vontade, e leiloeiros eu não frequento porque é uma oportunidade de valorizar obras que valem muito menos no mercado de livros do que alcançam no leilão, o que é uma anomalia. Eu sempre comprei nas livrarias, ou nas livrarias do exterior quando viajava, ou recebendo catálogos de ofertas, então...

Beatriz Kushnir: Mas nunca o senhor quis um livro raro, que não estivesse em lugar algum?

José Mindlin: É provável que sim, mas o leilão em geral procura um público que não é especializado e com isso cria para o mercado problemas grandes, porque tem têm preços completamente artificiais. Se a pessoa que compra no leilão de livros, e amanhã – eu só conheço um pouco mais a parte de livros –se quiser revender, só consegue uma fração do que pagou.

Beatriz Kushnir: E está pagando muito mais por um objeto, é quase como se fosse um lugar em que o objeto vira um objeto de arte com valor de mercado, mas parece que não tem importância o que está escrito.

José Mindlin: São completamente artificiais. Depois uma livraria pede por essa obra o preço que ela alcançou num leilão ou mais, e não vende. Olha, eu aqui [em casa] não tomo precauções especiais. Guita até reclamava que eu recebia visitas, mas eu só recebia com recomendação de pessoas conhecidas. Mesmo assim, eu sei que se corre risco. [Mas] quando o prédio ficar pronto [na USP], até o final do ano que vem ou em 2010, vai ficar bonito, vai ser uma das coisas mais bonitas. Vai atrair mais [público leitor].[Eu] me considero depositário do acervo público

Beatriz Kushnir: Com certeza. O senhor está devolvendo a uma das maiores instituições públicas do país, para que todo mundo possa ter acesso. Eu fico pensando nesse colecionador que compra obras furtadas. Por que ele faz uma coisa dessas, já que não pode mostrar para ninguém que tem esse livro? Então, é como se tivesse barra de ouro em casa?

José Mindlin: É um absurdo. Eu recebo colecionadores, especialistas, às vezes livreiros do exterior tentam comprar e eu digo que não está a venda. Só uma vez tive aqui um padre fazendo pesquisa e a gente achava, a priori, que era confiável. Então, ele andou, mexia por aí sem fiscalização direta e, uns três meses depois, a pessoa que tinha me pedido para receber o padre me disse: "Olha, eu sinto muito, mas eu soube que ele rouba livros."

Beatriz Kushnir: E roubou o senhor?

José Mindlin: Não dá para saber. Eu só posso saber se fui roubado se eu for por acaso procurar um determinado livro.

Beatriz Kushnir: Os livros do senhor têm marcação, têm um carimbo?

José Mindlin: Não.

Beatriz Kushnir: Nem aqueles carimbos sem tinta, que deixam uma marca, é quase como se fosse um relevo?

José Mindlin: Eu não sei se ele roubou ou não, só se aparecer uma vaga na prateleira é que eu vou ver o que está faltando. Senão, não dá para saber, a não ser que eu vá procurar especificamente um livro que desapareceu. Às vezes acontece que os livros são postos fora de lugar pelas pessoas que os consultam. Ou então fui eu mesmo que perdi. Mas não tenho experiência negativa neste sentido. Mas, em geral as pessoas que colecionam se interessam por temas muito mais restritos. Eu chamo isso de loucura mansa, mas eu tenho uma porção de interesses, então... Os livros estão catalogados e tem uma folha dentro, solta, que indica a localização. Se essa folha desaparaceu ou ela caiu, ou o livro não foi catalogado..... Mas no computador está catalogado. É bem precário, eu sei. Aliás, para ter uma continuidade assegurada é que nós resolvemos fazer a doação.

Beatriz Kushnir: Gostaria de saber um pouco mais do seu processo de aquisição. Quando o senhor quer livros raros, como o senhor faz?

José Mindlin: Procuro em catálogos, recebo catálogos de antiquários do exterior.

Beatriz Kushnir: Que é mais confiável.

José Mindlin: É confiável. Quando eu tenho a menor suspeita da origem eu não compro.

Beatriz Kushnir: Como é que o senhor suspeita?

José Mindlin: Às vezes, pela própria raridade, ou que eu não sabia que existia esse exemplar. Então, eu frequento as bibliotecas. Eu me lembro que uma vez um livreiro me ofereceu umas gramáticas indígenas, muito raras. Fui ver, ele me pediu o preço, e eu disse: "Olha, eu gostaria de saber a origem." Ele me ofereceu e eu disse: "olha, eu não posso resolver já." Aí, ele disse: " O senhor pensa que eu estou lhe oferecendo e que eu vou vender para outro? Não estou pensando em vender para outro, mas se o senhor duvida da procedência, eu lhe peço que fique com os livros e não compre enquanto eu não tiver certeza da procedência." Era um livreiro idôneo, estavam certos quando me deram a indicação, senão eu prefiro não ter o livro a ter dúvida sobre a sua origem. No exterior é muito raro

venderem um livro roubado. Os livreiros são cuidadosos, mas assim mesmo, de um livreiro desconhecido eu não compro.

Beatriz Kushnir: Tem uma rede de pessoas que aos poucos o senhor foi conhecendo.

José Mindlin: Eu comecei em 1927, com 13 anos de idade, estou com 93.

Beatriz Kushnir: E o senhor se lembra de livreiros no Rio e em São Paulo nos quais o senhor comprava e o senhor achava que eram .....

José Mindlin: Sim, me lembro que eram idôneos.

Beatriz Kushnir: De quem o senhor se lembra?

José Mindlin: Lembro do Faria, da Cosmos, por exemplo, tinha tranquilidade. Margareth era uma lá do Rio. Então, eu não precisava indagar. Mas havia um livreiro no Rio que era absolutamente inidôneo.

Beatriz Kushnir: Tudo que ele tinha ...

José Mindlin: Ele se gabava de ter um milhão de livros no depósito, mas ele chegou a falsificar um livro da livraria Cosmos. Mas isso acaba sendo [descoberto]. E os colecionadores não são tolos, menos ainda para comprar uma coisa cara. Então, quando a esmola é grande, o santo desconfia.

Beatriz Kushnir: Quando é que o senhor começou a perceber os meandros desse mercado de colecionadores?

José Mindlin: Adquirindo coisas do meu interesse imediato. Isso foi em 1927 e eu levei uns 10 anos comprando sem pensar no que viria a ser a biblioteca. Mas o número de livrarias em São Paulo era muito limitado, as pessoas eram conhecidas. Então, veio uma pessoa desconhecida oferecer umas coisas boas. Uma vez veio e eu telefonei para um colecionador que tinha se queixado de que haviam roubado algumas obras dele, entre elas essa. Telefonei para ele, telefonei para a polícia, pedi para deixar os livros no escritório para eu poder examinar com calma. Ele veio, retirou os livros e vendeu para não sei quem. Em 1930 eu comecei a vir ao Rio, era até bastante precoce, eu não tinha 16 anos e entrei para a redação do [jornal] O Estado de São Paulo. É claro, era uma formação empírica, mas muito mais sólida. Aprendi a escrever na redação do Estado, fiquei conhecendo os bastidores da política e da sociedade, isso com 16 anos. Havia pessoas mais velhas do que eu, por exemplo, tinha uma biblioteca boa, era diretor da repartição. As bibliotecas, quase todas que eu conheci, foram sendo vendidas.

Beatriz Kushnir: Como o senhor define e percebe esse sentimento da coleção, essa compulsão.

José Mindlin: Mas eu, por exemplo, não tenho a compulsão. A compulsão é ... Se eu sinto que a pessoa está exagerando, está pedindo para mim um preço que não é o real .... Então, eu simplesmente não comprava. Ou então, uma pessoa que me oferece livros pelo preço, primeiro elas me oferecem os livros dizendo que aceitariam o preço que eu oferecesse. Eu digo "Não, isso eu não faço, porque você vai ouvir outras pessoas. Você tem que procurar vender o que você está me oferecendo a vários livreiros que se oferecerem 100 é porque querem vender por 200. Se você tiver 3 ou 4 ofertas dessas, então eu ofereço 150. Pago menos do que pagaria numa livraria e você recebe mais. Mas eu não sou escravo do livro, quando a pessoa pede um preço muito alto e depois faz um desconto de 50 % eu não aceito. Eu digo: " Se você podia me vender por 50%, não devia ter pedido 100." Eu não sou escravo dos livros.

Beatriz Kushnir: Como é isso, como o senhor pensou nisso? Como, num determinado momento, o senhor viu que não faria qualquer coisa para adquirir uma peça?

José Mindlin: Procuro, procurava muito, mas tinha limites para o que eu achava que era um limite razoável, que é imponderável também. No exterior você tem catálogos em quantidade, então você estabelece.

Beatriz Kushnir: O senhor já compra pela internet?

José Mindlin: Pouca coisa. Ultimamente, há muitos anos estou comprando muito menos, porque já tenho uma quantidade. ..

Beatriz Kushnir: Teve alguns volumes que o senhor procurou muito? Quais foram alguns desejos que o senhor perseguiu por muito tempo?

José Mindlin: A primeira edição de O Guarani, de José de Alencar. Eu soube que um grego ofereceu aos colecionadores do Rio, pedindo três mil dólares e eles não compraram porque acharam caro. Acontece que d´O Guarani só se conheciam dois exemplares da edição original, então, se a pessoa quer ter o livro tem que se sujeitar a pagar mais. E, no caso, o preço era pouco. Mas, quando eu soube, o grego já tinha partido e eu custei a localizar. [Ai,] eu recebi um catálogo de Londres anunciando, então eu resolvi comprar e disse: "Olha, pago até cinco mil dólares, mas também quero comprar o livro. Se for uma diferença pequena, vá em frente." Houve um leilão na Inglaterra, e então mandei um telegrama querendo comprar e perguntei, nesse meio tempo, ao livreiro quanto ele achava que alcançaria o livro. Ele me disse: "20 libras". "Não é possível, pode ser mais, em todo caso quero comprar. "No dia do leilão, telefonei para a livraria em Londres, e o livreiro a quem eu tinha encomendado disse: "Não comprei porque estavam oferecendo por 60, alcançou 60 libras, o senhor tinha falado em 20, achei que o senhor ia ficar aborrecido". Eu disse:

"Aborrecido estou agora." Mas, depois eu soube que o livro era do grego e que ele retirou do leilão. Passaram uns 15 anos com essa brincadeira.

Beatriz Kushnir: E o senhor conheceu esse grego, finalmente?

José Mindlin: Conheci depois de 15 anos. Houve um leilão em Paris e eu fui a esse leilão e o dono da livraria Cosmos me disse: "Olha, eu tenho uma surpresa para você, o grego está aqui em Paris e O Guarani está comigo. Eu falei com ele, não quero ganhar nada, você se entende com o grego. "Foi uma coisa épica, eu e o grego discutindo. Ele pedia cinco mil dólares, ofereci quatro e acabei comprando por quatro.

Beatriz Kushnir: Em que ano?

José Mindlin: 1977.

Beatriz Kushnir: Quatro mil dólares era muito dinheiro.

José Mindlin: Era, mas quatro mil dólares a gente recupera. E era o exemplar d´O Guarani que procurei durante quinze anos. Estava disposto a pagar mais, se fosse o caso, mas não faço loucuras. No caso d´O Guarani, especificamente, provavelmente eu iria até 10 mil dólares, mas não foi preciso. Uma boa parte, [dos livros] eu me lembro onde comprei.

Beatriz Kushnir: O que mais o senhor teve como objeto de desejo? Dr. José, o senhor tem os três volumes do Debret?

José Mindlin: Tenho. Comprei em Paris, faz uns 30 anos. Foi uns 2 mil dólares. São 150 [pranchas]. A Guita examinou rapidamente o Debret na livraria e achou que estava faltando uma gravura. E o livreiro disse: "Não, não falta. Ela com certeza está fora de lugar, mas não falta." Então, eu comprei, dois mil dólares. Vieram o livros, a Guita examinou com cuidado e faltava um. Aí, reclamei com o livreiro e ele disse: "Se o senhor acha que está faltando o senhor me devolve o livro. Eu não posso fazer nada." Acabei conseguindo a tal gravura que faltava. Mas, em geral, não compro livro de ... Eu prefiro não ter o livro a ter um exemplar incompleto.

Beatriz Kushnir: Que outro objeto o senhor perseguiu?

José Mindlin: Foi mais a Brasiliana mesmo.

Beatriz Kushnir: A Brasiliana tem mais lá fora do que aqui.

José Mindlin: É, Londres e Lisboa são grandes fontes. Eram grandes fontes.

Beatriz Kushnir: O grego contou para o senhor como esse O Guarani..... ? Porque isso dá uma bonita história também

José Mindlin: Não me disse, ele se dizia colecionador, mas era um negociante.

Beatriz Kushnir: Onde o senhor acha que fica o limite entre um colecionador e um negociante?

José Mindlin: O que vende. Eu, por exemplo, não vendo livros, posso trocar.

Beatriz Kushnir: O senhor já trocou alguma vez?

José Mindlin: Já, geralmente exemplares duplicados. O que eu não tinha, o que eu tenho não vou abrir mão. Compro duplicatas para usar em trocas, ou presentes. Tenho muitos livros aqui, por exemplo, vem o colecionador da poesia completa de Casimiro de Abreu, um amigo, e diz: "Puxa, esse eu não tenho, procuro há tempos." Eu respondo " Se você não tem, vai poder dizer que não tinha, porque vou te dar o exemplar, tenho uma duplicata." Então, a duplicata é para isso, mas tem um limite de preço também para a duplicata.

Beatriz Kushnir: Como o senhor se organizava, quanto do seu orçamento o senhor achava que era para isso ou não tinha ...

José Mindlin: Não era muito organizado. Às vezes a Guita, quando ela sentia que o livro me interessava, ela dizia " Bom, depois a gente se preocupa." Passava do orçamento. Nunca fui metódico. Sou bastante desorganizado.

Beatriz Kushnir: Mas teve um momento em que o senhor percebeu que o mercado estava mudando e que aquele amadorismo do começo ...

José Mindlin: Sim. Isso deve ter sido nos anos 1950. Os livreiros começaram a saber o que os outros tinham. Porque muita coisa que eu comprei, é porque eu ... As livrarias de São Paulo eram todas no Centro. Então, eu ia todos os dias aos sebos. Aí, verifiquei que um vendia a 150 o que o outro vendia por 10. Então, eu comprava o de 10, levava para o de 50 e dizia: "Olha, vou deixar aqui em consignação. Você vendendo, tira a sua comissão, e me credita o saldo."

Beatriz Kushnir: O senhor fazia negócios?

José Mindlin: É. Mas não vou querer ver dinheiro, eu vou no saldo e quero receber em livros. E assim consegui comprar muitas coisas. Comprava em sebos por 10 o que eu sabia que alcançaria 30, 40, 50 ou mais. Então, quando eu comecei isso, depois de três meses, eu tinha crédito em todos os sebos de São Paulo. E aí eu comecei a comprar sem desembolsar nada. Eu não tinha mesada e não queria pedir ao meu pai dinheiro para livro que não fosse de estudo. Tinha, tinha biblioteca em casa. Agora,

papai e mamãe, mais papai, que se interessava mais por artes plásticas. Eu também gostava, mas a paixão que papai tinha herdei dirigida para livros. Que horas são?

Beatriz Kushnir: 15:20.

José Mindlin: 15:30 deve vir o novo cônsul de Portugal fazer uma visita de cortesia.

Beatriz Kushnir: Eu venho com calma.

José Mindlin: Venha com calma, eu sempre gostei de você ...

Beatriz Kushnir: Eu sei, nunca vou esquecer quando o senhor e Dona Guita vieram ao lançamento do meu livro em São Paulo e procuraram por duas livrarias até me encontrar. Foi muito bonito da sua parte. Venho com calma, quero olhar esse acervo administrativo.

José Mindlin: Fique a vontade, tem faturas, muitas faturas.

Resenhas

Uma resenha sobre o livro de OLIVEIRA, Lucia Maria VELLOSO. 2012. *Descrição e Pesquisa.* Reflexões em torno dos Arquivos Pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 176p

Em Defesa da Crítica e da Pesquisa na Área Arquivística

Ismênia de Lima Martins
Professora Emérita da Universidade Federal Fluminense (UFF) e
Sócio Honorário da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

No prefácio do livro, Ana Maria de Almeida Camargo, doutora pela Universidade de São Paulo (USP), professora de metodologia do Departamento de História e reconhecida como pesquisadora e autora de várias obras, na área arquivística, apresenta-o como fruto da tese de doutoramento da autora, defendida em 2010 junto àquela universidade.

Esta apresentação desperta a atenção sobre a trajetória acadêmica e profissional de Lucia Maria Velloso de Oliveira, até então. Graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1986) e em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1992), obteve o título de mestre em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal Fluminense (2006).

Sua formação universitária, em todos os níveis, da graduação ao doutorado, foi construída a par de uma intensa atividade profissional. Ingressou, em 1994, no Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa, ocupando, desde então, diferentes posições, exercendo diversas funções e chefiando-o, desde 2002.

Além disso, manteve expressiva participação, nas atividades de sua categoria, sendo que, atualmente, preside a Associação dos Arquivistas Brasileiros, depois de dirigi-la de 2003 a 2009. Ademais, é membro do Comitê Gestor da Seção de Arquivos Universitários e de Instituições de Pesquisa do Conselho Internacional de Arquivos.

Este breve relato confere ao trabalho em questão valores de tempos antigos: aqueles em que uma tese de doutorado era o coroamento de uma trajetória profissional e não como hoje, um passaporte, quase obrigatório, para ingressar na vida acadêmica.

O leitor atento percebe no texto a paixão da militante pela causa arquivística. Sua leitura trouxe-me recordações da minha

militância pelo reconhecimento do trabalho do historiador. No fim dos anos 1960, o PADCT (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico) excluía as ciências humanas e sociais, aí incluída a História, do incentivo à pesquisa pelo governo. A FINEP, principal agência de fomento, não explicitava qualquer exclusão, mas todos os candidatos deveriam satisfazer as exigências dos editais, inclusive responder ao quesito de como os resultados do projeto seriam incorporados aos setores produtivos da economia nacional?! Como fazê-lo quando a pesquisa em questão tratava do movimento operário no século XIX?

Foi preciso, além da militância, engenho e arte, para vencer as dificuldades.

No entanto, se a História, pelos fóruns de erudição, ornamento e prestígio que conferia e legitimava, sempre conquistava a boa vontade dos financiadores, com respeito à Arquivologia, a situação foi bem mais grave.

No caso brasileiro, ao desprestígio da área, subsidiária da Biblioteconomia, considerada como técnica e não como campo de conhecimento, acrescentava-se a falta de tradição de uma cultura arquivística e o profundo desinteresse do poder público acompanhado da ausência de políticas efetivas que pudessem alavancar o seu desenvolvimento.

Argumento importante neste sentido é a lentidão com que se construiu a malha universitária da disciplina. Depois do esforço pioneiro dos anos de 1960, com a criação do CPA (Curso Permanente de Arquivo) somente na segunda metade da década seguinte surgiram os três primeiros cursos universitários de Arquivologia do país: Universidade do Rio de Janeiro (1976), Universidade de Santa Maria (1976) e Universidade Federal Fluminense (1978).

Considerando a expansão acelerada da rede universitária no país nas décadas de 1970 e 1980, causa espécie o fato de somente 12 anos depois, em 1990, ser criado curso na UnB (Universidade de Brasília) e apenas mais quatro cursos entre 1997 e 1999 na (Universidade Estadual de Londrina, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Federal do Espírito Santo). Além disso, São Paulo, o estado que investiu na criação da maior universidade do país, teria o seu primeiro curso somente em 2002, e fora da capital (Universidade Estadual de São Paulo/Marília).[1]

Atualmente existem cursos de Arquivologia em todas as regiões do país, inclusive com programas de Pós-Graduação *stricto sensu* e os profissionais da área, organizados em suas entidades, marcaram sua presença de forma expressiva na Primeira Conferência Nacional de Arquivos, ocorrida em dezembro de 2011.

Apesar deste quadro positivo, o texto de Lucia Maria é marcado pelos percalços vividos pela Arquivologia no Brasil. Convicta de que o profissional de arquivo deve ser capaz de exercer a crítica e produzir o conhecimento, defende, ardorosamente, o status científico da disciplina. Para tanto, elegeu o debate sobre a descrição como uma função de pesquisa e as possibilidades cerceadoras da normatização àquela atividade. Para a autora, as propostas de formatação surgem focadas na atividade prática, ignorando o caráter científico daquela função essencial ao trabalho arquivístico.

Portanto, como Lucia Maria de Oliveira explicita, a principal questão do seu trabalho é a análise da tendência normalizadora da descrição arquivística e sua importância na compreensão daquela atividade como uma função científica.

Considerando, de um lado, a complexidade dos arquivos pessoais e de outro sua experiência profissional à frente do Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa elegeu como campo empírico os arquivos pessoais.

A introdução, em que formula a problemática da pesquisa, seu quadro teórico metodológico e explicita sua base empírica, além de apresentar a estrutura da obra, é seguida pelo capítulo em que trata do Arquivo Pessoal e seu Lugar na Arquivologia. Aí, com agilidade intelectual, dialoga com os autores clássicos e contemporâneos da matéria. Analisa, também, os diferentes posicionamentos que a complexidade do tema provoca. Fá-lo, no entanto, não de uma maneira abstrata, mas estudando situações concretas na França, no Reino Unido, nos Estados Unidos e no Canadá. Além disso, no último item, considerando a variada tipologia de documentos que os arquivos pessoais abrigam, ressalta sua importância para a discussão dos problemas referentes aos processos descritivos.

No capítulo dois, Descrição Arquivística como uma Função de Pesquisa, a autora evidencia a questão central da tese e, sustentada por extensa pesquisa bibliográfica na área, aponta o descompasso existente no discurso da padronização entre o caráter científico da descrição e a produção dos instrumentos de pesquisa. Ressalta a importância da reconstrução do acervo arquivístico e os cuidados necessários à classificação adotada, para que não se prejudique o controle intelectual e o acesso aos documentos.

Para tanto, relata experiências com o acervo de Rui Barbosa demonstrando as desvantagens de uma descrição simplificadora. Particularmente interessante é o caso de um doutorando, que desenvolvia sua tese junto à Universidade de Paris, sobre a arte da culinária no século XIX, no Brasil. Considerando a inserção social de Rui, o pesquisador avaliou que encontraria, em seu acervo, um conjunto de cardápios muito usados nos jantares de gala. Como a abordagem do processo de descrição, da equipe da época, representava Rui Barbosa como político, jurista e jornalista, certos documentos, como os cardápios, foram desconsiderados.

No caso, para encantamento do usuário, a intervenção de um profissional conhecedor da existência de um conjunto de cardápios, permitiu-lhe o acesso à fonte. Talvez, não seja significativo para este texto, mas não consigo deixar de comentar a importância deste tipo de documento e os muitos usos que dele faz a historiografia contemporânea.

Em conferência que proferi no Real Gabinete Português de Leitura, por ocasião do bicentenário da Real Companhia Vinícola de Portugal, utilizei-me dos cardápios para demonstrar a posição privilegiada que a Companhia desfrutava no Brasil, no século XIX. Usei-os, também, para confirmar a mobilidade social de certos grupos de imigrantes e em outra pesquisa como, no início da República, a cerveja quebraria o monopólio dos vinhos

nos eventos importantes. Estes comentários, à margem, servem apenas para tornar mais enfático o exemplo utilizado por Lucia Maria.

A autora sustenta, ainda, que não há ingenuidade no processo de padronização. Assim, alerta sobre as possibilidades de que as normas sejam repassadas mecanicamente, ao longo da formação dos profissionais da área, provocando no arquivista o embotamento da crítica. De tal modo, conclui que a padronização da prática arquivística pode levar ao abandono do status científico que lhe deve ser próprio.

No capítulo seguinte, "A Descrição Arquivística e os Arquivos Pessoais", Lucia Maria utiliza-se, largamente, de sua experiência e intimidade com o acervo para demonstrar a complexidade daqueles arquivos. Destaca, em particular, a relevância de resguardar sua individualização, mas também ressalta a importância da compreensão relacionada ao contexto de produção e acumulação do arquivo, assim como a interação social dos envolvidos. Alguns dos exemplos selecionados são muito interessantes, verdadeiros quebra-cabeças, como o caso da identificação da vovozinha e de Dayse em documentos do acervo da coleção família Barbosa de Oliveira.

Em Busca de um Modelo de Descrição Arquivística recupera os processos de elaboração de normas de descrição que mais se destacaram na prática do ofício. O texto demonstra um esforço sistematizador do movimento dos profissionais de diferentes países de tradição arquivística em torno do objetivo de padronizar a descrição. Resgata a experiência pioneira de 1898 da Associação de Arquivistas Holandeses, assim como o modelo do Reino Unido, o do Canadá (RAD), a proposta do Conselho Internacional de Arquivos (ISAD (G)) e o modelo americano atual. Depois de apresentá-los com detalhes, a autora analisa-os em conjunto, destacando os pontos de convergência e as especificidades dos mesmos, para concluir que o perigo da padronização reside no reducionismo do trabalho arquivístico a uma atividade mecânica.

O capítulo seguinte, "Entre o Modelo e sua Aplicação: O Lugar Obscuro do Trabalho de Pesquisa", analisa instrumentos de pesquisa produzidos de acordo com as normas apresentadas anteriormente. Chega à conclusão que as mesmas são desafiadas pela complexidade dos arquivos e que muitas vezes o restabelecimento das conexões e vínculos está centrado no arquivista e no quanto ele torna públicas as decisões tomadas e a base teórica que as sustentam, de acordo com o formato do instrumento de pesquisa que segue (p. 144).

Lucia Maria não tece comentários sobre a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), cuja versão preliminar foi submetida à consulta pública, em 2006. Talvez, não o tenha feito por suas semelhanças com o ISAD (G), que discutiu, exaustivamente, nos capítulos 4 e 5.

O texto oficial que apresenta o Nobrade ressalta o esforço de adaptação das normas internacionais às especificidades brasileiras. Não se pode deixar de reconhecer que a Nobrade avançou em relação à ISAD (G) por contemplar questões ignoradas por aquela norma

internacional. Tal seria, por exemplo, no caso da norma brasileira, a existência dos pontos de acesso que contemplaria as indicações necessárias, produzidas pelo arquivista, para maior compreensão do acervo.

No Capítulo final, retoma suas conclusões parciais, afirmando que se os debates sobre o modelo de discussão são relevantes para a produção dos instrumentos de pesquisa, no entanto, este não é o maior problema. E, para alívio do leitor, a autora se posiciona sem subterfúgios:

Na realidade, a questão central não está na definição de qual modelo de instrumento de pesquisa, (...). Ao final fica claro que "um sujeito" altamente capacitado é indispensável para produzir o conhecimento necessário sobre um arquivo (...). E esse sujeito é o arquivista (p. 148).

Se em alguns textos a autora, pelo tom de suas críticas, parece transformar as normas de padronização da descrição arquivística em um "dragão da maldade", finaliza colocando o dedo na ferida: a qualificação intelectual do arquivista.

Somente um profissional bem informado detém o conhecimento que se exige para que se estabeleçam os vínculos entre os documentos, entre as ações que lhe dão origem, e a relação entre eles. Igualmente, é necessário deter saberes diversos e erudição, além da técnica, para promover a recomposição de um arquivo, assim como a compreensão do contexto social em que se insere.

Esta questão está latente em toda a obra de Lucia Maria que, muito mais que uma tese sobre descrição e pesquisa, é um livro em defesa da Arquivologia no campo do conhecimento científico. Um trabalho militante!

Finalizando, não posso deixar de lembrar o padre Antonio Vieira que escreveu no século XVII, "O Homem se revela na pena!" Lendo o livro de Lucia Maria afirmo que as mulheres também!

Enviado em 04/06/2012

1 - Os Cursos de Arquivologia no Brasil: Conquista de Espaço Acadêmico-Institucional e Delineamento de um Campo Científico de Angélica Alves da Cunha Marques publicado em http://www.aag.org.br/anaisxvcba/conteudo/resumos/comunicacoes_livres/angelica.pdf

Uma resenha sobre o livro CALLADO, Ana Arruda. *Darcy, a outra face de Vargas*. Rio de Janeiro: Batel, 2011, 288p.

As outras faces dos presidentes: Darcy Vargas e Evita Perón

Marina Maria de Lira Rocha
Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense
mmlrocha@hotmail.com

É muito comum encontrarmos nos estudos históricos a comparação entre Brasil e Argentina sob vários aspectos de nossas narrativas. Da chegada dos europeus em nossas terras latino-americanas às histórias atuais de governos na região, passando pelas cruéis ditaduras e suas consequências, nos deparamos com quem tenha a dizer um pouco sobre os dois países. Política, econômica e culturalmente, de alguma forma, procuramos nos aproximar.

No entanto, nos chama a atenção nessas "coincidências e dissidências históricas" uma parte em especial, na qual todos nós temos opiniões das mais variadas: o populismo latino-americano. Conceito usado de diferentes maneiras, o populismo, até hoje, afirma ou nega legitimidades dependendo do discurso que preenche.

Nos últimos trabalhos dentro das ciências sociais, o ter-mo aparece com conteúdos sociais e históricos concretos, relacionado ao projeto de hegemonia burguesa, em pleno processo de decadência da oligarquia agrária na América Latina[1]. É considerado uma forma de política autoritária, baseada na intervenção do Estado para alargar o contato com o capitalismo estrangeiro e engrandecer o nacional. Entretanto, também foi capaz de atender a reivindicações sociais, políticas e de subjetividades, oferecendo "dignidade" à população. Assim, o populismo transformou a cidadania oferecida e integrou o indivíduo em um coletivo trabalhador, com direitos cedidos pelo governo sob a representação de um líder, que tolhia suas liberdades e exigia como retribuição a gratidão e a lealdade àqueles no poder[2].

No Brasil e na Argentina, como conhecido, o populismo foi personalizado pelas figuras de Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón. E, dentro da perspectiva comparativa, os dois personagens históricos vêm trazendo grandes e frutíferas discussões sobre

políticas de Estado, modificações legislativas, manifestações sociais, brechas autoritárias em seus governos e etc.

Ao ler o livro de Ana Arruda Callado, não pude me desvencilhar dessa comparação bilateral, mesmo que em biografia com visão feminina que traz "Darcy, a outra face de Vargas". A inquietação brotou logo no princípio da leitura, quando Ana Callado expôs a dificuldade em encontrar biografias de mulheres que acompanharam as carreiras de homens políticos e famosos. A maioria dessas mulheres, constatou a autora, fora esquecida pela história, tendo suas imagens estáticas e passivas marcadas nas fotografias em que aparecem sorridentes ao lado de seus maridos presidentes.

Contudo, existem as exceções para confirmar a regra. Nas perspectivas do populismo e da comparação, duas jovens mulheres aparecem de braços dados com seus respectivos esposos para fazer a diferença, com as devidas dimensões, ao menos no imaginário da população dos países mencionados.

Tem-se do lado de cá, dona Darcy Vargas, a primeira-dama do populismo brasileiro, cuja vida fora retratada no livro de Callado e em algumas outras biografias que contam sua atuação. Apesar da apropriada afirmação de seu filho, que a descreve como "meio agitada, prepotente, mandona. Gostava de se vestir bem, de ser bonita. Era faceira e sociável. Comunicativa, gostava das pessoas. Não era populista, era até mais para a aristocracia"[3], a senhora Vargas representou, como companheira, a complementação da política populista no país. Além disso, foi reconhecida e homenageada posteriormente, tendo seu nome designado hospitais, escolas, ruas, vilas, maternidades, ambulatórios, creches e logradouros públicos por todo o Brasil[4] .

Ultrapassando os limites geográficos e atravessando a fronteira em direção ao nosso vizinho, das damas, a primeira: María Eva Duarte de Perón. Conhecida internacionalmente, Evita modificou a relação entre mulher e política e teve sua imagem exposta em livros – biográficos e romanceados – em filmes, em revistas e músicas, teatro e artes plásticas. Dá nome a museu, ruas, escolas, instituições, movimentos sociais e etc. Sua história fora (e ainda é) disputada, inclusive de forma violenta ou mitológica, por quase todos os argentinos.

Dessa forma, essa pequena resenha procurará estabelecer alguns pensamentos desenrolados com a leitura desta história de vida e impressões comparativas entre as damas populistas (e populares, no sentido público e notório da palavra, já que Darcy, como se explicita na biografia, não fazia parte da população de baixa renda brasileira*)*.

Mesclando vida pessoal e política, a jornalista Ana Callado abriu as portas para sua mais nova biografia que aborda, de certa maneira, a visão feminina da história política brasileira, relatando a vida de mais uma mulher pública do país sem as devidas menções históricas[5]. O livro se desenvolve de forma cronológica, desde o nascimento, a infância e a adolescência de Darcy, quando ocorrera a apresentação dos dois jovens que se tornariam o casal Vargas,

até sua morte, trazida em um último capítulo sentimental, no qual se apontou a saudade daqueles que viveram mais próximos dela.

Darcy e Getúlio conheceram-se em um baile a fantasia, quando este último era um deputado moço e Darcy, apenas uma menina de 13 anos de idade, de "boa família e um bom partido". Namorados à moda antiga, Getúlio pedira permissão formal para oficializar a relação, sempre sucedida sob a vigilância dos familiares pertencentes à elite gaúcha.

O namoro de Perón e Evita foi bem mais controverso. No ano de 1944, o general, viúvo, vice-presidente e ministro das pastas do Trabalho e da Guerra, conheceu a pequena atriz, que aos 15 anos de idade partiu do interior para Buenos Aires, a fim de alavancar sua carreira. É conhecida a afirmação na qual Eva enfatizava seu desejo de se casar com um príncipe ou um presidente. E, quase que em uma profecia, ao longo de um ano juntos, Juan e Eva se casaram e Perón se tornou chefe do Estado argentino.

Acompanhando a carreira política de Vargas, Darcy se mudou várias vezes e, como uma ilustre dona de casa, cuidava de tudo dentro do lar. Com o passar do tempo e o crescimento da importância dos cargos políticos de seu marido, a companheira iniciou suas aparições públicas, para além dos eventos sociais, noites festivas e saraus, visitando hospitais e asilos e montando uma casa de costura para ajudar doentes da Santa Casa de Misericórdia[6].

Assim, em 1940, a primeira-dama brasileira fundou a Casa do Pequeno Jornaleiro, onde pretendia oferecer aos menores de rua abrigo e alimentação, dando-lhes ocupação com aulas e cursos profissionalizantes, além de emprego. Ali, organizara os primeiros "Natal dos pobres", onde fazia uma grande ceia e distribuía presentes para os seus internos.

Segundo Ana Callado, Darcy protagonizou a emancipação feminina, mesmo que não feminista, em um ambiente com rádios, revistas, teatro e propaganda, integrando as mulheres nos papéis da política brasileira. Neste sentido, criou a Legião Brasileira de Assistência (LBA), onde contava com a ajuda voluntária das mulheres. Nela, oferecia proteção à maternidade, à infância e à velhice, incentivando a educação, a atenção à saúde e a habitação popular.

Com a entrada do país no conflito da Segunda Guerra Mundial, a LBA dedicou-se ao esforço de guerra. Realizou a Campanha da Madrinha dos Combatentes, mulheres que ajudavam os soldados e suas famílias. Criou as Hortas da Vitória, um serviço de distribuição de mudas de verduras e legumes, além de aves, que incentivavam a produção de alimentos para a população. Instituiu a Cantina do Combatente, lugar de lazer para os soldados que esperavam seu embarque ou voltavam feridos da guerra. E, finalmente, organizou as Legionárias da Costura, que fabricavam materiais médico-hospitalares e roupas para serem doadas aos soldados.

Em depoimento citado, a professora Rita de Cássia Freitas afirma que a Legião Brasileira de Assistência, criada pela primeira-dama, "demarcou uma redefinição do Estado Brasileiro com a incorporação da pobreza e da miséria ao discurso oficial"[7].

Do outro lado, outra primeira-dama também iria incorporar a pobreza e a miséria ao seu discurso. Contudo, de uma maneira mais "alentada". Com o cenário social e político argentino se modificando para uma maior participação dos trabalhadores, por intermédio dos sindicatos, o presidente Perón percebeu que a extensão da cidadania significava um processo de socialização destes indivíduos[8]. Neste sentido, a transformação de sua mulher de María Eva para Evita foi essencial.

Tomando para si o papel de líder dos trabalhadores, Eva liberou Perón para a função de árbitro imparcial da Nação, enquanto ela poderia se desgastar com dirigentes tradicionais e centralizar a tensão entre o autoritarismo e a democracia[9]. Protetora de seus "descamisados", homens e mulheres do trabalho, que conhecia a dor do povo e a injustiça social, tomou partido contra os oligarcas, porque, "quando decidiu ser Evita, elegeu seguir o caminho do povo"[10]. Assim, suas ações assistencialistas tiveram o mesmo tom de enfrentamento. Antes de conhecer Perón, já mantinha uma ajuda, pagando comida e cama, aos albinos mudos que escaparam dos Cotolengos – congregação italiana que ajudava aos pobres.

Quando se tornou primeira-dama, ganharia o cargo de presidente da Sociedade Beneficiária, cujas associadas eram mulheres da classe alta argentina, que a viam como uma filha ilegítima, de passado duvidoso e envolvida com diversos homens antes de se casar. Logo, Evita nomeou sua mãe como presidente da Sociedade, dissolvendo-a em poucas semanas de mandato. O lugar fora ocupado pela "Ajuda Social", internatos e colônias de férias, onde se ofereciam lazer e ensinamentos políticos peronistas. Em 1948, Evita criou a Fundação Ajuda Social María Eva Duarte Perón, que visava oferecer "vida digna aos menos favorecidos".

> Evita no necesitaba presidir ninguna sociedad de beneficencia. Quería que la beneficencia en pleno llevara su nombre. Trabajó día y noche por esa eternidad. Juntó las penas que andaban sueltas y armó con ellas una fogata que se veía desde lejos. Lo hizo demasiado bien. La fogata fue tan eficaz que también la quemó a ella[11].

Para além de sua vida pública, a Darcy de Ana tem uma vida pessoal muito bem elaborada. Nessa biografia, acompanhamos o acidente de automóvel sofrido pela família e a comoção pública que ele gerou. Lemos também seu convívio com a amante de Getúlio, Aimée (a bem amada), que ocasionou desconforto e crise no casamento.

As "desgraças" maiores, privadas e públicas, pelas quais passou, também são retratadas, de maneira detalhada. A morte do filho Getulinho com poliomielite; o suicídio do marido no mesmo dia de nascimento do filho morto; e o mal que a notícia causara à sua irmã Alda, que a havia criado, falecendo subitamente ao saber do suicídio do cunhado.

Segundo a biografia, Darcy sempre fora discreta em todos os seus sofrimentos. Afinal, era uma dama. Escondeu sua doença até quando pôde e, apesar de tudo, continuou sua vida nas assistências sociais que comandava até a morte, em 1968.

Em seu velório, realizado na Casa do Pequeno Jornaleiro, compareceram várias personalidades da política e artísticas. Seu corpo foi levado ao Cemitério São João Batista,

acompanhado por cerca de três mil pessoas, entre autoridades e "populares". Ali, em discurso final, chamaram-na de "Dona Darcy, nossa mãe"[12].

A vida pessoal de Evita também foi marcada por grandes tragédias, contudo o público participava dela, posicionando-se contra ou a favor. Não em relação à intimidade do casal, pois, mesmo que Perón insistisse que Evita era produto dele, a amava incondicionalmente. Em troca, para Eva, Perón era a "luz caída do céu para salvá-la", a "razão de sua vida", como outrora havia escrito[13]. Contudo, ela vivia o constante desprezo e as insistentes suposições sobre sua vida pregressa a Perón, protagonizada pela elite argentina, que não só falava sobre ela, como também dificultava ao máximo seus discursos, sua aparição pública e suas ações.

Quando, em 1945, seu marido foi destituído pelos militares e preso, Eva reuniu-se com os líderes sindicalistas e trabalhadores da Grande Buenos Aires e organizou uma enorme manifestação, no dia 17 de outubro, para exigir a libertação de Perón. Pressionados, os militares soltaram o líder justicialista, que discursou prometendo à população novas eleições e a reconstrução da nação. Aquele dia tornou-se o Dia da Lealdade, simbolizando a troca entre líder e trabalhadores[14].

Nessa constante tensão, chega ao auge de sua carreira política pressionada pela população para que disputasse as eleições no papel de vice-presidenta. No entanto, descobriu o câncer no útero, que a mataria aos 33 anos. Comprimida pela oligarquia e escondendo a gravidade de sua doença, foi às rádios, alguns dias depois, e proclamou sua renúncia.

A vitória peronista de 1951 nas urnas foi arrasadora e as mulheres exerceram nessa eleição, pela primeira vez, seu direito ao voto, duplicando a participação eleitoral. Evita tivera de votar em uma policlínica, pois uma semana antes das eleições submetera-se a uma cirurgia para retirada do câncer[15].

Ainda assim, debilitada, com pouco peso e administrada com analgésicos para a dor, Evita insistiu em acompanhar seu marido no cortejo presidencial e em sua posse. Para tal, colocou um de seus modelitos (não podemos nos esquecer do amor que tinha pela moda) e pediu para seguir de pé junto ao carro do presidente. Ali, proferiu seu último discurso emocionado:

> Mis queridos descamisados, yo no valgo por lo que hice, yo no valgo por lo que soy ni por lo que tengo. Yo tengo una sola cosa que vale, la tengo en mi corazón, me quema en mi alma, me duele en mi carne y arde en mis nervios. Es el amor por este pueblo. Si este pueblo me pidiese la vida, se la daría cantando, porque la felicidad de un solo descamisado, vale más que mi vida. Mis descamisados: yo les agradezco todo lo que ustedes han rogado por mi salud. Espero que Dios oiga a lo humildes de mi Patria para volver pronto a la lucha[16].

Em seus meses finais, as aparições públicas diminuíram apesar das homenagens se multiplicarem: inauguravam-se obras com seu nome, bustos, oferendas e etc. Sua morte, em 26 de julho de 1952, instituiu o mito e nos proibiu de ver outros fins que poderiam ser

dados a esta história peronista, possibilitando a elaboração de muitas frases iniciadas com "Si Evita viviera...".

Durante dois dias, o governo decretou feriado nacional e seu imponente velório se estendeu até 9 de agosto, formando imensas filas para entrar na capela onde era velada. Evita recebeu honras de chefe de Estado, Perón embalsamou seu corpo e o depositou no edifício da Central General de los Trabajadores (CGT), onde permaneceu até o golpe de 1955[17].

Sabemos que depois deste golpe seu corpo foi sequestrado e exilado do país, pois morta parecia ser mais perigosa do que viva. Ele ficou desaparecido até 1971, quando, em um acordo, os militares o devolveram à residência de Perón (também exilado) em Madrid. Mantendo-o em casa, junto com sua terceira esposa, Isabel Perón, afirma-se que Juan Domingo desviava demasiada atenção ao cadáver, permanecendo por horas na habitação onde se encontrava "hospedado"[18].

Apenas em 1974, o corpo de Evita retorna ao país e é enterrado ao lado de Perón. Contudo, mais uma ditadura iria remover os resquícios da primeira-dama morta. Em 1976, os militares resolvem retirar os restos de Evita e entregá-los à família Duarte, que a enterrou no túmulo familiar localizado no nobre bairro de Recoleta.

Percebemos, então, nas damas populistas, o impulso de iniciar a representação das mulheres na política, dando-lhes oportunidade de participação, seja com obras assistencialistas ou de cunho social. De um lado, dona Darcy figurou como uma dama mais preservada e ortodoxa. Uma figura que aparece, mas que se mantém por detrás das obras do marido. Por outro, Evita quebra paradigmas. Cresceu no peronismo, mas ajudou a formá-lo. Sem ela, o curso da história poderia ser diferente e o populismo argentino também.

A leitura deste livro de Ana Arruda Callado me transportou a essas breves reflexões comparativas sobre as primeiras-damas populistas e seu envolvimento na realidade da época. Despertou em mim a curiosidade de poder encontrar, talvez em um futuro próximo, mais leituras que pudessem comparar as mulheres latino-americanas por trás de tantos presidentes. Por enquanto, este livro abriu a possibilidade de pensarmos um pouco mais sobre as mulheres, outras faces dos presidentes.

Notas

1 - CALIL, Gilberto. O populismo e a hegemonia burguesa na América Latina. *Revista História e Luta de Classes*, Ano 3, n° 4, pp.27-34, julho 2007.

2 - CAPELATO, Maria Helena Rolim. Populismo latino-americano em discussão. IN: FERREIRA, Jorge (Org). *O populismo e sua história*: Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 127-165.

3 - CALLADO, Ana Arruda. *Darcy, a outra face de Vargas*. Rio de Janeiro: Batel, 2011. Contracapa. CAPELATO, Maria Helena Rolim. Propaganda política no varguismo e peronismo: caminhos metodológicos. IN: GUAZZELLI,

Cezar Augusto Barcellos; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso; et al. (orgs.). *Questões da teoria e metodologia da História*. Porto Alegre: UFRGS, 2000. pp. 59-71.

4 - *Idem*. p.14.

5 - A autora outrora já havia escrito biografias sobre Maria José Barboza Lima (1995), Jenny Pimentel de Borba (1996), Adalgisa Nery (2004) e Maria Martins (2004).

6 - CALLADO, Ana Arruda. *Op. Cit.*, 2011. p.23.

7 - *Idem*. p.186.

8 - DELLASOPPA, Emilio. *Ao inimigo nem justiça*: violência política na Argentina (1943-1983). São Paulo: HUCITEC, 1998.

9 - WALDMANN, Peter. *El peronismo*: 1943-1955. Buenos Aires: Hyspanamérica, 1980. p.234.

10 - PERÓN, Eva. *La razón de mi vida*. Buenos Aires: Buro Editor, 2004. pp.43-45.

11 - MARTÍNEZ, Tomás Eloy. *Santa Evita*. Buenos Aires: Punto de Lectura, 2007. p.228.

12 - CALLADO, Ana Arruda. *Op. Cit.*, 2011. p.281

13 - MARTÍNEZ, Tomás Eloy. *Op. Cit*., 2007. p.229.

14 - PLOTKIN, Mariano. *Mañana es San Perón*: propaganda, rituales políticos y educación en el régimen peronista (1946-1955). Caseros: Editorial de la Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2007.

15 - LUNA, Félix. *Los Gobiernos Peronistas*: desde el primer gobierno de Perón hasta la presidencia de Isabel (1945-1976). Aires: Grupo Editorial Planeta, 2003. pp.82-83.

16 - Discurso de Evita em 4 de junho. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=X88Cg_3CXDU

17 - LUNA, Félix. Op. Cit., 2003. p.84

18 - MARTÍNEZ, Tomás Eloy. *Op. Cit*., 2007.

Enviado em 18/01/2012

Resenha do livro KUSHNIR, Beatriz & HORTA, Sandra. 2011. *Memórias do Rio: o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro em sua trajetória republicana*. Rio de Janeiro: Imago/AGCRJ/ FAPERJ, 488p.

A valorização da memória institucional

Paulo Knauss
Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense e Diretor-Geral do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

A história dos arquivos no Brasil ainda é um campo a ser explorado pela pesquisa histórica. Os serviços de arquivo público são tão antigos quanto o processo de constituição da administração pública. Paradoxalmente, apesar de a história do Estado ocupar lugar central no pensamento histórico clássico, o conhecimento da história administrativa e das práticas do serviço público nem sempre foram valorizados pela historiografia. Nesse sentido, o Estado se mantém como um sujeito histórico definido, como entidade genérica, cujos meandros de organização e funcionamento nem sempre parecem claros. Assim, os funcionários do Estado também são mantidos numa penumbra. A publicação de uma coleção dedicada à história administrativa do Brasil, iniciativa do antigo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), na década de 1950, ainda hoje se mantém como iniciativa pioneira e obra de referência importante. O Arquivo Nacional também mantém, desde os anos de 1980, o programa de pesquisa da Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA), importante pela metodologia consolidada ao longo de sua experiência. Em ambos os casos, as estruturas da administração central – seja do período colonial, joanino, imperial ou republicano – têm sido o foco privilegiado, investigando-se menos a ordem regional (das capitanias, das províncias ou dos estados) e municipal.

Diante desse quadro, *Memórias do Rio* surge desde seu lançamento como uma publicação a ser valorizada por todos os interessados na história da administração pública no Brasil. Trata-se de publicação que faz par e complementa a dedicação institucional que resultou em obra de leitura importante para a história dos arquivos no Brasil, que é o livro *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro: a trajetória da arca grande e boa*. Antes destes livros, apenas o Arquivo Nacional foi objeto de pesquisa sistemática no universo da história dos arquivos no Brasil.

Em ambos os livros, é possível acompanhar a história da institucionalização do serviço arquivístico municipal, reconhecendo uma história "por trás do balcão", que os usuários dos arquivos e cidadãos poucas vezes têm a oportunidade de conhecer.

Apoiando-se na metodologia da história oral, a pesquisa que deu origem a *Memórias do Rio* deu voz e rosto aos personagens do cotidiano da máquina estatal municipal, que se ocuparam do patrimônio cultural da cidade e, especialmente, do seu patrimônio documental. As lembranças de funcionários públicos dedicados são o centro do livro e conduzem o leitor ao longo de décadas da história da administração do patrimônio cultural da cidade do Rio de Janeiro e que teve como resultado a criação de instituições como o Museu da Cidade e o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Com sua leitura, reencontra-se antigos funcionários dedicados e se reconhece o perfil de sua formação profissional, as formas como ingressaram no serviço público municipal, as lutas pela qualificação e especialização dos serviços técnicos de preservação do patrimônio cultural, a afirmação do serviço arquivístico, além das lutas em defesa de sua institucionalização desde a construção do edifício-sede que abriga o AGCRJ até os dias de hoje. Nas páginas de lembranças, sobretudo dos diretores da instituição, o leitor familiarizado com o mundo dos arquivos reconhece como o estudo de caso do arquivo carioca exemplifica a história do pensamento arquivístico no Brasil e de suas lutas, demarcando a época da defesa do arquivo histórico no contexto da construção de uma política cultural para, a partir dos anos de 1980, também caminhar no sentido de defender o arquivo como equipamento essencial da afirmação de uma política arquivística, definindo a instituição arquivística também como um equipamento essencial de apoio e qualificação da administração pública.

Além de valorizar a memória institucional, o livro ganha importância, sobretudo, ao propor uma metodologia de abordagem da história administrativa que não se baseia na legislação, nos relatórios e documentos institucionais que definem competências, funções e atividades, indo além da dimensão formal. A história oral, com foco na trajetória de servidores públicos, enfatiza o fato de que a vida da instituição é encarnada em experiências individuais. Por isso mesmo, *Memórias do Rio* tem um sabor especial por destacar as trajetórias e as lembranças de antigos funcionários da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro que estiveram envolvidos na defesa do patrimônio documental carioca, desde os anos de 1940. A história da administração pública, assim, é apresentada através das histórias de vida de seus profissionais. Os pesquisadores mais antigos do Arquivo da Cidade e da história da cidade do Rio de Janeiro certamente já ouviram falar ou conhecem muitos dos entrevistados do livro que, em suas páginas, aparecem como personagens de uma história viva. A leitura ganha interesse ao se perceber como a atuação e dedicação de certos funcionários é fundamental para a afirmação do serviço público e de valorização do bem comum.

Assim, *Memórias do Rio* pode ser lido de muitos modos. De um lado, pode ser encarado como uma referência metodológica para a história administrativa e uma contribuição para a

sua renovação. Além disso, o livro pode ser interpretado como uma história da administração da cultura na cidade do Rio de Janeiro, preenchendo uma lacuna na bibliografia sobre a política cultural no Brasil. Do ponto de vista da história do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, certamente o livro pode ser definido como uma homenagem aos funcionários públicos que dedicaram sua vida profissional à construção de uma instituição a serviço do cidadão.

Enviado em 25/05/2012

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 2012

Prezadas amigas Beatriz e Sandra

São 20 horas e trinta minutos. Acabei de ler *Memórias do Rio*. Minhas primeiras palavras são de gratidão e reconhecimento por terem concebido um projeto, ambicioso, que se tornou um livro que resgata parte da história do Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, vivida por mim, rapidamente, em 1965 e, dia a dia, no período de março de 1975 até o dia 11 de março de 1979.

Foi uma leitura que me fez debruçar na varanda do tempo e recordar tudo o que aconteceu, a partir da minha visita às salas onde a história do Rio estava depositada, dias depois de asumir a Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Rio e o momento em que, extremamente emocionada, sem conseguir reter as lágrimas que molhavam meu rosto, ergui uma das bandeiras, por ocasião da inauguração do Arquivo. As outras duas foram hasteadas pelas duas pessoas que permitiram que meu sonho se tornasse realidade, que permitiram que eu saldasse uma dívida que tinha com a minha Cidade e com o governador Carlos Lacerda - dar um lugar digno para instalar a história da Cidade, recuperando o acervo que restava - o prefeito Marcos Tamoyo e o comandante Martinho de Carvalho.

Ler, atentamente, *Memórias do Rio,* foi reviver uma das mais belas histórias que ajudei a escrever e concretizar. Foi reviver o sentimento de intensa emoção ao ver as bandeiras hasteadas, ao som do Hino da Cidade, no fim de tarde do dia 11 de março de 1979.

Ao ler os diversos depoimentos, senti como nunca a tristeza de não constar do livro o depoimento do comandante Martinho de Carvalho, que foi meu diretor no Departamento de Cultura, do primeiro ao último dia da minha gestão e do prefeito Marcos Tamoyo, que apoiava a construção do prédio, para guardar a história da Cidade que tanto amamos, a partir do momento que levei o problema a ele.

O prefeito não sabia nada sobre o Arquivo. Nem que existia, precariamente, nem do pedido que Carlos Lacerda me fizera no dia em que me convidou para assumir a Secretaria de Educação e Cultura da Guanabara.

Ao lhe relatar a situação do acervo e o local onde se encontrava, imediatamente concordou com a proposta que lhe apresentei. Depois dessa nossa primeira conversa, foi visitar o local onde se encontrava o Arquivo. Imediatamente envolvemos o coman-dante Martinho de Carvalho. Cada um de nós saiu da reunião com uma misão: a do prefeito conseguir o terreno; a do comandante começar a recuperar o acervo. A minha, conseguir os primeiros recursos junto ao Ministério da Educação e Cultura, considerando a relação de amizade que me ligava ao ministro Ney Braga. Cada um de nós cumpriu a sua misão. O resto, vocês conhecem.

Se soubese que vocês iam colocar algumas fotos, teria cedido a que tirei, em 1965, quando pela primeira vez visitei a Divisão de Patrimônio Histórico e o Arquivo, como secretária estadual de Educação e Cultura da Guanabara e as que tiramos no dia da inauguração. São do meu arquivo pessoal, mas vou cedê-las para que vocês as reproduzam, tornaram-se históricas.

A confecção de *Memórias do Rio* foi uma tarefa hercúlea que vocês realizaram com competência e dedicação. O trabalho de vocês tem a grandeza e a importância do trabalho de construção do prédio para o Arquivo e do imenso esforço para restaurar o acervo. Completam-se.

Comandante Martinho à esquerda
Legenda: Inauguração do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. À esquerda o diretor do Departamento de Cultura da SMEC, comandante Martinho de Carvalho, à direita a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Terezinha Saraiva, e o prefeito Marcos Tamoyo.

Martinho de Carvalho, Marcos Tamoyo e Terezinha Saraiva descerram a placa de inauguração do Arquivo da Cidade

Sei que vocês foram fieis às entrevistas realizadas. Lamento que alguns entrevistados não tenham sido tão precisos em seus depoimentos, embora todos sejam extremamente importantes.

Gostaria de esclarecer que não inaugurei o prédio do Arquivo ao cair da tarde porque a obra não estava completa. Só foi possível inaugurá-lo aquela hora, porque inaguramos a Escola Ministro Gama Filho, no Lins de Vasconcelos, às 16h00. A distância entre a Escola e o Arquivo impediu-nos de inagurá-lo mais cedo; mas estávamos em março. Além da luz do dia havia a luz que se irradiava daqueles que ultrapassaram todos os obstáculos e cumpriram o prometido.

Há, ainda, alguns dados e informações equivocadas, mas que não diminuem a obra que vocês organizaram. É uma obra histórica. Permitiu-me, depois da entrevista da Lia Temporal Malcher, conhecer outros diretores e o que puderam fazer pelo Arquivo. Li, com redobrado interesse, o seu depoimento. Cumprimento-a pelo que tem realizado com sua equipe, da qual destaco Sandra pelo amor que transpira de seu depoimento. O Arquivo precisava disso: de continuidade e de pessoas que deram e estão dando a ele o melhor de si.

Nesses 33 anos, sempre que passo por ele ou vou até ele, sinto a mesma emoção e agradeço a Deus a oportunidade ímpar que me deu, de fazer parte, embora pequena, de sua História.

O prefeito Marcos Tamoyo discursa na inauguração do Arquivo da Cidade. À esquerda a diretora da instituição, Lia Malcher.

O prefeito Marcos Tamoyo cumprimenta sua secretária de Educação e Cultura, Terezinha Saraiva, pelo esforço dispendido na construção do prédio do Arquivo da Cidade

O prefeito Marcos Tamoyo, a secretária de Educação e Cultura, Terezinha Saraiva, e o diretor do Departamento de Cultura, comandante Martinho de Carvalho, na cerimônia de hasteamento das bandeiras.

Mais uma vez cumprimento vocês por tudo o que têm feito pelo Arquivo e por este precioso livro que mantém viva a lembrança de uma história que precisava ser escrita.

Com admiração e gratidão
Terezinha Saraiva

ARQUIVO GERAL DA CIDADE
DO RIO DE JANEIRO
RIO
PREFEITURA
CULTURA
Prêmio de Monografia
Arquivo Geral da
Cidade do Rio de Janeiro